

# REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

---

VOLUME 210

---

JANEIRO - MARÇO

1951

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possint sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO  
CLAUDIO GANNS  
FEIJÓ BITTENCOURT



Departamento de Imprensa Nacional  
Rio de Janeiro — Brasil — 1953

# INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DIRETORIA EM 1950-1951

---

*Presidente Perpétuo*

EMBAIXADOR DR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

*1.º Vice-Presidente*

MINISTRO DR. AUGUSTO TAVARES DE LYRA

*2.º Vice-Presidente*

.....

*3.º Vice-Presidente*

DR. JOSÉ WANDERLEY DE ARAÚJO PINHEIRO

*1.º Secretário*

DR. VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

*2.º Secretário*

DR. LEOPOLDO ANTÔNIO FEIJÓ BITTENCOURT

*Orador*

DR. PEDRO CALMON MUNIZ DE BITTENCOURT

*Tesoureiro*

CAPITÃO DE MAR E GUERRA CARLOS SILVEIRA CARNEIRO

# REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 210

JANEIRO - MARÇO

1951

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possint sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO  
CLAUDIO GANNS  
FEIJÓ BITTENCOURT



Departamento de Imprensa Nacional  
Rio de Janeiro — Brasil — 1953



Digitized by the Internet Archive  
in 2024



## TRABALHOS ORIGINAIS

### O SENADO DA REPÚBLICA, DE 1890 A 1930

A. TAVARES DE LYRA

*Apontamentos que serão desenvolvidos e completados num trabalho que pretendo escrever... se a velhice e a precariedade da saúde ainda me permitirem.*

1951

#### O SENADO NA CONSTITUIÇÃO DE 1891

Em memória que apresentei ao Congresso de História Nacional, realizado nesta Capital ao ser comemorado o centenário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1938, estudei os antecedentes da organização do Senado Republicano, dando a respeito alguns informes de oportuna leitura:

“Feita a República, a maior preocupação dos homens que promoveram o movimento revolucionário de 15 de novembro de 1889 foi consagrar nas leis, — e quanto antes, — as idéias e os princípios por amor dos quais se realizara aquêlê movimento. Daí a expedição dezoito dias depois, em 3 de dezembro, — décimo nono aniversário do manifesto republicano de 1870, — do decreto n.º 29, criando, para elaborar um projeto de estatuto constitucional, a comissão que ficou composta de Joaquim Saldanha Marinho, presidente, Américo Brasiliense de Almeida Melo, vice-presidente, Antônio Luís dos Santos Werneck, Francisco Rangel Pestana e José Antônio Pedreira de Magalhães Castro, todos notáveis pela sua cultura jurídica e pelos seus relevantes serviços na propaganda do credo democrático.

Iniciando seus trabalhos, esta comissão resolveu, preliminarmente, que cada um de seus membros, excetuado o

presidente, formulasse um projeto consignando seus pontos de vista pessoais sobre a organização política do regime que acabava de ser proclamado. Depois, — apurada nos debates a opinião da maioria, — seria redigido o projeto definitivo por Francisco Rangel Pestana. Verificou-se, entretanto, desde o primeiro momento, que êste e Santos Werneck não divergiam na estrutura fundamental da obra a empreender e isto, explica por que, transigindo em detalhes, ambos assinaram o mesmo trabalho. Três foram, assim, os projetos que serviram de base aos estudos da aludida comissão. E, em todos êles, se adotou, — mantida a dualidade das câmaras legislativas, — a temporariedade do Senado.

Pelo projeto Américo Brasiliense, o mandato dos deputados seria de quatro anos e o dos senadores de seis. A eleição dos deputados se faria por distritos eleitorais e a dos senadores, — quatro por Estado, — pela legislatura local.

Não havia renovação parcial do Senado.

Pelo projeto Magalhães Castro, o mandato dos deputados seria de três anos e o dos senadores de seis. A forma da eleição, a mesma: os deputados, por sufrágio direto e os senadores, — dois por Estado, — pelas legislaturas locais. O Senado se renovaria de três em três anos, pela metade.

Os senadores teriam suplentes.

Pelo projeto Santos Werneck — Rangel Pestana, o mandato dos deputados seria de três anos e o dos senadores de nove.

As eleições de uns e outros por sufrágio direto. O Senado se renovaria pelo têtço. Na primeira eleição, os senadores pertencentes a cada têtço seriam escolhidos por sorteio.

No projeto definitivo da comissão prevaleceu a orientação a que obedecera êste último; e com ela concordou o Governo Provisório, menos em dois pontos: 1.º) preferiu o sistema da eleição senatorial pelas legislaturas dos Estados; 2.º) estabeleceu que na primeira eleição, realizada, excepcionalmente, por sufrágio popular, os têtços do Senado fôsem discriminados, não por sorteio, mas segundo a ordem da votação obtida pelos candidatos diplomados. Era o que preceituavam os arts. 29 e 30 do projeto de Constituição aprovado pelo decreto n.º 510, de 22 de junho de 1890, que, nesta parte, não foi alterado por nenhuma das emendas constantes do decreto n.º 914-A, de 23 de outubro do mesmo ano. . . .



De acôrdo com o primeiro dêstes decretos é do regulamento eleitoral, que tomou o nome de Cesário Alvim, ministro que o referendara, efetuou-se, em 15 de setembro de 1890, a eleição para deputados e senadores à *Constituinte*, os quaes se reuniram separadamente em sessões preparatórias, a começar de quatro de novembro, para reconhecer os poderes dos eleitos.

À primeira sessão preparatória do Senado estiveram presentes 25 senadores d'plomados, sendo aclamado para presidir os trabalhos o senador mineiro Felício dos Santos, que convidou para secretários:

- 1.º — Eliseu Martins (Piauí);
- 2.º — Teodoro Souto (Ceará);
- 3.º — Amaro Cavalcanti (Rio Grande do Norte);
- 4.º — João Neiva (Paraíba).

Organizada por esta forma a mesa provisória, foi submetida à discussão e votação do plenário, composto dos senadores diplomados que haviam comparecido à sessão, um projeto de regimento interno, immediatamente aprovado. Depois disso, e na conformidade do que êle dispunha, procedeu-se à eleição da mesa efetiva, que continuou a ser a já constituída provisoriamente, acrescida de um vice-presidente, — Braz Nogueira da Gama, — e de dois suplêntes de secretários, — Rosa Júnior e Luís Delfino.

Na sessão do dia seguinte, foram sorteadas cinco comissões de inquérito para examinar e dar parecer sôbre as eleições realizadas aqui e nos Estados, trabalho de que se desempenharam nas sessões preparatórias posteriores, que se realizaram até 14 de novembro.

A 15, reconhecidos todos os senadores e a quase totalidade dos membros da Câmara, instalou-se solenemente a *Assembléa Constituinte*, iniciando a seguir a discussão da Constituição, que foi promulgada a 24 de fevereiro de 1891, consignando êstes dispositivos:

— que o poder legislativo seria exercido pelo Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República;

— que o Congresso Nacional se comporia de dois ramos: a Câmara dos Deputados e o Senado;

— que a eleição para senadores e deputados se faria simultaneamente em todo o país;

— que ninguém poderia ser, ao mesmo tempo, deputado e senador;

— que cada legislatura duraria três annos;

— que os deputados, representantes do povo, seriam eleitos pelos Estados e pelo Distrito Federal mediante sufrágio directo e garantida a representação da minoria;

— que os senadores, — três por Estado e três pelo Distrito Federal, — seriam também eleitos por sufrágio direto;

— que o mandato dos senadores duraria nove anos, renovando-se o Senado pelo terço em cada legislatura;

— que o senador eleito em substituição de outro exerceria o mandato pelo tempo que restasse ao substituído.

Para legislar, a esfera de atribuições das duas Casas do Congresso era a mesma, havendo, porém, assuntos em que a prioridade das iniciativas cabia à Câmara dos Deputados, a saber: o adiamento das sessões legislativas, a discussão das leis de impostos e da fixação das fôrças de terra e mar, as propostas oferecidas pelo Poder Executivo e a declaração da procedência ou improcedência da acusação contra o presidente da República e contra os ministros de Estado nos crimes conexos com os do mesmo presidente.

Era da competência privativa do Senado julgar o presidente da República e os funcionários designados pela Constituição, nos termos e pela forma nela previstos. Nesta hipótese, seria presidido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. Normalmente, — para que a igualdade da representação dos Estados não ficasse prejudicada, — sua presidência era confiada ao vice-presidente da República, que só tinha voto de qualidade e não intervinha na direção da economia interna de sua Secretaria. Nas sessões conjuntas do Senado e da Câmara, a presidência do Congresso cabia ao vice-presidente do primeiro, que, de fato, encarnava a mais alta autoridade do poder legislativo, sempre exercida por grandes expoentes da política nacional.

Entre as *disposições transitórias* da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, figuram as seguintes:

— que, promulgada a mesma Constituição e feita a eleição do presidente e do vice-presidente da República para o primeiro período presidencial, o Congresso daria por encerrada sua missão constituinte e, separando-se em Câmara e Senado, iniciaria, a 15 de junho, suas funções ordinárias;

— que, nessa primeira sessão, logo nos trabalhos preparatórios, o Senado discriminaria o primeiro e o segundo terços de seus membros, cujo mandato teria de cessar ao fim do primeiro e do segundo triênios;

— que se procederia à discriminação em três listas, correspondentes aos três terços, relacionando-se os senadores de cada Estado e do Distrito Federal pela ordem de sua respectiva votação, de modo a ficarem pertencendo ao primeiro terço, *três anos*, os menos votados; ao segundo, *seis anos*, os que lhes seguissem em votação; ao terceiro, *nove anos*, os mais votados;



— que, em caso de empate, se considerassem beneficiados os mais velhos, decidindo-se por sorteio, se a idade fôsse igual.

Consoante êstes imperativos constitucionais, o Congresso, que, no caráter de Constituinte, se dissolvera após a eleição de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, para presidente e vice-presidente da República, reabriu suas sessões em 15 de junho e, separado em seus dois ramos no dia imediato, começou a funcionar como poder legislativo ordinário.

Depois de feita, na conformidade da lei básica, a discriminação de seus membros por têrços, o primeiro Senado republicano ficou assim constituído:

*Nove anos:*

- Manoel Francisco Machado (Amazonas);
- José Paes de Carvalho (Pará);
- João Pedro Belfort Vieira (Maranhão);
- Joaquim Antônio da Cruz (Piauí);
- Joaquim de Oliveira Catunda (Ceará);
- José Bernardo de Medeiros (Rio Grande do Norte);
- José de Almeida Barreto (Paraíba);
- José Higino Duarte Pereira (Pernambuco);
- Floriano Vieira Peixoto (Alagoas);
- Manuel da Silva Rosa Júnior (Sergipe);
- Virgílio Clímaco Damasio (Bahia);
- Domingos Vicente Gonçalves de Sousa (Espírito Santo);
- Quintino Bocaiúva (Rio de Janeiro);
- Eduardo Wandenkolk (Distrito Federal);
- Prudente José de Moraes Barros (São Paulo);
- Ubaldino do Amaral Fontoura (Paraná);
- Raulino Júlio Adolfo Horn (Santa Catarina);
- Ramiro Fortes Barcelos (Rio Grande do Sul);
- José Cesário de Faria Alvim (Minas Gerais);
- José Joaquim de Sousa (Goiás); e
- Aquilino Leite do Amaral Coutinho (Mato Grosso).

*Seis anos:*

- Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho (Amazonas);
- Manuel de Melo Cardoso Barata (Pará);
- Francisco Manuel da Cunha Júnior (Maranhão);
- Teodoro Alves Pacheco (Piauí);
- Manuel Bezerra de Albuquerque (Ceará);

- José Pedro de Oliveira Galvão (Rio Grande do Norte);
- João Soares Neiva (Paraíba);
- José Semeão de Oliveira (Pernambuco);
- Pedro Paulino da Fonseca (Alagoas);
- José Luís Coelho Campos (Sergipe);
- Rui Barbosa (Bahia);
- Gil Diniz Goulart (Espírito Santo);
- João Batista Laper (Rio de Janeiro);
- João Severiano da Fonseca (Distrito Federal);
- Manuel Ferraz de Campos Sales (São Paulo);
- José Pereira dos Santos Andrade (Paraná);
- Antônio Justiniano Esteves Júnior (Santa Catarina);
- José Gomes Pinheiro Machado (Rio Grande do Sul);
- Joaquim Felício dos Santos (Minas Gerais);
- Antônio Amaro da Silva Canedo (Goiás); e
- Joaquim Duarte Murtinho (Mato Grosso).

*Três anos:*

- Joaquim José Paes da Silva Sarmiento (Amazonas);
- Antônio Nicolau Monteiro Baena (Pará);
- José Secundino Lopes Gomensoro (Maranhão);
- Eliseu de Sousa Martins (Piauí);
- Teodoreto Carlos de Faria Souto (Ceará);
- Amaro Cavalcanti (Rio Grande do Norte);
- Firmino Gomes da Silveira (Paraíba);
- Frederico Guilherme de Sousa Serrano (Pernambuco);
- Cassiano Cândido Tavares Bastos (Alagoas);
- Tomaz Rodrigues da Cruz (Sergipe);
- José Antônio Saraiva (Bahia);
- José Cesário de Miranda Monteiro de Barros (Espírito Santo);
- Braz Carneiro Nogueira da Gama (Rio de Janeiro);
- Joaquim Saldanha Marinho (Distrito Federal);
- Francisco Rangel Pestana (São Paulo);
- Generoso Marques dos Santos (Paraná);
- Luís Delfino dos Santos (Santa Catarina);
- Júlio Anacleto Falcão da Frota (Rio Grande do Sul);
- Américo Lôbo Leite Pereira (Minas Gerais);
- Antônio da Silva Paranhos (Goiás); e
- Antônio Pinheiro Guedes.

Dêstes 63 senadores, eleitos em 15 de setembro de 1890, somente 36 chegaram ao final do mandato.

## PRESIDENTES DO SENADO

(1891-1930)

A presidência do Senado competia, por texto expresso da Constituição, ao vice-presidente da República, cargo que foi ocupado até 1930 por êstes ilustres brasileiros:

FLORIANO VIEIRA PEIXOTO

(1891-1894)

Alagoano — Nasceu a 30 de abril de 1839 no engenho *Riacho Grande*, povoado de Ipioca. De simples praça de pré em 1857, já trazia nos punhos, treze anos decorridos, em 1870, os galões de tenente-coronel, conquistados, como os dos primeiros postos, por excepcionais serviços de guerra em feitos gloriosos e lendários. Coronel em 1874, brigadeiro em 1883, marechal de campo em 1889, tenente-general em 1890. Bacharel em ciências físicas e matemáticas. Presidente e comandante das armas de Mato Grosso em 1884. Conselheiro de guerra e ministro do Supremo Tribunal Militar. Esmaletavam-lhe o peito de bravo soldado as condecorações de tôdas as ordens honoríficas do Império e as medalhas das campanhas do Uruguai, Argentina e Paraguai. Era ajudante general do Exército ao ser proclamado o regime republicano. Ministro da Guerra e senador por Alagoas em 1890. Vice-presidente da República, eleito em 1891, pela *Constituinte*, assumiu o govêrno a 23 de novembro do mesmo ano, em virtude da renúncia de Deodoro da Fonseca, nêle permanecendo até o fim do período presidencial. Foi o consolidador das instituições proclamadas a 15 de novembro e é uma figura sem par de nossa história pelos contrastes de sombra e de luz que se refletem em seu impressionante perfil, magistralmente traçado por Euclides da Cunha.

Faleceu a 29 de junho de 1895.

MANOEL VITORINO PEREIRA

(1894-1898)

Natural da Bahia. Nasceu a 30 de janeiro de 1853 na cidade do Salvador, sendo filho do exímio marceneiro Vitorino José Pereira. A princípio, dedicou-se à profissão de seu pai; mas, pouco depois, sentindo inclinação pelas letras, abandonou essa profissão e, feitos os preparatórios necessários, matriculou-se na Faculdade de Medicina, onde recebeu o grau de doutor em 1876. No ano seguinte, lente substituto da mesma Faculdade; e, em 1883, após brilhantíssimo concurso, professor catedrático da cadeira de clínica cirúrgica. Liberal adiantado, bateu-se ardorosamente na imprensa pela causa abolicionista. Notável sua competência em questões de ensino. Deixou renome em vários congressos médicos de que fêz parte. Deposta a realeza, foi nomeado governador de sua terra. Senador federal em 1892. Em 1894, vice-presidente da República. Esteve na presidência de novembro de 1896 a março de 1897, substituindo Prudente de Moraes, que se afastou temporariamente do cargo em consequência de grave enfermidade. Findo o segundo quadriênio presidencial, embarcou para a Europa, demorando-se em longa e proveitosa viagem de estudos. De volta, fixou-se nesta capital, abriu consultório e exerceu com sucesso a clínica. Era jornalista primoroso e colaborou ativamente no *Correio da Manhã*, no *Dia* e no *O País*. Homem de ciência e homem de letras, são numerosos os trabalhos que escreveu. Orador famoso.

Faleceu a 9 de novembro de 1902.

FRANCISCO DE ASSIS ROSA E SILVA

(1898-1902)

Nascido a 4 de outubro de 1856 na cidade do Recife. Ali mesmo cursou a Faculdade de Direito, formando-se em 1877. Defendeu tese e doutorou-se no ano imediato, realizando, em seguida, a primeira das muitas viagens que fêz à Europa. Deputado provincial desde 1882, entrou para a Assembléia Geral na legislatura de 1886 a 1889.

Neste último ano, ministro da Justiça no gabinete João Alfredo, substituindo Ferreira Viana, que passara para a pasta do Império. Aderiu lealmente à República, sendo deputado à *Constituinte* e às duas primeiras legislaturas ordinárias. Presidente da Câmara de 1894 a 1896. Deixou êsse pôsto para tomar assento no Senado. Em 1898, renunciou o mandato de senador, assumindo a vice-presidência da



República. Exerceu a presidência de outubro a novembro de 1900, quando Campos Sales se ausentou do país para retribuir a visita de Júlio Roca, presidente da Argentina. Em 1903, retornou ao Senado, onde se conservou até 1912, não logrando ser reeleito devido à inversão política que se operara em seu Estado sob o governo de Dantas Barreto. Foi, porém, novamente eleito e reeleito em 1915 e 1924. Parlamentar de linhas fidalgas. Orador sóbrio e corretíssimo. Autoridade em assuntos financeiros. Gozou de larga influência na política nacional.

Faleceu a 1 de julho de 1929.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENA

(1903-1906)

Para o quadriênio de 1902 a 1906, fôra eleito vice-presidente da República Francisco Silviano de Almeida Brandão, que faleceu a 26 de setembro de 1902, antes de entrar no exercício do cargo. Substituiu-o Afonso Augusto Moreira Pena, mineiro, nascido em Santa Bárbara a 30 de novembro de 1847. Bacharelando-se em direito na Faculdade de São Paulo em 1870, regressou à sua terra natal, abriu escritório de advocacia e fêz-se político, militando ao lado do partido liberal. Deputado provincial por vêzes. Em 1878, deputado geral, sucessivamente reeleito até 1889. Ministro da Guerra, da Agricultura e da Justiça nos gabinetes presididos por Martinho de Campos, Lafayette e Sousa Dantas. Proclamada a República, senador à Constituinte de Minas e presidente da comissão que elaborou a constituição do Estado. Não se conformando com o ato ditatorial de Deodoro da Fonseca, que dissolvera o Congresso Nacional, renunciou sua cadeira de senador estadual, gesto que lhe valeu ser eleito para concluir, de 1892 a 1894, o mandato do governador Cesário Alvim, forçado a abandonar o poder por ter aceito aquêlê ato de violência. Sua administração foi hábil, previdente, progressista e, sob o aspecto político, moderada e conciliadora. Passando de governante a governado, ofereceram-lhe os lugares de plenipotenciário no Uruguai e ministro do Supremo Tribunal Federal, que recusou, aceitando, por fim, a presidência do Banco do Brasil, onde se manteve até novembro de 1898. De volta a Belo Horizonte, a nova capital mineira, criada por iniciativa sua e já em grande parte construída, reassumiu o exercício da cátedra que regia na Faculdade de Direito de que fôra um dos fundadores e era diretor, limitando sua atividade política ao desempenho do mandato de senador no Congresso local. Daí saiu para a vice-presidência da República e, na sucessão de Rodrigues Alves, para a pre-

sidência. Seu governo, fecundo e modelar, assinalou-se sobretudo pela carinhosa solicitude com que cuidou de nossos problemas fundamentais de economia e finanças. Dêle se guardará sempre imperecível memória.

Faleceu a 14 de junho de 1909.

NILO PEÇANHA

(1906-1909)

Fluminense. Nasceu a 2 de outubro de 1864, na cidade de Campos. Graduado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade do Recife em 1887. Advogado. Professor da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Fêz as campanhas da abolição e da República. Deputado à Constituinte de 1890 e às legislaturas ordinárias posteriores. Senador em 1903 e vice-presidente da República em 1906. Por morte de Afonso Pena, assumiu o cargo de primeiro magistrado da nação, que governou até 15 de novembro de 1910, revelando dotes invulgares de homem de Estado. Uma vez fora do poder, embarcou para a Europa, donde regressou em 1912, já novamente eleito senador. Contingências ocasionais de ordem política levaram-no a romper com o situacionismo fluminense, perdendo as posições oficiais, que reconquistou mais tarde, na sucessão de Oliveira Botelho, sendo investido nas funções de governador, mediante decisão do Supremo Tribunal Federal. Ministro do Exterior na presidência de Wenceslau Braz. Em 1921, dirigindo o movimento da *Reação Republicana*, organizada para combater a candidatura presidencial de Artur Bernardes, a que fôra contraposta a sua, percorreu, em viagem de propaganda, quase todos os Estados, confirmando, na defesa de sua plataforma eleitoral, os foros de que gozava, desde a mocidade, de orador eloquente e vibrante. Vencido nas urnas e empossado seu competidor em novembro de 1922, não ensarilhou suas armas. Foi, enquanto vivo, um lutador de rija têmpera.

Faleceu a 31 de março de 1924.

WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

(1910-1914)

Nasceu a 26 de fevereiro de 1868 na então freguesia de São Caetano da Vargem Grande, depois Vila Braz, no sul de Minas. Bacharel em direito pela Faculdade de São Paulo (1890). Promotor e

advogado na cidade de Monte Santo. Secretário do Interior em seu Estado no governo de Silviano Brandão (1898-1902). Fôra antes deputado estadual e depois, de 1903 à 1908, deputado federal. Por algum tempo, *leader* de sua bancada e da Câmara. Presidente de Minas após a morte de João Pinheiro (1909-1910). Vice-presidente da República (1910-1914), alheou-se de competições partidárias, recomendando-se de tal modo à confiança e aprêço da nação que foi escolhido como candidato de conciliação para suceder a Hermes da Fonseca, numa hora de dolorosas provações para o país, a braços com a guerra externa e a m'séria financeira. No governo, realizou obra magnifica de administrador e estadista, administrador cauteloso e justo, estadista de largo descortino e serena visão. Velho e alquebrado, vive ainda hoje cercado da estima e do respeito de seus concidadãos. Seu nome é um patrimônio de honra e lealdade.

URBANO SANTOS DA COSTA ARAUJO

(1914-1918)

Maranhense. Nasceu na cidade de Guimarães a 3 de fevereiro de 1859. Cursou a Faculdade de Direito do Recife, deixando fulgurante tradição de moço de talento e de saber. Formado em 1882. Magistrado. Era juiz do comércio na capital de seu Estado, quando em 1892, foi declarado em disponibilidade. Advogado de nota nesta capital. Elegante escritor. Político de prestígio. Deputado federal em 1897. Reeito até 1906, ano em que passou para o Senado. Luminosos seus pareceres. Concisas e substanciosas suas orações parlamentares. Amicíssimo de Pinheiro Machado, chefe do *Partido Republicano Conservador*, a cujo diretório pertenceu desde sua fundação. Vice-presidente da República, exerceu a presidência de setembro a outubro de 1917, no impedimento de Wenceslau Braz, que dela se ausentou por motivo de moléstia. Ministro da Justiça no governo de Delfim Moreira. Por três vêzes, eleito governador do Maranhão (1898, 1913 e 1918). Só da última aceitou o cargo, que estava desempenhando ao ser eleito, pela segunda vez, vice-presidente da República, como companheiro de chapa de Artur Bernardes. Não chegou a empossar-se dêsse novo mandato eletivo. Faleceu repentinamente a 7 de maio de 1922, no momento em que o vapor que o conduzia para esta cidade transposta a barra, demandava o ancoradouro do pôrto.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO

(1918-1920)

Nasceu na cidade de Cristina, Minas Gerais, a 7 de novembro de 1868. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1890. Ainda estudante, redigiu periódicos de propaganda republicana. Promotor público e juiz municipal em seu Estado. Dispunha de extensa influência política em Santa Rita do Sapucaí, onde se radicara sua família e êle próprio. Deputado estadual de 1894 a 1902. Secretário do Interior no govêrno de Francisco Sales (1902-1906). Deputado federal em 1909. Renunciou o mandato para ser novamente secretário do Interior no govêrno de Bueno Brandão, a quem substituiu na presidência de Minas. Vice-presidente da República em 1918. Nesse caráter e em consequência da molestia e morte de Rodrigues Alves, presidente eleito para o quadriênio que então se iniciava, esteve no poder de 15 de novembro daquele ano até que dêle foi investido Epitácio Pessoa, em julho de 1919. Seu govêrno de simples transição, não teve linhas de forte relêvo.

Liberto dos encargos da administração, apressou-se em seguir para Sapucaí, em busca de melhora ao seu precaríssimo estado de saúde e ali faleceu, menos de um ano depois, a 10 de junho de 1920.

FRANCISCO ÁLVARO BUENO DE PAIVA

(1920-1922)

Mineiro. Nascido na vila de Caracol, comarca de Caldas, a 17 de setembro de 1861. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1882. Promotor e juiz municipal até a proclamação da República. Deputado à Constituinte e à primeira legislatura. Renunciou o mandato em 1892 para ser juiz de direito de São José do Paraíso. Arrependeu-se, porém, do passo que dera e voltou ao cenário político, que seria afinal o campo afortunado de seus triunfos. Deputado federal de 1900 a 1910. Senador no ano seguinte. Vice-presidente da República na vaga aberta com o desaparecimento de Delfim Moreira. Em 1923, retornou ao Senado. Homem de inteligência penetrante, espírito equilibrado e sólida cultura, impunha-se sobretudo pela grande autoridade política e moral. Sempre foi dos primeiros entre seus pares.

Faleceu a 4 de agosto de 1928.



ESTÁCIO DE ALBUQUERQUE COIMBRA

(1922-1926)

Nasceu a 22 de outubro de 1872, no engenho Teutrigal, município de Barreiros, província de Pernambuco. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1892. Estudante laureado e orador de sua turma na solenidade da colação do grau acadêmico. Empenhou-se em prêmios partidários desde os bancos escolares e ao entrar na vida pública já o aureolava justa fama de lutador de pulso firme. Deputado e *leader* da assembléia local a partir de 1895. Deputado federal de 1900 a 1912.

Até 1915 esteve afastado da Câmara devido a acontecimentos revolucionários que se desdobraram em seu Estado; mas naquele ano a ela voltou e nela permaneceu até ser eleito vice-presidente da República, cargo que exerceu de 1922 a 1926. Neste último ano, governador de sua terra natal, que lhe deve relevantes serviços. Deposto por efeito da revolução de 1930 sofreu longo exílio na Europa; e, de regresso à pátria, dedicou-se exclusivamente à lavoura e à indústria açucareira.

Um grande brasileiro.

Faleceu a 9 de novembro de 1937.

FERNANDO DE MELO VIANA

(1926-1930)

Nascido a 15 de março de 1878, na cidade de Sabará, em Minas Gerais. Bacharel pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 1900. Após sua formatura, promotor público de Mar de Espanha, durante alguns meses. Em seguida, advogado. De 1912 a 1919, juiz de direito do Serro, Santa Luzia de Carangola e Uberaba; e, de 1919 a 1922, procurador geral do Estado de Minas. Secretário do Interior do governador Raul Soares, a quem teve a honra de suceder, prosseguindo com sucesso sua brilhantíssima administração, interrompida em meio. Vice-presidente da República no quadriênio de Washington Luís. Com a vitória da revolução de 1930, condenou-se a voluntário ostracismo. Senador e presidente da Constituinte de 1946. O país muito espera ainda de sua comprovada capacidade de estadista.

## VICE-PRESIDENTES DO SENADO

(1891-1930):

Eis aqui, por ordem cronológica, quais foram, na vigência de nossa primeira Constituição republicana, os vice-presidentes do Senado e, conseqüentemente, presidentes do Congresso Nacional.

PRUDENTE JOSÉ DE MORAIS BARROS

(1891-1894)

Paulista. Nasceu a 4 de outubro de 1841, na cidade de Itu. Formado em 1863 pela Faculdade de Direito de São Paulo, fixou-se em Piracicaba, abrindo escritório de advocacia, envolvendo-se em competições políticas e conquistando mandatos eletivos no município e na província, dentro dos quadros do partido liberal. Em 1870, publicado o célebre manifesto de 3 de dezembro, evoluiu francamente para o radicalismo republicano de que foi ardoroso e convencido evangelizador. Deputado geral antes da queda da realeza. No atual regime, membro da junta governativa e governador de São Paulo, que representou no Senado desde a Constituinte de 1890. Foi o presidente desta; e dirigiu com tamanha elevação seus trabalhos que um grupo de congressistas dissidentes houve por bem contrapor o seu ao nome de Deodoro da Fonseca na primeira eleição para a presidência da República, efetuada, como é sabido, pela referida assembléia. Obteve 95 votos contra 122 dados ao chefe do Governo Provisório. Escolhido presidente no segundo quadriênio constitucional, teve uma administração tormentosa e difícil, escapando milagrosamente de um atentado pessoal que visava a eliminá-lo e que roubou à pátria a vida preciosa de seu ministro da Guerra, o bravo marechal Machado Bittencourt a 5 de novembro de 1897. O restabelecimento da paz no Rio Grande do Sul, a manutenção da ordem interna ameaçada por perigosas convulsões revolucionárias, a defesa intransigente de nossa soberania, ao ser ocupada pela Inglaterra a ilha da Trindade, são, entre outros, títulos inesquecíveis de sua benemerência e patriotismo vigilante. Em verdade, um varão exemplar pelas suas virtudes públicas e privadas.

Faleceu a 3 de dezembro de 1902.

UBALDINO DO AMARAL FONTOURA

(1894)

Paranaense. Nasceu a 17 de agosto de 1842 na cidade da Lapa. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1867. Era moço muito pobre e desde a adolescência tivera necessidade de angariar meios de subsistência. Nessa época, o ensino, a imprensa e o fôro criminal foram para êle grandes escolas de aprendizagem.

Concluído seu curso acadêmico, transferiu-se para Sorocaba e aí firmou seus créditos de hábil e competente advogado. Sete anos depois, Saldanha Marinho, que era uma das maiores glórias de nossas letras jurídicas, convida-o para seu companheiro de escritório. Aceita a honrosa distinção e não decepçiona o mestre ilustre, sendo notáveis os êxitos que coroam seus esforços na tribuna judiciária e no campo do direito. Mas não lhe bastam. Quer também as laureas de publicista. Quer e as consegue nas duas memoráveis campanhas da Abolição e da República. Proclamada esta última, senador à Constituinte de 1890 e ao primeiro Senado. Renunciou o mandato em dezembro do ano seguinte. Reeleito, torna a renunciá-lo em 1894 para ser ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo em que pouco se demorou. Exerceu ainda outros: os de inspetor da Alfândega e presidente da Intendência Municipal ao tempo de Deodoro da Fonseca, os de prefeito e diretor do Banco do Brasil em governos constitucionais subsequentes. Rápida sua passagem por todos êles. Não tinha apêgo às posições oficiais, que cerceavam sua liberdade de movimentos e de ação. Gostava de pensar alto e dizer livremente o que pensava.

Faleceu a 22 de janeiro de 1920.

JOÃO PEDRO BELFORT VIEIRA

(1895-1896)

Maranhense. Nasceu a 13 de dezembro de 1846. Filho do senador do Império, João Pedro Dias Vieira. Iniciou seu curso de direito na Faculdade de Pernambuco, concluindo-o na de São Paulo em 1868. Delegado de polícia, juiz substituto, curador de órfãos e diretor da instrução pública no Rio de Janeiro. Presidente do Piauí de abril de 1879 a março de 1890, no gabinete de Sinimbu. Advogado muito conceituado. Senador à Constituinte de 1890 e às duas primeiras legislaturas ordinárias, tendo sido primeiro secretário e vice-presidente do Senado. Ministro do Supremo Tribunal Federal em 1897. Político maneiroso e discreto; magistrado austero e íntegro.

Faleceu a 2 de novembro de 1910.

MANUEL DE QUEIRÓS MATOSO RIBEIRO

(1896-1901)

Nasceu no Rio de Janeiro em 1840. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1863. Embora pertencesse a uma família de larga influência na política fluminense, não teve posições de alto relêvo sob a monarquia, talvez porque já estivesse morto seu pai, — o preclaro estadista Eusébio de Queirós, — quando subiram os conservadores em 1868. Foi deputado provincial. Nada mais. Na República, tomou parte ativa na porfia dos partidos, o que lhe valeu ser senador de 1895 a 1902 na vaga de Carlos Frederico Castrioto, que, eleito na renovação do têrço do Senado em 1894, morreu em agôsto do mesmo ano. Era cidadão distintíssimo pelos seus predicados intelectuais e morais. Provam-no suas sucessivas reeleições para a vice-presidência do Senado.

Faleceu há muitos anos.

JOSÉ GOMES PINHEIRO MACHADO

(1902-1905)

Riograndense do sul. Nasceu a 8 de maio de 1851, em Cruz Alta. Ainda preparatoriano e iludindo a vigilância da família, sentou praça como voluntário e combateu valorosamente no Paraguai. Em 1868, já promovido a oficial, demitiu-se do exército por motivo de moléstia. Fêz-se estancieiro. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1878. Intemerato propagandista da República. Senador desde a Constituinte de 1890 até 1915. Foi, entre nós, o chefe político que maior soma de poderes concentrou em suas mãos sob o regime constitucional. De sua pessoa emanava energia, fôrça, autoridade. Amado e temido, mais temido do que amado. Na intimidade, maneiroso e envolvente. Devotadíssimo aos companheiros e generoso com os inimigos da véspera, se recorriam ao seu valimento. Nunca apoiou junto à administração pública pretensões equívocas de quem quer que fôsse. A amigos que lhe perguntaram de uma feita se era candidato à sucessão do marechal Hermes, respondeu que não era, nem podia ser: seu nome provocaria agitações, possivelmente revolucionárias, e não havia nome que valesse a paz da República. No fundo, um temperamento acentuadamente conservador. Jamais se envolveu em movimentos que tivessem por finalidade alterar a ordem



constitucional. Se necessário, combatia-os de armas na mão. Teve defeitos e cometeu erros, naturais na época trepidante de paixões em que viveu. Sua memória será imperecível na justiça da história. Assassinarão-no, à traição e por ódio político, a 8 de setembro de 1915.

JOAQUIM DUARTE MURTINHO

(1905-1906)

Matogrossense. Nasceu a 7 de dezembro de 1848, na cidade de Cuiabá. Engenheiro civil pela Escola Central do Rio de Janeiro, de que foi professor catedrático, mediante concurso, logo após sua formatura. Era também médico. Praticando a medicina homeopática, ganhou extensa notoriedade como clínico abalizado. Quase milagrosas as suas curas. Republicano da propaganda. Senador de 1890 a 1897, quando aceitou a direção do Ministério da Viação na interinidade de Manuel Vitorino.

Ministro da Fazenda, de 1898 a 1902, no governo de Campos Sales. Notável financista e um de nossos maiores estadistas. Voltou ao Senado em 1903. Renunciou o mandato em outubro de 1906 por divergir de seus correligionários ao ser discutido o projeto criando a *Caixa de Conversão*. Reeito, desempenhou-o até a sua morte..

Faleceu a 18 de novembro de 1911.

RUI BARBOSA

(1906-1909)

Baiano. Nasceu a 5 de novembro de 1849, na cidade do Salvador. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1870. Dêle já escrevi alhures: "Publicista, advogado, jurisconsulto, parlamentar, diplomata, estadista; mas, antes e acima de tudo, jornalista e orador, o maior de seu tempo. Sua vida foi um constante batalhar pelos mais nobres ideais da justiça e da liberdade. A êles se devotou, — vibrante, entusiasta, cheio de fé, — sacrificando-se num apostolado de mais de meio século. Deputado provincial e geral, ainda sob o Império, de quando datam algumas de suas inolvidáveis campanhas: a da abolição dos escravos, a da demolição do trono. Ministro da Fazenda no Governo Provisório da República. Constitucionalizado o país, foi o defensor máximo das conquistas liberais inscritas

no nono Pacto Fundamental de 1891, combatendo governos e amparando direitos dos fracos contra os fortes na imprensa, no parlamento, nos tribunais, em tôda parte onde se não respeitasse a majestade da lei..." E nesta síntese, a que cumpre acrescentar os vôos de seu gênio na Conferência de Haia e a intrepidez de sua ação no movimento revisionista de 1910, estão as linhas mestras do seu perfil sugestivo e empolgante.

Faleceu a 1 de março de 1923.

### QUINTINO BOCAIUVA

(1909-1912)

Carioca. Nasceu nesta cidade a 4 de dezembro de 1836. Aos 14 anos, seguiu para São Paulo, matriculando-se no curso anexo à Faculdade de Direito, com a esperança de se graduar mais tarde em ciências jurídicas e sociais, que não conseguiu pela mingua de recursos. De volta a esta capital, fêz-se homem de letras, compondo e traduzindo peças para o teatro, escrevendo e publicando ensaios críticos e opúsculos políticos, estudos literários e esbôços biográficos; mas sem prejuízo de sua atividade jornalística, pois a arena predileta de suas pelejas e vitórias sempre foi a imprensa diária, "onde conquistou o título conferido por Ferreira Araújo de *príncipe do jornalismo brasileiro* pela distinção de suas maneiras, pela nobreza de suas atitudes, pela honestidade de seus processos, pelas louçanias de seu estilo". Adepto fervoroso das idéias republicanas e redator do manifesto de 3 de dezembro de 1870, ninguém o excedeu na evangelização dos princípios nêle consubstanciados, de tal sorte que, no agonizar das instituições monárquicas, já estava consagrado como o chefe mais autorizado da propaganda democrática. Com a vitória de 15 de novembro, ministro do Exterior e, interinamente, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Senador à Constituinte de 1890 e depois, com ligeira interrupção, até 1901. Neste ano, presidente do Estado do Rio de Janeiro. Em 1904, entrou novamente para o Senado e dali só saiu pela morte. Jamais se alistou entre os incondicionais dos governos. Nunca lhes fêz oposição sistemática. Consciente de suas responsabilidades, era um conselheiro prudente e avisado, uma fôrça de reserva com que a República poderia contar sempre nos transe amargados de sua trabalhosa consolidação.

Faleceu a 11 de julho de 1912.

JOSÉ GOMES PINHEIRO MACHADO

(1912-1915)

Pela segunda vez.

ANTÔNIO FRANCISCO DE AZEREDO

Matogrossense. Nasceu a 22 de agosto de 1861, na cidade de Cuiabá. Iniciou, mas não concluiu os cursos da Escola Militar e da Escola Politécnica, vindo, afinal, a formar-se na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Jornalista político. Combativo e ousado. Após a derrocada do Império, que ajudou a demolir, ao lado de Rui Barbosa, na qualidade de Secretário do *Diário de Notícias*, um dos grandes servidores da nação, na imprensa e no parlamento. Deputado à Constituinte de 1890 e à primeira legislatura ordinária. Não foi reeleito. Senador em 1897, teve o mandato renovado em 1906, 1915 e 1924. Perdeu a cadeira em 1930 por efeito da revolução triunfante, que lhe impôs penoso exílio na Europa. Com seu trato fidalgo e sua educação finíssima a todos encantava e seduzia. Um verdadeiro *gentleman*.

Nos quinze anos em que ocupou a vice-presidência do Senado, seus salões foram o ponto de reunião dos mais elevados representantes da sociedade política e mundana do tempo.

Faleceu a 8 de março de 1936.

SENADORES

O Senado que a revolução de 1889 criou e a revolução de 1930 destruiu durou exatamente quarenta anos, tendo sofrido profundíssimas alterações:

AMAZONAS

*Manoel Francisco Machado* — Paraense. Nasceu na cidade de Óbidos em 1838. Formado em direito pela Universidade de Coimbra. Jornalista e orador. Literato e jurista. Exerceu importantes cargos de nomeação e eleição na antiga província do Amazonas. Era liberal e foi, na monarquia, o último presidente daquela província. Titular do Império: *barão de Solimões*. Não foi reeleito em 1899. Morreu octogenário, esquecido e alheio às lutas políticas.

*Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho* — Baiano. Nasceu a 12 de maio de 1837. Abraçou a carreira das armas, atingindo ao pôsto de coronel. Engenheiro militar e bacharel em matemáticas e ciências físicas. Quando segundo tenente, serviu, pela primeira vez, no Amazonas e ali desempenhou, em épocas diversas, numerosos cargos técnicos e administrativos. Identificou-se inteiramente com a vida da província e, sobrevivendo a República, foi político de larga influência. Faleceu a 8 de outubro de 1893.

*Joaquim José Paes da Silva Sarmiento* — Amazonense. Concluído seu curso de humanidades, não pôde matricular-se em nenhuma escola superior. Entrou para o funcionalismo público, aposentando-se como inspetor da Tesouraria Provincial. Redigiu gazetas partidárias e teve grande evidência política na província, que governou, em 1884, na qualidade de vice-presidente. Reeito em 1894, exerceu o mandato até 1903, quando o mesmo deixou de ser renovado. Faleceu a 10 de março de 1914, em idade muito avançada.

*José da Costa Azevedo*, que era agraciado com o título de *barão de Ladário*. Carioca. Nasceu a 30 de novembro de 1823. Militar. Reformado no pôsto de almirante pelo Govêrno Provisório da República, que o encontrara dirigindo a pasta da Marinha no gabinete presidido pelo visconde de Ouro Preto. Foi de seus colegas de govêrno o único que enfrentou as fôrças sublevadas a 15 de novembro, procurando defender o regime deposto. Gravemente ferido, escapou de ser trucidado devido à intervenção pessoal de Deodoro da Fonseca. No Império, representou o Amazonas na Câmara dos Deputados de 1878 a 1881; e na República tomou assento no Senado, ainda como representante daquela ex-província, de 1894 a 1897 e de 1903 a 1904. Bravo marinheiro; espírito muito culto. Faleceu a 24 de outubro de 1904.

*Jonathas de Freitas Pedrosa* — Baiano. Nasceu a 8 de abril de 1850. Formado em medicina, estabeleceu-se em Manaus, onde exerceu a clínica por vários anos. De 1876 a 1888, médico militar. Antes e depois, diretor da instrução pública, diretor da Escola Normal, inspetor de saúde, médico do corpo de polícia, chefe do corpo clínico do Hospital da Misericórdia e da Beneficência Portuguesa.

Senador em 1897, não sendo reeleito em 1906. Voltou, porém, ao Senado no ano seguinte, em substituição de Alexandrino de Alencar, nomeado ministro da Marinha no govêrno de Afonso Pena. Governador do Amazonas em 1913. Terminado seu quadriênio governamental, retraiu-se das lutas dos partidos. E' falecido.

*Silvério José Néri* — Amazonense. Nasceu a 8 de outubro de 1858. Graduado pela Escola Militar segundo tenente em 1878. Era



também agrimensor pela Escola Politécnica. Em sua província, dedicou-se à medição de terras e a outros trabalhos de engenharia, envolvendo-se, ao mesmo tempo, em prêlios partidários. Demitiu-se do exército em 1885. Deputado provincial de 1882 a 1889 e estadual de 1891 a 1896. Deputado federal de 1897 a 1900, quando passou para o Senado na renovação do têrço. De julho dêsse ano até 1904, governador de seu Estado. Retornou ao Senado, na vaga de Constantino Néri. Reeleito em 1909, 1918 e 1927. Extensíssima sua influência na política local. E' falecido.

*Antônio Constantino Néri* — Amazonense. Engenheiro militar. Atingiu ao pôsto de general de brigada, no qual se reformou em 1911. Em 1901, senador, e, em 1904, governador do Estado, substituindo tanto num como noutro dêstes cargos seu irmão Silvério José Néri, com quem se desaveio, sendo forçado a abandonar a política. E' falecido.

*Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto* — Carioca. Nasceu a 27 de fevereiro de 1869. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891. Doutorou-se alguns anos depois pela do Rio de Janeiro. Fêz tôda sua carreira no Amazonas: juiz, professor, jornalista e político. Deputado federal em três legislaturas. Senador em 1905. Renunciou o mandato em 1908 para ser vice-governador do Estado no quatrênio do coronel Bittencourt, que decorreu no meio de convulsões e tumultos revolucionários. Amortecidos os dissídios partidários no govêrno de Jonatas Pedrosa, entrou para a magistratura. Aposentou-se como desembargador. Faleceu a 17 de abril de 1948.

*Alexandrino Faria de Alencar* — Riograndense do sul. Nasceu a 12 de outubro de 1848. Valoroso militar. Percorreu com raro brilhantismo todos os postos da hierarquia de nossa marinha de guerra, sendo reformado compulsòriamente no de almirante em 1916. Relevantíssimos seus serviços à República na manhã histórica de 15 de novembro. Por solidariedade com sua classe, aderiu à revolta da Armada em 1893, ficando lendárias as façanhas que praticou no comando do *Aquidaban*. Dominada aquela revolta, combateu heroicamente nas campinas gaúchas, refugiando-se por fim nas repúblicas platinas. Votada a anistia em 1895, regressou ao Brasil, retomando o ritmo de sua atividade profissional. Ministro da Marinha de novembro de 1906 a novembro de 1910, de agôsto de 1913 a novembro de 1918 e de novembro de 1922 a abril de 1926. Ao todo, doze anos, oito meses e alguns dias de fecundíssimas administrações. Ministro do Supremo Tribunal Militar em 1909. Por duas vêzes senador pelo Amazonas.



Uma das glórias mais legítimas de nossa história naval. Faleceu no cargo de ministro a 17 de abril de 1926.

*Jorge de Moraes* — Amazonense. Nasceu a 18 de julho de 1872. Clínico e cirurgião de nomeada. Belo talento. Eloquentor orador. Deputado federal em 1905. Senador em 1909. Perdeu o mandato por haver assumido o lugar de intendente de Manaus. Não voltou mais à representação nacional. Nos últimos anos de vida, desempenhou comissões técnicas e administrativas nesta capital para onde se mudou. Faleceu a 2 de março de 1947.

*Gabriel Salgado dos Santos* — Amazonense. Nasceu a 26 de novembro de 1855. Engenheiro militar. Tinha sólido preparo científico, revelado em numerosos trabalhos que escreveu ou realizou. Deputado e senador pelo seu Estado. Faleceu a 11 de junho de 1915.

*Antônio Luís von Hoonholtz*, barão de Teffé — Fluminense. Nasceu a 9 de maio de 1837. Oficial de marinha. Aos vinte e um anos, ainda segundo tenente, professor da Escola de Marinha, nomeado para reger a cadeira de hidrografia, matéria sobre que publicou magnífica contribuição. Em 1865, declarada a guerra do Paraguai, comandou a *Araguari*, a cujo bordo obrou prodígios de bravura na batalha naval do Riachuelo, de que nos legou comovente narrativa. Outros e valiosíssimos seus serviços de guerra. Feita a paz, chefiou várias comissões, uma das quais lhe deu grande renome, — a da demarcação de limites com o Peru. Almirante reformado. Diplomata. Era nosso plenipotenciário na Bélgica ao ser proclamada a República. Senador de 1913 a 1914. Deixou algumas produções literárias.

Faleceu a 7 de fevereiro de 1931.

*Augusto César Lopes Gonçalves* — Maranhense. Nasceu a 3 de agosto de 1870. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1889. Após rápida permanência em seu Estado, onde foi secretário do governador Belfort Vieira, transferiu-se para o Amazonas. Advogado e político. Senador em 1915. Reeito em 1924; mas desta vez por Sergipe e não pelo Amazonas. Encerrou sua carreira parlamentar em 1930. Orador e jurista. Mestre em direito constitucional. E' falecido.

*César do Rêgo Monteiro* — Piauiense. Nasceu a 17 de abril de 1863. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1885. Promotor e juiz municipal em sua província; juiz de direito e desembargador no Amazonas. Aposentado em 1913, fixou-se no Rio de Janeiro, sem romper, entretanto, suas ligações políticas no grande Estado do norte, de cujo congresso continuou a fazer parte. Senador

federal a partir de 1916. Em 1921, governador. Foi o último cargo que exerceu. Advogado de notória competência; escritor de mérito. E' falecido.

*Alexandre José Barbosa Lima* — Pernambucano. Pertencia ao exército. Reformou-se em 1912 no posto de general de brigada. Professor da Escola Militar do Ceará, foi um dos membros da Junta Governativa ali instalada ao ser implantada a República, que tinha tido nêle devotado propagandista. Deputado por aquêlê Estado, por Pernambuco, pelo Rio Grande do Sul e pelo Distrito Federal. Senador pelo Amazonas de 1923 a 1929. Governou Pernambuco de 1892 a 1896. Intensa sua projecção na vida política do país. Orador de peregrina eloquência. Profundíssima sua cultura filosófica e política. Era um pensador.

Faleceu a 9 de janeiro de 1931.

*Aristides Rocha* — Piauiense. Nasceu a 9 de agosto de 1882. Fêz seus estudos primários e secundários no Amazonas. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1907. Ainda acadêmico, sollicitador em Manaus. Distinto advogado, jornalista e professor de direito. De 1912 a 1920, deputado à assembléia local. Por vêzes, *leader* de sua maioria. Deputado federal em 1920 e senador em 1924. Parlamentar operoso e de aplaudida capacidade. Dissolvido o Senado em 1930, não se afastou da atividade política e foi deputado estadual.

Faleceu a 13 de setembro de 1950.

*Efigênio Ferreira Sales* — Mineiro. Nasceu na cidade do Serro em 1877. Formado pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1912. Em 1897 era professor em São Paulo e resolveu tentar fortuna no Amazonas, estabelecendo-se em Manaus.

A princípio, jornalista provinciano. Depois, distribuidor geral do fôro e político em evidência. Deputado federal, governador e senador. Decaído das posições oficiais em 1930, não se conformou com a situação criada pela revolução e foi, como outrora, lutador corajoso e desassombrado. E' falecido.

#### PARÁ

*José Paes de Carvalho* — Paraense. Nasceu em 1850. Doutor em medicina pela Escola Cirúrgica de Lisboa. Uma vez diplomado, regressou à pátria; e, aprovado em exame de habilitação pela Faculdade da Bahia, em 1873, abriu consultório em Belém donde se irradiou por todo o norte do país sua justa fama de habilíssimo operador. Propagandista da República. Depois de 15 de novembro de

1889, o chefe supremo do partido situacionista do seu Estado. Solidário com Justo Chermont, ministro do Exterior, depois de Quintino Bocaiuva, apoiou o golpe de Estado de 3 de novembro de 1891, dissolvendo o Congresso Nacional, e, vitorioso o contra-golpe de 23 do mesmo mês e ano, renunciou seu mandato de senador. Não perdeu, porém, a confiança de seus amigos do Estado, sendo eleito em 1897 para suceder a Lauro Sodré no govêrno local. De novo senador, — 1903 a 1912, — raramente comparecia ao Senado, permanecendo em Paris, para onde mudara sua residência. E assim, aos poucos, desprendeuse de suas ligações partidárias. Teria sido por certo um vulto proeminente da política nacional se muito cedo não houvesse abandonado o cenário de seus primeiros triunfos. Faleceu em Paris, contando mais de noventa anos de idade, quando aquela cidade foi ocupada pelos alemães na última conflagração mundial.

*Manuel de Melo Cardoso Barata* — Paraense. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1872. Proprietário de ricas fazendas de criação na ilha de Marajó. Abolicionista e republicano. Juntamente com Paes de Carvalho, Lauro Sodré, Justo Chermont, Henrique Santa Rosa e outros, redator da *A República*, órgão do Clube Republicano Paraense, fundado em 1886. Partidário muito ardoroso em suas convicções democráticas. Cultivava com carinho as letras históricas e a elas se consagrou inteiramente nos últimos anos de sua existência, publicando várias monografias de altíssimo valor. Doou toda sua biblioteca ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que, por gratidão, conserva seu retrato na galeria de honra de seus sócios beneméritos. Excluído do Senado em 1906. Faleceu a 4 de setembro de 1916.

*Antônio Nicolau Monteiro Baena* — Paraense. Militar. Demitiu-se do exército ainda tenente para comandar o corpo de polícia de sua província, com a graduação de major, pôsto em que se reformou. Inteligente e relativamente culto. Eleito vice-governador em 1897, deixou o Senado. Faleceu a 18 de julho de 1898.

*Raimundo Nina Ribeiro* — Paraense. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1879. Talento e ilustração invulgares. Filiado ao partido conservador e militando nesse partido ao lado do grupo menos reacionário, fácil é explicar como e porque se encontrou entre os adeptos da República, logo na primeira hora, após seu alvorecer. Deputado à Constituinte, salientou-se por aprimorados dotes de espírito. Senador em 1892 na vaga aberta com a renúncia de Paes de Carvalho. Uma enfermidade insidiosa e pertinaz levou-o à terra cearense, cujo clima parecia aconselhado para o mal, o que não resistiu.

Faleceu a 5 de abril de 1894.

*Justo Leite Chermont* — Paraense. Nasceu a 27 de junho de 1857. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1880. Depois de ter sido promotor e deputado provincial, declarou-se republicano. Um dos grandes nomes da propaganda. Primeiro governador de seu Estado. Ministro do Exterior em fevereiro de 1891. Exonerado com a ascensão de Floriano Peixoto ao poder. Deputado federal em 1894, não chegou a tomar posse da cadeira por haver sido eleito senador. Reeito por nove anos em 1900. Não obteve a renovação do mandato. Sua situação partidária ficou restrita às fronteiras do Estado. Faleceu a 4 de janeiro de 1926.

*Lauro Nina Sodré e Silva* — Paraense. Nasceu a 17 de outubro de 1858. Oficial general do exército. Professor da Escola Militar. Proclamada a República, que o contara entre seus mais fervorosos evangelizadores, secretário de Benjamin Constant, seu mestre e amigo, nos ministérios da Guerra e da Instrução Pública.

Deputado à Constituinte. Orador e publicista. Primeiro governador constitucional de seu Estado e o único que nas vinte unidades federativas protestou contra a dissolução do Congresso Nacional em 3 de novembro de 1891. Senador de 1897 a 1902 pelo Pará, de 1903 a 1912 pelo Distrito Federal e de 1913 a 1917 novamente pelo Pará. Neste último ano, governador, pela segunda vez, de seu Estado natal. —Retornou ao Senado em 1921 e nele teve assento até 1930. Uma de nossas grandes figuras consulares. E' falecido.

*Artur Índio do Brasil e Silva* — Riograndense do sul. Nasceu a 22 de fevereiro de 1849. Oficial de marinha. Atingiu ao posto de contra-almirante. Técnico e cientista de valor. Estava no Pará ao sobrevir a República. Chefe da segurança pública do Pará. Presidente do Conselho de Intendência de Belém. Valiosos seus serviços políticos. Deputado à Constituinte a várias legislaturas ordinárias. Senador de 1906 a 1924. Não disputou a reeleição. E' falecido.

*Artur de Sousa Lemos* — Maranhense. Nasceu a 1 de abril de 1871. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1892. Promotor público em sua terra natal, ali pouco se demorou, seguindo em 1893 para a capital do Pará, onde exerceu o cargo de procurador do Tesouro, de que se exonerou para entregar-se, de todo, à advocacia e à política. Deputado estadual em 1897, federal em 1900, senador em 1909. Poeta, jornalista, orador. Copiosas suas produções literárias, que correm mundo em livros e periódicos da época. Professor de direito constitucional na Faculdade de Direito de Belém. Triste e apagado o crepúsculo de sua vida. E' falecido.

*Firmo José da Costa Braga* — Paraense. Nasceu a 1 de junho de 1858. Bacharel em ciências naturais pela Escola Politécnica de



Lisboa (1880) e doutor em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica da mesma cidade (1886) e pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1891). Clínico ilustre. Jornalista e literato. Deputado estadual de 1893 a 1899 e federal de 1912 a 1914. Senador em 1918.

Faleceu em janeiro de 1921.

*Cipriano José dos Santos* — Eleito senador na renovação do têrço do Senado em 1921, não aceitou o mandato.

*Dionísio Ausier Bentes* — Paraense. Nasceu na cidade de Faro. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Clínico competentíssimo em Belém. Deputado estadual e federal. Em 1924 era senador federal, ao assumir o cargo de governador de seu Estado, que administrou por espaço de quatro anos com aplausos gerais.

Voltou ao Senado em 1929. Só reapareceu politicamente em 1949, ocupando, como suplente, uma cadeira de deputado. Faleceu em dezembro dêsse mesmo ano, rodeado das mais carinhosas homenagens de seus pares.

*Antonino Emiliano de Sousa Castro* — Paraense. Nasceu a 15 de setembro de 1876. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1900. Em várias viagens à Europa, aperfeiçoou seus estudos nos hospitais de Paris, Londres, Berlim e Viena. Profissional muito conceituado. Deputado estadual e federal. Governador do Estado em 1920 e senador em 1925. Perdeu o mandato com a revolução de 1930.

Faleceu em julho de 1951.

*Eurico de Freitas Vale* — Paraense. Nasceu a 21 de maio de 1888. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1909. Professor da Faculdade de Direito de Belém. Especializou-se em direito comercial, jornalista e político. Deputado estadual e federal. De 1924 a 1926, vice-presidente da Câmara. Senador neste último ano. Parlamentar ilustre. Governador de seu Estado. Estava no exercício do cargo ao explodir a revolução de 1930. Deposto, mudou-se para esta capital, dedicando-se à advocacia e ao magistério.

#### MARANHÃO

*João Pedro Belfort Vieira* — Vide vice-presidente do Senado.

*Francisco Manuel da Cunha Júnior* — Maranhense. Declarada a guerra do Paraguai, alistou-se no primeiro corpo de voluntários da pátria organizado em sua província. Fêz tôda a campanha desde Tuiuti até Campo Grande. Inolvidáveis seus atos de heroismo. Regressou do teatro das operações militares no pôsto de tenente-coronel.



Teve depois os de coronel e general honorário. Tabelaio nesta capital. Nos governos de Deodoro e Floriano, sendo senador, desempenhou delicadas comissões de ordem política.

Faleceu a 31 de agosto de 1895.

*José Secundino Lopes Gomensoro* — Maranhense. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1861. Magistrado. Juiz de Direito em Guaratinguetá, Desterro (hoje Florianópolis) e Iguaçu. Desembargador da Relação do Pará em 1887.

E' falecido.

*Augusto Olímpio Gomes de Castro* — Maranhense. Nasceu a 7 de novembro de 1836. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1861. Orador de raça. Verdadeiro mestre da palavra. Menos de um ano após sua formatura, deputado à assembléia provincial eleito pelo partido conservador, de que veio a ser em sua terra um dos mais prestigiosos chefes. Em 1867 deputado geral, sendo sucessivamente reeleito até 1889. Sòmente esteve fora da Câmara de 1878 a 1881. Seus discursos, de empolgante eloquência, abalaram, por vèzes, ministérios e situações. Presidiu o Piauí e duas vèzes o Maranhão. Em 1872, nomeado ministro da Marinha, não aceitou a pasta. Presidente da Câmara em 1887. Na República foi vice-governador do Estado e senador federal de 1894 a 1909. Como no Império, insigne parlamentar.

Faleceu a 31 de janeiro de 1909.

*Benedito Pereira Leite* — Maranhense. Nasceu a 4 de outubro de 1858. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1882. Promotor e juiz municipal em sua província. Com a República, advogado na capital. Jornalista de combate. Fundador do *O Nacional*, órgão do partido que dominaria o Estado depois da deposição do governador Lourenço de Sá em 1891. Nessa ocasião, membro da Junta Governativa e deputado à Constituinte local. Deputado federal em 1893 e senador de 1896 a 1906. Decisiva então sua ascendência na política estadual. Governador em 1906. Atacado de cruel enfermidade, licenciou-se, seguindo para a Europa, onde faleceu a 6 de março de 1909.

*Manuel Inácio Belfort Vieira* — Maranhense. Nasceu a 30 de abril de 1854. Almirante. Brilhante fé de ofício. Deputado à Constituinte e à primeira legislatura ordinária pelo Amazonas. Renunciou o mandato para ser governador do Maranhão de 1892 a 1897. Findo seu govêrno, senador pelo mesmo Estado. Reeito em 1900. Ministro da Marinha na presidência de Hermes da Fonseca.

Faleceu a 31 de julho de 1913.

*Urbano Santos da Costa Araújo* — Vide presidentes do Senado.

*José Eusébio de Carvalho Oliveira* — Piauiense. Nasceu a 10 de janeiro de 1869. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1891. Promotor e juiz no Maranhão, aí fez sua carreira política com auspiciosos sucessos. Deputado federal de 1900 a 1909 e senador até a morte.

Faleceu a 28 de abril de 1925.

*Alexandre Colares Moreira* — Maranhense. Nasceu a 8 de fevereiro de 1849. Não tinha laureas académicas. Proprietário e agricultor no município de Cadó, donde era natural. De 1874 a 1879, deputado provincial. Mudando-se para a capital da provincia, empregou sua actividade em empresas industriais e bancárias. Extensa sua influencia na politica local. Intendente da cidade de São Luís, cuja remodelação iniciou. Vice-governador do Estado, que governou interinamente. Senador em 1909, renunciou o mandato no ano seguinte.

Faleceu em outubro de 1917.

*Fernando Mendes de Almeida* — Carioca. Nasceu a 26 de julho de 1845. Descendia de importante família maranhense. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1879. Advogado e jornalista, homem de letras e professor de direito. Um dos fundadores da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Por muitos anos, director do *Jornal do Brasil*. Senador em 1910.

E' falecido.

*Manuel Bernardino da Costa Rodrigues* — Maranhense. Nasceu a 5 de fevereiro de 1853. Formado em medicina pela Faculdade da Bahia em 1875. Clínico de renome. Antes de abrir seu consultório em São Luís, frequentou, em cursos especializados, os mais afamados hospitais de Paris e Viena. Politico de prestigio desde o Império, quando foi deputado provincial e geral. Na República, deputado à Constituinte e a diversas legislaturas ordinárias, quase sempre em opposição. Senador em 1915. Reeleito em 1924. Chefiava uma forte corrente partidária em seu Estado.

Faleceu em 1929.

*Godofredo Mendes Viana* — Maranhense. Nasceu a 14 de junho de 1878. Formado em direito pela Faculdade da Bahia em 1903. Promotor, juiz municipal e juiz substituto federal em seu Estado. Publicou vários trabalhos jurídicos e históricos. Senador em 1921. No ano seguinte, governador. Voltou ao Senado em 1926. De 1934 a 1937, ainda fez parte da representação maranhense. No regime

ditatorial inaugurado em 1937, serventuário da justiça no fôro desta Capital.

Faleceu em 1945.

*Francisco da Cunha Machado* — Maranhense. Nasceu a 14 de abril de 1860. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1881. Magistrado. Aposentou-se como desembargador em 1903. Deputado federal de 1904 a 1923. Neste último ano, senador. Parlamentar operoso e capaz.

E' falecido.

*José Maria Magalhães de Almeida* — Maranhense. Oficial de marinha. Serviu por alguns anos no estrangeiro como adido militar. Deputado e senador federal. Em 1925 governador do Estado. Depois novamente senador. Após a revolução de 1930, continuou militando na política partidária, que abandonou, de vez, em 1937, retornando à sua profissão. Reformou-se no pôsto de capitão de mar e guerra.

Faleceu em 1946.

*Antônio Brício da Costa Araújo* — Maranhense. Funcionário público. Era irmão de Urbano Santos. Passou apagadamente pelo Senado em 1929.

E' falecido.

#### PIAUI

*Joaquim Antônio da Cruz* — Maranhense. Nasceu a 6 de janeiro de 1846. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, entrou para o corpo sanitário do exército. Gozava de altíssimo conceito em sua classe e nos meios políticos. Findo seu mandato de senador, não foi reeleito; mas ainda voltou ao Congresso Nacional, ocupando uma cadeira de deputado de 1906 a 1912.

Faleceu em 10 de outubro de 1912.

*Teodoro Alves Pacheco* — Piauiense. Nasceu a 18 de julho de 1851. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1877. Orador eloquente e vigoroso jornalista. Notável sua capacidade dirigente no seio dos partidos locais. Espírito de elite. Sua morte prematura roubou-o às glórias que o futuro lhe reservava.

Faleceu a 29 de novembro de 1891.

*Eliseu de Sousa Martins* — Piauiense. Bacharel e doutor pela Faculdade de Direito do Recife em 1866 e 1873. Político em evidência desde a monarquia. Presidente do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo de 1878 a 1880. Inteligência viva. Grande saber jurídico.

E' falecido.

*Antônio Coelho Rodrigues* — Piauiense. Nasceu em 1946. Formado em 1866 pela Faculdade de Direito do Recife, de que foi professor catedrático em 1878. Literato e orador, polemista e panfle-tário. Jurisconsulto, dos maiores que têm tido o Brasil, sendo de sua autoria a lei do casamento civil e um projeto do Código Civil, que escreveu, comissionado pelo Governo Provisório da República. Depois de aposentado, professor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Deputado geral de 1869 a 1872, em 1878 e de 1886 a 1889. Senador de 1893 a 1896. Prefeito do Distrito Federal em 1900.

Faleceu, no pôrto de São Vicente, em viagem de regresso à pá-tria, a 1 de abril de 1912.

*Firmino Pires Ferreira* — Piauiense. Nasceu a 25 de setembro de 1848. Militar. Fêz tôda a campanha do Paraguai, distinguindo-se por numerosos atos de bravura. Marechal reformado do exército em 1913. Deputado à Constituinte e à primeira legislatura ordinária. Senador de 1894 a 1921 e de 1927 em diante. Político habilíssimo.

Faleceu a 21 de julho de 1930.

*Joaquim Nogueira Paranaguá* — Piauiense. Nasceu a 11 de janeiro de 1855. Formado em medicina. Clínico em sua província, onde era tradicional a influência de sua família. Deputado provincial de 1885 a 1889. Propagandista da República. Em 1890, administrou seu Estado durante alguns meses na qualidade de vice-governador. Deputado à Constituinte e às duas primeiras legislaturas. Senador em 1897. Ferido pela adversidade política, não foi reeleito em 1906. Fiquou-se nesta cidade e foi tesoureiro da Imprensa Nacional. Publicou memórias históricas e narrativas de viagens.

E' falecido.

*Alvaro de Assis Osório Mendes* — Piauiense. Nasceu a 31 de maio de 1853. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1878. Magistrado. Desembargador em 1891, ao ser organizado o Tribunal de Justiça do Estado. Por duas vêzes, chefe de polícia. Senador em 1900.

Faleceu no cargo de governador a 5 de dezembro de 1907.

*Raimundo Artur de Vasconcelos* — Piauiense. Nasceu a 29 de março de 1866. Engenheiro militar e bacharel em matemáticas e ci-ências físicas. Republicano desde os bancos da Escola Militar. Deputado federal em 1895 e 1896. Governador do Estado de 1896 a 1900.



Logo depois, voltou à Câmara. De 1904 a 1908 senador. Não foi reeleito; mas ainda teve assento na Câmara de 1912 a 1915. A seguir, veio o ostracismo e encerrou sua carreira política.

E' falecido.

*Anísio Auto de Abreu* — Piauiense. Nasceu em 1864. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1885. Talento privilegiado. Jornalista, poeta, literato, orador e jurista. Até 1894, exerceu vários cargos de nomeação e eleição popular. Nesse ano e até 1906, deputado federal. Em 1906, senador. Parlamentar eminente numa e noutra casa do Congresso. Em 1908, governador do Estado, cargo em que faleceu a 6 de dezembro de 1909.

*Gervásio de Brito Passos* — Piauiense. Não frequentou nenhuma de nossas escolas superiores. Era agricultor e fazendeiro. Em Piracuruca, onde residia, e nos municípios vizinhos adquirira apreciável clientela eleitoral, sendo um dos chefes locais do partido conservador, ao tempo do Império. Deputado e presidente da assembléia provincial. Não perdeu sua influência no regime republicano e, em 1908, substituiu a Anísio de Abreu no Senado, não sendo reeleito em 1914.

E' falecido.

*Joaquim Ribeiro Gonçalves* — Piauiense. Nasceu em 1860. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1882. Exerceu cargos de judicatura em sua província, foi advogado no Amazonas e, por fim, dedicou-se à indústria pecuária no Maranhão. Senador pelo seu Estado de 1909 até 1921. Escritor fino e elegante.

Faleceu a 24 de junho de 1921.

*Abdiar da Costa Neves* — Piauiense. Nasceu a 19 de novembro de 1876. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1898. Fêz suas primeiras armas na advocacia e no magistério secundário. Mais tarde, juiz de direito em Piracuruca e juiz substituto federal em Teresina. Economista e sociologo. Bom orador. Entrou para o Senado em 1915 e ali esteve até 1924. De então em diante circunscreveu sua atividade às fronteiras do Estado.

E' falecido.

*Antonino Freire da Silva* — Piauiense. Engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Profissional competetíssimo. Diretor das obras públicas do Estado, prestou a êste assinalados serviços. Governador de 1909 a 1913. Deputado federal em duas legislaturas. Senador de 1919 a 1924 e em 1930.

E' falecido.

*José Félix Alves Pacheco* — Piauiense. Nasceu a 2 de agosto de 1879. Tinha apenas o curso de preparatórios feito no Colégio Militar desta cidade. Sua principal arena de combate foi a imprensa, na qual acabou seus dias como redator chefe e proprietário do *Jornal do Comércio*. Luminosa inteligência, esmerada cultura literária. Poeta e publicista. Membro da Academia de Letras. Deputado federal em várias legislaturas. Senador em 1921. Renunciou o mandato no ano seguinte para ser ministro do Exterior no governo de Artur Bernardes. Voltou ao Senado em 1927.

Faleceu a 6 de dezembro de 1935.

*José Pires Rebelo* — Piauiense. Nasceu a 12 de setembro de 1877. Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1900. Ocupou diferentes cargos administrativos e foi político de atitudes muito radicais. Deputado federal em duas legislaturas e senador em 1923.

Faleceu em novembro de 1947.

*Eurípedes Clementino de Aguiar* — Maranhense. Nasceu a 19 de janeiro de 1880. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1902. De volta da Europa, onde visitou os maiores centros de cultura médica, abriu consultório na cidade de Floriano, Estado do Piauí. Atraído pela política, foi deputado estadual e, de 1916 a 1920, governador do Estado. A seguir, deputado federal e, em 1924, senador na renovação do terço do Senado. Dissolvido este em 1930, continuou a ser e ainda é político militante nas competições dos partidos locais.

#### CEARÁ

*Joaquim de Oliveira Catunda* — Cearense. Nasceu em 1833. Agrimensor pela antiga Escola Central do Rio de Janeiro. Professor de filosofia no Liceu da Fortaleza e de alemão e grego na Escola Militar ali fundada nos últimos anos do Império. Jornalista e historiador. Republicano da propaganda. Senador à Constituinte e até a morte.

Faleceu a 29 de julho de 1907.

*Manuel Bezerra de Albuquerque* — Cearense. Nasceu a 23 de agosto de 1843. Militar. Fêz a campanha do Paraguai. Soldado valoroso e bravo. Reformou-se em 1883, com as honras de coronel. Lente da Escola Militar do Ceará e político de grande prestígio no começo do regime republicano.

Faleceu a 12 de abril de 1892.

*Teodoreto Carlos de Faria Souto* — Cearense. Nasceu a 4 de novembro de 1841. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1865. Político na provincia. Vindo para o sul, estabeleceu banca de advogado em Cantagalo. Mudando-se para esta cidade, fêz parte da redação da *A Reforma*, órgão do partido liberal. Em 1878, deputado geral pelo Ceará. Teve papel saliente no movimento abolicionista; e, presidindo o Amazonas, coube-lhe a glória de declarar extinta a escravidão naquela provincia, em 1884. Antes, em 1883, governara Santa Catarina. Reputado financista. Depois de 1889, presidente do Banco do Brasil e um dos directores do Banco da República. Não terminou o mandato senatorial.

Faleceu a 11 de agosto de 1893.

*João Cordeiro* — Cearense. Nasceu a 31 de agosto de 1842. Não possuía pergaminhos académicos. Comerciante abastado em Fortaleza e dono de uma fábrica de chapéus nesta capital. Abolicionista e republicano extremado. Senador desde 1892. Em 1906 não foi reeleito. Deputado federal até 1909. Na presidência de Nilo Peçanha governador do Alto Juruá.

E' falecido.

*Antônio Pinto Nogueira Acioli* — Cearense. Nasceu a 11 de outubro de 1840. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1864. A politica foi a grande paixão de sua vida. No Império, um dos dirigentes do partido liberal da provincia. Deputado provincial e geral. Estava escolhido senador ao desabar das instituições monarchicas. Na República, o chefe mais prestigioso do situacionismo local. Senador em 1894. Três anos depois, successor de Bezerril Fontenele no govêrno do Estado. Em 1900, deputado federal e em 1903 de novo senador. Em 1904, governador pela segunda vez e, em 1908, reeleito. Deposto em 1912. Veio para esta cidade, não resistindo às decepções e amarguras da derrota.

E' falecido.

*José Freire Bezerril Fontencle* — Cearense. Nasceu a 19 de março de 1850. Engenheiro militar. Reformou-se no pôsto de marechal graduado em 1913. Professor da Escola Militar de Fortaleza. Propagandista da República. Deputado à Constituinte e à primeira legislatura. Governador do Estado de 1893 a 1897. Posteriormente, teve um lugar, ora na Câmara, ora no Senado, até 1915, quando, excluído da representação nacional, condenou-se a voluntário retraimento político.

E' falecido.

*Pedro Augusto Borges* — Cearense. Nasceu a 29 de abril de 1851. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1873. Médico militar. Reformou-se no posto de general. Deputado federal de 1894 a 1900. Governador do Estado de 1900 a 1904 e senador de 1904 a 1921.

E' falecido.

*Francisco Sá* — Mineiro. Nasceu a 14 de setembro de 1862. Engenheiro pela Escola de Ouro Preto em 1884. Técnico abalissadíssimo. Pouco depois de sua formatura, secretário da presidência do Ceará. Ali contraiu núpcias com uma filha do chefe liberal Nogueira Acioli e foi político de larga atuação partidária. A República encontrou-o eleito e reconhecido deputado geral por aquela província de que se retirou para desempenhar comissões e cargos administrativos na Bahia e em seu Estado natal. Neste era, em 1897, secretário da Agricultura, quando seus velhos amigos do Ceará o investiram do mandato de deputado federal. Reeito até 1905. Em 1906, senador; e, em 1909, ministro da Viação, no governo de Nilo Peçanha. Voltou ao Senado de 1911 a 1922. Ministro da Viação, pela segunda vez, de 1922 a 1926, no quadriênio de Artur Bernardes. Em 1927, restituído à sua cadeira na Câmara alta do Congresso Nacional, que deixou definitivamente com a sua dissolução em 1930. Velho e alquebrado pela idade, nada mais ambicionava. Era um desiludido e viveu seus últimos anos das recordações do seu passado de parlamentar ilustre, de orador famoso, de administrador modelar. Sem contestação possível, um dos grandes estadistas da República.

Faleceu a 23 de abril de 1936.

*Tomaz Pompeu Pinto Acioli* — Cearense. Nasceu a 30 de julho de 1868. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1889. Professor da Escola Normal e da Faculdade de Direito de Fortaleza. Desta última, um dos fundadores. Secretário do Interior no governo de Bezerra Fontenele. Deputado estadual de 1892 a 1897 e federal de 1897 a 1909. Senador de 1909 a 1918. Inteligente, ponderado e culto.

E' falecido.

*José Joaquim Domingues Carneiro* — Cearense. Nasceu a 21 de setembro de 1836. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1863. Magistrado. Fêz toda sua carreira no Ceará. Aposentado como desembargador. Sempre foi amigo político de Nogueira Acioli. Presidente do Congresso do Estado em 1892. Senador em 1909. Renun-



ciou o mandato no ano seguinte, abrindo vaga para Francisco Sá, que, segundo pensava e dizia, não podia ficar fora do Parlamento.

Faleceu a 14 de setembro de 1915.

*Benjamin Liberato Barroso* — Cearense. Nasceu a 31 de março de 1859. Engenheiro militar e bacharel em matemáticas e ciências físicas. Professor da extinta Escola Militar de Fortaleza. Deputado federal na primeira legislatura. Não foi reeleito. Em 1912, candidato de conciliação ao governo do Estado, que administrou até 1916. Senador de 1918 a 1927. Reformou-se no posto de general e não se envolveu mais em lutas políticas.

E' falecido.

*João Tomé de Saboia e Silva* — Cearense. Formado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1891. Profissional de reconhecido valor. Grande industrial. Em 1916, governador do Estado e de 1921 a 1930 senador.

Faleceu em julho de 1945.

*José Pompeu Pinto Acioli* — Cearense. Nasceu a 11 de maio de 1873. Militar. Demitiu-se do exército por incapacidade física. Deputado estadual e, por vezes, secretário do Interior e da Justiça em seu Estado. Com a deposição de seu pai, o governador Nogueira Acioli, em 1912, decaiu das posições oficiais, sem contudo enrolar sua bandeira partidária. Senador de 1923 a 1924; e, vigente a constituição de 1934, ainda foi deputado federal.

E' falecido.

*Tomaz de Paula Pessoa Rodrigues* — Cearense. Nasceu a 4 de novembro de 1873. Formado pela Faculdade de Direito do Recife (ciências sociais em 1892 e ciências jurídicas em 1895). Advogado em São Paulo e nesta capital, onde foi também delegado de polícia. Portador de um nome ilustre e tradicional em sua terra. Deputado federal em 1915 e senador de 1924 a 1930. Membro do ministério público do Distrito Federal. Atualmente aposentado.

#### RIO GRANDE DO NORTE

*José Bernardo de Medeiros* — Riograndense do norte. Nasceu a 20 de agosto de 1837. Não tinha estudos sistematizados. Era, porém, homem inteligente, arguto e sagaz; gozando de grande influência na política da província, de que foi, por duas vezes, vice-presidente e em cuja assembléia teve assento em seis legislaturas. Em 1889, divergiu de Amaro Bezerra, chefe do partido liberal, derrotando-o na

eleição de deputado geral pelo segundo distrito eleitoral, o que lhe assegurou no momento extensa popularidade, justificando, meses depois, sua entrada para o Senado da República.

Faleceu a 15 de janeiro de 1907.

*José Pedro de Oliveira Galvão* — Riograndense do norte. Militar. Reformou-se como general. Tinha o curso das armas de infantaria e cavalaria, galgando por estudos três dos postos a que atingiu no exército. Importantíssimos seus serviços na guerra do Paraguai.

Faleceu a 2 de outubro de 1896.

*Amaro Cavalcanti* — Riograndense do norte. Nasceu a 15 de agosto de 1851. Descendia de família muito pobre. Fêz-se por si. Iniciou sua vida pública no Ceará. Professor de latim em Baturité e no Liceu de Fortaleza. Diretor dêsse Liceu e inspetor da instrução pública na província. Formou-se em direito nos Estados Unidos. Político e jornalista. Eleito deputado geral em 1885, a Câmara depurou-o na verificação de poderes. Mudou-se para esta capital, abriu banca de advogado e exerceu o magistério no Colégio Pedro II. Com a República, de que foi propagandista, uma individualidade marcante no parlamento, na diplomacia, na administração, no governo, na magistratura: senador, ministro plenipotenciário, ministro da Justiça e da Fazenda, ministro do Supremo Tribunal Federal e Prefeito do Distrito Federal. E ainda consultor do Banco do Brasil, delegado à Conferência Pan-Americana em Washington e no Rio de Janeiro, juiz da Corte de Haia, fundador e primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, membro de muitas associações e congressos culturais nacionais e estrangeiros. Falava várias línguas. Opulentíssima sua bibliografia jurídica e financeira.

Faleceu a 28 de janeiro de 1922.

*Almino Alves Afonso* — Riograndense do norte. Nasceu a 17 de abril de 1840. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1871. Fêz quase toda sua vida pública no Ceará e Amazonas. Advogado e político. Notabilizou-se na campanha abolicionista pelos seus arrojados tribúncios e pela sua forte envergadura de polemista. Em 1889, disputou uma cadeira de deputado geral pelo Rio Grande do Norte. Foi mal sucedido; mas seu nome ficou à tona e, na eleição para a Constituinte e para a primeira legislatura ordinária, teve a ampará-lo todas as correntes partidárias do Estado. Senador em 1894.

Faleceu a 13 de janeiro de 1899.

*Pedro Velho de Albuquerque Maranhão* — Riograndense do norte. Nasceu a 27 de novembro de 1856. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1881. De comêço, dedicou-se unicamente à clínica e ao magistério secundário em sua província natal, mantendo-se arredado dos dois partidos monárquicos e sempre fiel às suas crenças liberais. Foi já no ocaso da realeza que fêz triunfalmente seu apostolado cívico em favor da extinção da escravatura e da transformação política do país, à sombra das instituições democráticas. Ao operar-se essa transformação, governador aclamado do Estado, deputado à Constituinte e à primeira legislatura ordinária. Governador constitucional de 1892 a 1896. Novamente deputado em 1896 e senador dêste ano até 1907. Excelente orador, primoroso jornalista, elegante escritor. Com êle se deu o inverso do que acontece em geral com os homens políticos. Tais eram seus dotes superiores de comando que, fora do govêrno, seu prestígio, em vez de decrescer, aumentava cada dia mais e, afinal, se radicou tão profundamente nalma popular, que exercia em sua terra uma verdadeira ditadura moral. Na politica da União, uma voz preponderante nos altos conselhos dos partidos.

Faleceu a 9 de dezembro de 1907.

*Francisco Gomes da Rocha Fagundes* — Riograndense do norte. Nasceu a 18 de março de 1827. Funcionário público aposentado. Exemplar pela firmeza e lealdade na defesa das causas que esposava. Senador em 1899. Renunciou o mandato no ano seguinte.

Faleceu a 20 de setembro de 1901.

*Joaquim Ferreira Chaves* — Pernambucano. Nasceu a 15 de outubro de 1852. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1873. Promotor, juiz municipal, juiz de dire'to, juiz de casamentos e desembargador no Rio Grande do Norte, onde, depois da República, foi figura de alto relêvo político. Em 1891, membro da Junta Governativa do Estado, cujos destinos presidiu de 1896 a 1900. Valeroso companheiro de Pedro Velho nas horas incertas do reg'ime. Senador de 1901 a 1914. Governador pela segunda vez de 1914 a 1920. Voltou ao Senado apenas por alguns meses por ter aceito a direção da pasta da Marinha, da qual passou para a da Justiça, na presidência de Epitácio Pessoa. De 1923 a 1930 ainda senador. Inteligente e ilustrado, voluntarioso e enérgico.

Faleceu a 12 de março de 1937.

*Francisco de Sales Meira e Sá* — Paraibano. Nasceu a 29 de janeiro de 1856. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em

1878. Magistrado austero e íntegro. Em 1907, sendo desembargador e presidente do Superior Tribunal de Justiça do Estado, demitiu-se para ser senador. Não era, porém, um temperamento político e, em 1910, preferiu retornar à magistratura no cargo de juiz federal, que exerceu durante 10 anos. Poeta, publicista, juriconsulto.

Faleceu a 16 de dezembro de 1920.

*Antônio José de Melo e Sousa* — Riograndense do norte. Nasceu a 24 de dezembro de 1867. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1889. Desempenhou com distinção, entre outros, os cargos de diretor da instrução pública, procurador da República, secretário do governo e procurador geral do Estado, sem prejuízo de sua atividade política na imprensa partidária. Deputado estadual. Governador em 1906, completando o quadriênio, que interrompeu em meio. Senador de 1908 a 1920. Governador pela segunda vez e logo depois consultor jurídico do Estado, lugar em que se aposentou em 1935. Na *república nova*, secretário geral dos interventores Cascardo e Mário Câmara. Homem de letras.

Ainda vive.

*Augusto Tavares de Lira* — Riograndense do norte. Nasceu a 25 de dezembro de 1872. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1892. Professor de história do Ateneu Norte-riograndense. O magistério, a advocacia e o jornalismo provinciano foram seus primeiros campos de ação. Deputado estadual em 1893 e federal de 1894 a 1904. Governador do Estado de 1904 a 1906. Ministro da Justiça no governo de Afonso Pena. De 1910 a 1914, senador e *leader* do Senado. Na presidência de Wenceslau Braz, ministro da Viação, e, por duas vezes, interino da Fazenda. De 1918 a 1941, ministro do Tribunal de Contas. Nos últimos anos, seu presidente. Aposentado pela compulsória da idade. Lente da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e, criada a Universidade do Brasil, da Faculdade Nacional de Direito. Avultado o número de seus trabalhos sobre administração, finanças, direito administrativo e história política. Em relação a esta, suas principais produções estão publicadas em livros e na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, a que pertence desde 1907 e seu primeiro vice-presidente.

*Eloi Castriciano de Souza* — Pernamucano. Nasceu a 4 de março de 1873. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1894. Deputado estadual em 1895 e federal de 1897 a 1914. Nesse ano, teve assento no Senado, ali permanecendo até 1927, quando



voltou à Câmara. Foi ainda senador após a promulgação da Constituição de 16 de julho de 1934. Privado do mandato pelo golpe de Estado de 1937. Parlamentar de linha. Batalhador de rara combatividade. Jornalista de pena aparada. E' presentemente diretor da Caixa Econômica em Natal.

*João de Lira Tavares* — Pernambucano. Nasceu a 23 de novembro de 1871. Não pôde concluir seu curso secundário por deficiência de recursos. Abraçou a carreira comercial, sem se alhear, entretanto, do convívio dos livros. Profecto contabilista. Mudando-se para o Recife em 1895, conseguiu associar-se a uma importante firma daquela praça, que tinha filial na Paraíba. Gerente dessa filial, deixou-se enredar nas malhas da política local, redigindo fôlhas partidárias e sendo deputado à assembléia do Estado. Senador de 1915 a 1930, na vaga que abri ao ser nomeado ministro da Viação. Ganhou notoriedade pelos seus estudos econômicos e financeiros.

Faleceu a 30 de dezembro de 1930.

*Tobias do Rêgo Monteiro* — Riograndense do norte. Nasceu em 1866. Coursou humanidades em Natal. Vindo para esta capital, começou, mas não terminou, seu curso médico. Entrou para a imprensa e, em 1889, estava consagrado como grande jornalista, trabalhando no *Diário de Notícias*, o baluarte donde Rui Barbosa arremessava os mais pesados petardos contra o trono. E jornalista nunca mais deixou de ser. Suas reportagens políticas, algumas condensadas em livros, como *Cartas da Europa e Pesquisas e Depoimentos*, ficaram célebres. Em 1898, — e o fato é bem significativo, — o *Jornal do Comércio*, de que era redator, confiou-lhe a delicada missão de acompanhar, em sua viagem ao estrangeiro, o presidente eleito da República, — Campos Sales, — que ia entender-se com os nossos credores externos antes de traçar, em quadra de penosos sacrifícios, o seu programa de governo. Familiar dos mais eminentes próceres do regime, de muitos dos quais foi amigo pessoal, jamais o seduziram as enganadoras miragens da política e sòmente em 1921 se resolveu a accitar uma cadeira no Senado, representando seu Estado. Estranhou o ambiente e a êle se não adaptou. Menos de dois anos depois, renunciava o mandato, volvia aos seus estudos de gabinete e escrevia os três primeiros volumes da *História do Império*, monumento de saber e atestado irrecusável da legitimidade de suas glórias literárias. Ainda vive, gozando de merecido repouso.

*Juvenal Lamartine de Faria* — Riograndense do norte. Nasceu a 9 de agosto de 1874. Formado pela Faculdade de Direito do Re-

cife em 1897. Jornalista político. Juiz de direito. Vice-governador do Estado em 1904. Deputado federal em 1906. Sucessivamente reeleito até 1927. Nesse ano, senador. Governador de 1927 a 1930. Esteve por alguns meses exilado na Europa. Agricultor, fazendeiro, industrial. Homem de talento e de cultura. Foi presidente da Academia de Letras do Rio Grande do Norte, da qual é um dos ornamentos.

*José Augusto Bezerra de Medeiros* — Riograndense do Norte. Nasceu a 22 de setembro de 1884. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1905. Professor de geografia, instrução cívica e direito usual no Ateneu Norte-riograndense, diretor dêsse educandário e da instrução pública, juiz de direito, secretário geral do Estado. Deputado estadual em 1914 e federal de 1915 a 1923. Governador de 1924 a 1928. Em 1929, substituiu Juvenal Lamartine no Senado. Era então o chefe de seu partido. Depois da revolução de 1930, continuou a ser político militante. Em 1935 voltou à Câmara e, em 1945, foi eleito à Constituinte e às legislaturas que se lhe seguiram. De presente, vice-presidente da Câmara e membro influente da oposição parlamentar.

#### PARAÍBA

*José de Almeida Barreto* — Paraibano. Nasceu a 22 de junho de 1830. Figura destacada de nossa história militar no segundo reinado. Bravo, entre os bravos, nos pantanais do Paraguai. Contribuiu eficientemente para a fundação da República. Marechal do exército e ministro do Supremo Tribunal Militar. Senador desde a Constituinte de 1890.

Faleceu a 3 de maio de 1905.

*João Soares Neiva* — Paraibano. Nasceu a 13 de agosto de 1839. Valoroso soldado, de grande preparo técnico. Tinha o curso do estado maior de primeira classe. Comandou por anos o Corpo de Bombeiros, que, a 15 de novembro de 1889, se incorporou às forças revolucionárias que acompanharam Deodoro. Reformou-se no posto de general de divisão. Não foi reeleito senador; mas de 1900 a 1903 ainda representou seu Estado na Câmara dos Deputados.

Faleceu a 1 de dezembro de 1903.

*Francisco Gomes da Silveira* — Paraibano. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1867. Magistrado reto e de grande integridade moral.

E' falecido.

*Abdon Felinto Milanez* — Paraibano. Nasceu em 1830. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1857. Clínico competente. Exerceu diversos cargos profissionais e administrativos. Político desde o Império. Senador em 1894.

Faleceu a 7 de janeiro de 1903.

*Alvaro Lopes Machado* — Paraibano. Nasceu a 5 de março de 1857. Distintíssimo engenheiro militar. Governador do Estado de 1892 a 1896. Senador em 1897. Governador e senador, pela segunda vez, em 1904 e 1907, respectivamente. Administrador e político de comprovados méritos. Chefe do partido situacionista do Estado.

Faleceu a 30 de janeiro de 1912.

*Antônio Alfredo da Gama e Melo* — Paraibano. Nasceu em 1851. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1873. Ocupou, entre outros cargos, os de professor do Liceu e inspetor da Alfândega de sua província, que governou por cinco vêzes, em curtas interinidades, na qualidade de vice-presidente. Advogado, jornalista e orador. Governador de 1896 a 1900. Senador até a morte.

Faleceu a 10 de abril de 1908.

*Valfredo dos Santos Leal* — Paraibano. Nasceu a 21 de fevereiro de 1855. Sacerdote de aprimoradas virtudes. Recebidas as ordens sacras foi despachado pároco da freguesia de Guarabira. Muito querido pelo povo. Era monsenhor. Recusou ser bispo. Conterrâneo e amigo de Álvaro Machado na boa e na má fortuna. Duas vêzes governador do Estado. Deputado e senador federal. Não foi reeleito. Permaneceu, porém, na Câmara durante muitos anos. Com a revolução de 1930, um saudosista.

Faleceu em 1945.

*João Coelho Gonçalves Lisboa* — Paraibano. Nasceu a 27 de junho de 1859. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1884. Republicano da propaganda. Chefe de polícia de seu Estado depois de 15 de novembro. Rompendo com a situação local, fêz-lhe vee-

mente oposição. Partidário exaltado de Floriano Peixoto. Professor do Colégio Pedro II nesta capital. Por ocasião da revolta da Armada, capitão de um batalhão patriótico. Deputado federal desde 1894. Em 1905, senador. Não teve o mandato renovado. Combateu o *civilismo*, defendendo a candidatura presidencial de Hermes da Fonseca, de quem divergiu mais tarde, denunciando-o perante o Congresso Nacional, que não julgou a denúncia objeto de deliberação. Com a idade, amorteceram seus ímpetos de lutador.

E' falecido.

*Apolônio Zenaides Peregrino de Albuquerque* — Paraibano. Nasceu a 6 de junho de 1857. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1881. Deputado federal em duas legislaturas. Faleceu a 13 de agosto de 1908, já eleito senador.

*João Pereira de Castro Pinto* — Paraibano. Nasceu a 3 de novembro de 1863. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1886. Promotor e procurador seccional da República em seu Estado, onde foi também deputado à assembléia local e professor do Liceu. Redator de debates no Senado Federal. Advogado em Vitória, no Espírito Santo, e promotor em Fortaleza, no Ceará. Secretário do governo do Pará. Deputado federal em 1906. Senador em 1908. Em 1912, governador. Terminado seu quadriênio, nomeado distribuidor de títulos e documentos nesta cidade. Magnífico orador.

Faleceu em 1945.

*Pedro da Cunha Pedrosa* — Paraibano. Nasceu a 30 de junho de 1863. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1885. Magistrado. Era juiz de direito de Sousa ao ser organizada a justiça estadual. Não sendo aproveitado, foi declarado em disponibilidade nos termos do dispositivo constitucional. Advogado, secretário do governo do Estado e vice-governador. De 1912 a 1922, senador federal. Ministro do Tribunal de Contas, cargo em que se aposentou. Consciençioso e modelar no cumprimento de seus deveres.

Faleceu a 20 de março de 1947.

*Epitácio da Silva Pessoa* — Paraibano. Nasceu a 23 de maio de 1865. Formado, em 1886, pela Faculdade de Direito do Recife, de que veio a ser professor. Espírito de eleição. Promotor público em Bom Jardim e Cabo na província de Pernambuco. Secretário do primeiro governador republicano nomeado para seu Estado natal, que o elegeu deputado à Constituinte e à primeira legislatura ordinária.



Não foi reeleito. Ministro da Justiça no govêrno Campos Sales. Durante sua administração decretou-se o Código das Instituições de Ensino Superior e Secundário da República e elaborou-se o projeto do Código Civil. Em 1902, ministro do Supremo Tribunal Federal. Autor de um notável projeto de Código de Direito Público Internacional e de vários outros trabalhos que enriquecem nossa literatura jurídica. Senador pela Paraíba em 1912. Em 1919, chefe da delegação do Brasil no Congresso da Paz, que se reuniu em Versailles, e presidente da República. Findo o mandato presidencial, juiz da Côte Internacional de Justiça em Haia. Retornou ao Senado de 1924 a 1930. Uma das expressões culminantes da mentalidade brasileira de seu tempo, dentro e fora do país.

Faleceu a 13 de fevereiro de 1942.

*Venâncio Neiva* — Paraibano. Nasceu a 21 de julho de 1849. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1873. Magistrado na monarquia. Ficou em disponibilidade nos primeiros anos do novo regime. Juiz federal de seu Estado de 1899 a 1915. Senador de 1918 a 1930. Fôra governador e era chefe político de real prestígio.

E' falecido.

*Antônio Massa* — Paraibano. Nasceu a 31 de dezembro de 1864. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1889. Fêz longa e acidentada carreira judiciária. Chefe de polícia do Estado no govêrno de Castro Pinto e vice-governador no quadriênio seguinte. Senador de 1919 a 1930. Republicano da propaganda. Ainda vive. E' juiz de direito aposentado e agricultor.

*Otacílio Camelo de Albuquerque* — Paraibano. Nasceu a 21 de fevereiro de 1874. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Clínico de nomeada. Prefeito na cidade de Areia e na capital do Estado, delegado de hygiene, lente do Liceu e da Escola Normal. Deputado estadual e federal. Senador em 1923. Abandonou de todo a política.

*José Gaudêncio de Queiroz* — Paraibano. Nasceu em 1881. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1903. Esteve em grande evidência nos acontecimentos políticos que se desdobraram no Estado durante o govêrno de João Pessoa. Senador em 1930. Continua envolvido nas lutas partidárias locais e é presentemente deputado federal.

PERNAMBUCO

*José Higino Duarte Pereira* — Pernambucano. Nasceu a 22 de janeiro de 1847. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1867. Professor da mesma Faculdade em 1878. Numerosos seus trabalhos de jurista laureado. Profundo conhecedor de várias línguas, que falava corretamente. Em proveitosa viagem à Europa, visitou arquivos e bibliotecas, acumulando pacientes investigações sobre o domínio holandês no Brasil. Preciosos a êste respeito seus escritos de crûdito historiador. Político liberal no Império, grande parlamentar na República. Atestam-no os anais da Constituinte de 1890. Ministro da Justiça em 1891 e do Supremo Tribunal Federal em 1893. E' de sua autoria a *Consolidação das leis da Justiça Federal*. Foi nosso representante na *Segunda Conferência Internacional Americana*, realizada no México. Sua a idéia da codificação do direito internacional público e privado.

Faleceu a 10 de dezembro de 1901.

*José Simeão de Oliveira* — Riograndense do sul. Nasceu a 26 de setembro de 1838. Engenheiro militar, bacharel em matemáticas e ciências físicas. Conselheiro de guerra. Gloriosos os seus feitos na campanha do Paraguai. Já era oficial general a 15 de novembro de 1889. Governador de Pernambuco em 1890. Ministro da Guerra ao inaugurar-se o govêrno de Floriano Peixoto.

Faleceu a 20 de junho de 1893.

*Frederico Guilherme de Sousa Serrano* — Pernambucano. Nasceu a 20 de junho de 1842. Militar, com relevantes serviços de guerra no Paraguai. Um dos poucos oficiais de marinha que conspiraram contra a monarquia. Comandou a corveta *Parnaíba*, que transportou Pedro II e a família imperial para a Ilha Grande, onde embarcaram no vapor *Alagoas*, rumo ao exílio.

Faleceu a 31 de julho de 1891.

*Gaspar Drumond* — Pernambucano. Nasceu em 1849. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1870. Sempre foi advogado. Advogado, jornalista e político. Deputado provincial em diferentes legislaturas. Senador estadual. Em 1893, senador federal na vaga de Frederico Serrano. Não foi reeleito. Deputado de 1894 e 1896. Grande orador parlamentar.

Faleceu a 25 de maio de 1906.

*João Barbalho Uchôa Cavalcanti* — Pernambucano. Nasceu a 13 de junho de 1846. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1867. Promotor na capital de sua província. Em 1873, diretor geral da instrução pública, lugar em que se conservou pelo espaço de 17 anos, apesar das mudanças das situações políticas. Colaborador, redator ou proprietário de diversas gazetas. Conquanto muito aferado ao credo conservador, era jornalista desapaixonado e sereno. Deputado à Constituinte. Ministro da Instrução e depois da Indústria e Viação na última fase do governo de Deodoro da Fonseca. De 1892 a 1896, senador. Em 1897, ministro do Supremo Tribunal Federal. Aposentado em 1904. Avultada sua bibliografia sobre ensino e direito público. Seus *Comentários à Constituição de 1891* são considerados obra clássica.

Faleceu a 31 de outubro de 1909.

*Joaquim José de Almeida Pernambuco* — Pernambucano. Formado em engenharia civil. Ardoroso propagandista da República. Deputado à Constituinte e à primeira legislatura. Senador em 1893. Não foi reeleito.

Faleceu em setembro de 1900.

*Joaquim Correia de Araújo* — Pernambucano. Nasceu em 1843. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1864. Professor substituto da mesma Faculdade em 1870 e catedrático em 1876. Teve uma das bancas de advocacia mais rendosas de Pernambuco, que representou na Câmara dos Deputados ainda na monarquia. Senador em 1894. Substituiu Barbosa Lima no governo do Estado em 1896. Voltou ao Senado em 1899 e dois anos depois, mudando-se para Paris, renunciou o mandato.

Faleceu a 11 de agosto de 1931.

*Francisco de Assis Rosa e Silva* — Vide presidentes do Senado.

*Antônio Gonçalves Ferreira* — Pernambucano. Nasceu a 26 de setembro de 1846. Formado em 1867 pela Faculdade de Direito do Recife a cujo corpo docente pertenceu. Ocupou importantes cargos na administração e no governo. Deputado geral de 1881 a 1889. Em 1888 presidiu Minas Gerais. Deputado à Constituinte e às primeira e segunda legislaturas. Ministro da Justiça de novembro de 1894 a agosto de 1896. Em 1897, senador. Governador de seu Estado de 1900 a 1904. De 1904 a 1914 e ainda em 1929 novamente senador. Tipo exemplar de virtudes públicas e privadas.

E' falecido.

*José Marcelino da Rosa e Silva* — Pernambucano. Nasceu a 2 de junho de 1854. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1877. Proprietário e capitalista. Presidente do Rio Grande do Norte de 1888 a 1889. Deputado e presidente da assembléia estadual de Pernambuco em duas legislaturas consecutivas. Vice-governador do Estado de 1896 a 1898. Senador federal de 1899 a 1902, quando, findo o mandato de seu irmão Francisco de Assis Rosa e Silva, eleito vice-presidente da República, passou para a Câmara dos Deputados até 1912.

E' falecido.

*Segismundo Antônio Gonçalves* — Piauiense. Nasceu a 29 de setembro de 1845. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1866. Magistrado, iniciou sua carreira judiciária no Maranhão e terminou-a como desembargador em Pernambuco, de que foi o último presidente na monarquia e onde, aliando-se, pelo casamento, à prestigiosa família Sousa Leão, foi um dos mais graduados chefes do partido liberal. Deputado geral por Goiás de 1878 a 1881 e por Pernambucano em 1885. Sob o regime republicano, empenhou-se em irritantes contendas partidárias, redigindo o *Jornal do Recife*, de que era proprietário. Duas vêzes governou o Estado. Senador de 1900 a 1904 e de 1908 até a morte.

Faleceu a 21 de janeiro de 1915.

*Herculano Bandeira de Melo* — Pernambucano. Nasceu a 23 de março de 1850. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1870. Agricultor e político. Deputado provincial em muitas legislaturas. Juiz substituto em Nazaré. Na República, deputado e senador estadual. Em 1895, deputado federal e, em 1901, senador. Eleito governador do Estado para o quadriênio de 1908 a 1912, resignou o cargo em 1911 devido às agitações que explodiram com a candidatura de Dantas Barreto. Homem de singular enfiatura moral.

Faleceu a 19 de março de 1916.

*João Ribeiro de Brito* — Pernambucano. Doutorou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888. Propagandista da República. Prefeito do Recife. Combateu com desassombro os governos do Estado desde o de Barbosa Lima até o de Dantas Barreto, cuja candidatura revolucionária foi de iniciativa sua. Senador de 1912 a 1921. Passou pelo Parlamento sem deixar traços bem vivos.

E' falecido.



*Emídio Dantas Barreto* — Pernambucano. Nasceu em 1848. Militar. Alferes por atos de bravura na guerra do Paraguai. Tinha o curso de artilharia. General em 1906. Ministro da Guerra em 1910. Nessa época, político em grande evidência. Governador de Pernambuco de 1911 a 1915. Senador de 1916 a 1918. Escritor. Membro da Academia de Letras.

E' falecido.

*José Rufino Bezerra Cavalcanti* — Pernambucano. Nasceu a 16 de agosto de 1865. Agrimensor pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1882 e bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 1886. Serviu na Estrada de Ferro Central de Pernambuco. Em 1889, agricultor. Foi feliz, transformando-se em rico usineiro. Deputado federal em três legislaturas, a começar de 1906. Em 1915, diplomado senador, não foi reconhecido, sendo nomeado ministro da Agricultura. Em 1918, senador e, em 1920, governador de seu Estado.

Faleceu dois anos depois no exercício do cargo.

*Manuel Antônio Pereira Borba* — Pernambucano. Nasceu a 19 de março de 1864. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1887. Desde acadêmico fervoroso republicano. Foi industrial progressista, fundando e dirigindo uma importante fábrica de tecidos em Goiana. Oposicionista intransigente ao situacionismo local até a administração de Dantas Barreto, a quem substituiu no governo do Estado. Deputado federal de 1912 a 1915. Senador de 1920 a 1927. —Muito querido pelo povo de sua terra.

E' falecido.

*José Henrique Carneiro da Cunha* — Pernambucano. Nasceu a 21 de julho de 1867. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1887. Não quiz exercer a advocacia ou a judicatura, preferindo continuar as tradições de sua família, que era a da velha aristocracia dos *senhores de engenho*. Possuía grandes propriedades nos municípios do Cabo e da Escada, inclusive uma futura usina de fabricar açúcar. Senador estadual e presidente do Senado no governo de Manuel Borba. De 1921 a 1930, senador federal. Eleito e reconhecido governador do Estado em 1922, não aceitou o cargo para que fôsse escolhido um candidato de conciliação, poupando aos seus conterrâneos dias de agitações estéreis e lutas inglórias por competições de ordem partidária.

E' falecido.

*Luis Correia de Brito* — Baiano. Nasceu a 21 de junho de 1859. Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1880. Afirmou sua notória competência de profissional na Repartição de Águas desta capital, na estrada de ferro de Bagé a Uruguaiana e na chefia das comissões de melhoramentos de portos em Sergipe e em Pernambuco. Por fim, estabeleceu-se definitivamente neste último Estado, sendo, em 1891, um dos fundadores e diretores da Companhia Industrial Pernambucana, que explorava as indústrias de tecidos e açúcar em Cemaragibe e Goiana. Era também agricultor. Deputado federal de 1918 em diante. Senador em 1927.

Faleceu a 11 de outubro de 1930.

*José Maria Belo* — Pernambucano. Formado em direito. Bela inteligência. Esmerada cultura. Graças aos seus merecimentos pessoais e às suas ligações de parentesco com Estácio Coimbra, fêz rápida e ascensional carreira política. Deputado federal e senador, já estava eleito governador de seu Estado ao explodir a revolução de 1930. Fino cultor das letras. Economista, sociólogo e historiador. Copiosas suas produções. E' procurador da Fazenda Municipal nesta cidade.

#### ALAGOAS

*Floriano Vieira Peixoto* — Vide presidentes do Senado.

*Pedro Paulino da Fonseca* — Alagoano. Nasceu a 6 de junho de 1829. Militar. Reformou-se ainda no pôsto de segundo tenente do exército. Era irmão de Deodoro da Fonseca; e, no regime republicano, foi governador de seu Estado. Efêmera sua passagem pela política. Sofreu duras provações no ostracismo. Era um estudioso de nossa história e escreveu interessantes memórias sôbre homens e acontecimentos do passado.

Faleceu a 17 de novembro de 1902.

*Cassiano Cândido Tavares Bastos* — Alagoano. Nasceu a 12 de novembro de 1844. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1866. No mesmo ano de sua formatura, secretário de legação na Bolívia e depois no Peru. Trocou, porém, a diplomacia pela magistratura. Promotor no Espírito Santo e juiz de direito no Ceará e em São Paulo. Chefe de Polícia em Alagoas, que o elegeu deputado à Constituinte. Afastou-se do Congresso por ter sido nomeado juiz do Tribunal Civil e Criminal desta capital e depois desembargador da

Côrte de Apelação. Autor de valiosos trabalhos sôbre direito e prática forense.

E' falecido.

*Manuel Messias de Gusmão Lira* — Alagoano. Nasceu a 25 de dezembro de 1847. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1869. Agricultor, jornalista e político liberal. Por tres vèzes, administrou a província na qualidade de vice-presidente. Estava no governo quando se proclamou a República. Deputado estadual. Senador federal de 1892 a 1897. Chefe local de prestígio.

Faleceu a 29 de março de 1905.

*João da Silva Rêgo Melo* — Alagoano. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1851. Condiuado advogado e político influente no seio do partido liberal da província. Na República, um dos redatores da constituição estadual, procurador geral junto ao Superior Tribunal de Justiça e senador federal em 1894.

Faleceu a 9 de fevereiro de 1900.

*Francisco de Paula Leite e Oiticica* — Alagoano. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1872. Jurista e homem de letras. Deputado à Constituinte e à primeira legislatura. Senador de 1894 a 1900. Versadíssimo em assuntos econômico-financeiros.

E' falecido.

*Bernardo Antônio de Mendonça Sobrinho* — Alagoano. Formado em direito. Antiquíssima a influência de sua família na política da província. Deputado geral na vigência da monarquia. Senador em 1897. Orador de palavra fluente; mas sem vibrações de entusiasmo ou imaginação.

Faleceu a 25 de março de 1905.

*Manuel José Duarte* — Alagoano. Nasceu a 6 de abril de 1858. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Clínico em Maceió. Diretor do serviço de cirurgia da Santa Casa de Misericórdia e provedor desta durante cinco anos. Deputado e senador estadual. Governador. Senador federal em 1900. Não pleiteou sua reeleição em 1909.

Faleceu a 11 de junho de 1914.

*Manuel Gomes Ribeiro* — Alagoano. Nasceu a 20 de junho de 1849. Agricultor e fazendeiro. Um dos chefes conservadores da pro-

vincia. Agraciado com o título de barão de Traipu. Deputado e presidente do Senado estadual. Governador e chefe do partido situacionista local. Senador federal em 1900, não sendo reeleito em 1903 por haver divergido do então governador, seu genro, Dr. Euclides Mata, que o fêz substituir pelo seu irmão, Dr. Joaquim Paulo Vieira Mata. Voltou ao Senado de 1909 a 1918.

E' falecido.

*Joaquim Paulo Vieira Mata* — Alagoano. Nasceu a 20 de outubro de 1857. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1885. Advogado e magistrado no Estado do Rio de Janeiro. De 1899 a 1902, secretário do govêrno em Alagoas. Em 1903, senador federal. Renunciou o mandato para ser governador até 1906. Novamente senador de 1907 a 1911.

E' falecido.

*Euclides Vieira Mata* — Alagoano. Nasceu em 1863. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1885. Promotor público nas comarcas de Atalaia, Cururipe e Penedo. Nesta aliou-se pelo casamento com a família do barão de Traipu. Advogado, fazendeiro e político. Deputado federal em 1892, governador em 1900, senador em 1903. Tornou-se o chefe do partido dominante no Estado. Em 1907, foi, pela segunda vez, governador, cargo para que se fêz reeleger e que, em 1912, renunciou em consequência de sucessos revolucionários. Mudou-se nessa ocasião para o Recife. Negociante e industrial.

E' falecido.

*Macário das Chagas Rocha Lessa* — Alagoano. Coursou a Faculdade do Recife; mas não chegou a graduar-se em direito. Agricultor e fazendeiro em Cururipe, onde foi chefe local do partido liberal. Deputado provincial e estadual. Senador em 1905. Político sem grande relêvo.

E' falecido.

*Manuel José de Araújo Góis* — Baiano. Nasceu a 5 de março de 1839. Formado pela Faculdade de Direito do Recife. Magistrado. De 1885 a 1888, presidente de Sergipe. Ao ser proclamada a República, juiz de direito da Imperatriz em Alagoas. Em 1891, governador do Estado. Deputado federal de 1895 a 1900. Juiz federal até



1905. Aposentado, foi eleito e reeleito senador de 1906 a 1923. Quer na Câmara, quer no Senado, parlamentar ilustre.

E' falecido.

*Raimundo Pontes de Miranda* — Pernambucano. Nasceu a 11 de abril de 1868. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1892. Ainda estudante, iniciou sua vida pública em Alagoas. Foi depois procurador geral do Estado. Deputado federal de 1900 a 1911. Senador de 1912 a 1921. Falava bem e era jornalista de combate.

E' falecido.

*Eusébio Francisco de Andrade* — Alagoano. Nasceu a 15 de abril de 1866. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1894. Inteligente e estudioso. Ocupou vários cargos. Entre êles, os de professor do Liceu Alagoano e secretário do Interior e da Fazenda. Por muito tempo, redator chefe do *Gutemberg*, um dos principais jornais do Estado. Deputado federal de 1903 a 1918 e senador de 1918 a 1927.

E' falecido.

*Manuel Joaquim de Mendonça Martins* — Carioca. Nasceu a 19 de fevereiro de 1885. Formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro em 1910. Descendente de prestigiosa família de Alagoas, ali fez política logo após sua formatura, envolvendo-se em acirradas dissensões partidárias. Deputado estadual de 1913 a 1914 e federal de 1915 a 1921, quando entrou para o Senado, de que foi primeiro secretário. Possui importante propriedade agrícola no Estado que representou. Depois de 1930 continuou a residir nesta cidade, servindo no Instituto Nacional do Café. Pensa, porém, em voltar à vida do campo.

*Luís Vieira de Siqueira Tôrres* — Alagoano. Político de influência restrita às raías do Estado. Senador, apenas por alguns meses, em 1921. Renunciou o mandato por ter aceito o lugar de vice-governador.

E' falecido.

*José Fernandes de Barros Lima* — Alagoano. Nasceu a 21 de agosto de 1868. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1893. Republicano da propaganda. Deputado estadual, ainda acadêmico, em 1892 e federal de 1894 a 1896. Excluído do Congresso Nacional, combateu a situação local, na imprensa e nas urnas, até que,

em 1912, a mesma foi violentamente derribada. No govêrno de Clodoaldo da Fonseca, vice-governador do Estado. Governador em dois triênios seguidos. Senador federal de 1924 a 1930.

E' falecido.

*João Batista Acioli Júnior* — Alagoano. Nasceu a 19 de agôsto de 1877. Engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1900. Dedicou-se à lavoura e à criação no município de Maragogi, terra de seu nascimento. Industrial operoso e empreendedor. Deputado federal de 1912 a 1914. Governador do Estado de 1915 a 1918. Senador em 1927.

Faleceu a 10 de novembro de 1928.

*Pedro da Costa Rêgo* — Alagoano. Nasceu a 12 de março de 1889. Aos dezessete anos, concluido seu curso ginasial no Mosteiro de São Bento, ingressou no *Correio da Manhã*. Nesse jornal, começou como revisor; passou depois a *reportar* e foi subindo até ser redator chefe. Publicista brilhante, arguto observador dos fatos e conhecendo profundamente os homens, conquistou, a golpes de talento, uma posição de alto e invejável destaque na imprensa brasileira, de que é hoje um dos expoentes máximos. Secretário da Agricultura no govêrno de Clodoaldo da Fonseca. Deputado federal de 1915 em diante. Deixou a Câmara para ocupar o cargo de governador do Estado. Senador em 1929. Atualmente, um desiludido da política, que já lhe não oferece atrativos.

*Manuel Clementino do Monte* — Alagoano. Nasceu a 17 de março de 1859. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1881. Advogado em Maceió e deputado provincial de 1882 a 1889. Transferiu sua residência para esta capital em 1890, sendo companheiro de escritório de seu tio, o ilustre jurisconsulto João José do Monte, redator-proprietário da famosa revista *O Direito*. Causídico de reconhecida capacidade. Deputado federal na segunda legislatura. Senador em 1930.

Faleceu a 7 de março de 1948.

#### SERGIPE

*Manuel da Silva Rosa Júnior* — Sergipano. Nasceu a 10 de junho de 1840. Militar. Brigadeiro. Bravo soldado, com valiosíssimos serviços de guerra no Paraguai.

Faleceu a 29 de março de 1915.

*José Luís Coelho e Campos* — Sergipano. Nasceu a 4 de fevereiro de 1841. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1862. Depois de ter feito seu quadriênio de juiz municipal, resolveu abandonar a magistratura. Advogado e político. Deputado provincial em três biênios e deputado geral em quatro legislaturas do Império. Senador à Constituinte e depois até 1913. Nesse ano, ministro do Supremo Tribunal Federal. Parlamentar eminente e íntegro juiz.

Faleceu a 13 de outubro de 1919.

*Tomaz Rodrigues da Cruz* — Baiano. Nasceu em janeiro de 1852. Formado em medicina. Fêz sua vida pública em Sergipe, onde se empenhou em árduas campanhas partidárias. Era vice presidente da província, em exercício, ao cair a monarquia. Industrial e banqueiro.

E' falecido.

*Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel* — Sergipano. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1851. Um dos chefes do partido conservador da província. Exerceu vários cargos. Deputado provincial por diferentes vêzes e geral de 1869 a 1878 e de 1885 a 1889. Foi também deputado à Constituinte e à primeira legislatura. Senador de 1894 a 1902. Não foi reeleito.

Faleceu a 13 de maio de 1909.

*Martinho César da Silveira Garcez* — Sergipano. Nasceu a 30 de novembro de 1850. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1872. Promotor e juiz municipal em sua província e em Minas. Advogado em Juiz de Fora, Paraíba do Sul e no Rio de Janeiro. Governador de Sergipe de 1895 a 1899. Senador de 1900 a 1909. Vasta erudição jurídica.

E' falecido.

*Olímpio de Sousa Campos* — Sergipano. Nasceu a 26 de julho de 1853. Sacerdote. Cônego honorário da Sé Arquiepiscopal da Bahia e camarista secreto do Papa Leão XIII. Vigário de Aracaju. Demitiu-se para agir com maior liberdade em encandescentes próslios jornalísticos e partidários. Deputado provincial e geral. Fêz parte da Constituinte do Estado. Deputado federal de 1893 a 1899. Governador até 1902. Senador no ano seguinte. Político de talento e de ação. Atribuíram-lhe, embora ausente do Estado, responsabilidade

indireta na morte do inesquecível brasileiro, seu conterrâneo, Doutor Fausto Cardoso, e daí resultou o seu assassinato a 9 de novembro de 1906 nas proximidades do hotel em que residia nesta cidade.

*Manuel Presciliano de Oliveira Valadão* — Sergipano. Nasceu a 4 de janeiro de 1849. Militar. Atingiu ao posto de general em 1900. Deputado à Constituinte. Secretário da presidência da República e chefe de polícia do Rio de Janeiro no governo de Floriano Peixoto. Governador de Sergipe de 1894 a 1896. Deputado federal de 1903 a 1907. Neste último ano, senador. Em 1914, governador pela segunda vez. Voltou ao Senado em 1919.

Faleceu em 1921.

*Guilherme de Sousa Campos* — Sergipano. Nasceu a 10 de fevereiro de 1850. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1871. Promotor, juiz de direito, desembargador em Sergipe. Em 1906, sendo governador do Estado, foi deposto deste cargo; mas o presidente Rodrigues Alves ordenou sua reposição, o que se deu com o sacrifício da vida do inditoso Fausto Cardoso. Senador de 1909 a 1918.

E' falecido.

*Serapião de Aguiar e Melo* — Sergipano. Nasceu a 17 de julho de 1865. Farmacêutico. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1887. Residiu por alguns anos no Amazonas, onde fêz fortuna. Regressando a Sergipe, após longa ausência, envolveu-se ativamente nas lutas da política provinciana, procurando e conseguindo harmonizar os partidos que se disputaram mando e prodomínio. Foi então eleito deputado e presidente da assembléia estadual. Em 1914, senador. Depois veio a adversidade.

E' falecido.

*José Joaquim Pereira Lôbo* — Sergipano. Nasceu a 25 de dezembro de 1864. Engenheiro militar. Reformou-se no posto de general de divisão. Era também engenheiro civil. Nos primeiros anos da República, foi político em seu Estado, que governou como vice-presidente em 1897. Tendo seu partido decaído do poder, retornou ao seio de sua classe, pertencendo ao estado maior do exército e desempenhando comissões importantíssimas como a de comandante da fortaleza de Santa Cruz, por ocasião da *revolta dos marinheiros*, em 1910. Amigo e devotado correligionário de Oliveira Valadão, a quem substituiu no Senado de 1914 a 1918 e no cargo de governador de 1918



a 1922. Em 1923 voltou ao Senado e nêle permaneceu até a sua dissolução em 1930.

E' falecido.

*José Siqueira de Menezes* — Sergipano. Nasceu a 7 de fevereiro de 1849. Engenheiro militar de sólido preparo científico e técnico. Marechal do exército. Membro da Junta Governativa que proclamou a República em Sergipe. Prefeito do Alto Purus em 1904. Comandante da Brigada Policial do Rio de Janeiro. Duas vêzes comandante da Região Militar da Bahia. Governador de seu Estado de 1911 a 1914. Senador em 1915.

E' falecido.

*Gonçalo de Faro Rollemberg* — Sergipano. Nasceu a 13 de setembro de 1860. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1881. Clínico, agricultor e político. Vice-governador do Estado. Esteve no govêrno de fins de 1914 a fevereiro de 1915. Senador de 1918 a 1927. Inteligente, equilibrado e culto.

E' falecido.

*Maurício Graco Cardoso* — Sergipano. Nasceu a 9 de agosto de 1874. Interrompeu em meio seu curso na Escola Militar do Ceará, dando baixa do exército e formando-se em direito pela Faculdade Livre daquele Estado, que o teve mais tarde entre seus professores. Partidário de rara combatividade. Deputado estadual, secretário da Fazenda, vice-governador, deputado federal. Em 1912, foi excluído da representação cearense. Lente da Escola Superior de Agricultura e secretário do ministro José Bezerra. Em 1921, deputado federal por Sergipe. No ano seguinte, senador e governador. Após a vitória do movimento revolucionário de 1930, atravessou o período mais angustioso de sua vida pública, do qual saiu com sua eleição de deputado à Constituinte de 1946 e à legislatura que terminaria em 1950, ano em que faleceu.

*Augusto César Lopes Gonçalves* — Vide os senadores pelo Amazonas.

*Gilberto Amado* — Sergipano. Nasceu a 7 de maio de 1887. Formado em farmácia pela Faculdade de Medicina da Bahia e em direito pela Faculdade do Recife. Em 1911, professor de direito penal dessa Faculdade. Deputado federal de 1915 a 1918 e de 1921 a 1927, quando tomou assento no Senado. Jurista e homem de letras. Avul-

tado o número de excelentes trabalhos que tem publicado sôbre assuntos jurídicos, sociais, políticos e literários. Dissolvido o Senado em 1930, obteve sua transferência para professor da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, trocando depois o magistério pela diplomacia e servindo como embaixador no Chile, na Finlândia e no Canadá.

#### BAHIA

*Virgílio Clímaco Damásio* — Baiano. Nasceu a 21 de janeiro de 1838. Formado pela Faculdade de Medicina da cidade do Salvador, de que foi douto professor. Tornou-se muito conhecido e popular no ocaso da realza pela attude que assumiu ante os acontecimentos que se desdobraram na Bahia e repercutiram no país inteiro, quando por ali passaram o conde d'Eu e Silva Jardim, de viagem para o norte. Extremado propagandista das instituições democráticas. Festejado orador.

Faleceu a 23 de novembro de 1913.

*Rui Barbosa* — Vide vice-presidentes do Senado.

*José Antônio Saraiva* — Baiano. Nasceu a 1 de março de 1823. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1846. Magistrado. Agricultor. Político. Fêz parte da assembléia da província. Deputado geral de 1853 a 1867, ano em que foi escolhido senador. Presidiu o Piauí, Alagoas, São Paulo e Pernambuco. Em 1864, desempenhou delicada missão diplomática no Prata. Ministro da Marinha em 1857 e 1865 do Império em 1861; da Fazenda, sendo chefe do gabinete, em 1880 e 1885. Um dos grandes estadistas do segundo reinado.

Faleceu a 21 de julho de 1895.

*Manuel Vitorino Pereira* — Vide presidentes do Senado.

*Severino dos Santos Vieira* — Baiano. Nasceu a 8 de junho de 1849. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1874. Promotor e juiz municipal na comarca do Conde, onde nascera. Advogado na capital da província. Poeta, orador, literato e, sobretudo, vigoroso jornalista. Foi proprietário e redator chefe do popularíssimo *Diário da Bahia*. Na monarquia, eficiente fôrça política entre os con-

servadores; na República, deputado federal, senador, ministro da Viação, governador do Estado, senador pela segunda vez.

E' falecido.

*Artur César Rios* — Baiano. Formado pela Faculdade de Medicina da cidade do Salvador. Combateu no Paraguai como voluntário, prestando assinalados serviços profissionais ao corpo sanitário do exército. De regresso à pátria, exerceu na província diferentes cargos de nomeação e eleição. Deputado federal à Constituinte e às legislaturas seguintes. Parlamentar ilustre. Presidente da Câmara de 1897 a 1899. Neste último ano, senador.

Faleceu a 25 de agosto de 1906.

*José Marcelino de Sousa* — Baiano. Nasceu a 15 de outubro de 1848. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1870. Iniciou na comarca de Nazaré, em sua província, a carreira judiciária, que deixou para ser agricultor, advogado e político. Deputado geral de 1886 a 1889 e senador estadual até 1904. De 1904 a 1908, governador do Estado. Senador federal em 1909. Seu nome teve grande notoriedade na *campanha do civilismo*.

Faleceu a 26 de abril de 1917.

*Luís Viana* — Baiano. Nasceu a 30 de outubro de 1846. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1869. Magistrado. Senador e presidente do Congresso Constituinte do Estado. Vulto de larga projeção na política nacional. Governador de 1896 a 1900. Desavindo-se com Severino Vieira, seu sucessor, ausentou-se para o estrangeiro, onde se demorou alguns anos. Retomou sua atividade partidária no governo de Hermes da Fonseca, sendo senador federal de 1912 a 1921.

E' falecido.

*José Joaquim Seabra* — Baiano. Nasceu a 21 de agosto de 1855. Formado em 1877 pela Faculdade de Direito do Recife de que foi professor desde 1880 e diretor em 1891. A política roubou-o ao magistério. Deputado à Constituinte e à primeira legislatura. Apoiou o golpe de Estado de 3 de novembro de 1891, que dissolveu o Congresso Nacional; e, restabelecida a ordem constitucional, fez veemente opposição a Floriano Peixoto, contra quem conspirou. Desterado para Cacuí, no Alto-Amazonas, e pouco depois anistiado. Em 1893 comprometeu-se na *revolta da Armada*. Exilou-se no Prata.

Em 1897 em diante, voltou à Câmara e ali teve papel saliente nos acontecimentos políticos da época, especialmente depois da cisão do Partido Republicano Federal. *Leader* da maioria no fim do governo de Campos Sales e ministro da Justiça no de Rodrigues Alves. Reeito deputado em 1909, renunciou o mandato em 1910 por ter aceito a direção da pasta da Viação na presidência de Hermes da Fonseca. Exonerou-se em 1912 para disputar o cargo de governador da Bahia, em pleito memorável, precedido de lutosos sucessos, como o do bombardeio da cidade do Salvador. Deputado em 1916 e senador em 1917. De 1920 a 1924 governador da Bahia pela segunda vez. Opositor a Artur Bernardes, foi obrigado a expatriar-se, permanecendo longo tempo na Europa. De volta, presidente do Conselho Municipal do Distrito Federal. Em 1934, deputado à segunda Constituinte Republicana e à assembléia ordinária. Dissolvida esta, adversário intransigente de Getúlio Vargas. Orador eloquente e vibrante.

E' falecido.

*Antônio Moniz Sodré de Aragão* — Baiano. Nasceu a 13 de junho de 1881. Formado pela Faculdade de Direito da Bahia em 1903. Um ano depois conquistou em concurso a cátedra de direito penal da mesma Faculdade. Poeta, orador, jurisconsulto e publicista. Deputado estadual e federal. Senador de 1920 a 1927.

E' falecido.

*Antônio Ferrão Moniz de Aragão* — Baiano. Nasceu a 30 de maio de 1875. Formado pela Faculdade de Direito da Bahia em 1896. Diretor da Secretaria da Câmara dos Deputados do Estado e professor de Economia Política da Escola Politécnica da cidade do Salvador. Deputado estadual e federal de 1909 a 1915. Governador de 1916 a 1920. Senador em 1921.

E' falecido.

*Pedro Francisco Rodrigues do Lago* — Baiano. Nasceu a 16 de abril de 1870. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1889. Promotor e advogado na capital de seu Estado. Jornalista de estilo leve e atraente. Proprietário e redator chefe do *Diário da Bahia*. Politicamente, discípulo querido de Severino Vieira e, pelos seus raras dotes intellectuais, legítimo herdeiro de suas glórias. Deputado estadual em 1893 e federal de 1906 a 1923. Algumas vezes em opposição. Senador na vaga de Rui Barbosa. Ao sobrevir a revolução de 1930, estava eleito governador da Bahia. Sofreu, como muitos de seus companheiros, as agruras do exílio. Deputado à Câmara de 1935.



dissolvida com a criação do *Estado Novo*. Apesar de alquebrado pela velhice, ainda é um exemplo sugestivo do idealismo construtor dos homens de sua geração.

*Miguel Calmon Du Pin e Almeida* — Baiano. Nasceu a 18 de setembro de 1879. Formado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Brilhantíssimo seu curso acadêmico, o que lhe valeu ser nomeado, logo após sua formatura, professor de geometria analítica e cálculo infinitesimal da Escola Politécnica de seu Estado. Em 1902, contando apenas 23 anos de idade, Secretário da Agricultura e Obras Públicas no governo de Severino Vieira, cargo em que se manteve no de José Marcelino. Em 1904, escolhido pela Segunda Conferência Açucareira para estudar no Oriente as condições da lavoura e de várias indústrias, viajou demoradamente pela Índia e Java, dando o mais cabal desempenho a essa honrosa comissão. Deputado federal em 1906 e, no mesmo ano, ministro da Viação. Falecendo o presidente Pena, deixou o ministério, sendo novamente deputado. Não foi reeleito e seguiu para a Europa. Em 1915, voltou ao país, alheando-se da política; mas, em 1921, foi eleito deputado pela terceira vez, exercendo o mandato até novembro de 1922. Ministro da Agricultura na presidência de Artur Bernardes, de 1922 a 1926. Em 1927, entrou para o Senado, dissolvido em 1930. Foi o fim de sua carreira política. Profundíssimo conhecedor de nossos problemas econômicos, que estudou em numerosos trabalhos.

E' falecido.

*João Mangabeira* — Baiano. Nasceu a 23 de junho de 1880. Formado em direito pela Faculdade da Bahia. Constitucionalista notável. Deputado federal por vêzes. Era senador ao irromper o movimento revolucionário que destruiu a *primeira República* e fazia parte da Câmara, ao se inaugurar a ditadura de 1937. Ainda foi deputado na legislatura que terminou em janeiro dêste ano. A imprensa e o parlamento têm sido para êle vastos cenários de estrepitosos triunfos. E' orador de peregrina eloquência.

#### ESPÍRITO SANTO

*Domingos Vicente Gonçalves de Sousa* — Espiritossantense. Não tinha títulos acadêmicos; mas era homem inteligente e ilustrado. Antes da República, funcionário público e jornalista conservador. Deputado provincial em alguns biênios. Senador de 1890 a 1899. Só teve o mandato renovado em 1915.

Faleceu a 22 de outubro de 1916.

*Gil Diniz Goulart* — Carioca. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1867. Advogado em Cachoeira do Itapemirim, onde chefiou o partido liberal e acabou evoluindo para o republicanismo histórico. Eleito senador, fixou-se nesta cidade, continuou a militar no fôro e não pleiteou a reeleição.

E' falecido.

*José Cesário de Miranda Monteiro de Barros* — Mineiro. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1867. Advogado e agricultor no Espírito Santo. Deputado provincial. Presidente de Alagoas no ministério de João Aliredo. Deixando a presidência dessa província, declarou-se republicano. Ao findar sua senatória de três anos, já era figura em declínio na política do Estado. Sua estrêla havia perdido o brilho.

E' falecido.

*Eugênio Pires de Amorim* — Fluminense. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Clínico de larga clientela no Espírito Santo. Deputado estadual em 1892 e senador federal em 1894.

Faleceu a 5 de agosto de 1897.

*Henrique da Silva Coutinho* — Espiritossantense. Nasceu a 6 de novembro de 1845. Não era formado por nenhuma Escola Superior. Sempre foi republicano. Governador do Espírito Santo de dezembro de 1890 a março de 1891. Demitido do cargo, por não ter sido simpático à candidatura de Deodoro da Fonseca, o que aliás não era exato. Invertida a situação política do Estado no govêrno de Floriano Peixoto, deputado e presidente do Congresso local. De 1897 a 1904, senador. Governador de 1904 a 1908. Depois o silencio em tôrno de seu nome.

Faleceu a 13 de junho de 1915.

*Cleto Nunes Pereira* — Espiritossantense. Nasceu a 3 de maio de 1855. Empregado de Fazenda. Exerceu vários cargos na província, inclusive o de secretário da presidência sob o gabinete Ouro Preto. Lutador desassombrado nas pugnas partidárias. Presidente do Conselho Municipal da cidade de Vitória, deputado estadual, deputado federal e senador, a partir de 1898.

Faleceu a 11 de abril de 1908.

*Luís Siqueira da Silva Lima* — Espiritossantense. Nasceu a 10 de abril de 1844. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1868. Advogado e fazendeiro. Foi o terceiro barão de Itapemirim. Já na República, entrou para a magistratura, sendo juiz de direito de São Mateus e Cachoeiro do Itapemirim. Exonerou-se para ser senador de 1900 a 1908. Averso ao partidatismo intransigente e reacionário.

Faleceu a 9 de novembro de 1916.

*José de Melo Carvalho Muniz Freire* — Espiritossantense. Nasceu a 13 de julho de 1861. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1881. Desde os bancos acadêmicos jornalista liberal. Deputado por três vêzes à assembléia da província, sendo a primeira no próprio ano de sua formatura. Achava-se diplomado como deputado geral ao ser proclamada a República. Deputado à Constituinte e à primeira legislatura. Governador de seu Estado de 1892 a 1896. Voltou à Câmara em 1900 e, no mesmo ano, foi governador pela segunda vez. Senador em 1904. Permaneceu no Senado até 1915. Não foi mais reeleito. Chegara a hora dos desenganos. Retraiu-se e procurou viver fora do tumultuar das paixões no exercício da advocacia, que fôra sua primitiva profissão. Político e jurista de incontestável valor.

E' falecido.

*João Luís Alves* — Mineiro. Nasceu a 23 de maio de 1870. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1889. Promotor público em Rio Verde, juiz municipal em Campanha, juiz substituto em Alfenas. Em 1892, exonerou-se d'êste último cargo, retornando a Campanha. Advogado e político. Em 1900, era deputado estadual e entrou para o corpo docente da Faculdade de Direito de Belo Horizonte. De 1903 a 1908, deputado federal pelo seu Estado e senador pelo Espírito Santo. Secretário da Fazenda de Artur Bernardes, quando governou Minas, de 1919 a 1922, e seu ministro da Justiça, quando se empossou da presidência da República. Foi um dos maiores parlamentares de seu tempo. Orador imaginoso e de palavra empolgante. Seus comentários ao Código Civil, publicados no mesmo ano em que êste começou a vigorar, sagraram-no, com aplausos dos mestres, eminente jurisconsulto. Ministro do Supremo Tribunal Federal em 1924. Membro da Academia Brasileira de Letras.

Faleceu em Paris a 15 de novembro de 1925.

*Bernardino de Sousa Monteiro* — Espiritossantense. Nasceu a 6 de outubro de 1865. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1893. Agricultor e advogado em sua cidade natal, — Itapemirim. Deputado estadual. Em 1909 senador. Governador do Estado de 1916 a 1920. Terminado seu govêrno, foi de novo senador. Estudioso e modesto.

Faleceu a 11 de maio de 1930.

*Jerônimo de Sousa Monteiro* — Espiritossantense. Nasceu em 1874. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1895. Em 1896, deputado estadual e, no ano seguinte, deputado federal. Pouco depois divergiu da situação dominante no Estado, passando a dirigir o agrupamento oposicionista. Não foi reeleito. Durante algum tempo, advogou em São Paulo. Dado o rompimento de Henrique Coutinho com Muniz Freire, aproximou-se do primeiro, tendo-o substituído no govêrno de 1908 a 1912. Depois foi deputado federal e senador. Chefe de partido, gozou de larga influência política em sua terra.

E' falecido.

*Marcílio Teixeira de Lacerda* — Espiritossantense. Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro de que é professor docente da Faculdade Nacional da Universidade do Brasil. Senador de 1918 a 1924. Advogado e jornalista.

*Nestor Gomes* — Fluminense. Nasceu a 8 de setembro de 1876. Comerciante no Espírito Santo, onde foi deputado estadual, secretário das Finanças e presidente do Estado, sucedendo a Bernardino de Sousa, que, por sua vez, o substituiu no Senado. Depois de 1924, — têrmo de seu mandato governamental, — não voltou mais ao Congresso Nacional. Após a revolução de 1930, secretário das Finanças no Maranhão. Em seguida, desaparece do cenário político.

Faleceu a 9 de março de 1941.

*Manuel Silvino Monjardim* — Espiritossantense. Nasceu a 17 de fevereiro de 1876. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1899. Exerceu com reconhecida competência os cargos de diretor de higiene, médico legista e professor de física e química na Escola Normal do Estado. Descendente de uma família prestigiosa, — era filho do barão de Monjardim, — e tendo merecimentos próprios, rápidos foram os sucessos que alcançou em sua carreira política. Por vêzes, deputado estadual; e, desde 1918, deputado federal.



Em 1924, senador. Perdeu o mandato com a revolução de 1930. Mora presentemente nesta cidade.

*Joaquim Teixeira de Mesquita* — Fluminense. Nasceu a 6 de dezembro de 1853. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1878. Ingentes os esforços que despendeu para obter a laurea académica. Doutorado, clinicou em Pirai e Barra Mansa. Foi republicano da propaganda e absolutamente solidário com o governador Francisco Portela. Deposto êste em fins de 1891, pouco se demorou em seu Estado, estabelecendo-se definitivamente no Espírito Santo, fazendo política partidária. Deputado estadual e, em 1927, senador. No ano seguinte, eleito vice-governador, renunciou o mandato.

E' falecido.

*Florentino Avidos* — Fluminense. Nasceu a 18 de novembro de 1868. Engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1890. Especializou-se em estudos e construção de estradas de ferro em São Paulo, Minas, Pernambuco e Espírito Santo. Neste último Estado foi também industrial. A datar de 1912, e por mais de um decênio, exerceu comissões técnicas em diferentes lugares. No correr de 1923, nomeado diretor de obras públicas na cidade de Vitória, militou ativamente na política do Espírito Santo, sendo governador do Estado e senador federal. Após a revolução de 1930, mais um desiludido da política.

E' falecido.

*Abner Mourão* — Eleito e reconhecido senador em 1930, não chegou a tomar assento no Senado.

#### RIO DE JANEIRO

*Quintino Bocaiuva* — Vide vice-presidentes do Senado.

*João Batista Lapçr* — Fluminense. Nasceu a 20 de junho de 1848. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1870. Signatário do manifesto de 3 de dezembro dêsse mesmo ano, nunca abjurou suas crenças liberais. Deputado provincial republicano ainda na monarquia. Clínico e fazendeiro em Cantagalo. Eleito senador, mudou-se para esta capital e se conservou estranho ao tumultuar das paixões partidárias, saindo sem ruído da cena partidária.

Faleceu a 12 de outubro de 1901.

*Bras Carneiro Nogueira da Gama* — Carioca. Nasceu a 24 de março de 1846. Formado pela antiga Escola Central do Rio de Janeiro, hoje Escola Politécnica, em 1868. Não obstante pertencer a uma família palaciana — a do marquês e do conde de Baependi, — sempre teve idéias republicanas, recusando os cargos públicos que lhe foram oferecidos. Dedicou-se à lavoura. Como Francisco Portela, Laper e outros, deputado republicano à assembléia provinciana. Senador e vice-presidente do Senado em suas sessões preparatórias de novembro de 1890 e junho de 1891. Não foi reeleito. Com Afonso Pena na direção do Banco do Brasil e na presidência da República ocupou cargos elevados naquele estabelecimento de crédito e na repartição do Povoamento do Solo.

E' falecido.

*Carlos Frederico Castrioto* — Fluminense. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1856. Advogado. Um dos dirigentes do partido conservador de sua provincia, que representou em diversos biênios na assembléia local. Deputado geral de 1885 a 1889. Ministro da Marinha no gabinete presidido pelo barão de Cotegipe. Senador da República em 1894.

Faleceu a 18 de agosto do mesmo ano.

*Manuel de Queiroz Matoso Ribeiro* — Vide vice-presidentes do Senado.

*José Tomaz da Porciuncula* — Fluminense. Nasceu a 25 de dezembro de 1854. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Deputado republicano à assembléia provincial. Na República, governador do Maranhão. Deposto Francisco Portela em fins de 1891, segundo governador constitucional do Estado do Rio de Janeiro, pôsto em que, ao lado de Floriano Peixoto, resistiu heroicamente à *revolta da Armada*. Deputado federal em 1895 e senador dois anos depois. Foi ministro plenipotenciário no Uruguai.

Faleceu a 28 de setembro de 1901.

*Manuel Martins Tôrres* — Fluminense. Nasceu a 22 de março de 1843. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1864. Magistrado no Rio de Janeiro, Santa Catarina, Mato Grosso e Bahia. Chefe de polícia na Paraíba e nesta capital. Era pai de Alberto Tôrres, o grande sociólogo brasileiro. No regime monárquico, político liberal e deputado provincial; no regime republicano, deputado estadual, vice-governador e senador.

Faleceu a 16 de dezembro de 1905.

*Francisco Rangel Pestana* — Vide senadores de São Paulo.

*Nilo Peçanha* — Vide presidentes do Senado.

*Lourenço Maria de Almeida Batista* — Fluminense. Nasceu a 22 de outubro de 1839. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1863. Clínico, durante quarenta anos, em Campos, sua cidade natal. Era agraciado com o título de barão de Miracema. Eleitoralmente, poderosa força política na província e no Estado do Rio de Janeiro. Deputado e senador.

E' falecido.

*Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo* — Fluminense. Nasceu a 4 de novembro de 1837. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1858. Exerceu cargos de administração em sua província e foi secretário da Relação da Côrte. Em 1867, advogado em Valença, onde grangeou, a par de avultada clientela, as simpatias e a estima gerais pela sua competência profissional e pelas suas qualidades pessoais. Presidente de Minas de 1886 a 1887. Na República, ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, deputado estadual, deputado federal e senador até ser nomeado, em 1911, ministro do Supremo Tribunal Federal. Vastíssima sua cultura jurídica.

Faleceu a 29 de outubro de 1912.

*Érico Marinho da Gama Coelho* — Fluminense. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde, sendo republicano e ainda sob o Império, conquistou uma cadeira de professor. Literato e cientista. Poeta, jornalista e orador. A República abriu-lhe as portas da vida política. Deputado à Constituinte e a várias legislaturas ordinárias. Senador duas vezes: de 1906 a 1909 e de 1914 a 1917. Memoráveis algumas de suas campanhas parlamentares. A do divórcio, por exemplo.

E' falecido.

*Francisco Portela* — Piauiense. Nasceu a 22 de julho de 1833. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Clínico na cidade de Campos. Nome laureado na propaganda republicana. Primeiro governador do Estado do Rio. Solidário com Deodoro da Fonseca por ocasião do golpe de Estado de 3 de novembro de 1891. Foi deposto logo depois do contra-golpe de 23 do mesmo mês e ano. Deputado federal de 1909 até que entrou para o Senado. Um dos grandes vultos do atual regime.

Faleceu a 22 de dezembro de 1913.

*Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho* — Carioca. Nasceu a 7 de fevereiro de 1849. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1871. Juiz municipal e advogado em Cantagalo, reduto conservador de nobres tradições. Dedicadíssimo a Paulino de Sousa. Deputado estadual e Secretário do Interior e da Indústria e Obras Públicas do Rio de Janeiro. Senador de 1915 a 1930. Figura de relêvo na política nacional. Provedor da Santa Casa de Misericórdia desta capital por dezenas de anos. Escreveu muitas monografias históricas.

Faleceu a 23 de junho de 1944.

*João Leopoldo Modesto Leal* — Mineiro. Comerciante e proprietário. Poucos brasileiros tiveram êxito igual ao seu no mundo dos negócios. Opulenta a fortuna que acumulou. Era político no Estado do Rio, militando partidariamente ao lado de Nilo Peçanha. Senador de 1918 a 1927. Não foi reeleito.

E' falecido.

*Joaquim Francisco Moreira* — Fluminense. Nasceu a 24 de agosto de 1853. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1876. Clínico em Vassouras, donde era natural. De princípio, filiou-se ao partido conservador, — o da maioria de seus parentes, — e depois ao partido republicano, que, em 1887, já dominava o município, elegendo-o presidente da Câmara Municipal. Com a República, mudou-se para Petrópolis e ali continuou a exercer com sucesso sua profissão. Chefe político de muito prestígio no Estado do Rio. Deputado federal de 1920 a 1923 e senador de 1924 até a morte.

Faleceu em 1929.

*Manuel de Matos Duarte Silva* — Fluminense. Nasceu a 1 de novembro de 1877. Sempre foi jornalista. Entrou para a imprensa no verdor dos anos e nela se conservou durante tôda vida. Deputado estadual em 1911; deputado federal em 1924; senador em 1927. Nesse mesmo ano governador de seu Estado. Deposto em consequência da revolução de 1930. Abandonou a política.

E' falecido.

*Francisco Pires de Abreu Sodré* — Fluminense. Engenheiro militar. Desde tenente, empenhou-se em ásperas campanhas partidárias. Destemeroso e tenaz. Foi chefe de seu partido e governador



de seu Estado. Senador em 1927. Acabou obscuramente devido ao seu precário estado de saúde.

Faleceu em 1944.

*Júlio Veríssimo da Silva* — Fluminense. Nasceu a 17 de setembro de 1845. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1883. Advogado e político em Cantagalo. Deputado federal de 1895 a 1902. Senador em 1929. Reeito em 1930, não lhe foi mais possível tomar posse da cadeira. A idade e o quebrantamento de suas energias físicas e intelectuais impediram que continuasse no exercício do mandato.

E' falecido.

#### DISTRITO FEDERAL

*Eduardo Wandenkolk* — Carioca. Nasceu a 29 de junho de 1838. Militar. Sua fé de officio de almirante e as condecorações que lhe ornavam o peito de bravo soldado constituíram nobilitante atestado de seus grandes serviços à pátria, na guerra e na paz. Conspirou em favor da República e, com a vitória desta, entrou para o Governo Provisório, ocupando a pasta da Marinha. Na presidência de Floriano Peixoto, tomou parte em tentativas revolucionárias para apeiá-lo do poder. Discordou, porém, da revolta da Armada em 1893. Extinto seu mandato senatorial, apagou-se por completo nas lutas dos partidos.

Faleceu a 6 de outubro de 1902.

*João Severiano da Fonseca* — Alagoano. Nasceu a 27 de maio de 1836. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Médico do corpo de saúde do exército em 1862. Atingiu ao posto de general. Fêz as campanhas do Uruguai e do Paraguai. Professor do Colégio Militar. Sócio de várias associações científicas e literárias. Escritor consciencioso e de estilo agradável, publicou, entre outros trabalhos, interessantes narrativas de viagens.

Faleceu a 7 de novembro de 1897.

*Joaquim Saldanha Marinho* — Pernambucano. Nasceu a 4 de maio de 1816. Formado pela Faculdade de Direito de Olinda em 1836. Promotor público, lente do Liceu e secretário do governo no Ceará, que o elegeu deputado geral em 1848. Dissolvida a Câmara, estabeleceu-se como advogado na corte, colaborando ativamente na imprensa política. De 1861 a 1867 deputado pelo Rio de Janeiro.

Nesse período, incluído em três listas senatoriais: duas de Pernambuco e uma do Ceará. Escolhido por esta última província, teve sua eleição anulada pelo Senado. Presidiu Minas Gerais e São Paulo. Subindo os conservadores em 1868, declarou-se republicano, assinando o manifesto de 3 de dezembro de 1870. Em 1878, ainda voltou à Câmara, representando o Amazonas. Teve papel saliente na questão religiosa, quando se tornou célebre seu pseudônimo de Ganganeli. Vultosíssima sua bibliografia sobre direito, política e religião.

Faleceu a 28 de abril de 1895.

*Aristides da Silveira Lôbo* — Paraibano. Nasceu a 12 de fevereiro de 1838. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1859. Juiz em Minas. Em 1864, promotor da Corte e deputado geral por Alagoas. Era liberal; e, com o golpe imperialista de 1868, invertendo a situação política do país, divergiu de seu partido, que arvorara a bandeira da *reforma ou revolução*, para batalhar ostensivamente em favor da República. Insigne jornalista. Nas vésperas do desabamento do trono, ficaram célebres suas cartas do Rio, publicadas no *Diário Popular* de São Paulo. Um dos mais beneméritos chefes civis do movimento republicano vitorioso em 15 de novembro de 1889. Ministro do Interior no Governo Provisório. Deputado à Constituinte e à primeira legislatura. Senador em 1892.

Faleceu a 23 de julho de 1895.

*José Lopes da Silva Trovão* — Fluminense. Nasceu a 23 de maio de 1848. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1875. Propagandista convencido e sincero do ideal democrático. Foi sobretudo um agitador de massas, um tribuno audacioso e ousado que não vacilava em arriscar sua própria vida nas praças públicas, como sucedeu nos motins provocados pela criação do *impôsto do vintem*. Deputado e senador até 1902. Nesse ano, encerrou sua carreira política, aceitando o lugar de oficial do Registro de Hipotecas na justiça desta capital.

E' falecido.

*Tomaz Delfino dos Santos* — Carioca. Nasceu a 24 de setembro de 1860. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1882. Republicano da propaganda. Deputado desde a Constituinte. Senador de 1896 a 1905. Não foi reeleito. Deputado ainda uma vez na nona legislatura. Depois recolheu-se à vida privada.

Faleceu em 1847.

*Cândido Barata Ribeiro* — Baiano. Nasceu a 11 de março de 1843. Formado em Medicina. De comêço, clinicou em Campinas, na província de São Paulo. Vindo para esta cidade, obteve, por concurso, uma cadeira na Faculdade de Medicina. Douto professor. Abolicionista e republicano. Presidente da Câmara Municipal e Prefeito do Distrito Federal. Senador de 1900 a 1909. Grande orador.

Faleceu em abril de 1910.

*Lauro Sodré* — Vide senadores do Pará.

*Augusto de Vasconcelos* — Carioca. Nasceu em 1856. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Clínico em Campo Grande, subúrbio desta capital. Delegado de higiene. Intendente municipal. Deputado e senador federal de 1897 a 1915. Dispunha de real influência eleitoral.

Faleceu a 9 de dezembro de 1915.

*Milcides Mário de Sá Freire* — Carioca. Nasceu a 18 de fevereiro de 1870. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891. Intendente municipal. Deputado federal de 1898 a 1909. Senador de 1909 a 1916, quando se retirou da atividade política. Foi depois diretor do Loide Brasileiro e Prefeito. Jurista ilustre e parlamentar eminente.

Faleceu em junho de 1947.

*Alcindo Guanabara* — Fluminense. Nasceu a 19 de julho de 1865. Coursou até o terceiro ano da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Fêz suas primeiras armas de jornalista na *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio. Em 1887, redator-chefe do *Novidades*, órgão conservador que obedecia à orientação de Francisco Belisário. Redator ou colaborador de quase todos os grandes jornais publicados aqui ou em São Paulo. Proprietário da *República*, *Nação* e *Imprensa*. Esta na sua segunda fase. Deputado à Constituinte e à primeira legislatura pelo seu Estado e, na segunda, pelo Distrito Federal, que representou na Câmara até 1912, excetuada a legislatura de 1900 a 1902, e no Senado de 1912 a 1918. Político de evidência marcante nos acontecimentos do tempo. Talento superior e autoridade incontestável em assuntos financeiros. Cultivou vários gêneros literários e foi membro da Academia Brasileira de Letras.

Faleceu a 20 de agosto de 1918.

*Irineu de Melo Machado* — Carioca. Nasceu a 15 de dezembro de 1872. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1892.

Professor da Faculdade Livre do Rio de Janeiro em 1894 e, depois de oficializada esta, da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Deputado de 1897 a 1916. Neste último ano, senador. Embora reeleito, não foi reconhecido em 1924; mas, em 1927, voltou ao Senado, nêle permanecendo até a sua dissolução em 1930. Imenso seu prestígio no seio das multidões, que, por vêzes, arrastou a perigosas e desordenadas aventuras. Só se sentia à vontade no clima da oposição, provocando os governos e desafiando suas iras e rancores. Orador eloquentíssimo.

E' falecido.

*André Gustavo Paulo de Frontin* — Carioca. Nasceu a 17 de setembro de 1860. Aos dezoito anos, tinha completado todos os cursos da Escola Politécnica e dois anos mais tarde era lente substituto dessa Escola, por concurso, em que foram seus competidores André Rebouças e Belfort Duarte. No mesmo ano, 1880, lente de filosofia e, em 1882, de ciências físicas e naturais do Colégio Pedro II, lugares que também obteve por concurso. E isso sem prejuízo de sua carreira profissional, na qual foi um dos mais altos cimos da engenharia brasileira. Assinalados e inolvidáveis seus serviços ao país, já no desempenho de comissões técnicas e administrativas, já como industrial de vistas largas e iniciativas fecundas. A política não o seduziu nos dias risinhos da mocidade. Para ela entrou tardiamente, em 1917, investido do mandato de senador pelo Distrito Federal, mandato que renunciou no ano seguinte para ocupar, durante alguns meses, o lugar de Prefeito na presidência de Delfim Moreira. Retornou ao Congresso Nacional de 1919 a 1930. Uma culminância entre os seus compatriotas.

Faleceu em 1933.

*José Maria Metelo Júnior* — Carioca. Nasceu a 26 de abril de 1882. Formado em direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Seu pai, de igual nome, foi senador por Mato Grosso. Advogado. Delegado de polícia de 1907 a 1910. Deputado federal de 1912 a 1915. Senador em 1919.

E' falecido.

*Otacílio de Carvalho Camará* — Riograndense do sul. Formado em Medicina e em Direito. Clínico e advogado em Santa Cruz nos subúrbios desta cidade. Político de grande influência eleitoral. Lutador corajoso e intrépido. Deputado em 1915 e senador em 1919.

Faleceu em 1920.



*José Matoso de Sampaio Correia* — Fluminense. Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Pouco depois de sua formatura, abalisado professor dessa Escola. Engenheiro distintíssimo. Um dos maiores expoentes de sua classe. Seu nome está indissolúvelmente ligado à solução dos mais árduos problemas da *sêca do nordeste*, do abastecimento d'água desta capital e da construção das estradas de ferro Central do Rio Grande do Norte e Noroeste do Brasil. Deputado em 1918. Senador de 1920 a 1926. Inaugurado o regime ditatorial de 1930, combateu-o com vigor e sem desfalecimentos. Deputado à Constituinte de 1934 e à legislatura ordinária que se lhe seguiu. Seus discursos e pareceres, reunidos em livro, — *Depois de 1930*, — bastam para comprovar sua fé inabalável nos destinos da democracia. Com o advento do *Estado Novo*, em 1937, continuou a ser o mesmo lutador de outrora, a quem nunca intimidaram as ameaças, as agruras e as provações do cárcere.

E' falecido.

*José Mendes Tavares* — Piauiense. Nasceu a 8 de junho de 1873. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1895. Clínico competente e humanitário. Especializou-se em moléstias de pele, tendo sido, no Hospital de Lázaros, auxiliar do professor Gabizo, a quem substituiu na direção daquele hospital, de que é diretor aposentado. Intendente municipal durante dez anos. Deputado federal de 1917 a 1924. Senador de 1924 a 1930.

Ainda vive.

#### SÃO PAULO

*Prudente José de Moraes Barros* — Vide vice-presidentes do Senado.

*Manuel Ferraz de Campos Sales* — Paulista. Nasceu a 13 de fevereiro de 1841. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1863. Advogado e fazendeiro, jornalista e orador. Benemérito evangelizador do credo republicano. Vigente o Império, deputado provincial e geral. Em 1889, ministro da Justiça no Governo Provisório. Senador e *leader* do Senado. Presidente de São Paulo de 1896 a 1898, ano em que sucedeu a Prudente de Moraes na suprema magistratura da República, cuja política interna unificou e cujas finanças reconstruiu num dos transes mais aflitivos da vida nacional. Sem favor, uma figura inconfundível na galeria de nossos estadistas.

Faleceu a 28 de junho de 1913.

*Francisco Rangel Pestana* — Fluminense. Nasceu a 26 de novembro de 1839. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1863. O jornalismo político e partidário sua principal arena de combate. Desde os tempos acadêmicos, defensor intransigente dos mais adiantados princípios liberais. Redigiu vários órgãos de publicidade cariocas e paulistas, sendo, em 1874, o fundador da *Província de São Paulo*, a fôlha em que melhor fulguraram, nos derradeiros anos da monarquia, as irradiações inofuscáveis de sua pena adamantina de profissional da imprensa. Deputado republicano à assembléa provincial de São Paulo e membro da Junta Governativa do Estado ao efetuar-se a mudança institucional de 1889. Relator do projeto de Constituição mandado organizar pelo Governo Provisório. Senador de 1890 a 1893. Perdeu o mandato por ter aceito o lugar de diretor do Banco da República. De 1900 a 1903, deputado e senador pelo Estado do Rio de Janeiro.

Faleceu a 17 de março de 1903.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves* — Paulista. Nasceu a 7 de julho de 1848. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1870. Fazendeiro e político. Deputado provincial e geral em diferentes legislaturas. Presidente de São Paulo de novembro de 1887 a abril de 1888. Chefe conservador muito acatado. Deputado à Constituinte e à primeira legislatura republicana. Senador de 1893 a 1894, de 1897 a 1900 e de 1916 a 1918. Todos seus mandatos legislativos interrompidos para ocupar posições de govêrno. Ministro da Fazenda de novembro de 1891 a agôsto de 1892 e de novembro de 1894 a novembro de 1896. Governador de São Paulo de 1900 a 1902 e de 1912 a 1916. Presidente da República de 1902 a 1906. Rodrigues Alves era, pelo estudo e pela experiência dos negócios públicos, profundo conhecedor das realidades brasileiras e foi, pelo senso prático das oportunidades e pela segurança de ação, um dos mais completos homens de Estado da República. Disseram-no seus contemporâneos; di-lo-á a história em seu julgamento sereno e imparcial. Eleito presidente da República, pela segunda vez, em 1918, seu estado de saúde não lhe permitiu assumir o exercício do cargo.

Faleceu a 16 de janeiro de 1919.

*Manuel de Moraes Barros* — Paulista. Nasceu a 1 de maio de 1836. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1857. Promotor e juiz municipal em Piracicaba. Em 1864 deixou a judicatura. Foi advogado e fazendeiro. Em 1871 declarou-se republicano e republicano ficou sendo pelo resto da vida. Deputado provincial de

1884 e 1885. Não era orador imaginoso; mas falava com fluência e correção. Deputado à Constituinte e às duas primeiras legislaturas. Senador em 1895, substituindo o seu irmão Prudente de Moraes, que assumira a presidência da República. Caráter enérgico, leal e franco.

Faleceu a 20 de dezembro de 1902.

*João Francisco de Paula e Sousa* — Paulista. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Viajado e culto. Rico fazendeiro em Itu. As tradições liberais de sua família e as tendências naturais de seu espírito o aproximaram dos republicanos bandeirantes. Fêz causa comum com êles. Senador de 1895 a 1903.

E' falecido.

*Bernardino de Campos* — Mineiro. Nasceu em 1841. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1863. Advogado em Amparo e na capital daquela província. Propagandista intemerato da República na imprensa e na tribuna, nos comícios populares e na assembléia local. Depois de 15 de novembro de 1889, chefe de polícia, deputado à Constituinte, presidente da Câmara, duas vêzes governador do Estado, ministro da Fazenda, senador estadual e federal, um dos mais prestimosos chefes do partido situacionista. Já velho e afetado pela moléstia que o levaria à cegueira, ainda foi uma das grandes forças da campanha do *civilismo*. Vida gloriosa e de inestimáveis serviços à pátria.

Faleceu a 18 de janeiro de 1915.

*José Alves de Cerqueira César* — Elcito e reconhecido em 1897, não aceitou o mandato.

*Francisco Glicério* — Paulista. Nasceu a 15 de agôsto de 1846 e ultimava ainda seu curso secundário quando a morte de seu pai o obrigou a ganhar os meios de subsistência. Tinha quinze anos de idade. Foi tipógrafo, escrevente de cartório, professor e advogado provisionado, que se transformaria em habilíssimo causídico no fóro movimentado de Campinas, sua terra natal, e seria, como foi, um dos nomes mais famosos de nossa história na propaganda, no advento e na consolidação da República. Sua existência terrena é uma lição e um exemplo: lição do poder da vontade, da perseverança, do amor ao trabalho; exemplo de coragem, de fidelidade indefectível ao dever, de confiança ilimitada na grandeza moral e material de seu país. Houve momentos em que esteve na plenitude do poder e lances difíceis em que sofreu a contra prova da adversidade. Nessas ocasiões

não se deixou desvairar pela ambição nem tomar de desânimo. Foi sempre o mesmo em seu idealismo, em suas atitudes, em suas ações. Depois que teve assento no Senado, — 1902 e 1916, — libertou-se de vínculos partidários na política federal. Era um livre atirador. Não apoiava nem combatia sistematicamente a ninguém, — chefes ou governos. Agia única e exclusivamente inspirado pelo seu patriotismo esclarecido, sendo preciosa sua colaboração nos trabalhos parlamentares pela segurança com que sabia enfrentar os problemas fundamentais da nação. Guia experimentado e seguro; conselheiro prudente e avisado.

Faleceu a 12 de abril de 1916.

*Joaquim Lopes Chaves* — Paulista. Nasceu a 15 de janeiro de 1833. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1856. Deputado provincial em doze biênios, sendo o primeiro de 1858 a 1859. Deputado geral de 1872 a 1875. Deputado à Constituinte republicana. Duas vezes senador estadual. Senador federal de 1903 a 1909. Nunca foi govêrno.

Faleceu a 4 de agosto de 1909.

*Alfredo Elis* — Paulista. Nasceu a 19 de março de 1850. Formado em medicina pela Universidade da Pensilvânia nos Estados Unidos em 1869. Clínico e fazendeiro. Republicano da propaganda. Deputado à Constituinte e às legislaturas seguintes até 1903, ano em que tomou assento no Senado. Grande parlamentar.

Faleceu a 25 de junho de 1925.

*Adolfo Afonso da Silva Gordo* — Paulista. Nasceu a 12 de agosto de 1858. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1879. Advogado em Capivari e na capital da província. Jurista de reconhecida capacidade. Fervoroso adepto do regime democrático. Primeiro governador nomeado pelo Govêrno Provisório da República para o Rio Grande do Norte. Deputado desde a Constituinte até 1913. Somente deixou de ser reeleito à quinta legislatura. Senador de 1913 a 1929.

Faleceu em 1929.

*Alvaro Augusto da Costa Carvalho* — Paulista. Nasceu a 23 de setembro de 1865. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1886. Promotor em Rio Claro e secretário do Tribunal de Justiça de São Paulo. Secretário de Campos Sales, quando presidente do Estado, demitiu-se para ficar solidário com Glicério ao se verifi-



car, em 1897, a cisão do Partido Republicano Federal. Deputado em várias legislaturas. Inteligência superior. Inexcedível na lealdade e no devotamento com que sabia defender seus princípios e seus amigos, fôsem quais fôsem as situações em que se deparasse. Senador de 1918 a 1924. Não foi reeleito. Voltou à Câmara em 1927. Depois da revolução paulista de 1932, feriram-no as provações do exílio, falecendo longe da pátria, onde repousam, de presente, seus restos mortais.

*Antônio de Lacerda Franco* — Paulista. Nasceu a 13 de junho de 1854. Tinha apenas o curso secundário. Agricultor, comerciante, industrial, banqueiro. Possuía apreciável fortuna e contribuiu poderosamente para o desenvolvimento econômico de seu Estado, dentro de cujas fronteiras foi político de larga projeção. Senador federal em 1924.

E' falecido.

*Washington Luís Pereira de Sousa* — Fluminense. Nasceu a 26 de outubro de 1870. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891. Ali mesmo fez quase toda sua vida pública, ocupando, entre outros, os cargos de Secretário da Justiça, prefeito da capital e presidente do Estado. Governante enérgico, empreendedor e honestíssimo. Talvez um pouco voluntarioso e autoritário. Senador em 1925. Foi o sucessor de Artur Bernardes na presidência da República, tendo govêrno acidentado, tempestuoso e difícil, especialmente na sua hora crepuscular. Deposto, preso e exilado pela revolução de 1930, soube cair com dignidade e de pé, engrandecendo-se moralmente em longas peregrinações pelo estrangeiro. Em verdade, um estadista e um patriota.

*Arnolfo Rodrigues de Azevedo* — Paulista. Nasceu a 11 de novembro de 1868. Formado pela Faculdade de Direito de S. Paulo em 1891. Advogado e político em Lorena, terra de seu nascimento. Deputado estadual e federal. Presidente da Câmara de 1921 a 1926. A êle se deve a construção do Palácio Tiradentes, onde funciona essa casa do Congresso Nacional. Senador em 1927. Eficiente e operoso.

E' falecido.

*Manuel Pedro Vilaboim* — Baiano. Nasceu a 16 de julho de 1867. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1885. Promotor, juiz municipal e juiz de direito no Espírito Santo. Em 1892, lente de direito administrativo, por concurso, da Faculdade de São

Paulo. Político militante. Cindido o Partido Republicano Federal, revelou-se jornalista amestrado, extremando-se na oposição a Prudente de Moraes. Deputado estadual de 1910 a 1913 e federal de 1915 em diante. Senador em 1927. Merecida e justa a fama que o aureolava no parlamento, no fôro e no magistério.

E' falecido.

#### PARANÁ

*Ubaldo do Amaral Fontoura* — Vide vice-presidentes do Senado.

*José Pereira dos Santos Andrade* — Paranaense. No Império, chefe local de prestígio no seio do partido conservador. Seu nome cresceu e avultou depois da República. Senador à Constituinte. Bateu-se com bravura, à frente de fôrças legais, quando seu Estado foi invadido pelos *federalistas* sul-riograndenses em 1893. Logo em seguida, elegeram-no governador, cargo em que afirmou seus dotes positivos de administrador capaz, pertencendo-lhe a iniciativa da solução por arbitramento da questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina.

Faleceu a 17 de junho de 1900.

*Generoso Marques dos Santos* — Paraense. Nasceu a 13 de janeiro de 1844. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1865. Advogado e político. Um dos chefes liberais da província. Deputado geral em 1881. Senador à Constituinte e de 1909 a 1927. Criterioso e moderado.

E' falecido.

*Vicente Machado da Silva Lima* — Paranaense. Nasceu em 1860. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1881. Secretário da presidência da província de 1882 a 1883. Temperamento eminentemente político. Sentia-se bem nas lutas ardentes dos partidos. Proclamada a República, chefe de polícia e deputado ao Congresso do Estado, que governou, resistindo à desordem, em período de intensas agitações. Senador em 1895. Orador e parlamentar de renome. Em 1904, governador de sua terra, pela segunda vez.

Faleceu a 3 de março de 1907.

*Artur Ferreira de Abreu* — Paranaense. Nasceu a 8 de julho de 1850. Feito seu curso de humanidades no seminário de São Paulo,

abriu casa de comissões e consignações em Paranaguá, onde foi também despachante da Alfândega. Deputado provincial e, depois da República, deputado ao Congresso paranaense. Senador de 1895 a 1897.

Faleceu a 20 de dezembro de 1900.

*Alberto José Gonçalves* — Paranaense. Nasceu a 20 de julho de 1859. Presbítero. Ordenou-se em 1883. Vigário de Curitiba e, criada a diocese do Paraná, vigário capitular e geral do bispado. Deputado e presidente do Congresso do Estado. Senador de 1897 a 1906, quando abandonou a política. Bispo e arcebispo de Ribeirão em São Paulo. Sacerdote de grande ilustração e de acrisoladas virtudes.

Faleceu em 1946.

*Joaquim Rezendo Correia de Lacerda* — Paranaense. Comerciante na cidade da Lapa. Muito popular na região serrana do Estado. Ao ser sitiada aquela cidade, pelos *federalistas* vindos do sul, em 1893, organizou numerosos contingentes de voluntários, a que se incorporou, para defender a causa da legalidade, ao lado das forças que ali operavam, sob o comando do heróico general Carneiro. Pelos seus feitos, coronel honorário do exército. Senador de 1897 a 1899.

E' falecido.

*Brasílio Ferreira da Luz* — Paranaense. Nasceu a 29 de setembro de 1858. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Médico militar. Deputado federal de 1894 a 1900. Neste último ano, senador. Terminado o mandato, que desempenhou com independência e sem transigências no cumprimento de seu dever, não logrou a reeleição.

E' falecido.

*Francisco Xavier da Silva* — Paranaense. Nasceu a 2 de abril de 1838. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1860. Não alcançou no regime monárquico as posições a que tinha direito de aspirar pelos seus merecimentos pessoais. Foi já sob a República e contando mais de cinquenta anos de idade que vieram ao seu encontro os altos postos de responsabilidade; governou, em três quadriênios, seu Estado natal e representou-o duas vezes no Senado, com a respeitosa consideração e estima de seus amigos e de seus pares, que admiravam em justa conta seus belos predicados morais.

Faleceu em 1922.

*Cândido Ferreira de Abreu* — Paranaense. Nasceu a 2 de agosto de 1856. Formado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde, de 1879 a 1882, foi preparador de física. Entre os demais cargos que exerceu, destacam-se os de Secretário de Obras Públicas e prefeito de Curitiba, em seu Estado. Deputado estadual, federal e senador de 1901 a 1913. Profundo conhecedor de nossos problemas de colonização.

E' falecido.

*Manuel de Alencar Guimarães* — Nasceu em Buenos Aires a 13 de dezembro de 1865, sendo seu pai o negociante paranaense Manuel Antônio Guimarães, filho do visconde de Nacar e casado com uma filha de José de Alencar. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1886. Em 1888, juiz municipal de Curitiba. Depois chefe de polícia e deputado ao Congresso do Estado do Paraná. Deputado federal de 1894 até que passou para o Senado em 1908. Vencido por fados políticos adversos, perdeu a senatória em 1921. Expatriou-se, aceitando um lugar de adido comercial na Europa. Orador e jurista.

E' falecido.

*Carlos Cavalcanti de Albuquerque* — Paraibano. Nasceu a 22 de março de 1864. Engenheiro militar. Reformou-se como general de divisão. Deputado estadual no Paraná de 1891 a 1900. De 1900 a 1912, deputado federal. Deixou a Câmara para ser governador daquele Estado; e, concluído seu quadriênio, esteve no exercício de delicadas funções técnicas. Senador de 1921 a 1930. Bravo soldado. Parlamentar de relêvo.

E' falecido.

*Afonso Alves de Camargo* — Paranaense. Nasceu a 25 de setembro de 1873. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1895. Advogado em Curitiba. Logo no ano imediato à sua formatura, deputado estadual, sendo reeleito até 1908. Vice-governador do Estado em dois quadriênios seguidos, — 1908 a 1916. Governador de 1916 a 1920. Foi no seu govêrno que se resolveu com felicidade a questão de limites do Paraná com Santa Catarina, graças à intervenção conciliatória do presidente Wenceslau Braz. Deputado federal numa legislatura. Senador em 1923. Renunciou o mandato para assumir, pela segunda vez, o govêrno do Estado. Político de descortino seguro.

E' falecido.



*Luís de Albuquerque Maranhão* — Paulista. Nasceu a 15 de maio de 1875. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1896. Magistrado no Paraná desde 1899. Chefe de polícia por mais de uma vez. Senador em 1927. Tinha decidido pender pelos estudos de assuntos relacionados com a defesa nacional.

E' falecido.

*Caetano Munhoz da Rocha* — Paranaense. Nasceu a 14 de maio de 1879. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1902. Governador de 1920 a 1928. Senador no mesmo ano. Era também comerciante e industrial.

Faleceu a 23 de abril de 1944.

*Marius Alves de Camargo* — Paranaense. Irmão de Afonso de Camargo, a quem substituiu no Senado quando o mesmo ocupou pela segunda vez o cargo de governador. Inteligente e culto.

E' falecido.

#### SANTA CATARINA

*Raulino Júlio Adolfo Horn* — Catarinense. Nasceu a 1 de julho de 1849. Farmacêutico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Combateu na imprensa a escravidão e o trono. Fundador do partido republicano de sua província. Governador aclamado do Estado em 17 de novembro de 1889. Apreciável cultura científica e literária.

E' falecido.

*Antônio Justiniano Esteves Júnior* — Catarinense. Nasceu a 21 de março de 1832. Seus pais, que tiveram vinte filhos, eram pessoas pobres. Teve por isso de lutar pela vida desde a adolescência. Aos 13 anos, embarcou para esta cidade, empregando-se no comércio. Inteligente, vivo, trabalhador. A sorte lhe foi propícia. Cinco anos depois já era negociante; e, aos poucos, conquistou crédito e acumulou haveres. Sua casa comercial, — uma papelaria, — se transformou numa espécie de consulado para os catarinenses. Nela acolhia com carinho seus comprovincianos, ajudando a todos que precisavam de auxílio, moral ou material, e difundindo o idealismo democrático de que sempre foi decidido adepto. Para defendê-lo, não media sacri-

fícios, fossem quais fossem. Demonstrou-o em lances arriscados da propaganda e da consolidação da República.

Faleceu a 8 de março de 1900.

*Luís Delfino dos Santos* — Catarinense. Nasceu a 25 de agosto de 1834. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1857. Clínico proficiente e amigo da pobreza. Rápida sua passagem pela política. Senador por três anos. Onde seu nome, glorioso e imortal, fulgirá imperecivelmente é nos fastos de nossa literatura. Foi um dos mais inspirados poetas líricos do Brasil.

Faleceu a 31 de janeiro de 1910.

*Gustavo Richard* — Carioca. Nasceu a 29 de agosto de 1847. Não tinha pergaminhos acadêmicos. Fêz a maior parte de sua vida pública em Santa Catarina, militando ativamente em competições partidárias. Governador do Estado de novembro de 1890 a junho de 1891 e de 1906 a 1910. Senador de 1894 a 1906. Veio para a Câmara em 1912.

E' falecido.

*Lauro Severiano Muller* — Catarinense. Nasceu a 8 de novembro de 1863. Engenheiro militar e general do Exército. Foi um dos discípulos amados de Benjamin Constant. Abolicionista e republicano. Duas vezes governador de seu Estado: a primeira por nomeação do Governo Provisório; a segunda por eleição. Deputado à Constituinte e às três primeiras legislaturas ordinárias. Em 1900, 1907 e 1917, senador. Ministro da Viação na presidência de Rodrigues Alves e do Exterior nas de Hermes da Fonseca e Wenceslau Braz. Notável administrador, parlamentar ilustre, preclaro estadista. Fêz parte da Academia de Letras e do corpo docente da Escola Militar.

Faleceu a 8 de julho de 1926.

*Hercílio Pedro da Luz* — Catarinense. Nasceu a 29 de maio de 1860. Era formado em engenharia civil. Exerceu importantes cargos administrativos e técnicos. Governador de seu Estado no segundo quadriênio constitucional e, findo esse quadriênio, deputado federal. Em 1900, senador. Reeito em 1905, divergiu de Lauro Muller, chefe de seu partido, na campanha do civilismo. Recompuseram-se mais tarde. Foi novamente senador e governador de sua terra. Homem de talento, espírito arguto e sagaz.

E' falecido.

*Felipe Schmidt* — Catarinense. Nasceu a 4 de maio de 1860. Militar. Reformou-se no posto de general. Deputado à Constituinte e à primeira legislatura. Era engenheiro de obras públicas em seu Estado ao ser eleito governador no período de 1898 a 1902. Em 1903, senador. De 1914 a 1918, de novo governador. Depois de 1919, ainda senador. Caráter muito reto.

Faleceu em 1930.

*Abdon Batista* — Baiano. Nasceu a 30 de julho de 1851. Formado em medicina pela Faculdade da Bahia, onde clinicou até 1880, quando se transferiu para Santa Catarina. Exerceu ali sua profissão e foi político de relativo prestígio. Deputado e vice-governador do Estado, que administrou por alguns meses em 1906. Deputado federal em três legislaturas e senador de 1912 a 1917. Homem de valor.

Faleceu em 1922.

*Vidal José de Oliveira Ramos* — Catarinense. Nasceu a 24 de outubro de 1867. Não fez cursos especializados. Comerciante. Político em Lages, sua terra natal. Deputado provincial em dois biênios. Na República, deputado à Constituinte e à assembléia do Estado, cujos destinos presidiu de 1902 a 1905 e de 1910 a 1914. Deputado federal em 1906. Após seu segundo governo, senador até 1927 e ainda de 1935 a 1937, na vigência da Constituição anterior ao *Estado Novo*. Com êste, deu por encerrada sua atividade política. Hoje é um velho, que vive de consoladoras recordações do passado.

*Antônio Pereira da Silva Oliveira* — Paranaense. Nasceu a 17 de julho de 1848. Entregou-se ao comércio em vários pontos do interior de Santa Catarina, fixando-se por fim em sua capital. Exerceu diversos cargos de nomeação e eleição, tendo administrado o Estado na qualidade de vice-governador. Deputado federal em duas legislaturas e senador em 1926.

E' falecido.

*Celso Baima* — Nasceu em Assunção, no Paraguai, a 11 de julho de 1874. Seu pai era general do corpo de saúde do exército. Formado pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1895. Proveto advogado no fôro do Distrito Federal. Professor do Colégio Militar. Deputado federal por Santa Catarina de 1909 a 1926. Senador em 1927. Parlamentar de renome.

E' falecido.

*Adolfo Konder* — Eleito e reconhecido senador para substituir Felipe Schmidt em outubro de 1930, não chegou a tomar posse da cadeira.

#### RIO GRANDE DO SUL

*Ramiro Fortes Barcelos* — Riograndense do sul. Nasceu a 23 de agosto de 1851. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1874. Professor de clínica propedêutica em Porto Alegre. Literato, orador e diplomata. No Senado, um especialista em assuntos financeiros. Em 1906, renunciou o mandato para ser industrial.

Faleceu a 28 de janeiro de 1916.

*José Gomes Pinheiro Machado* — Vide vice-presidentes do Senado.

*Júlio Anacleto Falcão da Frota* — Catarinense. Nasceu a 27 de outubro de 1836. Bacharel em matemáticas e ciências físicas e naturais. Marechal do Exército. Memoráveis seus serviços e feitos em nossas guerras externas; importantes as comissões que desempenhou nos dias bonancosos de paz, notadamente no Rio Grande do Sul, que governou no comêço da República.

Faleceu a 5 de março de 1909.

*Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro* — Riograndense do sul. Nasceu a 26 de abril de 1859. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1883. Propagandista da República. Deputado à Constituinte e às legislaturas seguintes até 1907. Dêste ano em diante, senador. Devido aos sucessos revolucionários que agitaram o Rio Grande do Sul logo depois do golpe e do contra-golpe de Estado de 3 e 23 de novembro de 1891, teve de assumir o govêrno local durante meses, como vice-governador. De 1893 a 1895 ministro plenipotenciário no Uruguai.

Faleceu a 30 de março de 1920.

*Alexandre Cassiano do Nascimento* — Riograndense do Sul. Nasceu a 16 de abril de 1856. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1880. Advogado e jornalista republicano em Pelotas, sua cidade natal. Deputado à Constituinte e à primeira legislatura. Ministro do Exterior em outubro de 1893. Ocupou também, interinamente, as pastas da Justiça e da Fazenda até 15 de novembro de 1894. Teve o mandato de deputado renovado a partir do ano seguinte.



Em 1909, senador. *Leader* da Câmara em diversas sessões legislativas. Admiráveis suas qualidades de comando na arregimentação de forças partidárias. Ninguém o apanhava desprevenido. Orador eloquente e sempre pronto a revidar os golpes do adversário. Não sabia fugir à peleja. Era lutador desassombrado e audaz.

Faleceu a 9 de setembro de 1912.

*Diogo Fernandes Alvares Fortuna* — Carioca. Nasceu a 27 de setembro de 1849. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Clinicou em Jaguarão e Pôrto Alegre. Médico do corpo sanitário do Exército. Reformou-se no posto de general de brigada. Foi professor da Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul. Amigo dedicadíssimo de Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado. Habilíssimo em manobras dos bastidores partidários. Deputado federal em quatro legislaturas. Senador em 1913.

Faleceu a 21 de junho do mesmo ano.

*Joaquim Augusto de Assunção* — Riograndense do Sul. Nasceu a 18 de julho de 1851. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1872. Advogado no Rio de Janeiro, sendo companheiro de escritório do juriconsulto Silva Nunes, que, nomeado presidente da Bahia em 1875, convidou-o para seu secretário, lugar que recusou, como recusou pouco depois a presidência do Paraná. Por essa época, regressou ao Rio Grande do Sul; e, possuindo avultada fortuna, fez-se industrial e banqueiro, associando-se a muitas empresas ou promovendo empreendimentos de real utilidade econômica para o Estado. Inúmeros cargos lhe foram oferecidos. Não os aceitou. O único a que teve apêgo foi o de vereador municipal na cidade de seu berço, — Pelotas, — que amava extremosamente e por cujo progresso nunca mediu sacrifícios. Senador federal em 1913. Renunciou o mandato em 1915 por motivo de moléstia.

Faleceu a 2 de abril de 1916.

*Hermes Rodrigues da Fonseca* — Eleito e reconhecido, declinou da honra do mandato.

*Rivadavia da Cunha Correia* — Riograndense do Sul. Nasceu a 9 de julho de 1866. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1887. Propagandista da abolição e da república. Iniciou sua vida política em São Paulo, onde foi deputado estadual. Em 1895 deputado federal pelo seu Estado. Reeito nas legislaturas seguintes. Ministro da Justiça e depois da Fazenda no governo de Hermes

da Fonseca. Em 1914, prefeito do Distrito Federal no de Wenceslau Braz. Senador em 1916, na vaga de Pinheiro Machado. Homem de letras, jurista e orador.

Faleceu a 9 de fevereiro de 1920.

*Luís Soares dos Santos* — Riograndense do Sul. Nasceu a 29 de novembro de 1866. Engenheiro militar. Reformou-se como general de brigada. Professor da Escola Militar do Rio Grande do Sul. Deputado estadual em 1898 e federal de 1900 a 1916. Senador até 1930. Foi primeiro vice-presidente da Câmara.

E' falecido.

*João Vespúcio de Abreu* — Riograndense do Sul. Nasceu a 2 de dezembro de 1869. Militar. General de divisão. Professor da Escola de Engenharia e do Ginásio Júlio de Castilhos de Pôrto Alegre. De 1901 a 1908, deputado estadual e de 1909 a 1919 deputado federal. *Leader* de sua bancada e parlamentar operoso. Senador de 1920 a 1930.

E' falecido.

*Carlos Barbosa Gonçalves* — Riograndense do Sul. Nasceu a 11 de abril de 1851. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1875. Clínico abalizado e fundador do partido republicano de Jaguarão. Deputado e presidente da assembléia do Estado. Governador de 1908 a 1913. Senador em 1920. Reeleito em 1926. Vulto destacado de seu partido.

E' falecido.

*José Antônio Flores da Cunha* — Riograndense do Sul. Formado em direito. Advogado e delegado de polícia nesta capital. Deputado federal pelo Ceará de 1912 a 1915. Não logrando a renovação do mandato, voltou ao seu Estado, que representou depois na Câmara, em diversas legislaturas. Intendente e criador em Uruguaiana. Nas dissensões civis que ensanguentaram sua terra bateu-se com bravura ao lado das forças legais. Senador já nas proximidades da revolução de 1930, nela se empenhou comandando batalhões de *provisórios*. Até 1937 interventor e governador do Rio Grande do Sul. Deposto, emigrou para o Uruguai. Mais tarde, foi processado, prêso e anistiado. Em 1946, deputado à Constituinte e à legislatura ordinária. Ainda é deputado. Político e guerrilheiro de perfil impressionante.

*Firmino Paim Filho* — Riograndense do Sul. Formado em direito. Deputado e senador. Nas lutas partidárias de seu Estado, um

batalhador valente e destemido. Como Flores da Cunha, general honorário do exército. Não se envolveu na revolução de 1930. Banqueiro em São Paulo. Presentemente, um dos chefes graduados da política gaúcha.

MINAS GERAIS

*José Cesário de Faria Alvim* — Mineiro. Nasceu a 7 de junho de 1839. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1862. Deputado geral em três legislaturas. Na última, de 1886 a 1889, rompeu suas amarras com a monarquia, declarando-se republicano. Entrou em três listas senatoriais. Presidiu a província do Rio de Janeiro em 1884. Na República, governador de Minas e ministro do Interior, sucedendo a Aristides Lôbo. Senador à Constituinte. Renunciou o mandato por ter sido eleito primeiro presidente constitucional de seu Estado e renunciou êsse cargo em consequência dos acontecimentos que se desdobraram no país em seguida à posse de Floriano Peixoto, de quem foi oposicionista intransigente. Em presidências subsequentes, prefeito do Distrito Federal e diretor do Loide Brasileiro. Grande figura da política de seu tempo.

Faleceu a 3 de dezembro de 1903.

*Joaquim Felício dos Santos* — Mineiro. Nasceu em 1828. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1850. Jurisconsulto, historiador e romancista. Autor de nosso primeiro projeto de Código Civil. Deputado geral em 1864. Não retornou à Câmara. Suas idéias radicais, — extinção do poder moderador, temporariedade do Senado e outras, — o arrastaram naturalmente para os arraiais republicanos, onde se impôs ao reconhecimento e aprêço da nação pelo seu saber, pelos seus trabalhos e pela sua inteireza moral. Foi o presidente do Senado em suas sessões preparatórias.

Faleceu a 21 de outubro de 1895.

*Américo Lôbo Leite Pereira* — Mineiro. Nasceu em 1841. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1862. Juiz municipal e de órfãos em sua província. Demitiu-se para ser advogado, jornalista e político. Deputado geral em 1867. Dissolvida a Câmara no ano seguinte, distanciou-se dos partidos dinásticos e fêz-se propagandista da República. Em 1890 governador do Paraná. Senador até 1894. Neste ano ministro do Supremo Tribunal Federal. Sólida cultura jurídica. Poeta, publicista, orador.

Faleceu a 1 de outubro de 1903.

*Cristiano Benedito Otoni* — Mineiro. Nasceu a 21 de maio de 1811. Oficial de marinha. Professor da Escola Naval. Em 1855 jubilou-se como professor e reformou-se como militar, no pòsto de capitão-tenente. Era formado em engenharia civil desde 1837 e, uma vez abandonados o magistério e a carreira das armas, foi nomeado diretor da Estrada de Ferro Pedro II, atualmente Central do Brasil, cargo que ocupou durante dez anos. Deputado provincial no Rio de Janeiro e deputado geral por Minas em diferentes legislaturas. Senador do Império, de 1880 a 1889, pelo Espírito Santo e da República, de 1892 a 1893, por Minas. Escreveu muitos trabalhos científicos. Seus livros didáticos sobre aritmética, geometria, álgebra e trigonometria são ainda dos melhores que existem em nossa literatura pedagógica. Escreveu também algumas monografias políticas e históricas.

Faleceu a 17 de maio de 1896.

*Antônio Gonçalves Chaves* — Mineiro. Nasceu a 16 de setembro de 1840. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1863. Advogado e juiz. Político de considerável influência. Deputado provincial, presidente de Santa Catarina e Minas. Deputado à Constituinte e presidente da Câmara em suas sessões preparatórias. Senador de 1894 a 1903. Não tendo sido reeleito, entrou para o Senado estadual de que foi presidente. Professor e diretor da Faculdade de Direito de Belo Horizonte. Notável civilista.

Faleceu a 28 de novembro de 1911.

*Fernando Lôbo Leite Pereira* — Mineiro. Nasceu a 8 de junho de 1851. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1876. Advogado e jornalista republicano em Juiz de Fora. Ministro do Exterior e da Justiça no governo de Floriano Peixoto. Senador de 1896 a 1898. Diretor do Banco de Crédito Real de Minas e do Banco do Brasil. Caráter de rigidez inamolgável. Um varão de Plutarco.

E' falecido.

*Feliciano Augusto de Oliveira Pena* — Mineiro. Nasceu a 31 de dezembro de 1845. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1869. Advogado e magistrado. Deputado provincial, à Constituinte da República e à primeira legislatura. Na organização judiciária do Estado, juiz de direito na cidade de Juiz de Fora. Em 1895, retornou à advocacia e à política. Senador desde 1897. Inapagáveis os traços de sua passagem pelo Congresso Nacional.

Faleceu a 7 de julho de 1914.



*Júlio Bucno Brandão* — Mineiro. Nasceu a 11 de julho de 1858. Advogado provisionado em Ouro Fino. Dispunha de grande clientela eleitoral. Senador em 1898. Vice-presidente do Estado no quadriênio de 1906 a 1910, assumiu o governo em 1908 por ter falecido João Pinheiro. Veio depois para a Câmara. De 1910 a 1914, governador de Minas pela segunda vez e, também pela segunda vez, deputado, sendo *leader* da maioria e presidente da Câmara. Em 1924, reingressou no Senado. Dissolvido este em 1930, serventário da justiça nesta capital.

E' falecido.

*Carlos Vaz de Melo* — Mineiro. Nasceu a 9 de agosto de 1842. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1862. Magistrado, advogado, lavrador. Por duas vezes, deputado geral no Império. Deputado federal em três legislaturas. Presidente da Câmara. Senador em 1903. Tipo modelar de velho mineiro: inteligente, equilibrado, leal.

Faleceu a 3 de novembro de 1904.

*João Pinheiro da Silva* — Mineiro. Nasceu a 16 de dezembro de 1860. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1887. Obtido, à custa de indizíveis sacrifícios, seu diploma acadêmico, instalou-se em Ouro Preto, fundando, com outros moços idealistas de seu tempo, o *Clube Republicano* e redigindo *O Movimento*, que seria um dos principais órgãos de propaganda democrática em sua província. Feita a República, secretário do governo, governador do Estado e deputado à Constituinte e à primeira legislatura ordinária. Solidário com Deodoro e Cesário Alvim, caiu com êles após o contra-golpe de 23 de novembro de 1891, renunciando o mandato legislativo e dedicando-se, em Caeté, à indústria de cerâmica, a que deu grande desenvolvimento. Vivia inteiramente alheio às competições dos partidos. Mas tal era a projeção nacional de seu nome que os mineiros o foram buscar em seu retiro para elegê-lo senador em 1905 e governador do Estado em 1906. Seu valor e sua capacidade asseguraram-lhe desde o primeiro momento justa e indiscutível preeminência no quadro de nossos governantes e teria sido por certo o sucessor de Afonso Pena na suprema magistratura da nação, poupando a esta dolorosas provações, se a morte impiedosa o não houvesse arrebatado na primavera da vida. Nêle haviam madrugado os dotes positivos de um grande estadista.

Faleceu a 25 de outubro de 1908.

*Francisco Antônio de Sales* — Mineiro. Nasceu a 20 de setembro de 1865. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1886. Republicano da propaganda. Deputado estadual. Secretário da Fazenda no governo de Bias Fortes. Prefeito de Belo Horizonte. Deputado federal em 1899. Presidente de Minas de 1902 a 1906. Senador em 1907. Ministro da Fazenda na presidência Hermes da Fonseca. De novo senador de 1915 a 1924. Não foi reeleito. Fêz-se industrial.

E' falecido.

*Francisco Alvaro Bucio de Paiva* — Vide vice-presidentes da República.

*Bernardo Pinto Monteiro* — Mineiro. Nasceu a 11 de novembro de 1858. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Advogado e político. Secretário do diretório do partido liberal de sua província e redator do *Liberal Mineiro*, órgão desse partido na imprensa. Estava eleito deputado geral ao sobrevir o regime republicano. Retraiu-se; e só em 1899, já residindo em Belo Horizonte, resolveu aceitar um posto partidário, a prefeitura daquela cidade. De 1903 a 1924 deputado e senador federal. Bom jornalista. Não era orador.

Faleceu a 24 de julho de 1924.

*Raul Soares de Moura* — Mineiro. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1900. Talento privilegiado. Literato, escritor, jurista. Começou sua vida pública em São Paulo. Voltando a Minas, exerceu alguns cargos de relativo destaque, inclusive o de Secretário do Interior, que deixou para dirigir a pasta da Marinha na presidência de Epitácio Pessoa. Exonerou-se em 1920, sendo senador e logo depois governador de seu Estado no quadriênio de 1922 a 1926.

Faleceu antes de terminar o mandato.

*Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* — Mineiro. Nasceu a 5 de setembro de 1870. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891. Foi promotor público em Ubá e juiz substituto em Palma. Depois abriu banca de advogado em Juiz de Fora, entregando-se, ao mesmo tempo, ao magistério e ao jornalismo. Secretário das Finanças no governo de Francisco Sales, de 1902 a 1906. Em seguida, senador estadual e deputado federal. Ministro da Fazenda na presidência de Wenceslau Braz. Voltando, em 1919, à Câmara, de que se

afastara sendo *leader* da maioria e presidente da comissão de orçamento, reocupou as mesmas posições que tivera anteriormente e que soubera dignificar como poucos. Senador federal em 1924. Governador de seu Estado de 1926 a 1930. Presidente da Constituinte em 1934. Esteve interinamente na presidência da República, durante a ausência do presidente Getúlio Vargas, que viajara para o Prata. Grande parlamentar, grande orador, grande financista. Um legítimo herdeiro das glórias dos Andradas.

E' falecido.

*Artur da Silva Bernardes* — Mineiro. Nasceu a 8 de agosto de 1875. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1900. Advogado em Viçosa. Agente executivo da municipalidade desta cidade. Deputado estadual de 1907 a 1908 e federal de 1909 a 1910. Secretário das Finanças de Minas no governo de Júlio Bueno. Novamente deputado federal. Governador do Estado de 1918 a 1922. Presidente da República de 1922 a 1926. Senador em 1927. Revolucionário em 1930, desentendeu-se com o presidente Getúlio Vargas após a vitória e foi exilado para Portugal. Deputado federal em 1934. Combateu o *Estado Novo*. Representante de Minas na Constituinte de 1946 e nas duas legislaturas seguintes. Um dos grandes valores da República.

*Henrique Diniz* — Mineiro. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Clínico abalisado em Barbacena. Caráter adamantino. Conhecia bem nossos problemas econômicos e financeiros. Diretor do Banco do Brasil. Senador em 1928. Já estava muito combalido por cruel enfermidade.

Faleceu a 23 de janeiro de 1930.

*Olegário Dias Maciel* — Mineiro. Nasceu a 6 de outubro de 1856. Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Deputado à assembléia local no Império e na República. Em 1894 deputado federal, lugar que exerceu por espaço de dezoito anos e de que desistiu espontâneamente em 1911, circunscrevendo sua atuação partidária aos negócios peculiares à cidade de Patos, donde era natural e onde continuou a residir. Foi consultor técnico do Ministério da Viação e Obras Públicas, de 1914 a 1918. A seguir, presidente do Senado mineiro, vice-governador do Estado e senador federal. Por fim, governador de setembro de 1930 até que pagou seu tributo à lei inexorável da vida. Homem de gabinete. Ilustradíssimo.

Faleceu em 1934.

GOIÁS

*José Joaquim de Sousa* — Goiano. Nasceu a 30 de setembro de 1830. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1865. Contava 35 anos de idade e era escrivão na província. Após sua formatura, procurador fiscal da Tesouraria e professor de filosofia e retórica no Liceu da capital. Membro da Junta Governativa que se organizou no Estado ao ser proclamada a República. Senador desde a Constituinte, não foi reeleito em 1909. Era um velho de quase oitenta anos.

Faleceu a 3 de agosto de 1913.

*Antônio Amaro da Silva Canedo* — Goiano. Comerciante. Deputado provincial em muitas legislaturas, representando o partido conservador, que nêle tinha uma das suas maiores expressões eleitorais. Passou apagadamente pelo Senado.

Faleceu a 4 de agosto de 1895.

*Antônio da Silva Paranhos* — Português naturalizado. Residiu muitos anos em Goiás. Político de real influência. Ao que dizem, muito extremado em suas atitudes partidárias. Teve amigos dedicados e inimigos rancorosos. Assassinado por questões locais a 30 de novembro de 1897.

*José Leopoldo de Bulhões Jardim* — Goiano. Nasceu a 28 de setembro de 1857. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1880. No ano imediato deputado geral. Reeleito em 1885. Novamente deputado à Constituinte e à primeira legislatura republicana. Senador em 1894. Ministro da Fazenda, de 1902 a 1906, no govêrno de Rodrigues Alves. Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e diretor do Banco do Brasil. Outra vez senador em 1909 e, no mesmo ano, ministro da Fazenda, pela segunda vez, no govêrno de Nilo Peçanha. Ainda senador de 1911 a 1918. Mestre em assuntos financeiros.

E' falecido.

*Antônio José Caiado* — Goiano. Nasceu em 1825. Negociante e fazendeiro. Tradicional a influência de sua família na antiga província de Goiás, de que foi primeiro vice-presidente em diversas situações. Essa influência continuou a subsistir na República. Senador em 1896.

Faleceu a 9 de agosto de 1899.



*Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim* — Goiano. Não fizera estudos regulares mas, inteligente e ativo, conseguiu agremiar e dirigir, ainda sob a monarquia, uma ala moça de liberalismo provinciano; e, na República, atingiu ao apogeu de seu prestígio. Deputado federal na terceira legislatura e senador de 1899 a 1905 e de 1909 a 1910. Foi por duas vezes governador do Estado.

E' falecido.

*Urbano Coelho de Gouveia* — Goiano. Nasceu a 8 de julho de 1852. Engenheiro militar. Reformou-se no pôsto de marechal graduado em 1913. Brilhante sua fôlha de serviços. Deputado federal de 1892 a 1897. Governador no quadriênio de 1897 a 1901. Voltou à Câmara. Senador em 1903. Em 1909, governador pela segunda vez. Não teve mais posições políticas.

E' falecido.

*Braz Abrantes* — Goiano. Nasceu a 3 de fevereiro de 1845. Fêz as campanhas do Uruguai e do Paraguai, sendo suas duas primeiras promoções por atos de bravura. Tinha o curso de infantaria. Subiu ao pôsto de marechal. Senador de 1906 a 1915.

E' falecido.

*Luís Gonzaga Jaime* — Goiano. Nasceu a 8 de maio de 1855. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1882. Magistrado em Goiás. Nomeado desembargador ao ser organizada a justiça daquele Estado, aposentou-se em 1909, entrando para o Senado. Temível combatente na imprensa partidária. Orador e jurista.

Assassinado nesta capital, em 1920, por questões particulares.

*Eugênio Rodrigues Jardim* — Goiano. Nasceu em outubro de 1857. Militar. Serviu por muitos anos no Corpo de Bombeiros. Reformado no pôsto de coronel, regressou ao seu Estado. Agricultor e fazendeiro. Sòmente em 1908 se envolveu ativamente na política local, ganhando extraordinária popularidade no comando das forças revolucionárias que invadiram a capital para empossar o segundo vice-governador José da Silva Baptista, tio de Gonzaga Jaime, com quem fizera aliança. Dentro em pouco, chefe da situação que então se inaugurou. Senador desde 1915.

Faleceu a 25 de julho de 1926.

*Hermenegildo Lopes de Moraes* — Goiano. Nasceu a 6 de outubro de 1870. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em

1891. Fazendeiro em Morrinhos. Dispondo de talento e de fortuna, fácil foi seu acesso na vida pública. Deputado federal em 1894, sucessivamente reeleito até 1911. De 1912 a 1914, ficou fora da Câmara. Por uma legislatura apenas, pois em 1915 a ela voltou, passando para o Senado em 1918. Fêz repetidas viagens à Europa. Muito culto. Fidalgo no trato íntimo.

Faleceu a 5 de dezembro de 1925.

*Antônio Ramos Caiado* — Goiano. Nasceu a 15 de maio de 1874. Neto do senador Antônio José Caiado, anteriormente citado. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1895. Secretário do Interior, da Justiça e da Segurança Pública em duas administrações seguidas. Vice-governador do Estado. Deputado federal de 1909 a 1921. Chefe de seu partido. Senador até 1930. Nesse ano, vitoriosa a revolução que abalou o país, perseguido e exilado. De volta à sua terra, não teve mais ambições pessoais. Batido pelo infortúnio, conformou-se em ser, entre seus comprovincianos, uma grande figura do passado.

*Olegário Herculano da Silveira Pinto* — Goiano. Nasceu a 16 de março de 1857. Engenheiro militar. Reformou-se no posto de capitão. Foi professor da Escola Militar do Ceará. Era também engenheiro civil e bacharel em direito. Deputado federal em 1912. Governador do Estado no ano seguinte. Novamente deputado de 1919 a 1921. Senador de 1921 a 1923. Deputado, pela terceira vez, de 1924 a 1926 e senador, pela segunda, até 1930.

E' falecido.

*Miguel da Rocha Lima* — Goiano. Nasceu a 12 de agosto de 1868. Tinha apenas o curso ginasial. Dedicou-se à indústria e ao comércio, seguindo as tradições paternas. Amava as lutas apaixonadas da política partidária. Por vêzes, deputado à assembléia estadual de que foi presidente. Governador em 1905 e de 1922 a 1925. Honesto em seus propósitos e moderado em seus processos. Senador de 1926 a 1930.

E' falecido.

*Brasil Caiado* — Goiano. Médico. Era, se não estou enganado, irmão de Ramos Caiado. Foi governador de Estado. Senador em 1930.

E' falecido.

MATO GROSSO

*Aquilino Leite do Amaral Coutinho* — Matogrossense. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1864. Nessa província constituiu família e fixou residência, exercendo cargos judiciários. Advogado em Santos. Era conservador. Em 1889 publicou vibrante manifesto declarando que ia armar sua tenda nos acampamentos republicanos e que lá aguardaria, em futuro próximo, a companhia de seu querido chefe o conselheiro Antônio Prado. Não se enganara. Meses decorridos, era um fato a mudança das instituições. Senador por nove anos. Cultura e eloquência invulgares.

Faleceu a 11 de julho de 1911.

*Joaquim Duarte Murtinho* — Vide vice-presidentes do Senado.

*Antônio Pinheiro Guedes* — Matogrossense. Nasceu a 14 de julho de 1842. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Clínico competente. Pertencia ao corpo de saúde do Exército. Escreveu alguns trabalhos de valor.

E' falecido.

*Generoso Paes Leme de Sousa Ponce* — Matogrossense. Comerciante e fazendeiro. Em 1878, — morto o barão de Aguapehi, chefe do partido liberal da província, — foi quem o substituiu na chefia dêsse partido. Aderiu sinceramente à República e era vice-presidente do Estado quando se deu a deposição dos governadores na presidência de Floriano Peixoto. O de Mato Grosso teve a mesma sorte dos que presidiam as demais unidades da federação; mas, por pouco tempo, de vez que Generoso Ponce, organizando a resistência armada, o repôs na plenitude de suas funções. Avassalador o prestígio que então adquiriu, ora apoiando, ora combatendo os governos. Senador de 1894 a 1903. Não foi reeleito. Deputado federal em 1909. Antes fôra governador.

Faleceu em 1911.

*Antônio Francisco de Azeredo* — Vide vice-presidentes do Senado.

*José Maria Metelo* — Matogrossense. Nasceu a 10 de julho de 1853. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1876. Magistrado. Deputado geral em 1885. Presidente da Constituinte de Mato Grosso e membro de seu Tribunal de Justiça. Juiz federal de

1893 a 1899. Senador de 1900 a 1918. Ministro do Tribunal de Contas neste último ano. Acatadíssimo pelo seu preparo jurídico.

E' falecido.

*José Antônio Murtinho* — Matogrossense. Nasceu a 15 de janeiro de 1847. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro e em ciências físicas e naturais pela Escola Politécnica, de que foi douto professor. Deputado federal em duas legislaturas pela capital da República e uma por Mato Grosso, que representou igualmente no Senado de 1912 a 1930.

E' falecido.

*Pedro Celestino Correia da Costa* — Matogrossense. Nasceu a 5 de julho de 1860. Formado em farmácia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1881. Exerceu a profissão até 1905; e, enquanto nela empregava sua atividade, viu crescer pouco a pouco sua influência política. Vice-governador do Estado, assumiu o governo em 1908 e esteve no poder até 1911. Senador em 1918. Renunciou o mandato em 1922 para ser governador até 1926. Voltou ao Senado em 1927. Político e administrador de visão e capacidade indiscutíveis.

Faleceu a 21 de janeiro de 1932.

*Luís Adolfo Correia da Costa* — Matogrossense. Nasceu a 1 de julho de 1856. Formado em engenharia civil. Funcionário da Fazenda. Conferente e inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro. Deputado em várias legislaturas. Senador de 1922 a 1927. Distinguiu-se como financista.

E' falecido.

#### NOTAS AVULSAS

No período de 1890 a 1930, o número de ilustres brasileiros eleitos para o Senado da República foi de 329, assim distribuídos:

Amazonas .....	17
Pará .....	13
Maranhão .....	15
Piauí .....	16
Ceará .....	14
Rio Grande do Norte .....	15



Paraíba .....	16
Pernambuco .....	19
Alagoas .....	21
Sergipe .....	15
Bahia .....	14
Espírito Santo .....	17
Rio de Janeiro .....	19
Distrito Federal .....	17
São Paulo .....	17
Paraná .....	16
Santa Catarina .....	12
Rio Grande do Sul .....	14
Minas Gerais .....	18
Goiás .....	15
Mato Grosso .....	9

---

Dêsse número devem ser excluídos nove, que se não empossaram das respectivas cadeiras, a saber:

Apolônio Zenaides Peregrino de Albuquerque (Paraíba), por haver falecido antes de prestar o compromisso constitucional; Cipriano José dos Santos (Pará), José Alves de Cerqueira César (São Paulo) e Hermes Rodrigues da Fonseca (Rio Grande do Sul) por não terem aceito os mandatos; Abner Mourão (Espírito Santo) e Adolfo Konder (Santa Catarina), pela superveniência da revolução de 1930; e três que foram contados duas vezes por terem representado mais de um Estado: Lopez Gonçalves (Amazonas e Sergipe), Lauro Sodré (Pará e Distrito Federal) e Rangel Pestana (São Paulo e Rio de Janeiro).

---

De fato, foram 320 os nossos concidadãos que tiveram a honra de pertencer ao Senado republicano na primeira fase de sua existência. Dêles, três não nasceram no Brasil: Alencar Guimarães (Argentina), Celso Baima (Paraguai) e Antônio da Silva Paranhos (Portugal). Os demais eram naturais dos diversos Estados ou do Distrito Federal, sendo que alguns representaram outras unidades federativas que não as do seu nascimento. O Estado que deu maior número de senadores foi Minas Gerais. Deu 21. O que deu menos foi o Amazonas. Deu 5.

Entre todos, avultavam os formados em direito: mais de metade. Seguiam-se os militares, incluídos os do corpo sanitário do Exército, que subiam a dezenas. Vinham depois os graduados em medicina, que faziam clínica civil, e os diplomados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Os restantes; sem diplomas académicos, entregavam-se a diferentes profissões: jornalistas, funcionários, fazendeiros, agricultores, industriais, comerciantes, banqueiros...

---

Os eclesiásticos tiveram representantes condignos em Valfredo Leal, Olímpio de Campos e Alberto Gonçalves.

---

Os que entraram para o Senado em idade mais avançada foram Cristiano Otoni e Júlio Veríssimo da Silva. Já tinham ultrapassado os 80 anos, como já tinham ultrapassado os 70 Francisco Portela, Teffé, Saldanha Marinho, Teixeira de Mesquita, Rocha Fagundes, Ladário, Antônio José Caiado, Manuel Clementino do Monte...

---

O senador mais moço foi Vicente Machado. Contava 35 anos. Um pouco mais velhos, sem terem atingido ainda à casa dos 40, eram Eurico Vale, Tavares de Lira, Costa Rêgo, Gilberto Amado, Moniz Sodré, João Luís Alves, Nilo Peçanha, Lauro Muller, Pinheiro Machado, Azeredo, alguns mais.

---

Foram presidentes da República: Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís. Vice-presidentes: Floriano Peixoto, Manuel Vitorino, Rosa e Silva, Nilo Peçanha, Urbano Santos e Bueno de Paiva. Dêstes exerceram efetivamente a presidência da República Floriano Peixoto, de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894; em consequência da renúncia de Deodoro da Fonseca, e Nilo Peçanha, de 14 de junho de 1909 a 15 de novembro de 1910, por haver falecido Afonso Pena. A Manuel Vitorino, Rosa e Silva e Urbano Santos couberam apenas ligeiras interinidades. Bueno de Paiva não teve oportunidade de ocupar a suprema magistratura da nação.

Foram ministros de Estado: Justo Chermont (Pará); Urbano Santos e Belfort Vieira (Maranhão); Félix Pacheco (Piauí); Amaro Cavalcanti e Tavares de Lira (Rio Grande do Norte); Eptácio Pessoa e Aristides Lôbo (Paraíba); José Higino, João Barbalho, Gonçalves Ferreira, Dantas Barreto, José Bezerra e Ferreira Chaves (Pernambuco); Floriano Peixoto (Alagoas); Rui Barbosa, Severino Vieira, Seabra e Miguel Calmon (Bahia); Nilo Peçanha (Rio de Janeiro); Quintino Bacaiuva e Wandenkolk (Distrito Federal); Campos Sales, Glicério e Rodrigues Alves (São Paulo); Lauro Müller (Santa Catarina); José Simeão, Cassiano do Nascimento, Alexandrino de Alencar e Rivadávia Correia (Rio Grande do Sul); Cesário Alvim, Fernando Lôbo, Bernardino de Campos, Francisco Sá, Francisco Sales, Antônio Carlos, João Luís Alves e Raul Soares (Minas Gerais); Leopoldo de Bulhões (Goiás); e Joaquim Murtinho (Mato Grosso).

Ao todo 40, aos quais cumpre adicionar mais 4, que foram ministros ainda no Império: Saraiva, Carlos Castrioto, Rosa e Silva e Ladário.

Alguns destes desempenharam as funções ministeriais, sob a República, por duas vezes; Amaro Cavalcanti, Tavares de Lira, Seabra, Miguel Calmon, Rodrigues Alves, Lauro Müller, Francisco Sá, Leopoldo de Bulhões e Joaquim Murtinho, havendo um, — Alexandrino de Alencar, — que foi ministro com cinco presidentes (Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Braz e Artur Bernardes).

---

De 1890 a 1930 nenhum senador nascido no Amazonas, Ceará, Sergipe, Espírito Santo e Paraná sobraçou pastas de ministro. E' também digno de nota que durante esses quarenta anos a Paraíba, a Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso nunca elegeram filhos de outros Estados para seus representantes no Senado.

---

Pertenceram ao Supremo Tribunal Federal: João Pedro Belfort Vieira, Amaro Cavalcanti, Eptácio Pessoa, José Higino, João Barbalho, Coelho e Campos, Oliveira Figueiredo, Ubaldino do Amaral, Américo Lôbo e João Luís Alves.

---

Foram governadores efetivos dos Estados, — nomeados pelo Governo Provisório da República ou eleitos na forma de suas constituições:

*Amazonas*: Silvério Néri, Constantino Néri, Jonatas Pedrosa, Rêgo Monteiro e Efigênio Sales;

*Pará*: Justo Chermont, Lauro Sodré, Paes de Carvalho, Dionísio Bentes, Sousa Castro e Eurico Vale;

*Maranhão*: Belfort Vieira, Benedito Leite, Urbano Santos, Godofredo Viana e Magalhães de Almeida;

*Piauí*: Nogueira Paranaguá, Álvaro Mendes, Raimundo Artur de Vasconcelos, Anízio de Abreu, Antonino Freire e Eurípedes de Aguiar;

*Ceará*: Nogueira Acioli, Bezerril Fontenele, Pedro Borges, Liberato Barroso e João Tomé;

*Rio Grande do Norte*: Pedro Velho, Ferreira Chaves, Tavares de Lira, Antônio de Sousa, José Augusto e Juvenal Lamartine;

*Paraíba*: Venâncio Neiva, Álvaro Machado, Gama e Melo, Walfredo Leal e Castro Pinto;

*Pernambuco*: José Simeão, Barbosa Lima, Correia de Araújo, Gonçalves Ferreira, Sigismundo Gonçalves, Herculano Bandeira, Dantas Barreto, José Bezerra e Manuel Borba;

*Alagoas*: Pedro Paulino, Manuel José Duarte, Gomes Ribeiro, Joaquim Malta, Euclides Malta, Araújo Góis, Fernandes Lima, Batista Acioli e Costa Rêgo;

*Sergipe*: Martinho Garcez, Olímpio de Campos, Oliveira Valladão, Guilherme de Campos, Pereira Lôbo, Siqueira de Menezes e Graco Cardoso;

*Bahia*: Manuel Vitorino, Severino Vieira, José Marcelino, Luís Viana, Seabra e Antônio Moniz;

*Espírito Santo*: Henrique Coutinho, Moniz Freire, Jerônimo Monteiro, Bernardino Monteiro, Nestor Gomes e Florentino Avidos;

*Rio de Janeiro*: Francisco Portela, Porciuncula, Quintino Bocaiuva, Nilo Peçanha, Manuel Duarte e Feliciano Sodré;

*São Paulo*: Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Rodrigues Alves, Campos Sales e Washington Luís;

*Paraná*: Américo Lôbo, Santos Andrade, Generoso Marques, Vicente Machado, Xavier da Silva, Carlos Cavalcanti, Afonso de Carmargo e Caetano Munhoz da Rocha;



*Santa Catarina*: Gustavo Richard, Lauro Müller, Hercílio Luz, Felipe Schmidt e Vidal Ramos;

*Rio Grande do Sul*: Falcão da Frota e Carlos Barbosa;

*Minas Gerais*: Cesário Alvim, Francisco Sales, João Pinheiro, Bueno Brandão, Artur Bernardes, Raul Soares, Antônio Carlos e Olegário Maciel;

*Goiás*: Rodrigues Jardim, Urbano de Gouveia, Olegario Pinto, Rocha Lima e Brasil Caiado;

*Mato Grosso*: Generoso Ponce e Pedro Celestino.

---

Enganam-se aquêles que afirmam ter sido o Senado uma assembléia oligárquica. Pela Constituição de 1891, de 63 era o número de seus membros e, como foi de 320 o número dos que por êle passaram nas quatro primeiras décadas da República, o que se segue é que sua renovação se operou com relativa frequência. Houve senadores que foram reeleitos ou receberam a investidura em mais de uma legislatura? Sim. Mas êstes constituíam legítimas expressões de nossas elites dirigentes ou grandes forças partidárias. Chamavam-se Lauro Sodré, Gomes de Castro, Francisco Sá, Pedro Velho, Eptácio Pessoa, Rosa e Silva, Gonçalves Ferreira, Rui Barbosa, Severino Vieira, Seabra, João Luís Alves, Quintino Bocaiuva, Nilo Peçanha, Frontin, Campos Sales, Glicério, Rodrigues Alves, Bernardino de Campos, Francisco Sales, Feliciano Pena, Lauro Müller, Pinheiro Machado, Leopoldo de Bulhões, Joaquim Murtinho, Azeredo, tantos outros, que honrariam, em qualquer parte, as mais cultas assembléias políticas.

---

Fato que não deve ser esquecido é que as portas do Senado jamais se fecharam sistematicamente aos homens de valor comprovado. Não havia entre êles incompatibilidades radicais. Muitos dos sacrificados num momento dado por circunstâncias ocasionais tiveram a fortuna de ver realizadas mais tarde suas aspirações simplesmente porque souberam esperar com paciência sua vez...

---

Conquanto o regime presidencial não seja propício a caudalosos surtos de eloquência parlamentar, a verdade é que, com êle, não fo-

ram e não são poucos os oradores, cujos discursos abrilhantaram e abrilhantam as páginas de nossas antologias políticas e literárias.

---

No tocante ao nível intelectual do Senado daquele tempo, o que se pode e deve dizer é que foi uma assembléia verdadeiramente ilustre, sem embargo da insuficiência cultural de alguns, em pequeno número, que o integraram acidentalmente em horas de crises passageiras. Mostrá-lo-ei, querendo Deus, no fêcho dêste trabalho, ao estudar, numa síntese geral, a política republicana, através de debates luminosos, que o agitaram por vêzes, e da ação construtiva da maioria de seus grandes *leaders*. Como no Império, êle foi na República uma escola de homens de Estado.

## VASCONCELOS E AS CARICATURAS

JOSÉ ANTONIO SOARES DE SOUZA

Bernardo Pereira de Vasconcelos não serviu de alvo, apenas, à maledicência daqueles inimigos, que escreviam e falavam. Também os que pintavam transformaram, então, ódios e calúnias em desenhos, que têm o ilustre político do *Regresso* por principal figura. Na Biblioteca Nacional existe uma série de caricaturas neste sentido. A descrição, que se encontra no *Suplemento* de 1883 ao *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, realizada em 1881, é a seguinte: "Série de (?) estampas numeradas, com alegorias satíricas contra Bernardo Pereira de Vasconcelos, litografia por anônimo da oficina de Briggs (sem data)" (1).

Em excelente trabalho sobre as *Belas-Artes na Regência*, Francisco Marques dos Santos menciona, em nota, êstes desenhos, sem, no entanto, fazer comentários sobre o possível caricaturista, sobre a ilustre personagem caricaturada e, ainda, sobre o momento político, a que as estampas se referem. Sugere, no tocante à data, a possibilidade de se verificar o ano, em que a litografia de Briggs se achava localizada à rua do Ouvidor n.º 151, uma vez que é esta a única indicação constante das mesmas litografias (2).

A meu ver a determinação da data das caricaturas pode-se fazer, não só pelas cenas que elas apresentam, mas também por se saber, por uma outra série de caricaturas, que, em 1840, a tipografia de Briggs já não estava no número 151 da rua do Ouvidor, sim, do lado oposto da mesma rua, no número 130 (3). Além disso, não po-

---

(1) N.º 17.491, pág. 1.472.

(2) Nota 1, pág. 124, in *Estudos Brasileiros*, ano V, vol. 9, ns. 25 a 27, julho a dezembro de 1942.

(3) Esta série de 1840, como a outra, vem mencionada no *Suplemento* de 1883 ao *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, de 1881, e está na Biblioteca Nacional. Vide: Francisco Marques dos Santos, *op. cit.*, págs. 122 a 124.

diam deixar de representar as caricaturas, como na verdade representavam, uma síntese de tudo quanto se dizia de Vasconcelos, em determinado momento.

Assim, para verificar a data provável, em que foram debuxados os desenhos, vamos dar, de cada um, sucinta descrição, que é de ser confrontada com as gravuras de número 1 a 5. Foram, indiscutivelmente, delineados pelo mesmo desenhista e litografados na oficina de Briggs, rua do Ouvidor n.º 151. Reportam-se todos a um mesmo momento, ou seja, àquele em que Vasconcelos liquidava definitivamente a obra revolucionária de 7 de abril. E tão poderoso se achava êle que o transvestiu o artista em Napoleão, uma vez, e, outra, em Nabucodonosor. E' de se salientar que a doença do caricaturado serviu de pílheria e escárnio. Isso vem nos revelar que foram executadas já quando Vasconcelos se encontrava paralítico dos membros inferiores. As muletas, que figuram em duas caricaturas, comprovam a paralisia. As pernas foram, propositadamente, traçadas para que dessem a impressão de apêndices inúteis e atrofiados, tal a desproporção que existe entre elas e o resto do corpo.

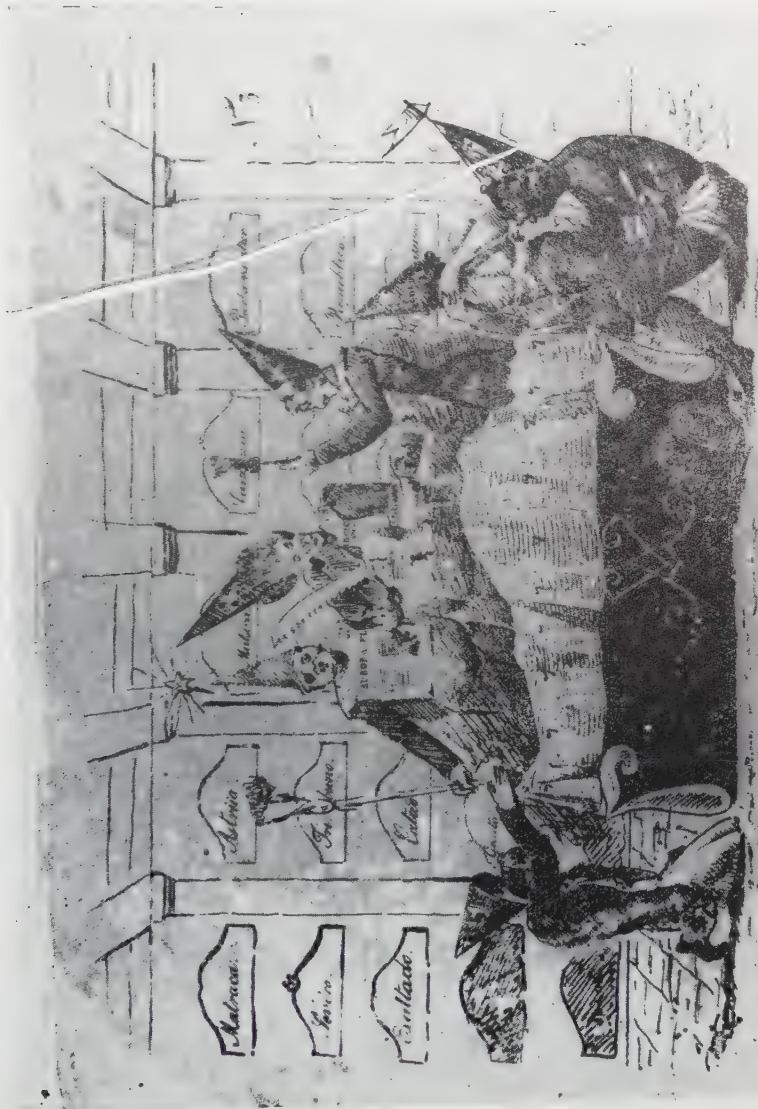
Foram as caricaturas numeradas, pelo autor, de 1 a 6, faltando o número 2 da série. Não sabemos se esta continuava. A presunção é, a meu ver, que não. O número 6 devera ser a última estampa, pois, nela, se resume tudo quanto se dizia de mal contra Vasconcelos. Há certa falta de lógica na sequência dos quadros, como veremos da descrição, o que faz crer terem sido elaborados, um depois de ser o outro litografado, e não todos juntos, obedecendo a uma idéia preestabelecida.

A primeira caricatura tem por motivo o túmulo do 7 de abril. E' de se perguntar aqui: 7 de abril jornal ou 7 de abril revolução? Para mim a alusão é clara à revolução. Na estampa seguinte veremos o 7 de abril jornal, chorando a morte do 7 de abril revolução. Mas antecipou-se o artista e deu o túmulo antes do entêrro. E tem, assim, de um lado da cena, Vasconcelos, que se apoia nas muletas. E' apenas o perfil, em que avulta a barriga enorme do político. Está fantasiado de Napoleão, pois o chapéu é típico, embora a casaca, o colarinho e o colete pertençam à indumentária de qualquer burguês da época. O traço, que caracteriza o poder e a fôrça da personagem, está no chapéu napoleônico. O rótulo da estampa também confunde o político mineiro com o imperador dos franceses: *Napoleoncelos visitando o túmulo do Sete*. A expressão carrancuda e zangada do rosto do caricaturado foi obtida habilmente apenas com o arquear-lhe o sobrecenho e um pequeno traço, do nariz à boca. O perfil é, nitidamente









FUNERAL DO SEITE.

Rua de Curitiba 192

1871. 16. Junho





de Vasconcelos: lábio inferior pendido, nariz pequeno e arrebitado, pescoço curto e tronchudo. Basta um confronto da caricatura com o retrato do chefe dos conservadores, que Tarquínio de Sousa reproduz na interessante biografia de Vasconcelos, bem assim a descrição que dêle fêz o reverendo Walsh, para facilmente se identificar o caricaturado (4).

Do outro lado do quadro, três negros esqueléticos, de joelhos, seguram, respeitosos, um barril, em que se inscreveu o seguinte epítáfio: “Aqui jaz o 7 de abril”. O barril era típico da época. Fazia parte principal de uma casa. Nêle é que as imundícies caseiras eram despejadas. Vinham os negros do “barril de limpeza”, como denominaram delicadamente o recipiente, deixavam na casa visitada um barril vazio e levavam o da véspera, repleto de impurezas. Ai, nessa esterqueira, ideou o artista o túmulo da revolução liberal de 7 de abril. Positivamente era um caramuru ou amigo dos caramurus.

O número 2 da série falta na coleção. Temos de pular para o número 3. Estamos diante do funeral do 7 de abril. Cronologicamente devera vir antes do túmulo. E’ fúnebre o quadro. No centro da sala sobressai uma eça, tôda enfeitada de setes. Um A grande aí se colocou, enleado a dois setes, a emblemar a inspiração do artista, no 7 de abril, que se lhe encravará no subconsciente como espinha na garganta.

O defunto já está colocado no caixão. E’ ainda Vasconcelos, transfigurado desta vez no próprio 7 de Abril. O perfil é uma contrafacção do anterior, ainda que o lençol, encobrindo-lhe o corpo, dificulte um pouco a identificação. À cabeceira do morto, soluça uma senhora, com o 7 de Abril, a emblemar o chapéu afunilado. E’ o jornal 7 de Abril, demudado em viúva, a chorar o espôso falecido. Aos pés está um indivíduo em prantos, talvez O Cronista. Assentado ao lado, com uma cesta jogada, um preto também chora. A bandeirola do chapéu é simbólica. O preto representa outro jornal: O Correio Oficial, na figura de Justiniano José da Rocha, maldosamente desenhado, mas de óculos e o nariz para cima (5). Três personagens importantes conferenciam ao lado do esquife. A que está de frente, com uma vassoura na mão, é A Aurora Fluminense. A outra, com serrote, é o Jornal do Comércio, talvez representado por Monsieur Picot, que

---

(4) Otávio Tarquínio de Sousa, *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*, págs. 34 e 35 (Livraria José Olímpio Ed., Rio de Janeiro, 1937).

(5) O perfil do preto é de se confrontar, para identificação, com os perfis de Justiniano José da Rocha, das caricaturas, que reproduz nas gravuras números 6 e 7.

fêz sua época contra *O Cronista* e Vasconcelos. A terceira personagem, mais íntima do defunto, pelo objeto que tras em uma das mãos, devera ser também um jornal tão importante, quanto os outros, mas que não conseguimos identificar. Tudo faz crer que os três cavalheiros estejam prontos para a necessária desinfecção, logo depois da saída do corpo. Na parede uma chusma de rótulos de jornais serve-lhe de enfeite. Ai estão visíveis: *Matraca, Severo, Exaltado, Astréia, Tribuno, Catão, Mutuca, Caramuru, Parlamentar, Repúblico, Gazeta*. Outros se encontram também, mas difícil de se lhes decifrar o nome.

Como desenho o de número 4 é, ao menos para mim, o melhor. Trata-se de complicada alegoria, com o título expressivo: *Apoteose do Sete*. Continua Bernardo de Vasconcelos a figura principal. De costas, a equilibrar-se com as muletas, parou êle, estarrificado, diante de um abismo. A seu lado dois demônios lhe indicam, ao longe, já entre as chamas do inferno, uma cadeira com o 7 simbólico no encôsto. Do sete relampejam raios de imoralidade, de perversidade, de esperteza e de finura. Do outro lado da cena se enfileiram os representantes dos jornais, com bandeirolas, a justificar-lhes a presença. Estão legíveis apenas os seguintes letreiros: *Astréia, Catão, Severo, Mutuca*.

Inspirou-se o artista para a gravura seguinte, o número 5, na *Escada de Jacob*. Em uma pedra está dormindo o patriarca e sonha justamente o sonho que nos descreve frei Heitor Pinto: “e viu por sonhos aquela escada divina, que com uma ponta estava na terra, e com a outra chegava ao céu” (6). Nuvens espessas ladeiam a escada. E, lá no alto, o sol, “aquêlê sol de justiça”, a clarificar a cena, domina e simboliza o céu. Uma personagem, sobraçando um livro e carregando uma âncora, sobe por um dos lados da escada. Ela se multiplica até o fim. Talvez idealizasse o artista o moço, ao iniciar a vida, cheio de esperança. Do outro lado da escada desce a figura principal da cena. Vem de mãos no rosto, envergonhado do que fêz, ao subir a escada, ou, então, deslumbrado do que vira no caminho. E’ Bernardo Pereira de Vasconcelos. O ventre continua rotundo e a cabeleira farta e desgrenhada. Desta vez não está de muletas, mas é, em passos incertos, que se renova também, de degrau em degrau, até o final da descida.

A sexta e última estampa tem por título: *Nabuco de Nosor*, e por sub-título o seguinte verso de Camões: “Escura faz qualquer es-

---

(6) *Imagem da Vida Cristã*, vol. II, pág. 38 (Livraria Sá Costa, Editora, Lisboa, 1940).

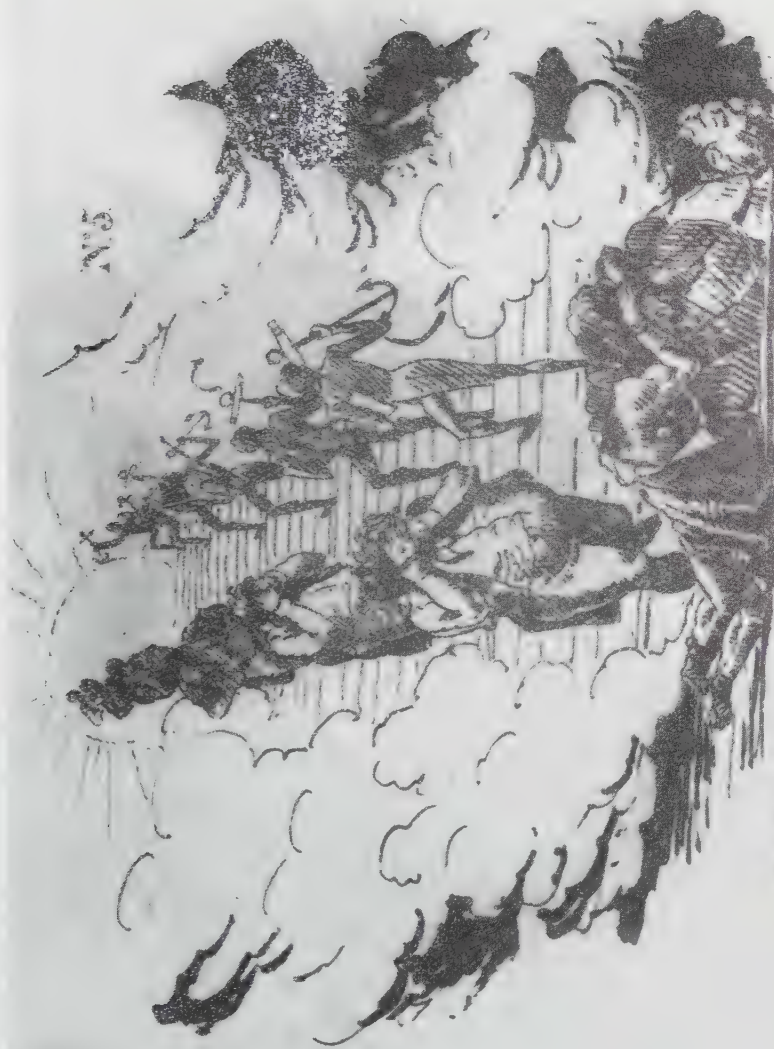


*But in vain*

THE DOOM OF THE







Lith. v. G. B. 1860

Rua de curules 1

# A ESCADA DE JACOB.



tranha glória". Há duplicata, na Biblioteca Nacional, desta gravura, sendo que uma é colorida. Representa a estátua de Vasconcelos, vestido de imperador, com bandeirola içada à cabeça, um cartucho com o letreiro: *Aposta*, em uma das mãos, e, na outra, um saco de dinheiro, com 2:000\$000. O ventre permanece enorme e as pernas raquíticas. A roupa é toda ela formada de uma quantidade de algarismos, à guisa de notas do tesouro. Por baixo da estátua se colocou outro saco, contendo 5:000\$000. O pedestal, a que tudo isso foi sobreposto, é um barril daqueles que figuram na primeira estampa. Em redor da estátua se acham vários negros escanzelados, com um cordão passando-lhes pelo pescoço, onde se dependurou um papel com o preço, 100\$000.

Vamos, preliminarmente, averiguar quem teria sido o provável autor dessas caricaturas. Com isso o problema da verificação da data ficará delimitado.

Na Biblioteca Nacional, também se encontram duas caricaturas, em que se põe Justiniano José da Rocha a ridículo (7). Reportam-se ambas ao momento em que o jornalista deixava *O Cronista*, defensor do ministério das capacidades e de Vasconcelos, especialmente, e ingressava no *Correio Oficial*, como diretor. Em carta estampada em *O Cronista*, de 11 de outubro de 1837 (8), despedia-se Justiniano da redação, onde trabalhara tanto tempo. Neste mesmo número vinha outra carta, de Josino do Nascimento Silva, amigo de Justiniano e sócio em *O Cronista*, lamentando a saída do colega, embora satisfeito por vê-lo na direção do *Correio* (9).

Dias depois, a 4 de novembro de 1837, em artigo com o título: *Academia de Belas Artes*, já anunciava *O Cronista* as atividades de Manuel de Araújo Porto-Alegre, que vivificava agora o estabelecimento, depois do período de marasmo, em que descaíra, com a partida de Debret para a Europa, em 1832. E' tão grande o elogio ao artista, que chega a enlançar Feijó, inimigo encarniçado do jornal: "Se alguma coisa devemos ao passado govêrno", diz'a o articulista. "se alguma coisa devemos ao Sr. Feijó, é a nomeação do Sr. Porto-Alegre para professor da Academia de Belas Artes" (10).

---

(7) *Suplemento* de 1883, *cit.*, n.º 17.495. *Vide*: Francisco Marques dos Santos, *op. cit.*, págs. 73 e 74.

(8) N.º 104, coleção pertencente à Biblioteca Nacional.

(9) *Ibid.*

(10) N.º 110. Francisco Marques dos Santos, referindo-se ao ano de 1837, diz: "Manuel de Araújo Porto-Alegre chegara naquele ano de seus estudos na Europa e fôra escolhido para professor de pintura histórica, sendo nomeado por Diogo Antônio Feijó". *Op. cit.*, pág. 133.

Na verdade já estava Pôrto-Alegre em franca atividade não só na Academia, mas ainda fornecendo desenhos seus para serem litografados pelo artista Vitor Larée, na rua Direita n.º 14. Eram retratos dos Andradas, a quem Pôrto-Alegre estava prêso pela amizade e pelo auxílio que lhe prestara Antônio Carlos, de sua última estada na Europa. Esses retratos eram vendidos a 2\$000, na casa de Francisco de Paula Brito (11).

Logo no dia seguinte ao em que saiu o anúncio dos retratos dos Andradas, a 14 de dezembro de 1837, publicou o *Jornal do Comércio* outro anúncio muito mais sugestivo. Era o aparecimento do “primeiro número de uma invenção artística, gravada sôbre magnífico papel, representando uma admirável cena brasileira” (12). O preço era, apenas, de \$160, e achava-se a nova invenção à venda na loja de livros e gravuras de Mongie, na rua do Ouvidor n.º 87. O mesmo Vitor Larée, com officina à rua Direita n.º 14, litografara a estampa, que acabava de aparecer. À guisa de explicação, ainda se lê o seguinte no anúncio: “A bela invenção de caricaturas, tão apreciada na Europa, aparece hoje pela primeira vez em nosso país, e, sem dúvida, receberá do público aquêles sinais de estima, que êle tributa às coisas úteis, necessárias e agradáveis” (13).

Nestas poucas palavras já encontramos o cartão de visitas do autor. As caricaturas, tão apreciadas na Europa (Daumier e Gavarni faziam então época em Paris), aparecidas então pela primeira vez no Brasil, só podiam ter sido trazidas por quem, além de ser ótimo desenhista, tivesse vindo, recentemente, da Europa. Ora estava ali, na côrte, mestre Pôrto-Alegre, hábil desenhista, que acabava de chegar da Europa, cheio de idéias novas, “mergulhado nas ilusões artísticas de uma alma anacrônica em tempos vertiginosos, e de puro egoísmo”, como êle se confessaria, anos depois, a um amigo íntimo (14).

A primeira gravura representa Justiniano no momento exato em que era investido da direção do *Correio Oficial*. E’ esta a cena brasileira, por excelência. A versalhada, a explicar o quadro, revela-nos também o autor, porque está muito ao jeito de Pôrto-Alegre (15).

---

(11) *Vide: Jornal do Comércio*, n.º 276, de 13-12-837.

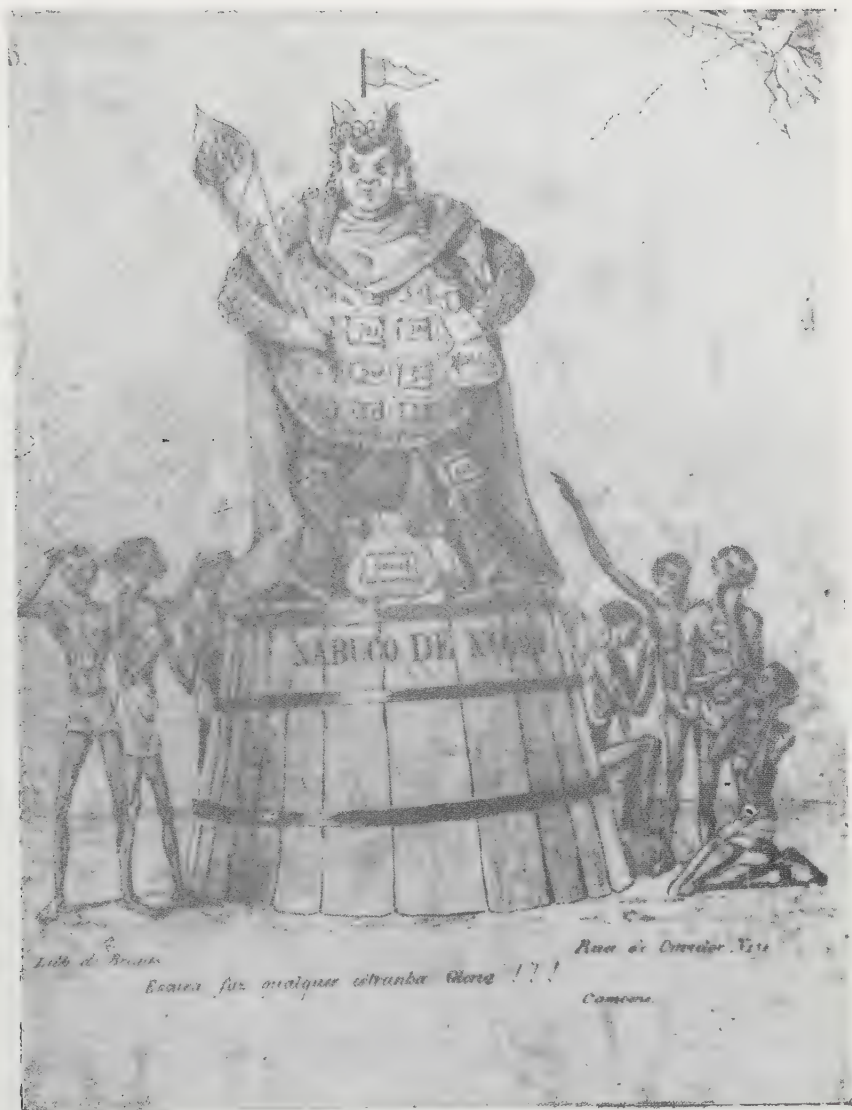
(12) *Ibid.*, de 14-12-837.

(13) *Ibid.*

(14) Carta de 20-10-851, a Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, in Arquivo Particular de Silva Pontes, Arquivo Histórico do Itamarati.

(15) Em outro trabalho, espero poder mostrar como se utilizava Pôrto-Alegre dos versos e das caricaturas, para a crítica, guardando, às vêzes, versos feitos, em 1842, contra Justiniano José da Rocha, para os publicar dois ou três anos depois, como letra de um lundu, contra o Regresso.





*Lido de Bruto*

*Espera por qualquer estranha coisa !!!*

*Rua de Oliveira, 111*

*Comme*





Quem quer a mim, meu redigo  
 O Coração Oficial!  
 Segue-se bem. Todos seguem?!  
 Nunca se viu coisa igual

Com os Corações, os corações  
 Eu não digo mais e não  
 Agora não é mais o mesmo.  
 E me mais quem é quem?



O indivíduo empenachado, possivelmente um ministro, com uma campainha na mão, procura alguém para dirigir o *Correio Oficial*, gritando:

“Quem quer; quem quer redigir  
O Correio Oficial!  
Paga-se bem. Todos fogem?!  
Nunca se viu coisa igual”.

Todos fogem espavoridos. Só um indivíduo, “o cujo”, como o indica o artista, se ajoelha diante do homem da campainha e recebe d’ele um saco de dinheiro, ao mesmo tempo que afirma:

“Com três contos e seiscentos  
Eu aqui estou, meu senhor;  
Honra tenho e probidade,  
Que mais quer dum redator”.

A estampa devera de ter tido boa acolhida. Já no dia seguinte, 15 de dezembro de 1837, ela estava à venda em vários lojas: João Baptista dos Santos, rua da Cadeia n.º 60; Saint-Amant, rua de São José n.º 64; R. Ogier & Companhia, rua do Rosário, e E. Laemmert, na rua da Quitanda (16).

No sábado, 16 de dezembro, saiu a segunda estampa, “representando”, como se lê no anúncio, “a grande Rocha Tarpéia, prodígio da nossa pátria, e que tanto e tão bom dinheiro custa à nação, pelo mero desejo de forçar o silêncio”. A Rocha Tarpéia nada mais é do que o próprio Justiniano, de frente e de perfil, e, ainda, o burro e o cachorro, incluídos na cena, são mistificações do jornalista. Sabemos ainda dêsse novo anúncio que, no dia 16 de novembro, ou seja, dois dias depois de aparecer a primeira caricatura, já se esgotara toda a edição. E que os artistas, animados pela aceitação que tivera a nova arte, se comprometiam a continuar a tarefa, forcejando para que as novas gravuras se tornassem mais perfeitas (17). Reproduzimos nas gravuras 6 e 7 as duas estampas referentes a Justiniano.

Que estas duas caricaturas foram desenhadas por Pôrto-Alegre, não tenho dúvida alguma. Além da comprovação já feita, ou seja de se tratar de nova invenção, pela primeira vez aparecida no Brasil, e trazida da Europa, justamente, pouco depois de chegar o futuro ba-

---

(16) In anúncio publicado no *Jornal do Comércio*, de 15-12-837.

(17) *Ibid.*, n.º de 16-12-837.



rão de Santo Ângelo do Velho Continente, há o seguinte fato que vem corroborar esta hipótese: a quezilia de Pôrto-Alegre com Justiniano José da Rocha perdurou. Ainda em 1842 lhe espartaria uma espécie de fobia a carreira do primeiro professor de História do Brasil do Colégio de Pedro II. Em 1837, de volta da Europa com a nova invenção, foi êste o meio, de que lançou mão, para achincalhar o desafeto, que acabava de ser nomeado para o *Correio Oficial*, com ..... 3:600\$000 anuais. Em 1842 seria com uma ode, a que denominou *Ode Homérica*, que iria investir contra Justiniano. Tanto das caricaturas quanto das versalhadas ressumava o mesmo rancor. O desafo, numa e noutra vez, com pilhérias e injúrias, fôra completo. A ode, escreveu-a êle, segundo declarou, “no dia do doutorado em Matemática do Rocha, cujo sêlo pendente é uma rolha” (18).

Identificada a autoria de Pôrto-Alegre, no tocante às caricaturas de fins de 1837, fácil nos parece, de um simples confronto, chegarmos à conclusão de que as caricaturas, em que figura Vasconcelos, como personagem principal, foram também desenhadas pelo artista, que acabara de chegar da Europa. Encontramos nas duas séries de estampas o mesmo sentido alegórico das cenas, a mesma perfeição do desenho e a mesma facilidade no tracejar. Era, aliás, natural que tal acontecesse e engrazasse Pôrto-Alegre, no seu rancor, o ministro, que ajudava o inimigo, com o próprio inimigo. O contrário também podia ter ocorrido. Na impossibilidade de se insurgir imediatamente contra o ministro, que odiava, tratou, primeiro, de desmoralizar o jornalista, que defendera sempre Vasconcelos, para, em seguida, ir em cima do ministro, logo que se lhe ensejou a oportunidade (19).

E’ de notar que na estampa número 3, já descrita, está nm negro assentado ao lado do sarcófago, que indicamos como sendo *O Cronista*, representado pelo próprio Justiniano. E’ o perfil de Justiniano José da Rocha, perfeitamente igual, pela maneira de colocar os óculos e pelo nariz para cima, bastante achatado, aos perfis do jornalista, nas estampas de 1837.

Agora vamos ver se conseguimos determinar a data, em que as caricaturas sôbre Vasconcelos foram feitas. Sabemos do primeiro anúncio referente às caricaturas de Justiniano, que fôra, então, esta

---

(18) Carta de 29 de abril de 1842, a Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, in Arquivo Particular de Silva Pontes, Arquivo Histórico do Iamarati.

(19) Pôrto-Alegre, diz Marques dos Santos (*op. cit.*, pág. 133), deixou incompatibilizado com Taunay e Grandjean de Montigny, a cadeira de professor, que lhe dera Feijó. E isso pouco depois de nomeado. Não consegui determinar a data dessa demissão ou afastamento de Pôrto-Alegre. E’ muito provável ter sido ato de Vasconcelos, como ministro do Império.





The above named person  
 has been appointed  
 as a member of the  
 Board of Directors  
 of the  
 Bank of the  
 City of New York  
 for the term of  
 years ending  
 at the  
 City of New York  
 in the year 1887  
 1888  
 1889  
 1890  
 1891  
 1892  
 1893  
 1894  
 1895  
 1896  
 1897  
 1898  
 1899  
 1900  
 1901  
 1902  
 1903  
 1904  
 1905  
 1906  
 1907  
 1908  
 1909  
 1910  
 1911  
 1912  
 1913  
 1914  
 1915  
 1916  
 1917  
 1918  
 1919  
 1920  
 1921  
 1922  
 1923  
 1924  
 1925  
 1926  
 1927  
 1928  
 1929  
 1930  
 1931  
 1932  
 1933  
 1934  
 1935  
 1936  
 1937  
 1938  
 1939  
 1940  
 1941  
 1942  
 1943  
 1944  
 1945  
 1946  
 1947  
 1948  
 1949  
 1950  
 1951  
 1952  
 1953  
 1954  
 1955  
 1956  
 1957  
 1958  
 1959  
 1960  
 1961  
 1962  
 1963  
 1964  
 1965  
 1966  
 1967  
 1968  
 1969  
 1970  
 1971  
 1972  
 1973  
 1974  
 1975  
 1976  
 1977  
 1978  
 1979  
 1980  
 1981  
 1982  
 1983  
 1984  
 1985  
 1986  
 1987  
 1988  
 1989  
 1990  
 1991  
 1992  
 1993  
 1994  
 1995  
 1996  
 1997  
 1998  
 1999  
 2000  
 2001  
 2002  
 2003  
 2004  
 2005  
 2006  
 2007  
 2008  
 2009  
 2010  
 2011  
 2012  
 2013  
 2014  
 2015  
 2016  
 2017  
 2018  
 2019  
 2020  
 2021  
 2022  
 2023  
 2024  
 2025  
 2026  
 2027  
 2028  
 2029  
 2030  
 2031  
 2032  
 2033  
 2034  
 2035  
 2036  
 2037  
 2038  
 2039  
 2040  
 2041  
 2042  
 2043  
 2044  
 2045  
 2046  
 2047  
 2048  
 2049  
 2050  
 2051  
 2052  
 2053  
 2054  
 2055  
 2056  
 2057  
 2058  
 2059  
 2060  
 2061  
 2062  
 2063  
 2064  
 2065  
 2066  
 2067  
 2068  
 2069  
 2070  
 2071  
 2072  
 2073  
 2074  
 2075  
 2076  
 2077  
 2078  
 2079  
 2080  
 2081  
 2082  
 2083  
 2084  
 2085  
 2086  
 2087  
 2088  
 2089  
 2090  
 2091  
 2092  
 2093  
 2094  
 2095  
 2096  
 2097  
 2098  
 2099  
 2100  
 2101  
 2102  
 2103  
 2104  
 2105  
 2106  
 2107  
 2108  
 2109  
 2110  
 2111  
 2112  
 2113  
 2114  
 2115  
 2116  
 2117  
 2118  
 2119  
 2120  
 2121  
 2122  
 2123  
 2124  
 2125  
 2126  
 2127  
 2128  
 2129  
 2130  
 2131  
 2132  
 2133  
 2134  
 2135  
 2136  
 2137  
 2138  
 2139  
 2140  
 2141  
 2142  
 2143  
 2144  
 2145  
 2146  
 2147  
 2148  
 2149  
 2150  
 2151  
 2152  
 2153  
 2154  
 2155  
 2156  
 2157  
 2158  
 2159  
 2160  
 2161  
 2162  
 2163  
 2164  
 2165  
 2166  
 2167  
 2168  
 2169  
 2170  
 2171  
 2172  
 2173  
 2174  
 2175  
 2176  
 2177  
 2178  
 2179  
 2180  
 2181  
 2182  
 2183  
 2184  
 2185  
 2186  
 2187  
 2188  
 2189  
 2190  
 2191  
 2192  
 2193  
 2194  
 2195  
 2196  
 2197  
 2198  
 2199  
 2200  
 2201  
 2202  
 2203  
 2204  
 2205  
 2206  
 2207  
 2208  
 2209  
 2210  
 2211  
 2212  
 2213  
 2214  
 2215  
 2216  
 2217  
 2218  
 2219  
 2220  
 2221  
 2222  
 2223  
 2224  
 2225  
 2226  
 2227  
 2228  
 2229  
 2230  
 2231  
 2232  
 2233  
 2234  
 2235  
 2236  
 2237  
 2238  
 2239  
 2240  
 2241  
 2242  
 2243  
 2244  
 2245  
 2246  
 2247  
 2248  
 2249  
 2250  
 2251  
 2252  
 2253  
 2254  
 2255  
 2256  
 2257  
 2258  
 2259  
 2260  
 2261  
 2262  
 2263  
 2264  
 2265  
 2266  
 2267  
 2268  
 2269  
 2270  
 2271  
 2272  
 2273  
 2274  
 2275  
 2276  
 2277  
 2278  
 2279  
 2280  
 2281  
 2282  
 2283  
 2284  
 2285  
 2286  
 2287  
 2288  
 2289  
 2290  
 2291  
 2292  
 2293  
 2294  
 2295  
 2296  
 2297  
 2298  
 2299  
 2300  
 2301  
 2302  
 2303  
 2304  
 2305  
 2306  
 2307  
 2308  
 2309  
 2310  
 2311  
 2312  
 2313  
 2314  
 2315  
 2316  
 2317  
 2318  
 2319  
 2320  
 2321  
 2322  
 2323  
 2324  
 2325  
 2326  
 2327  
 2328  
 2329  
 2330  
 2331  
 233

*Assinaturas de Bernardo Pereira de Vasconcelos, de 1837, 1841, 1842 e 1946*





a primeira vez que apareceu em nosso país “a bela invenção de caricaturas, tão apreciada na Europa”. Isso ocorreu em dezembro de 1837. Portanto as estampas, que têm Vasconcelos por figura principal, só podiam ter sido litografadas depois de dezembro de 1837, quando apareceram as duas primeiras caricaturas “em nosso país”. Temos também o marco oposto, a delimitar a época, que vem a ser a localização da oficina de Briggs. Em 1840 estava a litografia no número 130 da rua do Ouvidor, e não mais no número 151 da mesma rua. Justiniano José da Rocha, em 1840, já não podia figurar com a bandeirola na cabeça, símbolo de *O Correio Oficial*, uma vez que não estava mais na direção desse jornal.

Assim, dentro deste limite, dezembro de 1837 a 1840 é que as estampas foram publicadas. Vamos minudear um pouco mais. Na estampa número 4, *A Apoteose do Sete*, vimos a cadeira, com um sete no encosto ou assentado. Vasconcelos é, no simbolismo do artista, confundido com o 7 de abril. No caixão quem se encontra deitado é Vasconcelos, e não o 7 de abril, a quem pertence o funeral. E’ natural que, no devaneio do desenhista, o 7, assentado na cadeira, seja o próprio Vasconcelos, refastelado na cadeira de senador. Vencedora a revolução de 7 de abril, era de se esperar ambicionasse Vasconcelos um lugar no Senado. De fato, desde 1835 se apresentara candidato, mas só em setembro de 1838 foi escolhido senador pela provincia de Minas Gerais. A última estampa, *Nabuco de Nosor*, contém também elemento essencial para a determinação da data. São os pretos escanifrados com os respectivos preços, pendurados ao pescoço. Note-se que o preço ali declarado era de 100\$000 cada um. Contando a Paulino de Sousa as agruras, que tivera com *O Cronista*, dizia-lhe Justiniano o seguinte: “A independência do oposicionista é sempre paga com atenções e favores de seu partido, e até do govêrno: o jornalista ministerial o que ganha? Dá-se-lhe uma precária retribuição e disso seja exemplo o seguinte: em uma das muitas distribuições de africanos, que fêz o ministério de 19 de setembro, pedi eu os serviços de dois africanos, o redator de um periódico da opposição pediu os de quatro; eu não tive nenhum, êle teve quantos quis, e no dia seguinte publicava que o ministro vendia os africanos a 100\$000 cada um!” (20).

Reportava-se, pois, Justiniano ao começo da história da venda de africanos a 100\$000, partida da calúnia de um jornalista da opposição, que conseguira ficar com quatro dos pretos distribuídos, e no dia seguinte vociferava contra a venda de negros pelo ministro. Isso

---

(20) Carta de 4-6-840, in Arquivo do Visconde do Uruguai.

se deu ainda quando Vasconcelos estava no ministério. Natural que o caricaturista explorasse a idéia, como explorou no seu último desenho, no momento, ou pouco depois, de a história ser irradiada.

Assim, para mim, as caricaturas foram feitas por Manuel de Araújo Pôrto-Alegre, nos últimos meses de 1838 ou até maio de 1839 (21).

Terminaríamos aqui, se um fator interessante, que se encontra nas caricaturas de Vasconcelos, não nos atraísse a atenção para um novo confronto. Em quase todos os desenhos rebusca o autor a doença do político mineiro, como motivo de achincalhe e escárnio. Ora são as muletas, ora as pernas atrofiadas, ora a imobilidade da figura, mas sempre a paralisia é que vem à baila, como motivo principal de achincalhamento. Até a caricatura, em que o fêz o artista descer, degrau por degrau, a *Escada de Jacob*, nos mostra um Vasconcelos trôpego, cambaleante, como se fôra cair, impossibilitado de se utilizar das pernas, que bambeam a cada passo.

Foi êste motivo, o da doença, uma infelicidade de que Vasconcelos não era culpado, explorado várias vêzes pelos seus inimigos. A paralisia manifestou-se em Vasconcelos, em primeiro lugar, nos membros inferiores. Aos poucos, porém, devera ir progredindo e, pelas assinaturas de Vasconcelos, de 1837 a 1850, podemos ver a evolução que teve, nem sempre constante, pois de vez em quando obtinha

---

(21) Depois de concluir êste artigo e de o entregar à ilustre Comissão Diretora desta Revista, tivemos possibilidade de determinar, com exatidão, o ano em que a litografia de Briggs se achava na rua do Ouvidor n.º 151, ou seja, a sorte de encontrar o elemento, a que aludiu Francisco Marques dos Santos, no passo citado, para se datarem as caricaturas referentes a Bernardo Pereira de Vasconcelos. Mandando revelar um microfilme, que possuía, de outra estampa, também existente na Biblioteca Nacional (*Vide: Suplemento, citado*, pág. 1.473, n.º 17.499), verifiquei que fôra ela litografada pelo mesmo Briggs, quando estabelecido no mesmo local, em que litografara a série de estampas referentes a Vasconcelos, isto é, na rua do Ouvidor n.º 151. O desenho desta estampa, que atribuo, como os outros, a Pôrto-Alegre, é também de crítica, não mais individualizada, contra uma ou outra personagem, senão à política em geral. O título da estampa é o seguinte: "Estado de hum eleitor em 1839". Ora, se o desenho é crítica aos eleitores em 1839, é que foi feito em 1839. Se foi feito em 1839, é obvia a conclusão, que se tira: Briggs, em 1839, achava-se na rua do Ouvidor n.º 151. Neste mesmo local fêz êle as caricaturas, que têm o chefe conservador por principal figura. Logo, continuando, podemos concluir que esta última série foi litografada até 1839, pois no ano seguinte já se achava Briggs localizado na rua do Ouvidor n.º 130. Assim a conclusão, a que cheguei pelo conteúdo das caricaturas, de que foram feitas de fins de 1838 a começo de 1839, se confirma com a prova de a litografia de Briggs, em 1839, se encontrar na rua do Ouvidor n.º 151. (*Vide gravura 10*).

B. P. de Sá

Bernardo Pereira de Sá

B. P. de Sá

6.23 de jul  
de 1847

B. P. de Sá

San 13 de Novembro  
de 1849

M. Att. Ven. e Cr.  
B. P. de Vasconcellos

Assinaturas de Bernardo Pereira de Vasconcellos, de 1847, 1850, 1849, 1846 e 1837



N.º 1



Estado de hum Eleitor em 1839





pequena melhora, imediatamente anulada por nova crise, que lhe acentuava a paralisia.

Dou a fotocópia das assinaturas de Vasconcelos, de várias épocas, dentro daquele período, para que se veja a maneira por que evoluiu a doença. O certo é que em 1849 a paralisia dos membros superiores já era quase completa. Nesse ano um jornalista, de um periódico que durou muito pouco tempo, investiu contra Vasconcelos, escrevendo-lhe em poucas linhas uma espécie de biografia. E a principal carga que fez contra o chefe conservador foi, justamente, a doença. Em um passo do artigo diz êle de Vasconcelos: “Privado do prazer de dar um ponta-pé, de nadar, de montar a cavalo e trotar um bocadinho, de dançar a redova e de dar o seu pinote, êle indeniza-se fazendo todo o mal que pode com a língua, com as mãos e com o mais que Deus nos fez mimo para o nosso uso” (22). Por que zombou o jornalista, unicamente, da paralisia das pernas de Vasconcelos? E isso quando as mãos já lhe faltavam, quase completamente, e os outros mimos, forçosamente, por completo. Por que o dar um ponta-pé é mais agradável do que dar um soco? Por que o nadar ou dançar é melhor que jogar bilhar e tocar violão? E’ que o jornalista de 1849 tinha na retina apenas a imagem de Vasconcelos, que impressionara o caricaturista de fins de 1838 ou começo de 1839. E de tal forma se assemelham caricaturas e biografia, ambas focalizando o mesmo Vasconcelos, quando o de 1838 para o de 1849 eram tão diferentes, mesmo na moléstia, que se exacerbara, que, quase, concluímos por afirmar que o caricaturista anônimo de 1837 e o jornalista, que se embiocou no pseudônimo de Horácio Cocles, de 1849, escondem a mesma personagem: Manuel de Araújo Pôrto-Alegre (23).

---

(22) *Apud* Otávio Tarquínio de Sousa, *op. cit.*, págs. 252 a 253. O *Noticiador*, como se chamava o jornal, encontra-se na Biblioteca Nacional. A êle me referirei em outro trabalho, encarando-o sôbre um outro aspecto, que vem a ser a posição que tomou em relação às questões do Rio da Prata.

(23) *Vide* gravuras ns. 8 e 9, em que reproduzo várias assinaturas de Vasconcelos.

## MONIZES DA BAHIA

AFONSO COSTA

(Membro efetivo do Instituto Histórico)

### I

Dos Monizes, os que primeiro vieram para a Bahia, acompanhando a Tomé de Sousa em 1549, foram Diogo Moniz Barreto e seu sobrinho Duarte, filho de Egas Moniz Barreto, antigo morador da vila de Machico, na ilha da Madeira.

Dá frei Vicente do Salvador, autoridade a que conscientemente me acolho, ter Diogo vindo como alcaide-mor da cidade que se edificaria (*História do Brasil*, ed. 1889, pág. 59), mas a verdade é que, mesmo assim autorizado por quem é, não devemos tomar ao pé da letra a asserção, pois importaria em acreditar-se que Diogo houvesse tido nomeação para o dito cargo. Sou muito favorável ao reconhecimento do valor das datas para precisão das afirmativas, embora mestres meus as desprezem, e por isso não estarei com os que pensam fôsse Diogo Moniz Barreto, ao tempo de sua vinda com o primeiro governador, o alcaide-mor. E justifico-me neste pensar à vista de documentos, constantes de ordens de pagamento, expedidas pelos dois primeiros governadores (*Documentos Históricos XXXVII e XXXVIII*), nos quais encontramos Diogo tão somente como provedor do hospital, e como fidalgo da casa real, nesta categoria tendo direito a soldos e auxílios financeiros para a sua manutenção e de criados seus. E só a 2 de maio de 1554 é que se lhe expediu título de nomeação.

Por isso, entretanto, não se deve acoimar frei Vicente de leviano, atendendo-se a que, escrita muito posteriormente ao acontecido a sua *História do Brasil* e em 56 tendo sido empossado Diogo como alcaide-mor, nada mais simples, ao repetir dos nomes que compunham o corpo

inicial da administração do govêrno de Tomé de Sousa, incluir-se-lhe o de Diogo Moniz Barreto, certamente desde antes papável oficial para o dito cargo. Rocha Pombo, sobretudo, foi mais longe no afirmar, pois contando festas que se teriam realizado hipoteticamente a 1 de novembro de 1549, para a instalação da cidade, escreve: “No mesmo dia foi investido Diogo Moniz Barreto do cargo de alcaide-mor da cidade”. (*História do Brasil* I, 323). Varnhagen, mais sisudo e mais exato, limita-se a aceitar a nomeação (*História Geral do Brasil*, 2.<sup>a</sup> ed. pág. 265).

Nomeado em 54, a posse deu-se a 22 de junho de 1556, conforme apostila feita no respectivo título pelo tabelião Francisco de Bicudo (*Doc. Hist.* XXXV, 353) e no exercício continuou por cerca de dezesete anos. Antes, era apenas vereador da Câmara e politicamente pertencente ao partido do governador Duarte da Costa contra o do bispo Sardinha, segundo a queixa que os vereadores de 1556 transmitiram à coroa na famosa carta de 18 de dezembro (Acioli, *Memórias Históricas*, I, 340). Em 1560, na ausência do governador Mem de Sá e na qualidade de seu substituto legal, Diogo Moniz Barreto expede atos dessa autoridade (*Doc. Hist.* XXXVI, 77 e 80), e dez anos depois, quando o mesmo governador pretexta documentar-se, por meio de inquérito, quando aos serviços que realizara, temos o depoimento do alcaide-mor: “Diogo Moniz Barreto, fidalgo da casa de el-rei nosso senhor e alcaide-mor desta cidade do Salvador, testemunha jurada...” (*Anais da Biblioteca Nacional*, XXVII, 161). Mas em 1573 dá-se a desistência do encargo.

Seu sobrinho Duarte Moniz Barreto, já então casado com Helena de Melo de Vasconcelos, filha do capitão de mar e guerra Antônio de Oliveira de Carvalho, comandante da armada de socorro chegada à Bahia em 1551, e de sua mulher Luísa de Melo de Vasconcelos, e tendo crescido no conceito público e mais ainda na consideração do tio, merece-lhe a preferência para a substituição do cargo. A renúncia verifica-se a 27 de agosto de 1573 (*Doc. Hist.* XXV, 354), com a imediata investidura de Duarte Moniz Barreto, que passou a ser o que hoje chamamos prefeito da cidade do Salvador.

Há aqui um flagrante desmentido a frei Jaboatão, que sustenta, na parceria de quantos o têm copiado, em como Duarte fôra alcaide-mor em lugar do sogro, que lhe dera o cargo a título de dote de casamento (Jaboatão, *Catálogo Genealógico*, 99). Mestre Jaboatão muitas vêzes veícula afirmativas que nem sempre os documentos ratificam, e antes as contrariam. Oliveira de Carvalho só foi alcaide-mor na cidade por obra e graça do apreciável frade genealogista...

Mas o destino de Diogo Moniz Barreto? Não o busquemos no afamado genealogista, que lhe ignora a existência. Certo é que possuía êle casas de moradia “no cabo da cidade e rua do Sousa” (*Publicações* do Arquivo Nacional, XXVII, 8). De pesquisa em pesquisa encontrei que se casara com a viúva de Antônio Lamego, a antiga órfã da rainha de nome Maria de Reboredo (*Denúncias*, 282 e 418) e como tal passara a residir em Paramirim, à margem do Paraguaçu, nas terras que sua mulher herdara do primeiro marido (*Pub. idem*, 37).

Nunca tentei saber origens genealógicas em Portugal, de nenhum dos portugueses vindos para o Brasil, pois só me interessam êles de quando aqui se instalaram, prosperaram e reproduziram-se. Mas no concernente a Diogo Moniz Barreto, parece-me que há qualquer coisa diferente do que se vem dizendo. Creio seja êle realmente irmão de Egas Moniz Barreto e, assim, filho de Guilherme Moniz Barreto, moço fidalgo da casa real, e de Simoa da Silva Pamplona. Entretanto, o que se divulga alhures e de onde isso estou recolhendo, é que o filho de Guilherme, com o nome Diogo, era casado com Isabel Abarca Corte-Real e fôra feito fidalgo por alvará de 16 de dezembro de 1605, morador em Angra, ilha portuguesa. Adianta-se ademais que tal Diogo tivera um filho com o mesmo nome seu e que dêste nascera um Guilherme que veio para Boipeba e Cairu, aí se casando com Margarida de Sousa (*Inconfidência da Bahia*, ed. 1931, II, 233). Tudo me aconselha a que não prossiga nesse esmiuçar e assim me fico apenas com o Diogo Moniz Barreto ex-alcaide-mor, ora casado com a viúva Maria de Reboredo e vivendo, depois de mais de sessenta anos de idade, na sua fazenda à margem do Paraguaçu. Foi de tanto esmiuçar que de certa feita ao alcaide-mor relatei como o 4.º filho de Egas Moniz Barreto (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 190, pág. 111), quando, pelos precedentes descritos, lhe era irmão.

Baste-me ainda, em homenagem, repetir-lhe o título de nomeação, considerado perdido e que o governador Fernando de Portugal, em 1800, tendo-o achado, mandou copiar e divulgar (*Anais da Biblioteca Nacional*, XXXVI, 264) e que ora consta dos *Documentos Históricos* (XXXV, 353):

“Dom João... Faço saber, que havendo eu respeito aos serviços que me tem feito Diogo Moniz Barreto, fidalgo de minha casa, e por folgar de lhe fazer mercê, hei por bem, a me apraz, de lhe fazer mercê do cargo de alcaide-mor da cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, das terras do Brasil, em dias de sua vida, com o qual ha-



verá, estando na dita cidade, vinte mil réis de ordenado em cada ano, do dia em que for metido em posse em diante; e o dito ordenado lhe será pago no meu tesoureiro das rendas do Brasil, que ora é e adiante for. Notifico assim a D. Duarte da Costa, do meu Conselho, capitão da dita cidade e governador das ditas terras do Brasil, que adiante for, e ao provedor de minha fazenda em elas, e mando-lhes que o metam em posse da dita Alcaidaria-mor, e lhe deixem servir, e haver o dito ordenado, como dito é, e todos os prós e precalços, que lhe diretamente pertencerem, sem nisso lhe ser posto dúvida, nem embargo algum, porque assim é minha mercê. E pelo dito capitão e governador lhe será dado juramento, que bem e verdadeiramente sirva o dito cargo, guardando em tudo o que cumpre a meu serviço, e às partes seu direito, do qual juramento se fará assento nas costas desta carta, e por o traslado dela, que será registrado no livro da Despesa do dito tesoureiro pelo escrivão de seu cargo, e conhecimento do dito Diogo Moniz Barreto, lhe será levado em conta o que pela dita maneira lhe pagar à razão dos ditos 20\$000 por ano, pela maneira sobredita... Em Lisboa, a 2 de maio de 1554”.

Nessa condição Diogo Moniz Barreto se deixou esquecer e assim morrer olvidado, até mesmo de filhos que porventura tivesse. Nada ambicioso, modesto tanto na vida, na profissão, quanto no destino, nem mesmo sesmarias pedira para engrandecer-lhe o renome de proprietário, contentando-se com as terras que lhe vieram com a esposa e já herdadas do primeiro marido desta.

Mas em comêço de 1563 Diogo Moniz Barreto, homem dos mais nobres das terras baianas, lembra-se do irmão mais velho que deixara no reino, lá na humilde vila de Machico, o Egas Moniz Barreto, de quem historiadores apressados dizem ter sido companheiro de Tomé de Sousa na armada de 1549. Lembrando-se dêle, manda encaminhar ao governador Mem de Sá uma petição que lhe recebera e que assim se inicia: “Egas Moniz Barreto, morador na ilha da Madeira, na vila de Machico, pede a V. S. uma légua e meia de terra de sesmaria no rio Paraguaçu, da banda do Jaguaripe, a qual começará do pôrto da Magiba, que é defronte da ilha dos Franceses, indo pelo rio acima e da maneira que o rio corre, e outra légua e meia de largo, que também começará do próprio pôrto de Magiba para o sul, com as águas que na dita terra estiverem, porque, pelo tempo adiante, espera fazer engenho para açúcar, porque tem mulher e cinco filhos, quatro machos e uma fêmea, dois dêles e a fêmea passam de vinte anos, e espera de ir, por (*com*) minha mulher e filhos, e assentar (*residir*) na terra

e fazer fazenda...” (*Doc. Hist.* XXXVI, 430). E’ concedida a sesmaria sem mais exame e possivelmente dessa data em dias vindouros é que se pode marcar a chegada de Egas Moniz Barreto na Bahia, onde mais tarde se acreditou como o patriarca da grande família dos Monizes, que ainda hoje lhe conserva o nome, o prestígio, a fidalguia e a nobreza.

Tornemos ao alcaide-mor Duarte Moniz Barreto, cujo governo começou em 1573 e acompanhemo-lo. Casado, diz-se de moradias suas na Conceição da Praia, onde também estão casas de Francisco do Amaral e de Diniz Bravo (*Publicações, idem* 40), como há venenosa referência aos seus sentimentos cristãos. Contêmo-la: “Perante o inquisidor que em 1591 viera à Bahia no seu malsinado ofício de captar candidatos para o castigo dos que pensavam livremente, compareceram, vez a vez, Manuel de Paredes de Barros e sua mulher Paula de Barros, e ambos, ajustados, contaram que Duarte Moniz Barreto alimentava sentimentos de livre pensador. E justificaram que êle estava à aguarda de encomendas e roupas suas despachadas do reino, quando soube que a embarcação conducente se perdera em viagem, e por isso, agastado, proferiu palavras ofensivas à religiosidade do momento, como censura ao próprio deus que consentira a perda naval. Que Duarte chegara a dizer ser isso de crença uma conversa fiada e que em qualquer caso é preferível ser luterano a ser cristão velho” (*Denúncias*, pág. 305 e 416). Não consta o inquisidor tivesse levado a sério a revelação... Noutro passo há afirmativa de que o alcaide-mor Duarte Moniz Barreto está entre os que receberam terras em Sergipe, distribuídas pelo capitão Cristóvão de Barros, que ali fôra conquistar, ou matar, os silvícolas que as povoavam, com o intuito criminoso de implantar a civilização (Acioli, *Mem. Hist.* I, 420).

Encontro em frei Jaboatão (*Cat. Gen.* 145) que do casal Duarte Moniz Barreto-Helena de Melo de Vasconcelos nasceram: Jorge Barreto de Melo, casado com Maria de Lomba; Francisco Barreto de Melo, espôso de Maria de Aragão e, depois, de Águeda de Barbuda; Antônio Barreto de Melo, Joana de Menezes, Maria de Menezes, Catarina de Menezes e Brites de Menezes, as quatro respectivamente casadas com Gaspar dos Reis Pinto, Bernardo Pimentel de Almeida, Manuel Girão e Francisco de Freitas Magalhães, além de mais dois que morreram quando menores. Repetida aqui e ali a informação de ter Duarte falecido à meia noite de 10 de janeiro de 1618, e Helena a 28 de dezembro de 1630, não se justifica, mesmo por absurdo, que se tivessem êles casado a 17 de dezembro de 1633, na conformidade do citado livro de Jaboatão. Marido e mulher já eram mortos a êsse tempo.

## II

Egas Moniz Barreto encontra-se na Bahia depois de 1563, quando exercia o cargo de alcaide-mor da cidade o seu irmão Diogo e quando o seu filho Duarte se reconhecia pessoa acatada e prestigiada. Acompanham-no, na viagem da Madeira para a cidade do Salvador, a sua mulher Ana Soares, ou seja Maria da Silveira, como quer Jaboatão (*Cat. Gen.* 145), e os quatro filhos demais: Henrique Moniz Barreto e Inês Moniz Barreto, que a êsse tempo contam mais de vinte anos de idade, Diogo e Jerônimo Moniz Barreto. Inês logo se casa com Diogo da Rocha de Sá, de sua igual categoria de linhagem, e vão formar um ramo à parte, que aliás se distende proficuamente, instalados que foram no Pirajá.

Residindo na cidade, possuindo terras à margem do Paraguaçu, que lhe foram dadas em sesmaria por Mem de Sá, passou Egas a viver pacatamente, à sombra dos Monizes, pois que velho para tentar altas iniciativas, mas relativamente em melhor situação que recolhido a um vilarejo e numa ilha lá no fundo do reino. Aqui, os Monizes prosperam e, por força das circunstâncias, torna-se êle o patriarca da família. Noutros passos da história quase ninguém o encontra e apenas o pude achar, depois de mil buscas no seu enalço, penetrando arquivos, devassando documentos e compulsando livros, no desempenho, certamente provisório, do cargo de ouvidor da comarca, em questão promovida no fóro e do interesse dos beneditinos da Bahia (*Livro Velho do Tombo*, 101). Por certo não seria outro em tal cargo o Egas Moniz Barreto, visto como nessa época estava êle na cidade, possuía autoridade para o desempenho da função e tinha quem o pudesse indicar a exercê-la. Quanto ao mais, só a sua morte a 4 de novembro de 1582, antes havendo designado por testamenteira sua mulher e depois recebendo sepultamento na pequena igreja da Ajuda. Passados quatorze anos, a 4 de setembro de 1596, lá se ia na morte a sua viúva, também sepultada na citada igrejainha. Seu filho, o alcaide-mor Duarte Moniz Barreto serviu-lhe de testamenteiro.

Em tôrno de Henrique Moniz Barreto há uma confusão dos pecados, ou mesmo dos infernos. Vários os parentes com o seu nome, vários os autores que lhe escrevem o nome diferentemente e dêste modo mais avulta a balbúrdia. Seu casamento com uma judia também concorre nisso, dado o interesse em confundi-lo e em o não quererem pôsto muito em evidência. Frei Jaboatão é que abre o caminho da confusão, sendo por essa razão o autor em que nos não devemos estribar, pelo menos ao estudarmos a posição de Henrique Moniz Barreto. Começa chamando-o Henrique Moniz Barreto ou Teles

(*Cat. Gen.* 145), filho de Egas Moniz Barreto e de Ana Soares, pois que era êle o segundo dos “três filhos abaixo nomeados” — Duarte Moniz Barreto, Henrique e Jerônimo Moniz Barreto. Desprezando o Barreto para adotar o Teles, simples adminículo vinculado pela disjuntiva ou, diz Jaboatão: “Henrique Moniz Teles, filho de Egas... e de sua mulher Ana Soares” (*Idem*, 151), falseando a afirmativa anterior; assevera que Henrique se casou com uma Luísa, em primeiras núpcias, e com ela teve “Henrique Moniz Barreto batizado na sé a 3 de maio de 1584” (*Idem*, 151), quando adiante (*Idem*, 239) escreve: “Henrique Moniz Barreto, filho de Henrique Moniz Teles e de sua mulher Leonor Antunes”, que aliás é dada como sendo a segunda espôsa. Por que, senão para confundir, refere “Henrique Moniz Teles o velho, casado com Luísa” (*Idem*, 152), quando ainda nenhum outro Henrique júnior apareceu? Como se explica que Henrique Moniz Barreto, filho de Henrique Moniz Teles e de Luísa, ou de Leonor Antunes, tendo sido batizado a 3 de maio de 1584, já a 1 de setembro de 1596 se casava em Paripe com Maria Soares, celebrando o ato, do qual se lavrou termo, o vigário Miguel Martins” (*Idem*, 239)? Nem tanta precocidade ou fecundidade a forçar tão violenta puberdade.

Ao tratar do segundo casamento de Henrique Moniz Teles (escreverei sempre Moniz Barreto) com Leonor Antunes, Jaboatão arranja para esta uma paternidade estranha, qual seja a do casal Sebastião de Faria e Custódia Antunes. No entanto todos sabem, desde os processos da Inquisição e até o mais recente livro publicado no Brasil, que versa a matéria, a *História de um engenho do recôncavo*, de Vanderley Pinho, que Leonor é filha de Heitor Antunes e de Ana Rodrigues, por alguns autores dita Roiz, ou seja Rodrigues segundo a abreviatura portuguesa. Dando Henrique Moniz Barreto como filho de Henrique Moniz Teles e neto de Egas Moniz Barreto, com batismo na sé a 3 de maio de 1584, Jaboatão oferece ensejo ao anotador das *Denúncias* (ed. da Biblioteca Nacional de 1936) a dizê-lo natural da ilha da Madeira (*Idem*, 6), levado nisso pela necessidade de identificá-lo como sendo Henrique Moniz Barreto o denunciante aos 12 de setembro de 1618 (*Idem*, 42). Ora, Henrique, filho de Egas, já estava na Bahia desde, pelo menos, 1563, vindo da Madeira e, casado na Bahia, não teria filho na ilha portuguesa, para vir ser batizado na sé baiana. E’ verdadeiro o termo lavrado em *Denúncias* (pág. 42), mas com que verdade afirmar-se que o denunciante ali inscrito, dizendo-se fidalgo da casa real, natural da ilha da Madeira, casado, morador em Matoim, nascido em 1573, “pouco mais ou menos”, é o filho de Henrique Moniz Barreto, ou Teles, e neto de



Egas Moniz Barreto? Não será êsse denunciante o próprio filho de Egas que, tendo nascido na ilha da Madeira, veio para a Bahia com seu pai e aí chegou a ser casado (com Leonor Antunes), morador em Matoim, onde possuía engenho, era vereador, escudeiro, fidalgo da casa real? No tocante às justificativas da idade, com quarenta e cinco anos, “pouco mais ou menos” em 1618, e, pois, nascido em 1573, conviria fazer-se exame apenas referente a tais afirmativas, tendo-se em vista que o velho Egas Moniz Barreto, em 1563, ao pedir uma sesmaria a Mem de Sá, dissera ter cinco filhos e entre êstes lá estava o Henrique Moniz Barreto com os quatro irmãos inclusive Inês.

Nesse seu livro Vanderley Pinho não aceita a paternidade atribuída por Jaboatão a Leonor Antunes e, num zêlo muito apurado de esclarecer os fatos, a dá, isto sim, como filha de Heitor Antunes e de Ana Rodrigues. A respeito de Leonor conta o escritor passos interessantes, para o sabor da história. Entra em minúcias quanto à vida conjugal de Henrique e Leonor, por motivo do judaísmo que praticavam, sob a inspiração da espôsa, que aliás chegou a ser afoguada, isto é, atingida por um castigo que corresponde a ser passada pelo fogo, quase ao tempo em que sua mãe era conduzida à fogueira inquisitorial. De Henrique Moniz Barreto não há outros pormenores da biografia para comentários. Vivia em Matoim, onde estavam suas propriedades, e serviu o cargo de vereador da cidade. Pouco se preocupava com interesses além dos de sua família e de sua fazenda. Falecendo a 20 de fevereiro de 1620, com sepultura na igreja dos jesuítas (*Cat. Gen.* 151), teria vivido uns setenta anos. Deixou filhos: Henrique Moniz Barreto, casado com Maria Soares; Antônia Soares, Antôn'a (duas?) de Menezes, Inês de Menezes e Joana Teles, casadas, segundo a ordem em que estão, com Antônio Vaz, Gaspar Pereira, Diogo Lopes Franco, Antônio Coelho Pinheiro e Nuno Darez; Maria Teles de Menezes morreu solteira a 11 de novembro de 1636, e Diogo Mon'z Teles, marido de Catarina Vitória e de Filipa de Almeida, que serviu de testamenteiro, bem como Leonor Antunes, por morte de Henrique. Leonor seguiu-o mais tarde, a 17 de dezembro de 1641, já velhinha mas sempre judia, com sepultura também na igreja dos jesuítas.

De Diogo Moniz Barreto, outro filho do velho Egas e de Ana Soares, tudo se ignora. Frei Jaboatão fechou a porta a qualquer indagação, nada divulgando de referência.

Resta agora o último dos filhos de Egas, Jerônimo Moniz Barreto, o que se continua ainda aos nossos dias, através dos Monizes de que a Bahia muito se ufana e engrandece. Jerônimo viveu pouco,



relativamente. Não contava ainda vinte anos de idade quando chegou na Bahia, com seu pai, e faleceu a 12 de outubro de 1606, sendo sepultado na igreja de São Francisco. Na cidade de Tomé de Sousa promoveu de pronto seu casamento com a filha do tabelião Francisco de Bicudo, a jovem Mecia Lôbo de Mendonça, batizada a 21 de novembro de 1554 (*Cat. Gen.* 77), a qual trazia o mesmo nome de sua mãe, uma das órfãs da rainha e detentora da propriedade do ofício que Bicudo abiscoutou, e passou a ocupar, por força do casamento. E nada mais se sabe da vida de Jerônimo, senão que era escudeiro fidalgo da casa real, como outros seus irmãos já o eram, tendo moradia na freguesia de Tasuapina. Os Monizes não eram muito afeiçoados às coisas do govêrno e da política, pelo menos os que primeiro aqui se estabeleceram.

Do casamento com Mecia provieram êstes filhos: Maria de Menezes e Ângela Lôbo de Mendonça, espôsas de Cristóvão da Costa Dória e de Gaspar Pereira, êste já viúvo de Maria Soares, prima de Ângela e filha de Henrique Moniz Barreto; Isabel de Menezes, que viveu solteira, e Egas Moniz Barreto, que sendo o segundo gênito, por três vêzes recebeu o *conjugio-vobis*. Há quem dê ainda como filhos do casal a Vasco Moniz Barreto, solteirão, e Francisca Moniz Barreto, consorte de Domingos Barbosa de Amorim. Encontrando-se em viuvez, pois que morta Mecia a 9 de novembro de 1583, Jerônimo voltou-se para uma irmã de frei Vicente do Salvador, cuja família residia em Paripe, e com ela se casou. Chamava-se Isabel de Lemos, batizada a 25 de março de 1568 (*Idem*, 469), filha de João Rodrigues Palha e de Mecia de Lemos. Em 1591 já estavam casados e dêste novo matrimônio nasceram sete filhos: Antônio Moniz de Menezes, Miguel Moniz de Menezes e Francisco Moniz Barreto, respectivamente casados com Cristina Coutinho, Joana de Sá Bittencourt e Maria Lôbo de Mendonça; Vicente Moniz de Menezes e Jerônimo Moniz Barreto, solteiros, e Ana de Lemos e Joana Moniz de Menezes, espôsas de Cristóvão Rabelo de Azevedo e de Gaspar Pinto dos Reis. A viúva Isabel de Lemos serviu de testamenteira do marido, sobrevivendo-o até 30 de março de 1634.

### III

Anima-me o empenho de acompanhar a esteira que os Monizes vão deixando através dos séculos, em prestadias valiosas ao prestígio da Bahia, que aliás lhes não denegara retribuição para servi-los e engrandecê-los, ainda agora.

Nessa diuturna faina apego-me ao segundo gênito do casal Jerônimo Moniz Barreto-Mecia Lôbo de Mendonça, justamente o que serve de ponto de apoio das gerações sucessivas e pelas quais se tornara êle responsável, na ausência dos seus pai e avô paterno. Trata-se de Egas Moniz Barreto (2.<sup>o</sup>), o vitorioso dos matrimônios, pois que os contraíra por três vêzes, sem conseguir deixar viúva. Da primeira vez compreendeu que não devia afastar-se muito das preferências paternas e dêste modo foi buscar para espôsa uma irmã de sua madrastra, ou seja outra irmã de frei Vicente do Salvador e filha de João Rodrigues Palha e de Mecia de Lemos. Seu nome era Águeda de Lemos, batizada na sé a 12 de fevereiro de 1583 (*Idem*, 469). Quando ocorreu o casamento não se divulgou, mas teve o casal dois filhos, além dos menores Marcos e Jordão, mortos na infância; Francisco Barreto de Menezes, ou Francisco Moniz Barreto de Menezes, casado com Isabel de Aragão, e Mecia de Menezes, preferida por Paulo de Argolo para sua espôsa. Vê-se que bem casados os dois, no que concerne às seguranças do destino, pois se um entrou a fazer parte nas importantes famílias Aragão e Dias, a outra se foi para os Argolos, igualmente contados entre as famílias mais dignas. Águeda de Lemos morreu cedo, em 1609 (*Anuário Genealógico* IV, 169), com a idade de vinte e cinco anos mais ou menos.

Ainda em 1618, a 8 de julho, Egas fôra de novo encontrado em viuvez, pois que lhe morrera nessa data a sua segunda consorte, Joana Pereira de Aguiar, filha de João Pereira de Aguiar e de Joana Galvão, bem assim irmã do padre Francisco Pereira de Aguiar, vigário da freguesia de Socorro (*Cat. Gen.* 162). Egas obedeceu à regra em que se enquadram os homens viúvos, os quais buscam, muitas vêzes, para o esquecimento da primeira companheira, qualquer mulher que se pretenda proteger. Enquanto as viúvas quase sempre dão verdadeiros bambúrrios, seduzindo nomes futurosos, os viúvos desconsoam-se e casam-se seja com quem fôr. O segundo casal teve dois filhos, um dêles eclesiástico, ou seja o ilustre padre João Pereira, do quadro dos jesuítas, vice-reitor do colégio de Pernambuco e reitor, em 1675, do de sua terra baiana, o mais importante da província, sobre ser professor de filosofia e teologia, falecido, ainda na Bahia, a 23 de maio de 1691, admirado e querido dos seus conterrâneos e dos seus irmãos da Companhia (Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, VI. 83). Disseram-no “fundador da igreja do Rosário (daí chamar-se a rua onde se assenta êsse templo a rua Rosário de João Pereira)” (*Anuário Genealógico*, IV, 169), o que não é exato, tendo-se em conta que a construção da igreja só teria tido início depois da licença do arcebispo Dom Manuel de Santa Inês, que é da-

tada de 1768 (F. Vicente Viana, *Memória sobre o Estado da Bahia*, 326). O outro filho chamava-se Antônio Moniz Barreto, do qual não consegui mais informações.

Egas Moniz Barreto vivia em Paripe, subúrbio da cidade, onde possuía propriedades, e daí é que teria assistido à invasão holandesa em 1624. De como se portou perante o inimigo nada se disse, mas se sabe que os Monizes nunca foram homens dados às coisas bélicas, evitando o domínio do terçado ou o império do pau furado. Os holandeses haviam de ter praticado rendosos saques sem que Egas os molestasse e com êles se incomodasse. Os arquivos destruíram-se com a luta da invasão e por isso a ausência com que tão escassamente se celebram os feitos dos brasileiros que tomaram parte na defesa da terra, inspirados ou não do interesse dos portugueses. Egas e outros Monizes estariam nessa condição.

Creio é que os contemporâneos lhe consideraram reais merecimentos na sociedade, tanto assim que lhe fôra conferido o título de escudeiro fidalgo da casa real. Dirão talvez que tal se dera por força do nome da família, mas tenhamos em respeito que de outro modo não ocorreria se lhe não sobrassem predicados morais.

Viúvo, pela segunda vez, Egas Moniz Barreto transferiu-se de residência para Camamu, então freguesia de N. S. de Assunção, um pouco ao sul da ilha de Tinharé, ou seja a região de Cairu e Boipeba. Dessa data o seu casamento, o terceiro, com Juliana Rangel, irmã do jesuíta Antônio Rangel e filha de Rafael Teles e de Maria Rangel. Nesta família estava o famoso capitão Padilha, guerrilheiro dos mais destemidos. Maria Rangel está inscrita nas *Denúncias* e para comprová-lo não recomendo lhe conheçam a biografia.

Devia ser do tempo de Egas Moniz Barreto em Camamu que o elegeram vereador da cidade, para a câmara de 1640. Eleito a 23 de janeiro, demorou-se alguns dias para a posse, por ter domicílio fora da sede. Depo'is compareceu às vereanças com regular pontualidade, até a de 17 de novembro (*Atas da Câmara*, I, 1944). Os anais não referem o que êle aí obrou em proveito da administração, quanto se sabe que eram constantes as exigências do vice-rei marquês de Montalvão, a querer mais e mais dinheiro para as despesas da guerra.

Do seu casamento com Juliana Rangel, quatro filhos nasceram: Ana de Menezes, Isabel Moniz Barreto e Maria Rangel, respectivamente casadas com Francisco de Barros Lôbo, Cristóvão de Aguiar Daltro (sucedido por Francisco Freire de Andrade Brito) e João Lôbo Marinho, e Diogo Moniz Teles, casado com sua prima Mecia de Aragão de Menezes. Noutra parte se diz de um filho de nome Antônio Teles de Menezes, morto quando de menor idade.

Tal a biografia de Egas Moniz Barreto (2.º), herdeiro maior dêste nome de família, colhido pela morte a 23 de abril de 1646, na sua Camamu, onde lhe deram sepultura. Se lhe não restaram feitos dignificantes, alguns filhos lhe engrandeceram os predicados, principalmente através dos que se chamaram Francisco Barreto de Menezes e João Pereira.

Tendo nascido em 1602, pois que batizado em Paripe a 6 de junho, o primogênito do casal Egas Moniz Barreto (2.º): Águeda de Lemos logrou o seu maior desenvolvimento físico e moral quando a Bahia atravessava o período de suas grandes dores, devassada pelos holandeses, cujo máximo objetivo aí consistia no saque da propriedade para que sobrassem recursos destinados à guerra de conquista em que estavam tão vivamente empenhados.

O venturoso mancebo trazia as responsabilidades da honrada tradição da família, embora ao seu nome não incorporado o Moniz dos seus antecedentes. Preferira a conservação do Barreto e a adoção do Menezes, de origem materna. Não importa isso aos seus sentimentos de solidariedade ao que os Monizes Barretos haviam produzido, nos caminhos da distinção na sociedade.

Do que fizera êle não se sabe, durante os amargos dias de castigo de sua terra, pelo menos até 1640. Será dêste ano possivelmente o seu consórcio com Isabel de Aragão, última filha de Belchior de Aragão de Sousa e de Maria Dias. Êsse Belchior veio da Madeira e meteu-se na família de Caramuru, pois que sua espôsa, Maria Dias, batizada na sé a 29 de novembro de 1582 (Jaboatão, *Cat. Gen.* 93), era filha do muito falado Francisco de Araújo e de Maria Dias e, portanto, neta de Diogo Dias e de Genebra Álvares.

Já em 1642 lhe nascia o primeiro filho, a menina Águeda de Menezes, batizada a 20 de junho e que veio a ser consorte do coronel Luís de Melo de Vasconcelos. Êste casamento é confirmador da situação econômica em que se encontrava Francisco Barreto de Menezes, dada a posição de seu genro. Celebrado o ato em Mataripe, onde viviam os pais da noiva, o que de algum modo justifica a referência de ter sido Barreto de Menezes o “fundador” do engenho Mataripe, em Santo Amaro (*An. Gen.*, IV, 168). Uma afirmativa da autoria dessa fundação poderia ser oferecida pelo escritor Vanderley Pinho se se desse à elaboração de outra história de mais um engenho do recôncavo da Bahia.

Dois anos depois, a 22 de julho de 1644 batizava-se outra filha sua, Mecia de Aragão de Menezes, casada com o seu tio Diogo Moniz Teles, chamado *o gordo* e muito citado nos anais da sociedade



colonial da Bahia. O terceiro filho do casal, batizado em 1646, recebe o nome do avô paterno e passa a ser o Egas Moniz Barreto (3.º) mais novo. Todos os bons fados lhe presidiram ao nascimento e lhe acompanharam os dias, no curso mais largo da existência, assegurando aos seus descendentes um vistoso prestígio, através dos séculos. Por fim o quarto e último rebento do casal, a menina Inês de Aragão de Menezes, batizada a 4 de setembro de 1652, na capela de Santa Maria das Almas, na freguesia de Socorro, da qual não se fala em casamento, nem que deixasse sucessão ou fôsse religiosa.

Há quem divulgue a existência de outros filhos do casal (*Idem*, IV, 167), notadamente Francisco Moniz Barreto, Pedro Moniz Barreto, Leonor Moniz Barreto, sem que a respeito dos mesmos algo se ofereça em justificativa biográfica ou de descendência que tivessem. Incluem também uma filha de nome Maria de Menezes, com a asseveração de ter sido espôsa do coronel Pedro Camelo de Aragão Pereira. E bastou que entrassem os informantes em explicações, para o ressaltado da inexatidão do afirmado. Maria de Menezes, casada com Pedro Camelo, era filha de outro Francisco Barreto, o de Melo, marido de Maria de Aragão, embora da estirpe dos Monizes aqui estudados.

Francisco Barreto de Menezes, proprietário de terras, com engenho, fazendas e renome social, escudeiro fidalgo da casa real, tem os seus dias terminados em 1669 e Isabel de Aragão, sua espôsa, o segue na morte a 19 de maio de 1674, com sepultura na igreja de São Francisco (Jaboatão, *Cat. Gen.* 162). Mortos, Francisco e Isabel legaram aos filhos quanto bastava para torná-los felizes entre os contemporâneos, com os quais, mais tarde, se mostraram realmente distinguidos e muito acatados.

#### IV

O século das maiores dores da Bahia encerrou-se em 1700. Tudo de mau e de mal à terra, e ao seu povo, ocorreu na centúria indicada. Não importa a eminência verbal e política do padre Antônio Vieira, nem o açoite da poesia demolidora de Gregório de Matos, acreditando-se que o padre e o poeta insignes teriam nascido e vivido naturalmente para o mais desabrido ataque à intensidade das misérias e dos sofrimentos que a terra brasileira sentia, e que seriam mais danosos sem a ação combativa que ambos desenvolveram, com invejável capacidade e ousadia.

No primeiro quartel as incongruências de governadores ineficientes, aos quais faltava autoridade para intensificação administrativa



proveitosa. De seguida a invasão holandesa que, se refreada em 1640, ainda permanecia em rescaldo mais quatorze anos, implantada ao nordeste. Resultantes disso as derrubadas de governadores, os motins políticos de 41 e 63, a febre amarela dizimadora, o domínio das secas periódicas, a desvalorização da moeda paralisando o comércio e, pois, a depressão das forças econômicas, sobre as quais tudo se movia. Se governadores contratavam verdugos para a caça e a prea de nativos indomesticados e se a cabeça do *braço de prata* só ressu-dava ódio vingativo, quase não bastavam para a tantos males extir-guir, nem atenuá-los, a autoridade moral do marquês das Minas, a ação providencial de Câmara Coutinho e a água morna do governo de João de Lencastre.

E' dêsse século, com extensão no seguinte, a existência de Egas Moniz Barreto (3.<sup>o</sup>), filho de Francisco Barreto de Menezes e de Isabel de Aragão, cujo batismo se deu na igreja da sé aos 22 de agosto de 1646. Mas apesar de todos os males de sua terra, desde os primeiros tempos Egas se mostrou mancebo feliz, vitorioso nos passos principais a que se atirou. Deve-se-lhe isso, certamente, à po-sição de seus pais, que muito se distinguiram nas dignidades, na edu-cação, no trato social, colocados num ambiente de trabalho e de vir-tudes morais. A situação dos filhos de Barreto de Menezes, na vida da sociedade em que os encontramos, bem o atesta. O próprio Egas, sendo o terceiro dêles e o único varão dentre os quatro filhos, é o mais comprovado exemplo.

Quando lhe aprouve estabelecer a vida conjugal, em idade de compreender suficientemente as responsabilidades, e sentindo-se já acreditado no conceito contemporâneo, buscou a futura espôsa em lar que estava entre os de mais respeito, acatado pela tradição, pois que procedente dos Barbalhos, dos Bezerras, dos Ferreiras de Sousa. Em 8 de janeiro de 1674, com cêrca de vinte e oito anos (*Cat. Gen.* 163), na capela do Bom Jesus, casa-se com a prendada jovem Inês Bezerra Barbalho, por sua vez filha do coronel Antônio Ferreira de Sousa, pessoa das mais importantes de seu tempo, e de Antônia Barbalho Bezerra, e neta do mestre de campo Luís Barbalho Bezerra. Por meio século essa união conjugal prevaleceu, venturosa e digna, e os quatro filhos que lhes nasceram foram a completa confirmação dêsse destino.

Se era tradicional a prática de recordar nos filhos os nomes dos seus primeiros, pois que trazia êle o nome do avô paterno, muito na-tural que ao primogênito se desse agora o de seu sogro, homem de alto prol da cidade, tomando ao pai de sua espôsa o nome para o pri-meiro filho. E chamou-se Antônio Ferreira de Sousa, mais tarde ca-

sado com a sua prima Isabel Moniz Barreto de Menezes. Seguem-se os demais: Isabel Maria de Aragão, batizada a 11 de agosto de 1680, casada com Antônio Machado Velho a 8 de janeiro de 1698 e, viúva, com Nicolau Lopes Fiusa; Francisco Barreto de Menezes, batizado a 12 de fevereiro de 1682 e de quem se anuncia casamento com Isabel da Silva, filha do médico Manuel de Matos de Viveiros; Egas Moniz Barreto, fidalgo da casa real em 1697, que depois se transferiu para Sergipe e lá prosseguiu na dignificação da família, casado com Rosa Maria de Sá Souto-Maior, e ainda Bento de Aragão Barreto de Menezes (*Doc. Hist.*, LV, 177), que serviu o pôsto de capitão.

Morador em terras que procederam de Egas Moniz Barreto, o que primeiro veio para a Bahia, instalou suas propriedades na zona do Jaguar'pe, e sendo coronel do regimento local, tinha êste suas companhias sediadas em N. S. do Monte, N. S. do Socorro, Santo Estêvão e ilha dos Frades (*Idem*, LIV, 298). Proprietário de engenho, sua produção não era de somenos condição, donde as constantes reclamações de governadores para a remessa de açúcares ao tempo regular das frotas, segundo as semestrais monções. De certa feita sua produção esteve penhorada, a mando da Justiça, porque se tornara Egas fiador de um João Ribeiro da Costa, que não cumprira os compromissos perante o Estado (*Idem*, XXXII, 329). Simplíssimo o termo de fiança que firmara: "Abono a João Ribeiro da Costa, em todos os lanços que der no contrato real que anda na praça, para se arrematar êste ano de 1687 para 1688, e por êste me obrigo a lhe assinar a fiança ao mesmo contrato. Bahia, 16 de junho de 1687" (*Idem*, LXIV, 245). A liquidação da responsabilidade durou mais de vinte anos percorrendo tribunais e recebendo julgamentos. Ainda hoje os abonos e fianças dão resultados semelhantes, muitas vêzes para o gáudio maior dos espertos e proveito dos cartórios.

Porque a representação pública mais significativa que podiam ter os proprietários, os comerciantes, os industriais, era no senado da Câmara, em 1693 lá estava já o fidalgo da casa real e coronel Egas Moniz Barreto como vereador, e é nesta qualidade que assina, com outros colegas, uma famosa carta ao rei, datada de 28 de julho. Êste documento merece consideração, pois que dando ligeiro retrato da situação da Bahia, mostra ao soberano a atuação do governador Câmara Coutinho, sobreposse zeloso dos interesses da administração pública. Nunca alimentei simpatias pelo govêrno ou pela pessoa dêsse almotacel-mor, tal qual era conhecido de voz geral e dos próprios documentos oficiais, provavelmente por haver lido, antes de conhecer-lhe a ação administrativa, a obra contundente de Gregório de Matos. Hoje, entretanto, assinaria com o vereador Egas Moniz Barreto

a aludida carta, peça que deve ser da ciência de quantos se avizinham da história da Bahia colonial. Tal o documento:

“Senhor. Na frota passada representamos a V. Majestade que um dos meios em que fundávamos o alívio das misérias e opressões que padecíamos era a recondução do almotacel-mor que nos governa, para alguns anos desta ocupação, porque o seu desinterêsse e zêlo da justiça, a eficácia com que refreia os insultos, a boa paz em que nos mantém, o suave modo com que em tempos calamitosos tem feito cobrar grossas quantias, assim do donativo, como para se pagar a infantaria, e, últimamente, o fervoroso zêlo com que em tôda ocasião deseja as utilidades dêste Estado, nos fêz persuadir as importâncias desta nossa pretensão. Agora que sabemos a repugnância que tem de continuar mais tempo neste govêrno e que com instância pede a V. Majestade o alívie dêle, somos obrigados a tornar a repetir a V. Majestade o geral desejo dêste povo, acrescentado de novo com a singular piedade com que se houve no hospital desta cidade, como o grande número de enfermos que nêle recolheu, assim da marinhagem como dos soldados desta frota, que todos pereceriam se da sua fazenda lhe não acudira com larga mão repetidas vêzes. Porque, na falta da moeda, que geralmente se padece, não se achava o hospital com que satisfazer ao sustento de tanta multidão, nem os moradores com capacidade de os repartirem por suas casas, como costumam em semelhantes necessidades. Pedimos a V. Majestade seja servido mandar ponderar esta nossa súplica, que nos parece tão importante ao serviço de V. Majestade e à utilidade do Estado, venerando sempre a nossa obediência como mais conveniente a resolução de V. Majestade e a utilidade do Estado. A muito alta e muito poderosa pessoa de V. Majestade nos guarde Deus por largos e muito felizes anos. Bahia e Casa da Câmara dela aos 28 dias de julho de 1693. João de Couros Carneiro a subcreveu. *Egas Moniz Barreto, João Pereira do Lago, Manuel de Matos de Viveiros, Francisco de Sá Barreto, Francisco da Fonseca de Siqueira, Jacinto Guinserode*”. (*Idem*, XXXIV, 192).

Não consegui a prova de quando foram marcadas as situações de Egas nos regimentos baianos até o pôsto de coronel, ou se o tivera sem o escalonamento das promoções e graduações. Segundo a organização das Ordenanças no interior da capitania, qualquer respeitável indivíduo, com recursos suficientes e disposição de bem servir ao rei, podia criar, preparar e manter o seu regimento, dêle assumindo o mais alto título e responsabilidade perante o governador. Egas Moniz Barreto teria procedido assim. O regimento era seu, sob seu co-

mando, distribuídas as três companhias subordinadas nos locais mais convenientes à sua autoridade.

Em 1704 já o dão como coronel e no ano seguinte, a propósito da chegada do governador Luís César de Menezes, envia-lhe êste, acusando congratulações, missiva que exprime o acatamento em que era tido o destinatário. A missiva, de 1 de outubro, está assim: "Agradeço a V. Mercê o contentamento que significa ter da minha chegada a salvamento a esta cidade, de que se dá! o parabem, assim eu próprio. Folgarei, enquanto me detiver neste govêrno, ter ocasião de mostrar a V. Mercê a vontade que tenho de lhe prestar nos seus particulares, para o que me há de achar com grande gôsto" (*Idem*, XLI, 144).

Em correspondência oficial há referência, nada lisonjeira, a um filho de Egas com o nome de Miguel Moniz Barreto (*Idem*, XLII, 46), provavelmente o que andou por Jacobina realizando aventuras sem tanta honestidade. Noutra é tratado também crespamente a respeito de seu filho Bento, cujo nome na correspondência é diferente (*Idem*, LV, 204) do que repete frei Jaboatão (*Cat. Gen.*, 163). Daquela não recolhi outra informação quanto à sua ação fora da iniciante vila da Jacobina. Outra correspondência dessa natureza encontrei relativa à necessidade, considerada pelo governador, da plantação da mandioca no distrito, a fim de atenuar as asperezas da fome, com a evitação do plantio do fumo, só em proveito da mandioca (*Doc. Histórico* XLII, 225).

Talvez com o intuito de premiar-lhe a dedicação, os serviços, os merecimentos e os sacrifícios aos interesses da coroa, em 1716 dão-lhe nomeação para um cargo de que possa auferir remuneração. E' feito juiz dos órfãos da vila de São Francisco (*Idem*, LI, 367). A provisão, datada de 30 de junho, veio tardiamente. Egas conta setenta anos de idade e não poderá por muito mais servir ao cargo. E vem-lhe a morte a 9 de novembro de 1720. E só aos 4 de dezembro de 1721 (*Idem*, LXXIV, 43) dá-se a nomeação de Luís da Rocha Pita Deus-dará para o pôsto de coronel de regimento, vago com o falecimento de Egas Moniz Barreto...

Sucede-o, no govêrno das propriedades, na autoridade da família, na tradição dos Monizes e dos Barretos o seu primeiro filho, Antônio Ferreira de Sousa, por certo orgulhoso da ascendência que o destino lhe cometera.

Antes da exposição de informações em tórno dêste Ferreira de Sousa, mister a advertência de que no momento o meu intuito é o de estabelecer e clarear quanto possível a ramificação dos Monizes



atuais da Bahia, afastando ascendentes que lhes querem imputar, dentro da árvore genealógica a que pertencem. Vê-se quanto, até aqui, a diversidade de filhos que vieram e que se espalharam, casados ou não, Bahia a dentro e Bahia a fora, crescendo e avultando o nome de origem.

Esse Antônio Ferreira de Sousa encontra-se, para o pesquisador de história genealógica da Bahia, na mesma confusa situação dos Monizes, à vista da repetição de nomes e da escassez de datas para que os possamos classificar nos devidos lugares e tempos. De origem dos Ferreiras e dos Sousas tão notados na vida econômica da capitania, era neto, por parte materna, do mestre de campo ou coronel Antônio Ferreira de Sousa, grande dignitário da coroa e que se casara com uma filha do afamado mestre de campo Luís Barbalho Bezerra.

Se seu pai, Egas Moniz Barreto, se casara com vinte e oito anos de idade, com um pouco mais disso é que o fizera o filho, no dia do santo seu patrono, em 1706. O ato, soleníssimo e pomposo, celebrou-se na igreja de São Pedro, na cidade, servindo de oficiante o padre e doutor Francisco Pinheiro Barreto. A noiva, sua prima Isabel Moniz Barreto de Menezes, era filha de Diogo Moniz Teles e de Mecia d Aragon de Menezes, todos da mesma estirpe dos Monizes e parentes relativamente aproximados.

Quase se passaram na terra de sua exploração industrial os dias de Ferreira de Sousa, em Mataripe, onde um antigo engenho de açúcar vinha de pais a filhos e genros, constituindo-lhes a estabilidade econômica. Por sua posição e tradição, fizeram-no também fidalgo da casa real, um meio caminho para imunidades perante o poder público e o respeito entre os homens demais. Fizeram-no também coronel de um regimento, e já o era em 1708 (*Idem*, XXXIV, 425), com jurisdição na região de Itaparica e ficando as companhias componentes em Jacuruna, Pirajuía e Batatã (*Idem*, LIV, 300), na conformidade da divisão estabelecida em 1718.

O casal teve apenas três filhos: Antônio Ferreira de Sousa, que se supõe tenha seguido a vida eclesiástica e que outros dizem ter morrido quando criança; Egas Carlos de Sousa Moniz Barreto e Menezes, o cabeça na linha de sucessão deste ramo dos Monizes, e Diogo Luís de Sousa, casado com Teresa Josefa Maria de Jesus, senhora que não quis trazer nome de família, muito embora filha, como se proclama, do sargento-mor José Batista de Carvalho e de sua mulher Brites de Brito Faria. Diogo e Teresa não se ajustaram bem na vida conjugal, e também na estima dos sogros, donde o desquite judicial que promoveram e praticaram, para a maior liberdade das próprias atitudes.



Encerrando-se em 1768 os informes de frei Jaboatão, no seu labiríntico mas utilíssimo *Catálogo Genealógico*, já não se pode facilmente repetir apontamentos biográficos relativos à genealogia dos Monizes, na seguida que se vai dando a êste trabalho. Daí a parcmônia de datas, de minúcias, de particularidades de que estava carregada a obra do honrado franciscano, mesmo agora no tocante a Antônio Ferreira de Sousa, que parece ter vivido a cuidar tão sòmente de sua casa e de suas propriedades, sem o trato de outras preocupações, nem ambições, mas dentro do respeito e da dignidade em que os seus ascendentes o collocaram.

Por isso, no instante em que faço ponto neste capítulo, cumpre a asseveração de que nada de valia recolhi para melhor biografia de Antônio Ferreira de Sousa, filho de Egas Moniz Barreto e de Inês Barbalho Bezerra.

## V

Egas Carlos de Sousa Moniz Barreto e Menezes apresenta-se à sociedade de seu tempo sobrecarregado da fama dos Monizes, dos Ferreiras de Sousas e dos Barretos de Menezes, e fama que era das ma's repetidas em vitórias na Bahia, nos domínios da orientação equilibrada, do discernimento meditado, da sisudez dos atos e da lealdade na execução das responsabilidades. A que lhe viera diretamente do pai seria ainda maior, com o penacho da sucessão do nome de origem dêste e os deveres de cabeça de casal para uma descendência que a prolongaria por décadas seguidas. E é verdade que suas iniciais manifestações se revelaram sob a influência da formação dos Ferreiras de Sousa, que lhe abriram e lastrearam os destinos, quando os Monizes Barretos visivelmente se distanciavam, diante do proceder do avô paterno, ao preferir para o filho um nome que não transluzia qualquer liame de parentesco sequer com o da própria família dos Monizes. Isso, aliás, acontece quase sempre quando as sucessões se verificam por força de origem de cônjuge feminino, não sobrepujado pela atuação do cônjuge masculino. Não importa o terem chamado Egas, que não trazia mais o Moniz Barreto immediato, pois que lhe adicionaram um Carlos de Sousa, para de seguida o Moniz Barreto e o de Menezes, como se fôsse a decretação do afastamento da ação dêsses ascendentes nos destinos do rebento.

De quando o seu nascimento, batismo, progresso na mocidade, época do casamento, nada se divulgou. Egas Carlos fôra pôsto arre-  
dado dos biógrafos, de quantos se incumbiram de referir os predica-

dos da família. E desta sorte só o sabemos casado, felizmente com pessoa de escolhida classificação entre as mais distintas famílias baianas. Aliás, isto vale por uma convincente afirmação de que o seu procedimento na sociedade estava à altura das credenciais com que apparecia. Pois não se acreditaria fôsse preferir para espôsa a única filha de um Machado Velho quem não se enramasse de virtudes morais e não contasse situação econômica suficiente em recomendação, embora se trate de órfã de pai desde os quatro anos de idade. Antônio Machado Velho também procedia de estirpe das mais finas e respeitáveis, sendo o proprietário do tão falado engenho Mataripe e espôso de uma filha do coronel Barreto de Aragão, por sua vez casado com uma Correia de Sá e Vasqueanes. Ninguém na colônia poderia medir-se em sobrelevância a tais famílias, de prestigiados troncos portugueses.

Egas Carlos casou-se com Maria Francisca da Conceição e Aragão, a cujo nome se tem acrescido um Menezes, acusando-se-lhe o batismo na igreja de São Tiago, termo da Cachoeira, aos 2 de fevereiro de 1731. Certamente não contaria êle idade muito distanciada da que encontramos para a espôsa, levando-se em apêço apontamentos relativos à vida de seu pai, Antônio Ferreira de Sousa. Assim, aceitemos que tenha nascido no lustro compreendido entre 1726 e 1730, apenas para a sustentação dos argumentos e afirmações que se traçarão no curso dêste capítulo.

Há uma informação de que Egas Carlos, feito cavaleiro fidalgo da casa real pouco depois do casamento, possuía dois engenhos. Outra adianta que tais engenhos eram o Mataripe e o Papagaio, ambos no recôncavo. Uma e outra deixam entrever que o primeiro lhe teria vindo como dote da espôsa, visto como Machado Velho era mesmo o dono do Mataripe aos primeiros dias do século 18, enquanto o segundo engenho o receberia do pai, fôsse em vida ou por falecimento dêste.

Na posse de Egas Carlos êsses engenhos não prosperaram. José Antônio Caldas, em sua minuciosa *Notícia geral desta capitania da Bahia* (*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v. 57), tratando da produção dos engenhos baianos em 1754, mostra ser dos menores a de relação ao engenho ou engenhos de Egas Carlos. A que se poderia isso atribuir? Falta de cana para moer? Incapacidade das moendas? Insuficiência administrativa? Dificuldades financeiras? Se o Mataripe tinha o seu crédito assegurado entre os demais engenhos da redondeza e isso por mais de um século, por que a produção de açúcar de Egas Carlos se mostrava tão diminuída, tão reduzida, em confronto com a de outros do recôncavo?

Não há risco da opinião de que se deveu isso à falta de administração da propriedade industrial e de inabilidade na execução dos negócios relativos. Egas Carlos estava falhando nos prognósticos que de primeiro todos lhe auguravam. E tanto assim é que pouco depois os seus engenhos eram vistos de fogo morto nas fornalhas.

Começa de então o martírio primeiro de um Moniz Barreto, de um Ferreira de Sousa, vencido pela adversidade que o arrasta à condição da pobreza. Quanto se exalta em cálculos, tanto se abate nas consequências. Na suposição de salvar-se, hipoteca a propriedade. Os juros decorrentes vão marcando as etapas dos vencimentos dos prazos num crescendo assustador, ao tempo em que os prestamistas voltam olhares gananciosos para a prêsa que se depara. O crédito esbarra diante da situação de insolvabilidade. Que fazer? a si mesmo pergunta desorientado. Nenhuma resposta justa lhe acode, nem pode ele mais escapar das aperturas financeiras.

Pois em tal crise Maria Francisca da Conceição e Aragão torna-se mãe. O filho recebe o nome dos antepassados — Antônio de Sousa Moniz Barreto de Aragão, e os fados lhe não negaram promissores vaticínios, em face do que a atualidade estava espelhando. Egas Carlos, homem honrado e por isso temente às iniciativas, acaba-se, nem mais procura a cidade, evitando os credores, fugindo aos compromissos, e quando mesmo a visita é quase sempre às deshoras, no escuro das noites, para não ser notado nem referido. E aguarda, através das perspectivas rôxas do destino, lhe venha um dia a alvorada dos melhores dias, tão prêso à convicção aprendida de que Deus não despreza os justos e os honestos, os que sabem e vivem procedendo com honradez. Resignação e confiança conduzem-no e lhe alumiam os passos. A inteireza alentadora da espôsa estimula-o, embora o futuro do filho se desenhe anuviado e triste.

Conhecendo-lhe os predicados morais, a dignidade do caráter e bem assim a timidez nas ousadias e tentativas, alguém se dá ao alvitre de incentivá-lo. Não somente o incentivo de palavras que o despertem, sabido que não basta, senão o próprio oferecimento de apoio financeiro. Entretanto, que esperaria o financista com êsse apoio a um produtor falido, cuja produção é extinta, com a propriedade sob penhor de tirar couro e cabelo? O sentimento mais nobre da proteção nasce espontaneamente da mais subida expressão de bondade. O filho de Egas Carlos é conduzido à pia batismal sob o patrocínio de Luís Coelho Ferreira, dono de opulentos cabedais e senhor de grandes negócios na praça. Seu nome se inscreve entre os maiores valores da representação comercial da Bahia, com extensão no reino e domínios africanos.

Dêse batismo resultou o bastante para a afirmativa dos melhores destinos do pimpolho. Coelho Ferreira começa a proteger-lhe o pai, tornado compadre do capitalista. E dá o manuscrito a que recorro nestes comentários, ter sido assegurado a Egas Carlos tudo quanto preciso à sua reabilitação industrial, financeira e moral. E de pronto levanta-se a hipoteca, as terras dos canaviaes tornaram à propriedade de quem as considerava perdidas, escravos foram adquiridos e mandados para o trabalho das lavouras e, desta maneira, pouco mais tarde, estavam já acesos nos engenhos os fogos que os movimentariam para a produção e as utilidades definitivas.

Fôra assim o menino Antônio de Sousa Moniz Barreto de Aragão o elo da cadeia de solidariedade que se estabeleceu, como daí em diante era êle tal qual filho dos mais queridos de Luís Coelho Ferreira. E na idade casadoura o padrinho lhe promove o matrimônio com uma sua filha, querendo-o legitimamente na própria família. Mas a noiva morre dias antes do enlace prometido, e desejado. Quis a sorte e quis a vontade de quantos nisso empenhados, que a amizade entre Coelho Ferreira e Egas Carlos se efetivasse mais ainda, na continuação do jovem Antônio, e outra filha do capitalista é escolhida para espôsa do único filho do proprietário de engenhos. Antônio casa-se com Luísa Francisca Ferreira Dias do Vale, filha de Luís Coelho Ferreira e de Maria Dias do Vale.

Fechado o ciclo da existência de Egas Carlos com o dilúculo feliz do berço, o crepúsculo auspicioso da ressurreição, depois de um meio dia desolador de adustão de infelicidades inauditas, e quando Maria Francisca, a companheira inimitável dos primeiros tempos, já o havia precedido na morte, ocorrida na freguesia do Socorro, fica-lhe, entregue às venturas do mundo, com um rosário de experiência de todos os prismas e matizes, o filho que, sendo único, haveria de espalhar, às vistas dêse mesmo mundo em que passara a viver, a fama, o prestígio, a grandeza dos Monizes, dos Barretos, dos Ferreiras de Sousa e dos Menezes.

Também, se eram escassas as notas biográficas relativas aos primeiros dias de Egas Carlos, mais escassas se tornaram elas na fase final. Antônio de Sousa, entretanto, restabeleceria a tradição paralisada com a morte de Antônio Ferreira de Sousa, filho de Egas Moniz Barreto.

O cônego Roque Luís Pais de Macedo Leme, escrevendo as suas observações em tórno de "famílias de tôdas as capitanias do Brasil", e as reunindo em volume, conservado inédito, aí pelo último quartel



do século 18, dá que Antônio de Sousa era fidalgo da casa real, senhor dos engenhos Mataripe, Papagaio e de outro, no Iguape, que herdara de sua tia Maria. Ora, se Egas Carlos tivera apenas dois irmãos, varões ambos, e se sua espôsa fôra unigênita de Machado Velho, onde e de onde procede essa tia Maria a que alude o linhagista Macedo Leme? Sabe-se, colhido em Jaboaão (*Cat. Gen.* 166), que por alvará régio de maio de 1768 Antônio de Sousa recebera o título de fidalgo cavalheiro, tendo por isso, e na forma da lei, direito a 1\$500 de sôlido de moradia e mais um alqueire de cevada por dia para o sustento dos seus cavalos. Também está dito que o seu casamento com Luísa Francisca ocorreu a 24 de janeiro do ano seguinte, dentro daquelas justificativas e razões expostas em linhas anteriores, relativas à precedência do ato.

Todas as venturas estiveram franqueadas à felicidade dêsse novo Moniz Barreto, transfigurado numa das notáveis representações da sociedade local, pelas suas possanças econômicas e financeiras, pelo raio de seu prestígio social, com êle se entendendo os homens do governo, do comércio, da lavoura e da indústria. Senhor de engenhos, orientado para os melhores e maiores proveitos da exploração açucareira, tôdas as situações se abriam à sua prosperidade. Se já era fidalgo cavalheiro da casa real, logo o fizeram também familiar do Santo Ofício, diploma que o imunizaria das exigências e violências inquisitoriais.

De tal maneira instalado, nada mais justo que lhe viessem muitos filhos, de vez que recursos possuía para fazê-los educados e engrandecidos nos caninhos das melhores venturas e para a continuação tradicional da família de que provinham. E realmente não foram poucos, como também não se contam em demasia, os que nasceram do casal. Pelo menos sabemos de seis, todos vitoriosos, apenas para ser notado que nenhum tivesse recebido o nome de Egas, como se vinha praticando na família desde o século 15. Enumeremo-los: Antônio Moniz Barreto de Aragão, senhor do engenho Mataripe, casado com Ana Joaquina dos Prazeres Bandeira; José Joaquim Moniz Barreto de Aragão, mais tarde Barão de Itapororocas; Joaquim Egas Moniz Barreto de Aragão, solteiro, dono do engenho do Tanque, falecido a 18 de julho de 1865; Salvador Moniz Barreto de Aragão, depois Barão de Paraguaçu; Manuel Inácio Moniz Barreto de Aragão, que sendo gêmeo do precedente e senhor do engenho Mombaça, veio a casar-se, em 7 de agosto de 1821, com Francisca de Assis Viana, e Maria Luísa Moniz Barreto de Aragão, casada com José Rodrigues de Figueiredo.



Que mais honras, que mais glórias, que mais felicidade poderia aspirar e ter Antônio de Sousa Moniz Barreto de Aragão? E veio-lhe a morte aos 31 de agosto de 1812, e a de sua mulher após mais de vinte anos, aos 2 de janeiro de 1835, quando já havia assistido à ascensão vitoriosa dos filhos, dos quais tanto se orgulhava.

## VI

Nunca poderá ser olvidada dos Monizes, de todos os tempos decorridos da segunda metade do século 18, a obra reparadora de Luís Coelho Ferreira em proveito de um dos mais destacados membros dêles, arrancando-o da falência financeira, da decadência moral, e integrando-o, por extensão a todos os de sua descendência, na situação econômica e representativa em que o vimos encontrar nos seus últimos anos de vida.

Enquadrados nessa integração topamos, ao fim da centúria, os filhos de Antônio de Sousa Moniz Barreto de Aragão e de Luísa Francisca Ferreira Dias do Vale, todos engrandecidos na comunhão social e nela esplendendo com decôro, respeito, dignidade e bem-estar econômico. Dêles, no curso dêste capítulo, a dois distingo para a continuação da presente história dos Monizes, pois que o objetivo aqui traçado é o de chegar a descendentes atuais de mais brilho, através da corrente que os prende ao primeiro Moniz Barreto vindo para o Brasil.

Os dois são o José Joaquim e o Salvador, de vez que o Antônio não deixou sucessão; que o Joaquim Egas viveu solteiro; que o Manuel Inácio se continuou com descendência decorrente de filha única, e adiante isso se explica, e que de Maria Luísa os filhos tiveram linhagem incluída na família pertencente a seu espôso e pai dêles. Certo é, porém, que os excetuados terão sempre asseguradas as mesmas características de distinção e dignidade em que por todos os tempos culminaram na sociedade.

De José Joaquim Moniz Barreto de Aragão, aliás ao casar-se chamado José Joaquim Moniz de Sousa Barreto de Aragão e Menezes, há muito que se dizer, e com fartas sobras, desde os seus primeiros dias, porquanto os tivera de logo envolvidos nos deveres das próprias atribuições, sagradas como força para execução. Há quem o diga ter nascido em 1785 (Mário Tôrres, na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v. 69) e ainda em 1793 (*Anuário Genealógico Brasileiro*, IV, 60), mas o que se aceita como realmente exata está com a data do batismo, a 9 de outubro de 1785 (Aragão Bulcão,

*Famílias Baianas*, III, 93). Tendo se consorciado a 24 de junho de 1806, é óbvio a tódas as vistas que não ocorrera o seu nascimento em 1793, pois com tão pouca idade não passaria a ser cabeça de casal. Também, por isso mesmo da menoridade, não teria sido agraciado a 10 de julho de 1786 pela rainha como fidalgo cavalheiro da casa real (*Jornal do Comércio* de 21 de dezembro de 1944). E afinal casou-se o mancebo muito bem, dando prova de que era ajuizado, em respeitável família, com Josefa Joaquina Gomes Ferrão de Castelo-Branco, filha do brigadeiro José Diogo Gomes Ferrão de Castelo-Branco e de Maria Sofia de Araújo de Azevedo, e batizada a 18 de novembro de 1787.

Casado, foi viver nas suas propriedades ao recôncavo, na vila de São Francisco e na redondeza desta famosa localidade. Inspirando-se na real'zação de objetivos industriais, pois à sombra dos engenhos de cana de açúcar se fizeram e vinham prosperando gerações baianas, quanto pôde José Joaquim se esforçou e se esmerou no melhoramento dos engenhos que possuía. Êstes se contam com os nomes Guaíba, Santo Estêvão e Flecha, e todos com regular produtividade desde sua administração. E' nesta qualidade e com manifesta autoridade que subscreve em primeiro lugar, isso depois de 1830, uma representação ao govêrno da província, em tôrno das continuadas sublevações de negros escravos, principalmente nas vizinhanças da cidade (Acioli, *Memórias Históricas*, IV, 364).

O que entretanto se deve sobretudo pôr em relêvo, na vida de José Joaquim e dos irmãos, é o panorama político em que se encontrava a Bahia, atravessando períodos amargos, senão dolorosos, na sua existência social, no moral de seus habitantes, sacudidos pela vertigem dos movimentos revolucionários na Europa e diretamente refletidos no Brasil. Desde a extinção da Companhia de Jesus aqui em 1759, que se vinha processando, embora insensivelmente ao seu tempo, uma atmosfera de indecisão, de dúvidas, de insatisfação, que depois se transmutou em resultados até de rebeliões ou, declaradamente, de revolução política. Uma ânsia de libertação, de independência, sentia-se crescer nos sentimentos brasileiros. Tôdas as classes o denunciavam e se os do govêrno e gentes aburguesadas procuravam envolver as coisas em mistificação de consequências protelatórias, não restava dúvida de que a onda crescia e se avolumava para embates fortes.

Os Monizes, que em tôdas as fases de sua permanência no Brasil jamais demonstraram exhibições de atitudes políticas, pois que sempre se formaram guarnecidos dos radicados sentimentos do povo português, de que procediam, já se manifestavam, aqui e ali, em guarda

dos próprios interesses econômicos que representavam, e da terra em que esses interesses se moviam. Por isso, e desde então, já se punham, acordemente entre si, ao flanco dos movimentos nacionalistas que eram a própria causa do seu presente e do futuro de seus filhos. Há Monizes envolvidos nos acontecimentos de 1789 e dos quais a intransigente defesa recebida denuncia que não só a família, como ainda o espírito da terra, tendia para o estabelecimento de situação melhor e mais livre para o Brasil.

Tanto José Joaquim, quanto Salvador e outros irmãos, todos os sabiam solidários nesses movimentos, e depois manifestamente nêles se acharam quando as lutas da Independência radical se abriram em fogo e em guerra para a vitória. E o que convém não olvidar é a serena constância e a proveitosa eficiência com que os mais distinguidos representantes das famílias de maior projeção se colocavam aos serviços dos interesses da terra e da gente, empenhados seus bens, seus haveres, seus escravos, seus nomes, seu sangue, por essa causa e essa vitória.

Aludindo mais tarde à sua cooperação e colaboração em tudo, e por tudo, é José Joaquim quem subscreve o documento de haver concorrido, "com todos os meios ao seu alcance, ao bem da sagrada causa do Brasil, já com donativos pecuniários para a Caixa Militar, carros e cavalgaduras para a força e prestação de bois para a manutenção das tropas reunidas na vila de São Francisco, onde residia, a fim de sustentar-se contra a manifesta oposição do intruso governador das armas, o sórdido Madeira, apoiado das côrtes pretorianas e dos insubordinados lusitanos, dando o grito salvador desta malfadada província para sempre no memorável dia 29 de junho na vila de São Francisco e nas mais do recôncavo, já com o serviço de sua escravidão e espontâneo oferecimento de quanto tem, em qualquer dos seus três engenhos e mais propriedades, oferecendo-se não só para comandar posteriormente um dos batalhões na província pacificada, como manter às suas custas o armamento para a terça parte do total das praças do batalhão que dirigir".

E nem se precisa mais acrescer em afirmativa do alto brio e sentimento patriótico do abastado proprietário que, auferindo honras da coroa, se pôs em ação aberta contra o trono e a metrópole de ultramar, que pretendiam continuar o domínio e a força nas terras do Brasil.

Bem é de ver que o procedimento de José Joaquim fôra semelhante ao da quase totalidade dos baianos, inclusive de muitos lusitanos que enxergavam no Brasil pátria melhor, sobretudo, e lhe advogavam a independência. Honra lhes seja feita e prestada.

Muito cedo José Joaquim havia sido distinguido com a nomeação de fidalgo cavalheiro da casa real e feito comendador da ordem de Cristo, atestado bastante de seus merecimentos e de serviços seus à sociedade. Continuou, porém, na sua agricultura e indústria relativa. Vivía na vila de São Francisco do Conde e vivia parte do ano na cidade da Bahia, terra de seu nascimento e onde passou a ser proprietário e morador de afamado solar, aos Barris, centro de recepções fidalgamente proporcionadas à sociedade local.

Com as lutas políticas em proveito da Independência e já incorporado ao movimento do recôncavo, pois que a cidade estava sob o absolutismo do general português Madeira de Melo, José Joaquim tudo fez em reforço da ação militar contra o ditador e no sentido de torná-las eficientes e vitoriosas. Por isso, entre os que foram nomeados, a 5 de dezembro de 1822, pelo imperador, para a junta governativa da Bahia e com autoridade sobre toda a província, mas tendo sede provisória em Cachoeira, lá estava o seu nome com os de Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, José Joaquim Pinheiro de Vasconcelos, José Joaquim de Siqueira Bulcão, Antônio Augusto da Silva, Manuel Gonçalves Maia Bittencourt e Felisberto Gomes Caldeira. Nomes por demais representativos na magistratura, nas armas, na política, na economia, na tradição patriótica, prontos a quaisquer sacrifícios pelo bem da Bahia e do Brasil independente. Expulso das terras brasileiras, a 2 de julho de 1823, o último lusitano inimigo, a junta pouco depois se transferiu para a cidade, e mais tarde se extinguiu com a posse do primeiro presidente da província nomeado, o Dr. Francisco Vicente Viana, a 19 de janeiro do ano seguinte.

Esse Moniz Barreto de tão elevados méritos, feito barão de Itaporocas por título de 12 de outubro de 1828, veio a morrer, consagrado pelo respeito e a consideração da sociedade de que era parte saliente, aos 5 de dezembro de 1834, visivelmente moço e capaz de fartas utilidades, na cidade de seu berço, enquanto sua espôsa, companheira admirável em todos os passos, o sobreviveu até 28 de março de 1841. Na igreja da Piedade o barão teve sepultura e seu enterramento constituiu alta expressão de saudade da população conterrânea.

Do venturoso casal formado de José Joaquim e de Josefa Joaquina provieram os seguintes filhos: Luísa Francisca, a primogênita, em 1807, e das últimas a Clotilde, ambas mortas ainda crianças; Maria Amália a 17 de junho de 1808 e depois do casamento com Frutuoso Vicente Viana tornada baronesa do Rio das Contas; Emília Augusta, batizada a 26 de agosto de 1811 e mais tarde conhecida por



baronesa de Matoim, por ter se casado com Joaquim Inácio de Aragão Bulcão; Egas Ferrão Moniz de Aragão, batizado a 21 de fevereiro de 1819, proprietário, solteirão com alguns filhos legitimados, falecido a 5 de março de 1865, e Antônio Ferrão Moniz de Aragão, que há de seguir neste estudo a linha da descendência até os dias correntes. Já aqui ressurgue o nome de Egas, em louvor do primeiro dos Monizes na Bahia, mas êsse, por não ter deixado herdeiros legítimos, não se inclui na continuação da descendência com o seu irmão Antônio.

Salvador Moniz Barreto de Aragão, que outros repetem com o acréscimo de Sousa e Menezes, não quis vir ao mundo sozinho e acompanhou-se do irmão que recebeu o nome de Manuel Inácio Moniz Barreto de Aragão, nascidos ambos a 2 de setembro de 1789, na cidade da Bahia. Bem pouco se diferenciam êles na vida, ao apreciar dos merecimentos. Salvador teve dignidades honoríficas, a 10 de novembro de 1812 se casava com Teresa Clara do Sacramento Viana, benquerida filha de Francisco Vicente Viana, ou seja o primeiro presidente da província. A 11 de outubro de 1840 é agraciado com o título de barão de Paraguaçu e a 15 de julho de 1865 a morte o leva da vida, deixando filhos que lhe honraram nobremente o nome: Francisco Moniz Barreto de Aragão, nascido a 11 de agosto de 1814, formado em universidade alemã, diplomata, feito visconde de Paraguaçu por decreto de 10 de novembro de 1883, e falecido no estrangeiro a 25 de junho de 1901, sem casar-se e sem legar filhos; Egas Moniz Barreto de Aragão, com o nascimento a 13 de maio de 1816, e Pedro Moniz Barreto de Aragão, 3.<sup>o</sup> barão do Rio das Contas. Egas e Pedro serão mais adiante referidos com o seu primo Antônio Ferrão.

Manuel Inácio Moniz Barreto de Aragão, também fidalgo da casa imperial, proprietário, fazendeiro, a 7 de agosto de 1821 casa-se com Francisca de Assis Viana, outra filha de Francisco Vicente Viana e de Clara Cactana do Sacramento Bandeira. Falecendo a 12 de novembro de 1865, na plenitude do maior acatamento público, dois filhos apenas contou e foram Luís Moniz Barreto de Aragão, falecido quando estudante matriculado em universidade alemã, a 10 de agosto de 1841, e Francisca de Assis Viana Moniz Barreto de Aragão, que a 10 de julho de 1872 mereceu ser agraciada com o título de baronesa de Alenquer.

O capítulo a seguir reserva-se a um filho de José Joaquim, o Antônio Ferrão Moniz de Aragão, e a dois de Salvador, chamados Egas e Pedro Moniz Barreto de Aragão, três proclamados guieiros da ár-



vore dos Monizes, cujos destinos de felicidade se abriram a largos panos, para a todos recomendar no decurso dos anos e na escalada do século 19.

## VII

Pela primeira vez, nos fastos em que laboraram e representaram os Monizes da Bahia, desde sua chegada à terra que Tomé de Sousa constituíra para uma grande nação do futuro, aparece um dessa estirpe que se distingue tão somente pelo fulgor da inteligência e pelo primor da sabedoria. Anteriores se elevaram pelo trabalho seguro e honesto, pelo descortino na solução das questões econômicas, pelo sisudo critério nas maneiras de servir à política, pelo interesse com que se empenhavam na formação da dignidade na própria família e na sociedade a que tão superiormente pertenciam. Com Antônio Ferrão Moniz de Aragão tudo se deparou e se revelou diferentemente. A inteligência, a meditação, a pesquisa, a análise, a erudição, a cultura, enfim, a tudo presidindo, à busca de perfeição que afirmasse a felicidade, pelo menos, dos que lhe ficavam às proximidades pelo sangue ou pela solidariedade humana. Como se orientara, como se fizera na preparação dos caminhos a perlustrar no sentido dêsse ideal. ainda não são outras as construções, certamente, aos nossos dias, mas se os fundamentos lançados por ventura não bastaram à sustentação do grande edifício de seus planos, só lhe culpemos apenas o não ter procurado certificar-se da situação ambiente em que tais planos se assentariam. Teve a pena e o castigo que o destino comina aos idealistas, aos ideólogos. Não importa isso, entretanto, pois que se contentam êles, e inspiradamente, em que suas idéias fiquem e seus ideais sejam a estrêla guiadora de quantos outros se tornarem capazes de realizá-los. Quando êstes comentários se traçam as estações de rádio anunciam o nefasto acontecimento do assassinio de Gandhi, o mais alevantado idealista do século...

Antônio Ferrão Moniz de Aragão teve nascimento a 28 de dezembro de 1813 na cidade da Bahia, no antigo e faustoso solar aos Barris e que era residência de seus pais. Primeiro filho varão dos barões de Itapororocas, de cedo se iluminaram o berço e o lar e a prole que o tiveram de nascimento.

Por que as diretrizes da política portugêsa não afinavam mais com as do Brasil, desde setembro de 1822 transformado êste em nação independente, já não se mandavam mais candidatos brasileiros a estudos na universidade de Coimbra. Agora os destinavam à França, à Inglaterra, à Alemanha, para o descobrimento de vida nova que se

casasse à de nação nova e fadada às prosperidades... Mandaram-no para a França, aos onze anos, com recomendação a Domingos Borges de Barros, que ali estava negociando com o governo francês o reconhecimento da Independência do Brasil.

De pronto ao pequeno Moniz se deparou um mundo de imensas perspectivas e a elas também de pronto se entregou resoluto, buscando-as, penetrando-as, na ânsia de descobrir-lhes os limites à custa do saber. Já em 1827 era transferido para Londres. Os ingleses representam o sentido da concentração, da meditação, da sisudez, da convicção, da seriedade, e com eles Moniz de Aragão se afeiçoaria irmanamente, dada a sua linha de atitude e de proceder. Entre eles estudou o bastante para a matrícula na respectiva universidade, que bem o recebeu. Sentiu com isso os triunfos de seus anelos. Tudo quanto dependia de si mesmo para o maior e mais completo êxito de seus objetivos, realizou.

Mas soou o instante de tornar ao Brasil, nas férias de 1831, e à Bahia aportava em julho. Aí, tudo lhe pareceu mudado. A sua cidade, a sua gente, os seus próprios irmãos, e pais, pareciam outros. As maneiras e a educação estranhas a quem se preparava em Londres denotavam mudanças, menos porém o sentimento brasileiro, que não se modificara, extremoso, carinhoso, cordial. Regressa no ano seguinte à universidade, acompanhado do irmão Egas, mais moço cinco anos, que se destinava também aos estudos. No mesmo instituto superior concluiu os cursos de filosofia e matemática e aí se doutorou em tais disciplinas, porque nelas não se concedia diplomação. Também ele não fazia questão de título, senão de sabedoria. Que lhe serviriam diplomas de conhecimentos, quando os provaria, sem apresentá-los materialmente, sempre que oportuno?

De então foi viajar, para o enriquecimento maior das ciências aprendidas. E percorreu quantos países ocidentais da Europa se distinguíam nas artes, nas letras, nas ciências, na economia industrial. Jardins, museus, catedrais, bibliotecas, institutos foram visitados curiosamente.

Enquanto isso ocorria, chega-lhe a triste nova do que acontecera na Bahia aos primeiros dias de dezembro de 1834, com a morte do barão de Itapororocas. Já então tornava-se preciso regressar ao Brasil em definitivo. O mais velho e o mais sábio dos irmãos, tal era ele, seria o orientador da família. Pensava assim, conquanto outros, é bem de ver-se, o não imitassem no raciocínio.

Encontrando-se na pátria, com responsabilidades morais, sociais, individuais, supôs que tudo se desse na conformidade das matemáticas, que se dizem infalíveis, ou das suas leis. Que a orientação

filosófica dos seus dias seria suficiente para ver e apreciar o curso das coisas em que os seus interesses fôsem envolvidos. Nada das malícias, das perfídias, das traições e das misérias humanas percebia latente ou emergente de quantos indivíduos se punham na formação do ambiente dos demais. Vivia afundado nos livros, prêso às grandes cogitações e especulações científicas, na convicção de que as compensações se dariam inteiramente na razão direta de como praticasse as suas atividades e conhecimentos.

Ele de tanto assim conjecturar e considerar as coisas que lhe enchiam o ambiente, sentiu a necessidade da vida conjugal, para a melhor justificativa dos próprios destinos. Isso, quando inúmeras candidatas de altos dotes de sedução se punham ao caminho das tentações, para atraí-lo. Ele, porém, assisado, compreendeu que em tais circunstancias só alguém com características de experiência se ajustaria aos seus cálculos, na formação do lar. Desta sorte, a 20 de abril de 1837 recebia por espôsa Maria Adelaide Sodré Pereira, com predicamentos recomendáveis, filha de Francisco Maria Sodré Pereira e de Maria José Lodi da melhor sociedade baiana, sobre ter cinco anos mais de idade e ser viúva, ainda recente, do ilustre José Lino Coutinho.

Casado, passou a morar no engenho, em terras da vila de São Francisco, que lhe vieram de herança. Agora é todo outro. Modificado? Melhorado? Evoluído? Definido. Já a 8 de dezembro nascia-lhe o primeiro filho, Antônio Moniz Sodré de Aragão, que, feito homem, se tornou de distinção intelectual e social. Três outros o seguiram em breves períodos: Adelaide Leticia a 24 de dezembro de 1838, José Joaquim a 13 de janeiro de 40 e Egas Carlos a 1 de fevereiro de 42.

Enquanto os filhos vão aparecendo, os negócios vão desandando nas suas operações, as dificuldades financeiras se antepondo aos interesses comerciais entabulados em tôrno do açúcar, e, pois, aos do engenho, quanto à própria manutenção. Tanto assim que em chegando 1843 Moniz de Aragão é obrigado a dispor do solar aos Barris, vendendo-o ao capitalista João de Cerqueira, para alívio da situação que os credores lhe criaram.

Considerado, entretanto, de vida normalizada, no que tange à sua ação diuturna, a 11 de setembro de 45 traça assim o horário de suas ocupações em cada dia: "Tôdas as manhãs, antes do almôço, estudar matemáticas; às nove horas almoçar e, depois do almôço, vestir-me e descer para o engenho, onde devo ficar até o meio-dia. Desta hora em diante e até as três da tarde, o estudo de ciências naturais. Depois do jantar, passear, e das sete às dez o estudo de filosofia". Meses mais tarde, a 11 de outubro, lançava no *diário* que o preocupa-

vam os estudos de Anatomia, Direito e Filosofia, sem desprezar a História. De Astronomia vai lendo Herschell e de Anatomia basta-lhe Blandin, pois tão somente visa a ter idéias claras e exatas sobre a organização do homem. Acha que “a História é um estudo agradável e de utilidade para a cultura de tôdas as ciências e artes”, à qual se entrega para descanso do espírito, quando fatigado com as obras de natureza científica.

Entrega-se à elaboração de um projeto de reforma do calendário gregoriano e o conclui com a adoção do ano dividido em treze meses iguais de vinte e oito dias e ao final um dia (o 365.<sup>o</sup>) que seria dedicado à comemoração universal do Ano Bom. Talqualmente ao que se está ajustando em 1949. Cada mês, segundo o projeto, teria um nome ilustre batizando-o, e seriam, seguindo a ordem e a começar de janeiro, as substituições: Moisés, Homero, Aristóteles, Arquimedes, César, São Paulo, Carlos Magno, Dante, Guttenberg, Shakespeare, Descartes, Frederico e Newton. Há mais de um século que semelhante estudo vem preocupando os sábios, os sociólogos...

Outros dois filhos, que foram os últimos, teve o casal: Francisco, a 25 de março de 1850, e Jerônimo a 17 de julho de 1853. Os três primeiros já se desenvolviam em muito no andamento da educação.

Mas a êsse tempo a crise financeira torna-se maior, assustadora mesmo. Também só agora sentiu êle o êrro de não ter merecido seus naturais cuidados a distribuição dos bens paternos, porquanto os que lhe foram adjudicados na partilha do inventário não correspondiam em compensação para a própria manutenção e da família. Engenhos velhos, que nem podiam ser reformados, terras cansadas, canaviais que se extinguíam, escravos sem ocupação, açúcar desvalorizado, o cólera-morbo dizimando a escravaria.

E' de 58 a publicação de seu primeiro trabalho impresso, *Elementos de Matemáticas*, saído da tipografia de E. Pedrosa e considerado realmente como um verdadeiro “tratado filosófico de aritmética”.

Já lhe era impossível continuar a trabalhar, sob a pressão da crise financeira e bem lembrava essa fase a situação de seu bisavô paterno, que fustigado pelos credores, dêles se ocultava até no vir à cidade e só o fazendo a horas mortas da noite, como se criminoso, sob as penas da consciência. A venda do último engenho se processava, e a dos escravos restantes, com grande diminuição do valor e a longos prazos para os pagamentos. E só então, a 11 de outubro de 59, escreve: “grande êrro de minha vida passada foi um descuido completo de tratar dos meus interesses pecuniários, uma indiferença absoluta pela riqueza, uma administração negligente de meus bens”.



O que lança êle no registro diário, depois da liquidação dos bens, exprime a imensa tortura por que passa um homem consciente, mas imprevidente: “Está feito o negócio. Salvei a minha honra, ninguém há de pagar por mim. A minha confiança está em Deus e na virtude... Ainda o dia de hoje passado em arrumações, os escravos mandados para a Preguiça e não pude, ao separar-me dêles, deixar de derramar muitas lágrimas... Ontem, proprietário de terras e de escravos — hoje, sem possuir um palmo de terra... Não posso deixar êste lugar sem grande sentimento; a despedida dos meus moradores foi dolorosa; todos choravam, e eu também. Que dia terrível para mim, hoje! Largo para sempre êstes sítios onde passei vinte anos da minha vida, onde, apesar de todos os desgostos que tenho tido, passei alguns dias alegres...”

Mesmo assim era o homem dos estudos, sem qualquer proceder de reação, de restauração, de reabilitação. Não tinha, como tivera o bisavô paterno, a ajuda de um Luís Coelho Ferreira. Tudo se ia acabando, se extinguindo, para deixá-lo na plenitude da miséria. Em situação dessa é que um incêndio irrompe no canavial, às proximidades do engenho residencial e se alastrava e alcançava as portas da casa grande, sendo a escravaria impotente para detê-lo, quando um grito desesperado de cativo, traduzindo o sentimento da solidariedade humana, faz-se por tudo ouvir: “Fuja, meu senhor, o fogo está na casa grande... deixe os livros, depressa”...

Parece que será angustiar a própria memória de Moniz de Aragão recordar passos semelhantes de sua vida atribulada...

O que se lê no minudente estudo de Mário Tôres (*Mensário do Jornal do Comércio*, tomo 28) a seu respeito é, a tôdas as luzes, con-frangedor e veícula a amarugem do mais forte pessimismo diante da negativa relatividade que se põe entre as especulações mais altas do pensamento e as determinantes do pragmatismo de solução imediata. Nem se precisa mesmo estender olhares observadores sôbre as verdades enunciadas no seu importante livro inédito e que era o diário começado desde os primeiros dias de estudo na França. Suficientes em tudo as afirmativas do biógrafo, que nem estimou valessem elas tanto em detrimento do destino de Moniz de Aragão.

Simplez professor avulso de Filosofia desde 3 de maio de 1860, no Externato 2 de Julho, de propriedade do distinto sergipano Oliveira Botelho, quando um presidente da província, que lhe sabia os merecimentos, e mais ainda as necessidades, o nomeia, a 1 de maio, diretor interino da Instrução Pública. Mas outro presidente, oito meses após, também conhecendo os méritos e as necessidades de Bar-



bosa de Oliveira, o pai de Rui, dá a êste o lugar de Moniz de Aragão. Passou então a ser professor de primeiras letras, para isso recebendo diploma de habilitação, e pouco mais tarde, por que lhe facilitassem meios, chegou à direção e propriedade do referido Externato. Bastou sua orientação para que de logo a falência rondasse macabramente os dias do instituto. As portas do Externato foram de vez cerradas.

Outro presidente da província fê-lo bibliotecário, ou seja diretor da Biblioteca Pública, interinamente, a 13 de julho de 1865. Êsse interinamente era feito apenas a título de experiência da capacidade do filósofo para dirigir. Tornaram-no efetivo, na certa por bom desempenho, e no cargo permaneceu, com lustre e não sei se com proveito aos interesses da instituição e dos respectivos frequentadores, até aposentar-se, a 30 de outubro de 1886, quando a morte já lhe espreitava os restantes minutos da existência trabalhosa. Também o fizeram, cumulativamente, vice-diretor da Instrução Pública de 5 de janeiro de 82 a 2 de outubro de 1885, talvez sem retribuições estipuladas no orçamento.

Membro do Instituto Histórico que aí se fundou em 1856 com muitos créditos para a Bahia. Autor, numa comissão, do projeto de criação do Banco da Bahia, e, noutra, do que expunha ao governo os meios para a construção da Estrada de Ferro da Bahia a Joazeiro. Por si só planejou, de ordem do governo, a reforma da Instrução Pública, em 1879. Que mais provas evidentes de seus altos méritos de administração pública e oficial? Pertencia à Maçonaria, e na Inglaterra isso tanto se dava, que não podia êle eximir-se...

Mesmo na dolorosa adversidade escrevia e milagrosamente educava os filhos.

Seus pensamentos escritos, embora inéditos e que num conjunto de trinta e três volumes manuscritos foram recentemente oferecidos à Academia de Letras, mostram-lhe a elevação da inteligência, o grau subido de cultura e a meridiana compreensão dos seus dias em face dos dias da sociedade de que fêz parte distintamente. Seu projeto de reforma do calendário pode ser levado ao julgamento do conselho dos sábios que examinarão quantos outros projetos foram ou forem por aí em fora levantados, para a alteração do secular gregoriano. A obra que nos legou, e se conserva sem publicação, é assás bastante, assim se lhe repitam os títulos dos volumes, para que se possa da mesma estimar o conteúdo. E o célebre catálogo que organizou da Biblioteca Pública, em três volumes e com o dispêndio de vinte anos, traz uma introdução, puramente da autoria de Moniz de Aragão, que

é tida nas suas 541 páginas e ao juízo de competentes, como trabalho de rara condição no tocante à classificação das ciências e das artes. De verdade Moniz de Aragão era um erudito, senão um sábio de que a Bahia se deve orgulhar em lhe ter servido de berço. A correspondência trocada entre o seu neto Gonçalo Moniz e Clóvis Bevilacqua, um mestre da Medicina e o outro do Direito, fartamente o comprova.

Maria Adelaide, espôsa mártir e mãe amantíssima, morreu a 30 de novembro de 1880 e Moniz de Aragão a 30 de julho de 1887, sem maiores sofrimentos, porque inopinadamente a traçozeira parca o visitou quando êle fumava e lia, descansadamente, numa rêde sertaneja, em residência que pouco antes passara a ocupar, com os recursos da minguada aposentadoria, no prédio n.º 59 na atual rua Carlos Gomes, na capital baiana. Seus filhos: Adelaide Leticia, poetisa, morta em 1878, solteira. Solteiros também Antônio Moniz Sodré de Aragão, jurista, magistrado, autor de vários trabalhos especializados, falecido a 16 de janeiro de 1881, com quarenta e quatro anos, e José Joaquim Moniz Barreto de Aragão, morto em 1874, com trinta e quatro. Jerônimo Ferrão Moniz de Aragão, bacharel, magistrado, casado mas sem sucessão. Restam dois, que serão motivo para o capítulo a seguir, e são Egas Carlos Moniz Sodré de Aragão e Francisco Moniz Ferrão de Aragão.

Antônio Ferrão Moniz de Aragão recebeu da posteridade a inclusão de seu nome ilustre entre os patronos das quarenta cadeiras que compõem a Academia de Letras da Bahia, não por estar no governo do Estado o seu neto de igual nome, e recebe ainda, de verdade por lhe haver melhoraemente revelado os grandes merecimentos o seu neto Gonçalo Moniz, as homenagens que todos rendemos à sua inteligência e sabedoria.

Egas Moniz Barreto de Aragão, nascido do casal Salvador Moniz Barreto de Aragão-Teresa Clara do Sacramento Viana a 13 de maio de 1816, veio de início vaticinado para destinos felizes, tanto lhe foram pródigos os carinhos do lar quanto as benesses da terra que tivera por berço. Educado de cedo no estrangeiro, aí enriquecido de conhecimentos, de antes dispondo de fortuna e sabendo idiomas que o credenciavam a maior prestígio nas relações sociais; pode-se dizer que era êle dos homens mais venturosos. Se temporadas permanecia no Brasil, na sua Bahia, passeando o recôncavo, outras passava na Alemanha, onde afinal se casou, a 9 de junho de 1839, com Maria Luísa Gabb de Massarellos, mistura de alemão e de italiana, dotada de virtudes e de educação que a recomendavam à simpatia dos Monizes.

Assim, tendo ao dispor das vontades farturas econômicas e financeiras, pois que os engenhos e os canaviais, na redondeza da Bahia,

lhe asseguravam a execução de gozos e de prazeres, que são ainda atributos dos afortunados, se muito refinou os sentimentos epicuristas, é certo que também muitos foram os seus cuidados na preparação intelectual dos filhos. Aliás nisso se orientara por seu pai e avô paterno, desde quando os Monizes tiveram solidificadas as possanças relativas à opulência de que passaram a gozar. Nada pretendendo nem querendo de política, consciente de que só lhe adviriam encargos, aborrecimentos e dissabores, dela apenas aceitou, correspondendo a múltiplas seduições, o mínimo cargo de presidente da Câmara da Cachoeira e a mínima representação de suplente de deputado provincial. Porque, isso de fidalgo cavalheiro da casa imperial e de comendador da ordem de Cristo, com que o agraciaram, representava ex-crescência que ia mofando, tanta a distribuição de tais mercês, a gato e cachorro. Fizeram-no também comandante de um batalhão, mas da Guarda Nacional...

Entretanto as crônicas do tempo o alistam como *causeur* capaz de encantar a quantos lhe escutassem a prosa suave, às vêzes leviana, mas sempre ornada de aticismo gaulês. Egas Moniz, o comendador, como o chamavam os de suas relações, morreu em suas propriedades no município da Cachoeira, aos 20 de junho de 1871, enquanto sua espôsa o sobreviveu até 3 de janeiro de 1901, data de seu falecimento em Hamburgo, onde passou a residir após a viuvez.

De Egas e Maria Luísa nasceram: Salvador Moniz Barreto de Aragão, proprietário, casado com Maria de Loreto Navarro de Andrade; um Pedro Moniz, que pouco viveu; Egas Moniz Barreto de Aragão, depois barão de Moniz de Aragão; Antônio Moniz Barreto de Aragão, que veio a ser o barão de Mataripe; Maria Tereza Moniz de Aragão, nascida na Cachoeira a 23 de janeiro de 1855 e que se casou com um general alemão, Oto Bruno Hermann von Wender, ou barão von Wender e Francisco Moniz Barreto de Aragão, espôso de Ana de Lacerda. Ensejo terei de voltar a tratar destes dois barões brasileiros e do seu irmão agora mencionado, igualmente para deixar patente que este ramo dos Monizes é justamente o que vem seguindo a linha invulnerável da tradição da família, com os nomes Moniz Barreto, que é a original.

O outro filho do casal Salvador Moniz Barreto de Aragão-Teresa Clara do Sacramento Viana, que no último capítulo prometi trazer à apreciação, é Pedro Moniz Barreto de Aragão, cujo nascimento ocorreu na cidade da Bahia a 17 de agosto de 1827. Espírito curioso, atilado, persuasivo, aprestou-se para o estudo do Direito e assim aos vinte e dois anos estava bacharel pela Faculdade de Pernambuco, na

turma em que figuravam baianos como Antônio Luís Afonso de Carvalho, Caetano de Almeida Galeão, Gonçalo Moniz Barreto, Joaquim Aires de Almeida Freitas, esplêndido poeta. Revelados os seus pendores para a política, em breve estava deputado provincial e nesta condição ocupou a curul de seus pares. Teve nomeação para vice-presidente da província. Deputado geral nas legislaturas compreendidas entre 1857 e 1866, 1886 a 1889. Já se sabe que era fidalgo cavaleiro da casa imperial e oficial da ordem da Rosa, pelúcia com que o Império supunha aliciar seguidores, senão servidores... Não lhe deram, talvez pela condicional de viver afastado do recôncavo, um comando de batalhão da Guarda Nacional...

Em 1851, a 3 de outubro, sendo advogado com róseos sonhos de triunfos, Pedro Moniz casou-se com a filha do barão de São Francisco, a distinguida Maria Joaquina de Aragão Bulcão, com a qual teve apenas dois filhos: Salvador Moniz Barreto de Aragão, magistrado desde os seus começos e que chegou a desembargador na corte do Rio de Janeiro, casado com uma filha dos condes de Tocantins, pai do ilustre embaixador José Joaquim Moniz Barreto de Aragão e falecido a 20 de abril de 1907, e Pedro Moniz Barreto de Aragão, médico que se transferiu como profissional para São Paulo e que por lá desenvolveu sua atividade.

Viúvo, sentindo que a viuvez é um estado precário ou transitório, e pois nada conveniente senão aos incapazes, Pedro Moniz de novo contraiu matrimônio, a 21 de agosto de 1858, com Carlota Lírio Ratton, carioca de finos traços, filha do comerciante Jácome Próspero Ratton. De então vieram filhos ao casal, notadamente oito.

Citam-se de primeiro as filhas: Teresa Clara Moniz de Aragão, Maria Luísa, Francisca de Assis, Carlota e Maria Joana, respectivamente casadas com Pedro Vicente Viana, Carlos Ferreira de Viana Bandeira (morto êste, casou com Virgílio de Ramos Gordilho), Antônio Celestino de Sousa, Guilherme Meireles Viana e George Brown Oliver. Os filhos varões foram: Joaquim Egas Moniz Barreto de Aragão, engenheiro de renome, com especialização profissional e autoridade em serviços que o acreditaram e o recomendaram, duas vezes casado e de ambas com filhas do conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira; Frutuoso Moniz Barreto de Aragão, magistrado com acesso até a Corte de Apelação no Distrito Federal, casado em maio de 1897 com Maria de Luna Tôrres, e, por fim, Guilherme Moniz Barreto de Aragão. A êste conheci e com êle privei. Dirigia o *Diário Popular*, na capital baiana, de cuja redação fui parte, embora sem qualquer lustre, mostrando-se sempre de maneiras fidalgas, de rigo-



rosa linha de apuro, de elegância e educação. Aprimorava-se em gestos para falar, para escrever, para cumprimentar, mas sem exhibições de impostor. Advogado de projeção, jornalista amador e à busca de escada para a subida política, teve nascimento a 20 de abril de 1877. Quando quarentão é que se resolveu à vida conjugal, em 1916, e o fez na família Pires de Carvalho-Beaurepaire Rohan, lamentavelmente falecendo a 6 de junho de 1923, sem deixar sucessão, ao tempo em que muito se esperava de sua capacidade.

Finalmente, Pedro Moniz Barreto de Aragão, filho de Salvador Moniz Barreto de Aragão e de Teresa Clara do Sacramento Viana, veio a ser agraciado, a 30 de maio de 1888, com o título de barão do Rio das Contas (o 3.<sup>o</sup>), falecendo, no Rio de Janeiro, a 20 de abril de 1894.

Na síntese de exposição que os dois nomes iniciais aqui tiveram, fica de manifesto a importância da evolução em que se desdobraram principais figuras dos Monizes, em especial dos que tomei por motivo para a presente dissertação.

## VIII

Por que a partir dos filhos do barão de Itapororocas não mais se usou o distintivo tradicional da família, a ligação das partículas Moniz e Barreto, passando-se a adotar o Moniz de Aragão, especialmente? Por que, igualmente, não mais se adotou o nome Egas Moniz Barreto, que seria a mais perfeita seguida da tradição? E, finalmente, por que o primogênito de Antônio Ferrão Moniz de Aragão teve o nome Egas Carlos, que era o de seu trisavô paterno e que não legara traços que pudessem ser imitados? Outros que a tais indagações respondam. Mas o ramo genealógico de Salvador Moniz Barreto de Aragão, irmão do barão de Itapororocas, não olvidou essa memória de alguns séculos praticada, e pois se lhe deve, até este comenos, a existência do Moniz Barreto em nossa história das famílias baianas.

Desta sorte e na traça do que se fixou no capítulo precedente, estamos às voltas com os dois filhos do aludido Antônio Ferrão Moniz de Aragão, o Egas Carlos e o Francisco.

Este Francisco Moniz Ferrão de Aragão tem aqui entrada, e seguida, tão somente porque de seu consórcio proviera rebento que por tôdas as razões é figura representativa da família, não podendo pois ser deixado em esquecimento. Por si mesmo olvidado seria o próprio



Francisco. Encontrando-se em idade escolar, ingressa na Faculdade de Medicina e aí se diploma em 1873, como se diplomam médicos muitos outros, aos milhares. Já no ano seguinte entrava para o corpo médico da Armada, em prova de não ter tido qualquer mínima vocação para militar nem para médico profissional. Chegou, no curso rotineiro da carreira, a vice-almirante, no corpo de Saúde, e nesta graduação logrou reforma. Em nada deslumbrou, ou despertou curiosidade, por tôda a vida. Medalhas, postos, distinções prendem-se ao ramerrão da carreira. Metido na política, foi deputado provincial e estadual várias vêzes, conduzido pelos partidos ou por sugestões ou imposições de parentes. Senador, foi presidente da câmara alta do Estado por cêrca de um ano, correspondendo a circunstâncias de emergência política. Pouco depois de assegurado na Armada casou-se, a 18 de abril de 1874, com Laurinda Augusta Freire de Carvalho, de distinta família baiana, filha de Domingos José Freire de Carvalho e de Laurinda Cardoso Pereira de Melo. Ambos nasceram em 1850, ela a 20 de janeiro e êle a 25 de março, e ambos morreram em 1914, Laurinda a 15 de abril e Francisco a 28 de julho. Vê-se que ela sempre à dianteira, abrindo caminho. Morreu êle como viveu e como nascera, sem deslumbramento. Três filhas lhes nasceram, duas das quais foram espôsas, Adelaide Aída Moniz de Aragão e Laurinda Moniz de Aragão, enquanto a terceira, Margarida, morreu ainda de menor idade. Mas o único filho varão salvou a dinastia que surgiu do vice-almirante médico, e dêle terei oportunidade de tratar noutra página.

Egas Carlos em tudo se distinguiu dos irmãos e mais ainda do que acabo de perfilhar linhas acima. O que se diz dêle, o que se escreveu a seu respeito como contribuição biográfica, justifica abundantemente o ter nascido de um sábio como era Antônio Ferrão Moniz de Aragão.

Bem vimos os seus dias na infância e juventude como foram transcorridos, tendo-se presente a vida financeira de seus pais. Não valeu isso, entretanto, como empêço ao seu desenvolvimento intelectual, à sua ânsia de saber, pois que o desejo, na proporção do esforço e da vontade conjugados, em semelhantes situações, sobrepuja todos os obstáculos. A mostra de que a fé transporta montanhas é assim que encontra a sua justificativa. Em se querendo, sabendo querer, consegue-se.

Egas Carlos teve nascimento no engenho Trindade, propriedade de seus pais no município de Santo Amaro, a 1 de fevereiro de 1842.

Com manifestas disposições de inteligência, preocupou-se o pai em desenvolvê-las, e com propensão para as ciências médicas, fêz-se êle admitido na Faculdade de Medicina de sua terra em 1861. Tudo se lhe ia desanuviando em conhecimento, em compreensão, em descortino, de parêlha com a conquista do aprêço e consideração dos parentes, dos colegas, dos mestres. Estudante de linhas modelares e claras nas atitudes. Forma-se em 1865, num período em que a Faculdade estava em polvorosa com a guerra do Paraguai. Sua tese de doutoramento elaborou-se em tôrno da visão em medicina. Mais dias, havendo vaga de opositor, ou assistente, na secção médica, inscreve-se como candidato ao preenchimento, apresenta tese sôbre funções do nervo simpático e obtém o primeiro lugar na classificação. Tal qual se esperava, é nomeado a 25 de maio de 1871 e entra em exercício. Três anos depois, em concurso memorável a que os anais da Faculdade ainda agora fazem menção e tendo a concorrência de Ramiro Monteiro, Claudemiro Caldas e Manuel Joaquim Saraiva, que mais tarde vieram também a ser catedráticos, é classificado no mais alto índice para professor de Patologia Geral. Sua tese de apresentação tratava de diátese. Empossa-se, com público regosijo, a 13 de abril de 1875 como catedrático e logo de entrada a congregação lhe confia o encargo da elaboração da memória histórica da Faculdade correspondente ao dito ano. Quão proveitosas essas memórias, não continuadas nos fastos das academias!...

Estudante ainda, mostra-se poeta. O primeiro dos Monizes de que se sabe na convivência das Musas. Poesia e drama são motivos para as provas de sua inteligência nos domínios das boas-lettras. A dramática mereceu-lhe mais carinhos e daí a publicação da peça *O saltador*, em 1863. Cinco outros dramas ficaram inéditos e mais uma comédia. Dos versos, atendendo a instantes solicitações de amigos, decidiu fazer publicação de um volume, com trabalhos de que iniciara a seleção, tendo escrito importante prefácio para abri-lo, quando a morte lhe interrompe o curso da vida e o leva aos 29 de novembro de 1893, na cidade da Bahia.

Dois anos depois de formado houve por bem casar-se, a 26 de novembro de 1867, e o fêz escolhendo para espôsa a sua prima Maria Leopoldina Sodré Pereira, filha de Francisco Pereira Sodré e de Cora César Coutinho, nascida a 6 de junho de 1845 e que veio a morrer a 3 de julho de 1915, aos setenta anos de compensado existir.

O professor ilustre que foi Egas Carlos Moniz Sodré de Aragão, deixou do casal dez filhos, sendo sete mulheres: Maria Clementina Moniz Sodré de Aragão, Cora, Maria Augusta e Maria Leopoldina, respectivamente casadas com Antônio Ferrão Moniz de Aragão (2.º),

Jerônimo Sodré Pereira, Manuel Matos Correia de Meneses e José Martins Rosas, e ainda Maria Adelaide e Maria Ana, solteiras, enquanto outra Maria Leopoldina morrera quando criança. Os homens: Gonçalo Moniz Sodré de Aragão, Egas Moniz Sodré de Aragão, médico, nascido a 1 de abril de 1874 e falecido solteiro a 21 de março de 1897, e Antônio Moniz Sodré de Aragão. Gonçalo e Antônio eram das mais expressivas representações intelectuais da Bahia contemporânea e merecem apreciação especial no decurso dêste trabalho. Com Egas Carlos apagou-se a existência luminosa de formoso espírito, ainda agora vivamente recordado na cátedra e na tradição da cultura brasileira.

Os três filhos de Salvâdor Moniz Barreto de Aragão e de Teresa Clara do Sacramento Viana que completam o presente capítulo, representam, à luz dos nossos dias, respeitáveis senhores do feudalismo, engrandecidos pela fortuna, com latifúndios e castelos, negraria escravizada enchendo os eitos, ao tempo em que os filhos se esbaldam nas orgias e nos prazeres mais livres, nas fazendas, nas cidades, nas universidades. Compulsem-lhes as biografias e ver-se-á quanto é imensa a extensão via que ocupam. Nunca fizeram pela pátria, pela sociedade, pela humanidade senão aquilo que decorria da execução natural de seu bem-estar. Proprietários de engenhos, donos de terras, pagavam os impostos, por força de lei, relativos a aquisição, a herança, a produção, se pagaram ou se pagavam. E eram fidalgos e a casa imperial se abria para acolhê-los com títulos honoríficos e mercês, em testemunho e retribuição de serviços prestados ao trono.

O primeiro dêles, Egas Moniz Barreto de Aragão, ainda praticou a diplomacia, servindo como secretário de legação, mas depois veio a ser o mais simples de todos os detentores de cargos públicos representativos, qual seja o de membro da Câmara Municipal de São Francisco do Conde e, como tal, seu presidente quando a República amanhecia no Brasil em 1889. Nascido na referida localidade em 1 de outubro de 1841, formou-se em Direito em universidade alemã. Em 1874 e aos 22 de maio, casou-se com Francisca Calmon Nogueira da Gama, filha de Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama e de Maria Francisca Calmon da Silva Cabral, gente de íntimas relações no paço imperial e das graças do imperador Pedro 2.º. Desta maneira Egas Moniz é feito barão de Moniz de Aragão por ato de 14 de agosto de 1877, ou sejam três anos depois do casamento. Seu sogro, agraciado com o título de visconde de Nogueira da Gama em 1888, passou-se mais tarde para o interior da Bahia, onde residia a sua neta Maria Romana Calmon Moniz de Aragão, espôsa do acreditado comerciante

Pedro Freire de Bittencourt, e morreu em Nazaré a 18 de outubro de 1897. O barão só teve do casal um filho, Nicolau Moniz Barreto de Aragão, que subiu ao posto de capitão de fragata na Armada, e uma filha, rica em prendas morais e dotes de inteligência, essa Maria Romana agora mencionada e que é mãe do escritor e professor Pedro Calmon Moniz de Bittencourt. Sua morte ocorreu no Rio a 8 de outubro de 1898.

De seguida vem Antônio Moniz Barreto de Aragão, nascido a 5 de setembro de 1844 e que não pretendeu ser outra coisa mais que homem de fortuna, de terras, de engenhos, de prestígio social, de conceito público, e isso aliás nada oferecia de despreciando. Casado a 15 de novembro de 1866 com uma filha dos viscondes da Torre de Garcia de Ávila, de nome Teresa Maria Pires de Carvalho e Albuquerque, tanto opulenta em posses materiais como em beleza e bondade, aos 12 de janeiro de 1884 é agraciado com o diploma de barão de Mataripe, vindo a falecer em Santo Amaro, em cujo município sempre vivera, a 28 de julho de 1932. A baronesa, nascida a 25 de julho de 1848, morreu a 13 de dezembro de 1913. Três foram os filhos dos barões de Mataripe: Maria Epifânia Moniz de Aragão, consorciada em Santo Amaro com Clemente Pinto de Oliveira Mendes, que continuaria dominando o patrimônio da família; Antônio Moniz Barreto de Aragão, duas vezes casado no Rio de Janeiro e que na Marinha de Guerra alcançou o posto de capitão de Mar e Guerra, tendo falecido a 16 de janeiro de 1940, e João Moniz Barreto de Aragão. Dêste filho há razão para mais largueza na apreciativa em que me empenho, à luz de seus merecimentos, e oportunamente será referido.

Por fim, o terceiro filho de Salvador Moniz Barreto de Aragão e que se chama Francisco Moniz Barreto de Aragão. Bem o conheci, no seu aprumo de fidalgo monarquista, elegantemente trajado, morando na capital baiana em palacete com freqüência de visitas selecionadas. Havia sido também formado, em Direito, por universidade alemã. Nascido a 18 de junho de 1846, deputado provincial numa legislatura, a de 1870, no ano anterior, a 24 de junho, contraíra casamento com a formosa senhorinha Ana de Lacerda, rebento querido do ricoço comerciante Antônio Francisco de Lacerda e de Angélica Miquelina de Sampaio Viana. Vivendo sempre na capital da Bahia, acatado, respeitado, assim morreu a 22 de maio de 1922, enquanto sua viúva o sobreviveu até 24 de janeiro de 1946. De Francisco e de Ana de Lacerda nasceram sete filhos, dos quais três, sendo mulheres, não se casaram: Maria Angélica, Maria Teresa e Maria Francisca; dois morreram na infância e apenas outros dois continuaram o renome da família: Egas Moniz Barreto de Aragão (Pethion de



Villar), que noutro ensejo será apreciado, e Francisco Moniz Barreto de Aragão, engenheiro pela Escola Agrícola da Bahia, industrial, senhor do engenho Vitória, em Cachoeira, membro do govêrno local, cidadão de préstimos e de respeito, casado com Amália de Queirós Miranda e falecido a 31 de dezembro de 1943.

Em resumo, dos Monizes mais largamente perfilados neste capítulo provieram descendentes ilustres, mais adiante estudados, e que são: Antônio Ferrão Moniz de Aragão, filho de Francisco Ferrão Moniz de Aragão; Gonçalo Moniz Sodré de Aragão e Antônio Moniz Sodré de Aragão, filhos de Egas Carlos Moniz Sodré de Aragão; João Moniz Barreto de Aragão, filho de Antônio Moniz Barreto de Aragão, e Egas Moniz Barreto de Aragão, filho de Francisco Moniz Barreto de Aragão. Cinco nomes êstes que são dos maiores e dos mais luminosos da Bahia dos nossos dias.



## CONFERÊNCIA

### ANTÔNIO VIEIRA — AFRÂNIO PEIXOTO

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Exmo. Senhor Prof. Souza da Silveira, digníssimo Presidente da Academia Brasileira de Filologia.

Exmo. Senhor representante de Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Senhor Dr. Pedro Calmon, eminente Ministro da Educação.

Minhas Senhoras.

Meus Senhores.

Senhores acadêmicos.

Quero, antes de tudo, agradecer-vos a escolha que fizestes, elegendo-me para a cadeira de Afrânio Peixoto, cujo patrono é o padre Antônio Vieira. Sinto-me orgulhoso de conviver convosco, já que nesta casa se reúnem dos mais zelosos cultores do idioma que falamos. Em vós tem a ciência linguística, no Brasil, os mais autorizados representantes. Quisestes premiar pròdigamente os modestos esforços que tenho feito pelo cultivo da Língua, da língua de Vieira e de Afrânio Peixoto.

ANTÔNIO VIEIRA

O gênio de certos homens que superam o seu tempo e devassam os horizontes, ampliando infinitamente o campo visual dos contemporâneos, causa, por vêzes, a impressão de um acontecimento extraordinário, que está acima das possibilidades humanas. Sòmente o milagre será capaz de explicá-lo.

O senso comum não bastava, como veremos, sem recorrer ao sobrenatural, para compreender e interpretar a inteligência profunda e fascinadora do padre Antônio Vieira. Daí a lenda de seu despertar intelectual, aventada pela maioria dos seus biógrafos: Adolescente ainda, no comêço dos estudos, não era Vieira dos que mais se distinguiam pela largueza dos conhecimentos ou pelo fulgor da imaginação. A falta de memória, de rapidez de raciocínio colocava-o em posição de inferioridade ante os condiscípulos. Mas, devoto da Virgem, êle não esmorecia, e continuava a esforçar-se para suprir as próprias deficiências, que tanto o vexavam e consumiam. Certa vez em que, ajoelhado ante a imagem da Protetora divina, implorava fervorosamente a ajuda celeste, lamentando o destino que lhe tornara o pensamento brumoso e difícil, sentiu um estalo na cabeça e, vítima de dor lancinante, tombou ao solo sem sentidos. Ao levantar-se, compreendeu que a Virgem lhe escutara as súplicas. Sentiu imediatamente que as idéias se lhe clareavam como se êle trouxesse um sol interior: o entendimento tornou-se-lhe fácil, ágil, flexível, capaz de profunda percepção; sua língua perdera o pêso de outrora; e a palavra jorrou-lhe em cascatas, saindo-lhe dos lábios com a pujança de uma eloquência deslumbradora.

A lenda, por essa forma, procurava explicar o maravilhoso fenómeno do gênio de Vieira. Isso não deixa de ter o seu encanto e mostra a simplicidade com que o povo justifica o que lhe parece incompreensível. A realidade, entretanto, é mais forte do que a lenda. Vieira, como os fatos históricos demonstram, não precisava de justificativa tal para tornar-se o que foi, para desenvolver as aptidões intellectuais que o colocariam, no século XVII, entre as personalidades de maior projecção universal.

Tudo leva a crer que Vieira, desde o bêrço, já trazia as qualidades excepcionais que o imortalizariam no púlpito e na epistolografia. Ao contrário do que diz a lenda, precocemente se revelou o seu talento. Encontramos a confirmação desta afirmativa nas revelações do padre André de Barros, da Companhia de Jesus, o melhor dos biógrafos de Vieira nos séculos passados. Certa vez, em Lisboa, um cônego encontrou uma criança no adro da Sé Metropolitana. Essa criança era Antônio Vieira. Preocupado com vê-la sòzinha, o cônego interrogou-a: “De quem sois, meu menino?” O menino respondeu: “Sou de V. Mcê., pois me chama seu”. Essa resposta já mostra a agilidade intellectual e a inclinação inata para o jogo de palavras, características principais do grande pregador. “Reluziam nêle — escreve André de Barros — algumas vivezas, que com faísca rebrilhavam de alguma interna mina de fogo e de luz”. De outra feita, na

mesma época, alguém lhe perguntou de onde era, e elle respondeu: “V. Mcê não me conhece”. O curioso insistiu: “Eu conheço a metade do mundo”. O menino não se desconsertou, e replicou “Pois eu, Senhor, sou da outra metade”.

Vieira tinha então menos de oito anos de idade. Ainda se achava em Portugal. Estava longe de se dedicar à vida eclesiástica e de suplicar à Virgem o dom da intelligência. A intelligência, como se vê, êle já a possuia de fato muito antes do “estalo” da lenda.

O nome de Antônio Vieira está estreitamente ligado ao nome de Luís de Camões. O que representa Camões para o século XVI, representa Vieira para o século XVII. Vieira tornou-se no púlpito o que fôra Camões na poesia épica. Ambos exprimem o vigor intellectual do povo português. Mas Camões é só Portugal em seu áureo período. Vieira é Portugal e o Brasil. Já no seu gênio se reflete a força alvorecente do Novo Mundo, tudo que existe de grande e vigoroso no continente americano.

Com effeito, vemos em Vieira um pouco do Brasil, um pouco de nosso povo na fase da formação. Foi Afrânio Peixoto quem mais se esforçou, entre nós, por mostrar que o Vieira brasileiro é a parte mais ampla, mais arejada e mais vigorosa do grande pregador. Não o fêz por mero patriotismo. Agiu com fundamento na realidade dos fatos.

Aquêle que se detém no estudo consciencioso da vida e da obra do padre Antônio Vieira vê que o problema econômico, político, moral e religioso do Brasil ocupa a maior e melhor parte de suas cogitações espirituais.

Nasceu em Lisboa, mas aos 8 anos incompletos se transportou com a família para o Brasil. Na Bahia, no Colégio da Companhia de Jesus, centro intellectual da colônia, fêz os primeiros estudos. Ali o seu gênio se consubstanciou, se avolumou, se desenvolveu, dando-lhe os elementos fundamentais para a atuação posterior.

Heróica a tendência de Vieira, desde o começo da vida, para desempenhar o papel de missionário. Nasceu para pregar, para servir à Igreja de Jesus, para condenar os abusos dos poderosos, para defender o bem, a justiça, o direito, a razão. Os pais opuseram-se-lhe tenazmente aos propósitos de se dedicar à vida religiosa. Criaram-lhe todos os obstáculos possíveis para desviá-lo da vocação apostolar. Foram da súplica à violência, do apêlo pessoal à autoridade paterna. Mas era forte demais a personalidade de Vieira para se vergar em face da coação familiar. Aos quinze anos, fugiu de casa, em noite chuvosa, indo bater às portas do colégio dos jesuítas. O rei-

tor padre Fernão Cardim, recebeu-o afavelmente, prometendo-lhe a proteção da Companhia. No dia seguinte, começava o noviciado.

Até o fim da vida, Vieira conservou-se impermeável ao temor, à corrupção, a toda a trama que procurasse desviá-lo do caminho escolhido. Esse episódio da sua adolescência constituiu a primeira amostra da firmeza de seu caráter, de sua perseverança na execução dos projetos que tinha em mente, da irredutibilidade de sua fé, da dedicação às idéias que abraçava e se dispunha a pregar com todas as energias de um temperamento vigoroso e apaixonado.

O apóstolo não tem família. A família do apóstolo são os companheiros de apostolado. Assim ensinava Jesus. Assim Vieira desde cedo aprendeu. Para evitar, possivelmente, a influência dos pais, que tentavam retirá-lo do seminário, foi transferido para a aldeia do Espírito Santo, mais tarde vila de Abrantes, a sete léguas de Salvador, onde os padres se dedicavam à catequese dos índios. Ali aprendeu a língua do país, a brasileira, como os portugueses chamavam o tupi-guarani. Entusiasmou-se pela missão de converter os selvagens, de levá-los à compreensão da palavra de Cristo. Ali, decerto, nasceu o ideal humanitarista, que o acompanhou em toda a vida, de lutar, com irredutível intransigência, pela independência social dos povos nativos, opondo-se tenazmente à ganância e à soberba dos poderosos que procuravam escravizá-los.

Um dos capítulos mais belos da biografia de Vieira é o de sua atitude filosófica e política, ante a escravidão. Combateu-a da juventude à velhice, com todo o fulgor de sua irresistível eloquência, que atravessava os oceanos, indo, com enorme ressonância, do Brasil a Portugal e de Portugal ao resto do mundo civilizado.

Vieira não só defendia os índios contra os que tentavam dominá-los e submetê-los ao trabalho servil, mas ainda, condenava a escravidão do Negro. Na defesa de seus pontos de vista não media sacrifícios, não transigia, não se deixava levar pelas conveniências do momento. Agia com audácia e intrepidez. Em 1653, em São Luís do Maranhão, viu-se na contingência de pelejar com as figuras mais influentes da cidade, inclusive o capitão-general da província. A Companhia e o Governo queriam a extinção da escravatura. Quando se publicou o decreto que restituiu a liberdade aos cativos, houve na cidade uma sublevação dirigida pelos proprietários, e o colégio da Companhia esteve a pique de ser invadido e depredado. Do púlpito da catedral, durante esse período, Vieira conseguiu amainar os ânimos exaltados, pôr fim aos tumultos e restabelecer a paz e o sossego nos espíritos.



E' dessa época o maravilhoso sermão da primeira dominga da Quaresma, em que fustigou com inaudita violência os senhores de escravos, intimidando-os implacavelmente com os rigores do inferno.

“Sabeis, cristãos, sabeis, nobreza e povo do Maranhão, qual é o jejum que quer Deus de vós esta Quaresma? Que solteis as ataduras da injustiça, e que deixeis ir livre os que tendes cativos e oprimidos... Cristãos, Deus me manda enganar-vos, e eu vos engano da parte de Deus. Todos estais em pecado mortal; todos viveis e morreis em estado de condenação, e todos vós ides direito ao inferno. Já lá estão muitos, vós também estareis cedo com elles, se não mudardes de vida”.

Não podia ser mais clara a advertência. E justificava a sua tese não só invocando a Escritura sagrada, mas também lembrando o dever do homem para com o próprio homem.

“Pois, valha-me Deus! — continuava — Um povo inteiro em pecado? Um povo inteiro no inferno? Quem se admira disso não sabe que coisa são os cativeiros injustos... Todo o homem que deve serviço ou liberdade alheia e podendo-a restituir, não restitui, é certo que se condena; todos, ou quase todos os homens do Maranhão devem serviços e liberdades alheias, e podendo-as restituir, não restituem: logo todos ou quase todos se condenam”.

As palavras do pregador ressoam até hoje, conservando o calor e a vibração com que foram pronunciadas. Vieira, na defesa dos escravos, apelava para o espírito religioso, como dois séculos mais tarde José Bonifácio apelaria para a razão, Joaquim Nabuco para a moral, Rui Barbosa para o direito e Castro Alves para o sentimento humanitário.

Vieira não cultivava a eloquência pela eloquência. Não se prendia à fórmula da arte pela arte. Inquieto, ativo, realizador, utilizava-se da fascinação de seus dons oratórios para atuar nos acontecimentos mais importantes de sua época. Não era apenas um homem de gabinete, um doutrinador divorciado da realidade. Ao contrário, era homem de ação sagaz e cauteloso, que não sacrificava a prática à teoria. Tal era o seu tino que, em Portugal e no Brasil, compreendeu a realidade histórica melhor do que todos os seus contemporâneos. Como elle confessa, trajava à secular; tinha grande tato e experiência do mundo, em virtude de suas contínuas viagens; fazia empréstimos para o governo; contratava esquadras; planejava companhias de exploração comercial; andava envolvido em planos de casamentos reais, em anexações de estados, atuando em toda a política européia.

Isso determinava que se formasse contra elle uma onda poderosa de inimizade pessoal e política. Mas Vieira sabia resistir. E sempre



resistiu. Da mesma forma que enfrentara a cólera paterna quando se dispusera a seguir a vida eclesiástica, continuava a enfrentar toda e qualquer autoridade que se lhe opusesse aos propósitos.

Em 1641, quando chegou a Portugal, Vieira, aproximando-se de Dom João IV, insinuou-se no espírito do rei, sobre quem exerceu forte influência intelectual e política. Tornou-se, em breve, a figura mais prestigiada da Côrte. Propôs a Dom João IV a formação de companhias de comércio para exploração, à moda holandesa, do Brasil e da Índia, e a modificação da penalidade dos cristãos-novos, abolindo o confisco dos bens pessoais. A Inquisição, a seu ver, afastava os capitais do comércio português. Os judeus perseguidos refugiavam-se na Holanda, e daí provinha a grandeza comercial desse país.

A ação de Vieira junto ao rei, bem assim os seus pontos de vista, não só eram mal aceitos pela Companhia, como o comprometiam aos olhos do tribunal do Santo Ofício. Mas Vieira tinha fé em si mesmo, confiava nos seus protetores e arriscou-se a jogar uma cartada perigosa, que poderia custar-lhe a **própria vida**.

Com efeito, a Inquisição, esperou pacientemente, muitos anos, a hora própria para colhê-lo em suas malhas. Jamais perdoaria o fato de ter Vieira defendido os judeus e condenado a confiscação de seus bens. Pouco a pouco, estreitou o cerco e, no momento em que Vieira se viu politicamente no ostracismo, lavrou contra êle o mandato de prisão. Vieira, no tribunal do Santo Ofício, que deveria condená-lo à perda de voz ativa e passiva, ficando impossibilitado de pregar, não se mostrou acabrunhado e vencido, apesar dos vinte e sete meses que passou incomunicável no fundo de um calabouço. Estava às portas dos sessenta anos, mas enfrentou os juizes com juvenil altivez. Não se retratou. Procurou sempre explicar-se e defender-se, sabendo que, dessa forma, ainda mais agravava a sua própria situação. "Acima de qualquer temor — escreve Lúcio de Azevedo — e da ânsia da liberdade, estava a têmpera de um homem afeito a dissídios e que no fundo os amava. Disputador por índole, não renegava a dignidade do silogismo nem mesmo quando então se lhe antolhavam as conseqüências perigosas". Vieira só renunciou a defesa, entregando-se à justiça e piedade do Santo Ofício, quando soube que as censuras do tribunal foram aprovadas pelo papa. Como filho da igreja, não poderia assumir outra atitude senão a de curvar a cabeça à voz de Sua Santidade.

Vieira foi posto em liberdade na véspera do Natal em 1667. Por mais de dois anos pesara sobre êle, prêso e desamparado, a ameaça da fogueira. Mas é precisamente nas horas difíceis que se revelam as almas fortes.

Os reveses da sorte não abateram o seu ânimo de lutador incansável. Submetera-se ao papa, e não à inquisição. Agira por disciplina. Mas não se dava por vencido. Em 1669, quando se dirigiu a Roma, levando várias missões da companhia e do governo, aproveitou a ocasião para solicitar do papa a revogação das sentenças da inquisição, defendendo a causa dos judeus em Portugal, “injusta, tirânica e barbaramente perseguidos” pelos responsáveis do tribunal do Santo Ofício.

Vieira foi recebido em Roma triunfalmente, sendo-lhe tributada a mais carinhosa recepção. E’ justo dizer-se que a Companhia de Jesus, com êle solidária, empregou, durante o processo, todos os meios para pô-lo em liberdade. Homenageando-o em Roma, procurava desagravá-lo do que padecera no cárcere. Então se apresentava êle em pleno esplendor de sua inteligência, para mostrar o crime dos que pretendiam levá-lo à perdição.

O sucesso de Vieira em Roma, na tribuna, excedeu à expectativa geral. Deslumbrou os ouvintes não só pela eloquência, senão também pela cultura. Lamentou-se apenas que tão grande orador falasse numa língua que bem poucos entendiam. Vieira, porém, prometeu pregar em italiano. Prometeu e cumpriu. A emprêsa era audaciosa, mas êle se preparou convenientemente. O êxito foi ainda maior. Entre as pessoas que mais se entusiasmaram com a sua eloquência estava a rainha Cristina, da Suécia, que vivia em Roma depois de ter abdicado e de se ter convertido ao catolicismo. A rainha Cristina procurou retê-lo na Cidade Eterna como seu confessor. Mas Vieira recusou-se, alegando a sua atividade política. Já não temia os inimigos, pois o papa Clemente X o havia isentado da jurisdição do Santo Ofício.

O padre Antônio Vieira regressou ao Brasil em 1681. Aqui passou os últimos dezesseis anos da sua vida. Recolheu-se à Quinta do Tanque, na Bahia, e, na convivência de seu amigo inseparável — o padre José Soares, — que o estimulava, começou a coligir os sermões e as cartas, que deveriam deixar à posteridade qual monumento de seu gênio.

“Nesse tempo — diz Afrânio Peixoto — iam saindo os sermões maravilhosos, das alimpaduras dos borrões, apesar de moléstias e doenças, importunidades e achaques, de andaço ou dos anos, e dos quais Vieira não cessa de se queixar. Não foi sem perseguições sua extrema velhice; estava escrito que até morrer não o deixariam em paz. Na Bahia eram culpas ao sobrinho, que em Lisboa revertiam ao tio; em Coimbra, no pátio da Universidade, queimavam-lhe a efígie afrontosamente: felizmente por compensação, na do México rendiam-lhe ex-

celsas homenagens. Ele, porém, não se consolava: “Não posso deixar de me magoar muito que no mesmo tempo em uma universidade de portugueses se afronte a minha estátua e em outra universidade de Castelhanos se estampe a minha imagem”. Devia lembrar-lhe a palavra divina que ninguém é profeta na sua terra”.

Vieira viveu de 1608 a 1697. Foi uma vida longa, trabalhosa e atribulada. Ele próprio dizia: “Não há maior comédia que a minha vida; e quando quero ou chorar, ou rir, ou admirar, ou dar graças a Deus, ou zombar do mundo, não tenho mais que olhar para mim”. Entretanto, dos quase noventa anos que viveu — lembra João Francisco Lisboa; passou Vieira cinquenta no Brasil. Do restante, a maioria dêles, fora daqui, foram dedicados aos problemas brasileiros.

Evidentemente, Afrânio Peixoto estava com toda a razão quando afirmou em termos categóricos: “O mais de sua vida, como o melhor de sua obra, é brasileiro: seria injustiça a êle, e insensatez, diante de todos não reivindicá-lo como o mais brasileiro dos clássicos portugueses, o melhor de seus pensamentos, como já brasileiro é o seu estilo, doce e fluente sem os travamentos e rebuscos dos Lusitanos de seu tempo”...

O ponto de vista de Afrânio coincide, em parte, com o de Lúcio de Azevedo, o maior biógrafo moderno do padre Antônio Vieira. Apesar de português, Lúcio de Azevedo não hesita, com relação a Vieira, em falar da Bahia como “quase a sua pátria” e em dizer que “sua vida pertence ao Brasil”, pois é “quase mais de lá, que da pátria nativa”.

Se isso não bastasse, poderíamos invocar as próprias palavras do padre Antônio Vieira. Em 1673, refere-se, em carta, ao Brasil “a quem pelo segundo nascimento, devo as obrigações de pátria”. Quando na missão do Tocantins, satisfeito por ter o padre Manuel de Sousa apreciado a iguaria de tartarugas, Vieira chama-se de “maxombo”, isto é, de brasileiro, descendente de europeus.

Se Vieira nasceu em Portugal, foi no Brasil que se formou o seu espírito. Brasileiro êle era pelas idéias, pelos sentimentos, pelas tendências e, até pela maneira de falar. Lúcio de Azevedo, insuspeitável em seus conceitos, acredita que o sucesso de Vieira em Portugal, na tribuna sacra, advinha também de “uma ponta de sotaque que já nesse tempo adoçava a fala do Brasil”. Isso constituía, pela novidade, “um atrativo a mais”.

Com efeito, o “brasileirismo” de Vieira não ficava somente na pronúncia. Vamos encontrá-lo ainda na escrita, na sintaxe. Cons-

tâncio Alves salienta ser Vieira, de todos os clássicos, o que está mais perto de nosso gosto. E Afrânio Peixoto acrescenta: “Se João de Barros, Luís de Sousa, Manuel Bernardes têm a gravidade, ia dizer a secura da prosa lusitana, tersa e séria, sem deslize na correção, — igual à dêles. — Antônio Vieira é mais brando, mais doce e, por ser em tudo nosso, mais amplo e mais exuberante”.

Com acêrto, escolheu Afrânio Peixoto o padre Antônio Vieira para seu patrono nesta casa. “Vieira, como êle dizia, é o maior clássico brasileiro”. Isso, entretanto, não impedia que êle fôsse também um dos maiores clássicos do idioma português. Dom Francisco Alexandre Lôbo, bispo de Viseu, “o mais douto, o mais justo apreciador de Vieira e de suas obras” no dizer de Roquete, afirmou no *Discurso Crítico*: “Se o uso da nossa língua se perder, e com ela por acaso acabarem todos os nossos escritos, que não sejam os “*Lusiadas*” escritos e as obras de Vieira, o português, quer no estilo de prosa, quer no poético, ainda viverá na sua perfeita índole nativa, na sua riquíssima cópia e louçania”.

Por ocasião das comemorações do bicentenário da morte de Vieira, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia promoveu, em julho de 1897, uma série de conferências em homenagem ao grande jesuíta.

O professor Ernesto Carneiro Ribeiro, mestre de Rui e mestre de todos nós, encarregou-se do tema: “O padre Antônio Vieira considerado como clássico da língua portuguesa”.

Em sua notabilíssima lição disse o professor Carneiro Ribeiro: “No século 17, em que a nossa língua, como para descansar de jornada tão afanosa e brilhante nos caminhos da literatura, parece começar a decair da perfeição a que se havia elevado, surgem três vultos, que são os representantes e dignos continuadores do legado precioso que lhes havia deixado o século anterior; são, para não citar senão os mais ilustres, o padre Manuel Bernardes, o elegante e mimoso autor da *Nova Floresta*, frei Luís de Sousa, o famoso e corretíssimo escritor da *História de São Domingos*, e o imortal padre Antônio Vieira, cujos dotes como clássico primoroso a nenhum crítico ainda lembrou contestar”.

E acrescentou: “Em verdade, que escritor falou nunca com mais pureza que o padre Antônio Vieira? Quem com êle corre parêllhas na correção da frase, na sensata escolha e propriedade dos termos, na finura, delicadeza e primor de linguagem com que enunciava o pensamento?”

Em seguida o professor Carneiro Ribeiro qualificou com precisão admirável o clássico exemplar da língua portuguesa: “A linguagem



de Vieira, sempre tersa, castiça, apropriada ao assunto, viva, substancial, clara e elegante e por vêzes maviosa e melíflua, evitando com ajustada parcimônia o baixo e o guindado, o excessivo antiquado e as inovações escusadas, é às vêzes de um vigor brilhante, de um arrojo, de uma valentia, de uma masculinidade admiráveis, pondo em luz os inexauríveis recursos de seu aguçado engenho”.

Carlos de Laet na conferência “O Frade Estrangeiro” assim falou de Vieira: “Pregador, eclipsou os mais distintos, e na finura dos conceitos, bem como nas audácias do estilo, subiu tão alto que ainda nenhum se lhe aproximou; prosador emérito, dêle se pode com justiça dizer que fixou a syntaxe vernácula, assim como fixara Camões o léxico português”.

Disse o acadêmico Júlio Ribeiro na “Seleta clássica” que o padre Antônio Vieira é “considerado o maior prosador e conhecedor da língua, que decerto não parecia ter segredos para êste admirável clássico”.

Senhores acadêmicos:

Não poderia, para mim, haver motivo maior de envaidecimento do que vir ocupar na Academia Brasileira de Filologia a cadeira cujo patrono é o padre Antônio Vieira, não só o primeiro clássico na prosa da língua portuguesa, mas também um dos espíritos mais luminosos que a humanidade produziu.

## AFRÂNIO PEIXOTO

### A EVOLUÇÃO INTELECTUAL

Nós que conhecemos Afrânio Peixoto não só através de sua obra, mas também pessoalmente, na intimidade, sabemos perfeitamente do culto que devotava às letras clássicas e do amor que nutria pelo idioma nacional. Ninguém mais indicado para ser o seu patrono do que o padre Antônio Vieira. Para Afrânio Peixoto sòmente Camões se igualava ao padre Vieira. Com efeito, foram as duas figuras do passado que exerceram maior fascinação no espírito do saudoso e imortal patriçio.

Afrânio Peixoto, como já vimos, reivindicava o padre Vieira para o Brasil. Julgava-o mais brasileiro do que português, mostrando que o grande pregador se identificava profundamente, desde a infância, com a nossa terra e a nossa gente. Melhor do que ninguém co-



nhecia Vieira, em seu tempo os problemas materiais e espirituais que nos afligiam. Era o intérprete vivo e autorizado de um povo em formação. Era a voz da Colônia. Era a consciência de um mundo que surgira recentemente dos mares desconhecidos, procurando integrar-se na civilização ocidental.

Afrânio Peixoto não se contentava em reclamar Vieira para o Brasil. Conservando nas mãos o fio da meada, via em nossas letras nascentes o desdobramento natural das letras portuguesas. A obra de Camões também constituía, para ele, um dos tesouros assim de Portugal como do Brasil. Sustentava que *Os Lusíadas* eram, ao mesmo tempo, uma epopéia universal e nacional. Ouçamo-lo: “As traduções que fizeram dêles em tôdas as línguas cultas, a glória indiscutível que lhes atribuem no patrimônio literário do mundo, não nos distraem — a portugueses e seus herdeiros que somos, os brasileiros, como seus filhos legítimos, — de proclamar que o poeta e o poema são bem nossos, nacionais, porque nos incitam pela memória e louvor dos feitos gloriosos dos nossos maiores, porque nos conservam num padrão imortal e inexcedível em toda sua eloquência, graça, suavidade, essa formosa língua portuguesa que é nossa,

“... língua na qual, quando imagina,  
com pouca corrupção crê que é latina”.

E mais ainda fortalecia o seu pensar:

“Livro de poesia, epopéia de heroísmo, memória de navegação, de observação marítima e etnográfica, compêndio de história e de moral pelos conceitos altíssimos que encerra, *Os Lusíadas* são, principalmente, para o português e o brasileiro, um ensino constante, nobre e puro, de civismo, forma tolerante e humana de patriotismo, na sua expressão mais nobre e civilizada”.

Camões, de fato, entre nós, desde o descobrimento até os nossos dias, atuou poderosamente no desenvolvimento intelectual das classes cultas. Podemos dizer que várias gerações aprenderam a ler e a escrever n’*Os Lusíadas*, livro obrigatório, por muito tempo, na maioria das escolas. Os grandes poetas brasileiros, de Bento Teixeira Pinto à geração atual, pertencentes a esta ou àquela escola, passadistas ou modernistas, não se isentaram da influência camoniana. Afrânio Peixoto sabia disso perfeitamente. E figura entre os mais enfeitados pela resplandecência imortal do gênio poético do criador d’*Os Lusíadas*. Foi, como sabeis, um dos camonistas mais autorizados de

nossa época. Contribuiu, sem dúvida, com valiosos estudos para o esclarecimento de muitos pontos obscuros e controvertidos da biografia e da obra do poeta.

Senhores acadêmicos:

A inquietude ou, melhor, a curiosidade insaciável foi o traço característico de Afrânio Peixoto. Daí a unidade que procurava entre a arte e a ciência. Passava de uma para outra com extraordinária agilidade. Seu espírito estava permanentemente apto a receber e criar. Tinha em si mesmo, em alto grau de desenvolvimento, a percepção rápida das coisas, bem como o poder imaginativo de especular, de fantasiar, de produzir. Ligava o talento ao saber e à erudição a cultura.

Nós, que privávamos com êle, ainda nos lembramos da sedução pessoal que exercia, quando ocupava a tribuna ou quando palestrava familiarmente num salão, em companhia dos amigos. Nada havia nêle de artificial ou de afetado. Sua linguagem era simples, fluente, correta e luminosa. Não amava as frases arrevesadas ou as palavras difíceis. Procurava ser claro e, sobretudo, compreendido. Aí está o seu êxito como professor e como conferencista. As frases feitas da oratória vazia, apesar de seu fulgor, aparente, causavam-lhe profunda aversão; pois, quando se dispunha a dizer o que pensava, não procurava simplesmente deslumbrar os ouvintes com o jogo artificioso das palavras sonoras: pretendia convencê-los, seduzi-los, arrastá-los para o campo das idéias, que então expunha de maneira simples, comunicativa e convincente.

Afrânio Peixoto possuía o dom da insinuação, o dom de agradar e de prender ou, melhor, o dom de não cansar, ou enfasiar. Seu pensamento, vivo e faiscante, cativava pelo atrativo próprio, aliado à maneira com que hâbilmente se apresentava. Nêle, em geral, não era o pensamento que servia à frase, mas a frase que servia ao pensamento.

A simplicidade não é tão fácil como se pensa. Muitas vêzes é difícil e exige trabalhos e cuidados. Como tudo é relativo, há muita complexidade na arte de ser simples. Afrânio Peixoto iniciou a vida literária, filiando-se à escola simbolista, que tanto escândalo provocava na Europa, sobretudo em Londres e em Paris. Aqui, no Brasil, constituía, então, verdadeira aberração intelectual. Isso no limiar do século XX. Afrânio Peixoto publicara a *Rosa Mística*, renegada como obra irrefletida da mocidade, e por isso excluída da edição de Jackson, pessoalmente por êle dirigida. Segundo afirmou na matu-

ridade, assim como o parnasianismo não era mais do que uma reação clássica, o simbolismo não passava de reação romântica. O romantismo é complicado, principalmente num jovem como Afrânio Peixoto, de extraordinária imaginação. Ao abraçar o simbolismo, chegou a pertencer ao grupo dos nefelibatas, dos que escreviam exclusivamente para os iniciados na escola, utilizando-se de um estilo nebuloso e impenetrável. Conta-se que, certa vez, um dos amigos de Afrânio, após a leitura de um artigo seu, divulgado pela imprensa, confessou com toda a sinceridade:

— “Li atenciosamente o seu trabalho, gostei muito, mas não o entendi”.

E era exatamente para não ser entendido. A apresentação tumultuosa de variadas imagens, que surpreendiam e impressionavam pelo brilho e pela musicalidade das palavras que as revestiam, não tinha outro objetivo senão ocultar a sua própria essência como conceito, ou seja, como idéia.

A moda, na época, e é possível que tenha ressurgido atualmente sob nova forma, dava às palavras a função de ocultar o pensamento. Os homens pensavam para não dizer o que sentiam. A sinceridade era prova de mau gosto, de falta de espírito, de pobreza de imaginação. O elegante, o que estava de acordo com a sensibilidade desenvolvida do homem moderno, era uma leve sugestão da verdade. Poder-se-ia deixar que se entresse, mas jamais que se revelasse com toda a pujança de sua olímpica nudez. Isso teria qualquer coisa de brutal e de bárbaro, que não condizia com o requinte, o apuramento estético a que haviam chegado a prosa e a poesia.

O destino tem as suas extravagâncias, os seus caprichos, os seus paradoxos. Afrânio Peixoto, com o decorrer dos anos, transformar-se-ia precisamente no oposto do que fôra ao começo de sua atividade literária. O período da *Rosa Mística* foi uma espécie de doença infantil do crescimento. Afrânio venceu a crise.

O espírito científico que se baseia no método experimental incumbiu-se de substituir, pouco a pouco, os excessos do prosador. A fantasia aliou-se ao bom senso. A razão destruiu as extravagâncias românticas, que então reagiam sob a forma decadista. Verificou-se-lhe no pensamento e no estilo uma renovação de alto a baixo. E o nefelibata de outrora tornou-se um dos espíritos mais claros das letras brasileiras.

Eça de Queirós, numa carta de Fradique Mendes sobre o sentido literário e artístico do simbolismo, frisou sua especial simpatia

por todos os poetas principiantes que sentiam o “salutar horror do já-dito e do já-feito”. Dizia, então, que o decadismo conduzia ao hábito de afiar e aguçar a análise, até que, “como uma ponta de aço de incomparável flexibilidade e finura, soubesse penetrar através dos mais tortuosos e escuros refolhos da alma, e se acostumasse a extrair do verbo humano tudo que êle humanamente pode dar, como encarnador do Visível”.

“De sorte que — continua Eça de Queirós — o decadismo é um exercício extremamente útil a todo o poeta que se prepara para a poesia — exatamente como a ginástica é o mais vantajoso exercício do corpo que se prepara para a vida. O espírito sai do decadismo com hábitos de atividade inovadora, mais elástico, mais dútil, possuindo um poder mais variado de se traduzir e viver pela expressão, exatamente como o corpo sai da ginástica com hábitos de vivacidade, mais musculoso, mais ágil e cheio de destreza para a Ação... O decadismo e a ginástica são meios de educação — não se podem considerar como o fim supremo e definitivo do ser educado”.

Para Eça de Queirós, “o homem que se prepara para viver uma vida de homem em tôda a sua plenitude e variedade — e que para isso se adestrou e se fortificou na ginástica desde os dez anos — deve, logo que envergue a sobrecasaca viril, abandonar a um canto as cordas, as argolas e os halteres... E do mesmo modo... fazer eternamente *Decadismo* seria como ficar o homem de ação, que já tem a barba e a idade da ação, teimosamente dependurado no trapézio. Ambos teriam encalhado a meio de seu destino: um, nunca chegaria à poesia, o outro, nunca chegaria à Ação. E ambos êles permaneceriam de fora — sendo para todo o sempre dois simples pelotiqueiros”.

Só em 1928 foi que Afrânio Peixoto veio a conhecer o pensamento de Eça de Queirós, quando se publicaram as obras póstumas do famoso escritor. Êle, entretanto, por si próprio, havia chegado às mesmas conclusões do animador de Fradique Mendes. O que pensou Eça de Queirós, Afrânio Peixoto o executou. O simbolismo, com efeito, foi para êste último um treinamento literário. Com êle aprendera o jogo mágico das imagens raras, ousadas e difíceis. Isso contribuiu poderosamente para que viesse a ter, em fase posterior, poderosíssimo domínio sobre a arte de falar e de escrever.

O zelo devotado ao idioma português ou, melhor, o desejo de bem conhecê-lo para bem manejá-lo, fez com que Afrânio Peixoto atingisse na arte de dizer a luminosidade diamantina característica de



sua obra científica e literária. Em clareza, em equilíbrio, em harmonia, Afrânio Peixoto iguala-se a Machado de Assis, e em muitos aspectos o supera, visto possuir o dom do paisagista, que falta ao criador de *Quincas Borba*.

Na verdade, ambos amavam a língua que falavam e em que cresciam, sem deixar de compreender seu autodinamismo. Procuravam contribuir para enriquecê-la a aperfeiçoá-la sem prejudicarem o que havia nêles de moderno e de atual, permaneciam fiéis aos bons ensinamentos dos clássicos. A nossa língua, como tudo no Universo, está sujeita ao eterno movimento das coisas. Não pode fugir à lei da evolução. Não pode estagnar no passado. Tem que acompanhar a marcha da história. Cresce, desenvolve-se, transforma-se.

Afrânio Peixoto, como homem de ciência, via na língua portuguesa um organismo vivo em seu período juvenil, cheia de reservas e de pujança, cuja capacidade de expansão ainda não se manifestara em toda a plenitude.

“E’ da entrada para a Academia, que começa, verdadeiramente, a obra literária de Afrânio”, disse-o, e muito bem, o eminente Senhor Afonso Pena Júnior, sucessor do mestre no alto cenáculo.

O próprio Afrânio em suas “Memórias”, no trecho lido por Amoroso Lima quando da sucessão na Academia Brasileira de Letras, declara que a sua eleição foi devida a uma fraude pia de Mário de Alencar, que imprimira cartões com o seu nome, pedindo votos aos acadêmicos.

E textualmente acrescenta Afrânio:

“Tinha eu sido candidato e seria eleito sem obra literária. Não considerava tal a *Rosa Mística*, e menos ainda um livro de medicina legal”.

Ninguém compreendeu melhor do que Afrânio Peixoto que a estética é a alma da Língua e um dos fatores principais para torná-la mais sensível e mais rica, mais elástica e mais clara, mais sonora e mais precisa. Daí o amor ciumento que êle devotava à Gramática. Júlio Ribeiro, citando Whitney, ensinava que “a gramática é a exposição metódica dos fatos da linguagem”. Desde 1881, toda a gente no Brasil vive a repetir esta definição. Mas Afrânio Peixoto não a aceitava e contra ela vivamente se manifestava. Supunha que Júlio Ribeiro confundia Gramática com Filologia. Para Afrânio, Filologia é ciência; Gramática é arte — “a arte desta ciência da linguagem. portanto a arte de ensinar a falar e a escrever”.

A admiração de Afrânio Peixoto pela língua não pecava pelo setarismo.

Jamais se deixou conduzir pelo exagêro. Não se prendia às fórmulas envelhecidas, caducas e desgastadas, que já perderam a razão de existir. Sabia distinguir o vivo do morto. Reagia contra tudo que tendesse a cingir o espírito criador. Acima de tudo, colocava a expansão do pensamento com todo o seu poder de inovação. Apesar de querer bem a Portugal, que considerava como sua pátria e de admirar profundamente seus poetas, seus prosadores e seus artistas, defendia a maneira brasileira de falar e de escrever. Não admitia que os escritores brasileiros permanecessem formalmente acorrentados a determinadas exigências, que só artificialmente eram seguidas e respeitadas. Daí a severidade com que várias vêzes condenou o excesso de “purismo” e de “lusitanismo” que sobressai entre nós, a ponto de afirmar que é grande êrro discutir a gramática portugueza “em vez do mérito “nacional” das nossas obras literárias”.

E partia do geral para o particular, da teoria para a prática, da idéia para o exemplo. “Ainda depois da independência, Gonçalves Dias foi o nosso primeiro poeta “português”: as “Sextilhas de frei Antão” não são pela nossa autonomia. O que mais preocupa Rui Barbosa, mais de meio século depois, no “Código Civil”, não é a jurisprudência, é a linguagem castiça. E não a êle só: a todos. Os jornais têm colunas de consultório sôbre o “o que se deve”, e como “se não deve” dizer ou escrever. O essencial aqui não é a substância da obra “brasileira”, mas a sua forma “lusitana”. Ninguém indaga se um livro tem idéias, vai-se logo com o dedo sôbre o pronome mal colocado, — mal colocado à portugueza; aponta-se vingativamente o galicismo, como se nos fôsse justo, também, e ainda, o ódio aos soldados de Junot, que invadiram Portugal”.

A noção de Afrânio Peixoto sôbre o modo de cultuar a língua portugueza é ampla, arejada, digna de seu espírito científico. Não havia nêle nenhum resquício do purista intragável, de que fala Fradique Mendes numa de suas cartas. Êle via a língua com todo o seu tesouro do passado, todos os recursos do presente e tôdas as possibilidades do futuro.

“Não pode durar a Língua — dizia Afrânio Peixoto — sem uma literatura. Arte de divertir, comover ou ensinar para linguagem, deve a literatura servir a Língua, seu instrumento, aperfeiçoando-o a todos os fins de uma boa expressão. Camões testifica êste asserto: foi a excelência do conteúdo d’*Os Lusíadas* e das *Rimas* que nos im-

pôs até as supostas imperfeições do continente: censuraram-lhe, no tempo, latinismos e helenismos escusados, que vieram a ser riquezas de dicção. Por vêzes uma obra de gênio faz ou consagra uma língua: tal a *Divina Comédia*, Dante, que deu foros literários ao dialeto toscano, hoje língua italiana. Isto vem para dizer que o português não é um idioma decadente, só porque teve nos séculos XVI e XVII os seus cultores mais esmerados; muitos do XIX século valeram por êstes, e, graças a difusão maior de suas obras, ensinaram e divulgaram melhor os bons modelos da Língua. A língua portuguêsã não attingiu ainda a sua perfeição: comparada às suas três próximas irmãs, parece mais moça, pelo que ainda se há-de esperar dela. Idioma de um pequeno povo, passou a ser o de uma grande nação, que, embora já muitas vêzes mais numerosa de gente, ainda está na infância. Sem desatinada esperança, mais um século, pode ser que a cheguem a falar cem milhões de brasileiros. Que será dela então, se já hoje José de Alencar ou Gonçalves Dias, Machado de Assis ou Rui Barbosa... são artistas que nos honram e até a glorificam? Cumpre-nos respeitá-la e servi-la. Passá-la adiante, conservada, como a recebemos de nossos avós, senão melhorá-la, para maior vantagem dos nossos filhos. Respeitá-la, preservando a sua pureza, tal como nos ensinaram os bons exemplos da vernaculidade: servi-la, criando obras sinceras, comovidas, profundas, que testemunhem o nosso gênio. Ela falará de nós, quando já não existirmos; será na posteridade a confissão de nossa glória”.

Senhores acadêmicos.

Conta Leonídio Ribeiro, em seu excelente estudo sobre Afrânio Peixoto, que o emérito escritor, mesmo nas proximidades da morte, jamais perdeu a lucidez do espírito. Conservou até o fim o bom humor que sempre o acompanhou no curso de sua vida. Certa vez segurando o médico pelo braço, falou-lhe serenamente:

— Diga lá fora, aos que perguntarem por mim que seu mestre Afrânio está morrendo, mas sorrindo...

E acrescentou ironicamente, zombando de si próprio:

— Mas êste sorriso, como quase todos os sorrisos, é fingido...

Naqueles dias seus sofrimentos físicos, quando se tornavam insuportáveis, eram atenuados pela morfina. Assim mesmo, o grande Afrânio não perdia a vivacidade intelectual. Entre o sono e a vigília, deixava que lhe fluissem aos lábios versos de Castro Alves e de Camões.

Como se vê, até o último instante Afrânio Peixoto conservava o espírito voltado para o que de mais belo floresceu em nosso idioma no campo da poesia. Agora, quando rememoramos a sua personalidade inesquecível, sentimos sinceramente a satisfação imensa de um dever cumprido, rendendo esta justa homenagem a quem tanto honrou, nas ciências e nas letras, a nossa terra e a nossa gente.



### O BARÃO DE GOIANA E SUA ÉPOCA

JOÃO ALFREDO CORREIA DE OLIVEIRA

Rememorar uma vida distintamente honrada, laboriosa e útil à terra natal, embora modesta e de ação limitada à pequena zona, é, pela mesma razão de não ter notoriedade fora daí, um justo tributo dos conterrâneos, lição e exemplo que se transmite aos pósteros, culto patriótico da própria fama, porque a reputação coletiva de um povo se compõe dos méritos individuais que nêle avultam, espalha-se e perdura pelo renome dos seus homens mais ilustres.

No caráter, no civismo e na influência dêsses próceres está a fotografia moral do seu tempo e das gerações que os acompanharam e cercaram de respeito e estima. Tal é a intenção com que escrevemos esta breve notícia genealógica e biográfica do coronel João Joaquim da Cunha Rêgo Barros, terceiro barão de Goiana.

Das duas famílias de que êle procedeu, ambas estabelecidas na comarca de Goiana, e ricas, pode-se assegurar até onde a tradição alcança, que todos os homens foram honrados e tôdas as mulheres puras. O avô paterno capitão João da Cunha Rêgo Barros, senhor do engenho Bonito, foi um bom cidadão, de legítima influência e exerceu conscienciosamente diversos cargos públicos, entre êles o de “ouvidor suplente pela lei”, como se vê de autos antigos; a avó Dona Josefa das Neves Teixeira, pertencente a boa e extensa família que com diversos sobrenomes é geralmente conhecida, sob a designação de “família da mata de Nazaré”, viveu em sua casa para Deus, o espôso, os filhos e os pobres: não sabemos se fiou, mas com certeza trabalhou muito, contente e feliz, como a antiga mãe de família.

Dêste consórcio exemplar e bendito nasceram seis mulheres e um varão. As mulheres casaram-se com Manuel Tavares de Melo, sargento mor, Francisco de Brito Lira, e os capitães Manuel da Costa Henriques de Carvalho, José Correia de Oliveira Andrade, Cosme Inácio de Araújo Lima e Manuel Rodrigues Chaves, todos proprietá-

rios e agricultores. O varão, Joaquim José da Cunha Rêgo, casou-se com Dona Rita Maria de Jesus Coitinho, filha legítima do capitão-mor Gregório José da Silva Coitinho, português, natural de Santa-rém, bem nascido, que viveu em Goiana, fêz fortuna e contraiu matrimônio na família Rocha, espalhada por diversos pontos da Paraíba e do Ceará e aparentada com os Pereira Viana de Pernambuco.

Joaquim José da Cunha Rêgo, senhor dos engenhos Bonito, Retiro e Miranda, foi mais rico que o pai. O povo chamava-lhe “capitão de Bonito”, ou “Joaquim rico” para diferenciá-lo de três homônimos, os senhores dos engenhos Vargem-Grande, Terra-Preta e Cangauí, aos quais dava as alcunhas de *sábio*, *santo* e *pábulo*. Teve também maior influência, edificou melhor vivenda, tratou-se mais à lei da nobreza; não o excedeu, porém, em virtudes e felicidade doméstica, e igual nestes pontos ao digno progenitor, senão o igualou no número de filhos, porque contou mais uma, como ele só teve um filho, o barão de Goiana.

As filhas em número de sete, casaram-se: Dona Rita com seu primo José Tavares de Melo, senhor dos engenhos Diamantes, Tabatinga e Miranda; Dona Inácia com o seu parente pela linha materna, Manuel Antônio da Rocha, proprietário e agricultor; Dona Francisca com o tenente-coronel José Jerônimo de Albuquerque Maranhão, senhor do engenho Pedregulho; Dona Josefa com o capitão Ludovico Francisco Cavalcanti, senhor dos engenhos Cachoeira e Retiro; Dona Margarida com seu primo por parte de mãe, Joaquim José Nunes Machado, proprietário e capitalista; Dona Joaquina com Francisco Cavalcante de Vasconcelos, senhor do engenho Teixeira; e Dona Maria com João Raposo Falcão, proprietário e agricultor. Tendo enviuvado dentro de pouco tempo a terceira e a quinta passaram a segundas núpcias Dona Francisca com seu primo, tenente-coronel José Correia de Oliveira Andrade, senhor dos engenhos Pedregulho e Mariuna, que fêz senão a maior, uma das grandes e sólidas fortunas do seu tempo; e Dona Margarida com Manuel Paulino de Gouveia Muniz Feijó, senhor do engenho Pau-Amarelo, homem hábil de algumas letras, que ocupou o cargo de vice-presidente da província e duas vezes foi incluído em listas senatoriais.

Os casais que acabamos de mencionar em primeira e segunda geração não tiveram a mesma fortuna, a sorte nunca é igual nas grandes irmandades; mas alguns foram ricos, outros mantiveram-se em tranquila e feliz mediania, e nenhum deixou de ter a subsistência farta e decente que o trabalho, a economia e a sobriedade sempre dão. Em todos, porém, — e este é o seu título de nobreza — brilharam as

virtudes aprendidas na casa de Bonito, ou dela herdadas; decorreu o mesmo viver são e moral.

Na primeira página de um caderno, em que Joaquim José da Cunha Rêgo apontava pelo seu próprio punho fatos de sua vida: casamentos, nascimentos e óbitos da família, diversas transações e despesas, lêem-se as seguintes notas que transcrevemos *ipsis verbis*: “Fui vereador no ano de 91; fui juiz no ano de 92. Lembrança que faço do dia em que faleceu meu pai, o capitão João da Cunha Rêgo Barros. Caiu às 6 horas da tarde e faleceu às 8 horas da manhã, no primeiro de dezembro de 1785. Foi enterrado na vila de Goiana, envolto em hábito de São Francisco, com tôda distinção. Faleceu minha mãe, Dona Josefa das Neves Teixeira a 12 do mês de outubro de 1791. Fui casado no dia de Santo André, último de novembro de 1793, às nove horas da noite, no oratório”. Certamente refere-se ao oratório privado de seu sogro, o capitão Gregório José da Silva Coitinho, residente na vila hoje cidade de Goiana. Nada diz do próprio nascimento que sabemos alhures ter sido no ano de 1775; é o que se deduz desta nota do barão de Goiana: “Meu pai morreu em 1818 com 63 anos”.

As datas indicadas mostram que o segundo senhor de engenho Bonito, herdeiro do bom nome e das virtudes do primeiro que o fundara e fizera prosperar conservou-se solteiro enquanto viveu sua mãe viúva e lhe coube desempenhar os deveres de novo chefe da casa.

A tradição é que nisso êle se houve com zelo exemplar, como melhor dos filhos e irmãos. Só depois de cumpridos tão santos deveres foi que constituiu família própria, casando-se aos trinta e oito anos de idade, homem quase maduro, já considerado e influente como dizem os cargos públicos que exercia. Veremos no seguimento desta notícia que o filho, o ilustre barão de Goiana, com a diferença somente do tempo em que se casou, procedeu do mesmo modo.

Lê-se no mesmo caderno: “Nasceu João a 15 de abril, sábado de Aleluia, do ano de 1797”. E’ o futuro barão de Goiana, terceiro filho de Joaquim José da Cunha Rêgo, depois de Dona Rita e de Dona Inácia, que nasceram, aquela em 20 de janeiro de 1795, e esta em 1 de fevereiro de 1796. Não está escrito o lugar do nascimento e do batismo, nem quais foram os padrinhos. Isto deve constar dos assentos da paróquia de N. S. do Rosário de Goiana, porque com certeza o barão de Goiana foi dado à luz na residência de seus pais, isto é, no engenho Bonito, que a ela pertenceu até a recente criação da paróquia de N. S. do Ó e provavelmente, podemos dizer — sem dúvida, foi batizado na capela do mesmo engenho, sob a invocação de Santa Rita.

Era êste o costume da família desde o tempo do capitão João da Cunha. Seu primeiro genro, o sargento-mor Manuel Tavares de Melo escreveu em notas que possuímos: “O padre que me casou foi o reverendo Jerônimo de Matos. Casei com o favor de Deus, eu Manuel Tavares de Melo com Dona Francisca Xavier da Cunha a 21 de outubro de 1769, filha do capitão João da Cunha Rêgo Barros”. Seguem-se os nascimentos de nove filhos, todos batizados na dita capela.

#### A EDUCAÇÃO

A educação do barão de Goiana fêz-se em casa. Aí recebeu êle a antiga instrução primária que se limitava à leitura, escrita e noções de aritmética. O pai que bebia os ares por êsse filho inteligente, ativo e vigoroso, o mais galante rapagão dentre todos os coetaneos, destinava-o aos estudos da Universidade de Coimbra, onde se formara o tio materno, desembargador Gregório José da Silva Coitinho Júnior ouvidor da Paraíba e tinha de formar-se um primo, Manuel Antônio da Rocha Faria, que morreu magistrado no Rio Grande do Sul, deixando dois filhos, um dos quais, do mesmo nome, foi o conde de Nioac, a princípio distinto oficial da marinha brasileira, depois comerciante em Montevidéu e por fim grande capitalista residente em Paris. Já se preparava a viagem do futuro estudante, quando no inventário do capitão-mor Gregório divergiram Joaquim José da Cunha Rêgo e seu cunhado, o ouvidor. Aquêles, altivo e brioso, num assomo de sobranceira e desinteresse, desistiu da herança, e voltando à casa disse à mulher: “o João não vai mais para Coimbra; não quero que êle aprenda a fazer às irmãs o que seu irmão acaba de fazer”. Para tal resolução teria influído sòmente essa questão, talvez de fácil composição? Pode-se supor que ao pai faltou coragem para separar-se do filho, e quem sabe se êle não pressentia o fim próximo, e não se curvava antes à necessidade de preparar o seu sucessor nos encargos de chefe de família?

Efetivamente, não tardou muito que por morte do pai, o barão de Goiana assumisse tais encargos, quatro anos antes de atingir a maioridade que era então aos vinte e cinco anos. Administrando o próprio e o alheio, isto é, o que lhe tocara em comum com a mãe e as duas irmãs solteiras, Dona Joaquina e Dona Maria, de 15 e 12 anos; superintendendo as casas das duas que enviuvaram; casando as quatro com pessoas de sua feliz escolha; mostrando-se sempre extremoso por todos, dedicado e prestadio aos cunhados; e sendo sobretudo filho afetuosíssimo, exemplarmente obediente, êle revelou, desde logo, a



infatigável atividade, o bom senso, os inflexíveis brios, a intemerata probidade, a riqueza de sentimentos e a bondade de coração que o caracterizaram durante toda a sua longa vida. Aquêlê homem forte, autoritário, rápido nos movimentos, brevíssimo na decisão e nas ordens, sempre grave, mas de uma gravidade prazenteira e delicada, às vêzes ruidoso componente, como se da neve saíra erupção vulcânica na realidade fraco e inofensivo fogo de palha, — chorava as desgraças e as misérias do próximo; chorava de ternura diante dos afagos de uma criança, fôsse filho ou neto, parente ou estranho, fôsse até escravo! E' um fato positivo. Quando o barão residia na cidade, donde saía a visitar os engenhos, fomos juntos ao Bonito. Chegando ali, correram os pretinhos a tomar-lhe a benção.

A cada um o velho senhor fazia perguntas e carícias. Uma pretnha de nome Maria foi a última que se aproximou, dizendo muito sensibilizada: “eu chorei quando Yôyô foi-se embora, porque ninguém me deu bolacha.” “Está bem, está bem, respondeu o barão, tocando-lhe levemente na cabeça, vou dar-te biscoitos” e dos olhos verdes, puros, luminosos e penetrantes, espêlho de sua alma leal, sensível e generosa, brotavam lágrimas.

“A faculdade da dedicação, a virtude do sacrifício, dizia J. Michelet, é a medida para classificar os homens. Aquêlê que a tem, no mais alto grau, está mais perto do heroísmo. As superioridades do espírito que resultam em parte da cultura, não podem ser postas em comparação com esta faculdade soberana”. Esta faculdade soberana, dizemos nós, era um dos traços característicos do barão de Goiana. O seu coração, largo e magnânimo era o que vimos para as irmãs. Acrescentemos que a que foi menos abastada e infeliz com a família, porque depois de ter perdido o marido, viu assassinado o primeiro genro por questões particulares, e passado algum tempo numa quadra revôlta da política odienta e sanguinária, perdeu sucessivamente o segundo genro e dois filhos também assassinados na estrada pública; essa mártir, cruelmente ferida no seu coração de mãe, para quem só uma filha prosperou, a baronesa de Timbaúba, e ainda assim três vêzes infeliz, porque três vêzes foi viúva, encontrou em seu ilustre irmão o amparo, sempre solícito, o único consôlo em sua velhice provada por tantas amarguras. Ele a tinha junto de si, ora no Bonito, ora na cidade do Recife, e por fim na cidade de Goiana, animando-a e velando para que nada lhe faltasse.

Esse mesmo coração de ouro abrigou paternalmente, criando-os e amando-os, como a filhos, órfãos, seus sobrinhos e parentes, ou estranhos como o honrado Antônio Gonçalves de Oliveira, pai do bispo Dom frei Vital; foi ao encontro de muitos, em casos de moléstia, in-

fortúnio ou negócios para oferecer-lhes os meios de que precisavam; muitas vêzes escogitou espontâneamente transações e colocações que lhes convinham; a diversos padres constituiu o patrimônio de que precisavam para a sua ordenação; ajudou estudantes pobres; socorreu viúvas dos seus próprios adversários; nas epidemias, nas obras de caridade, em todos os atos de beneficência, nas solenidades religiosas, como nos festejos e divertimentos públicos figurava o seu nome como o primeiro e a sua contribuição como a máxima. Na recepção do imperador em 1859 ninguém despendeu mais do que êle, que pertenceu às comissões de hospedagem imperial no Recife e em Goiana e ainda em cima promoveu o aumento do patrimônio da Santa Casa de Misericórdia dessa última cidade, abrindo a subscrição com a maior quantia.

O campo é vasto, o solo ubérrimo, a seara abundante; poderíamos fazer aí larga messe, mas para se ter uma idéia da generosidade do barão da Goiana bastará a seguinte exemplificação. Nêle se define o cavalheiro e o amigo excepcional.

No tempo em que se apurava a execução da lei, por escrúpulos de legalidade ou por espírito de opposição, o illustre Antônio Joaquim de Melo contestou, perante o colégio eleitoral de Recife, a elegibilidade do visconde de Camaragibe e do barão de Muribeca, que acabavam de regressar a Pernambuco com o grau de doutor conferido por uma Universidade da Alemanha. O fundamento da contestação era que êles não tinham a renda exigida. Levantou-se o irmão mais velho, visconde de Suassuna, para dizer que, como administradores de engenhos seus, ambos ganhavam muito mais.

Suscitando-se a mesma dúvida no Colégio de Goiana a respeito de Nunes Machado, o barão de Goiana, num dos seus rasgos admiráveis e estupefacientes, declarou que naquele mesmo momento fazia o seu primo dono de qualquer das propriedades que êle possuía, comprometendo-se a ratificar a doação pela melhor forma de direito e no menor prazo possível. A controvérsia não foi adiante.

Muitos anos depois, o barão protegia o seu parente Manuel Gonçalves, sobrinho de Nunes Machado, adiantando-lhe dinheiro para negócios com que êle começava a vida.

Em 1856, por ocasião do colera-morbus, do Piancó, onde se achava a umas cem léguas de distância, escrevia o protegido ao protetor, dizendo que lhe mandasse pelo portador oito contos de réis que se tinha comprometido a pagar em prazo curto. O barão estava de cama. Ouvindo a leitura da carta, mandou contar o dinheiro. O mé-

dico Dr. José Joaquim Firmino observou que o portador, um pobre homem que nem sabia ler e escrever, podia ser atacado da epidemia e morrer no caminho, perdendo-se assim uma quantia avultada. “Sim, retorquiu o barão, é possível mas não quero que por uma falta minha, o menino deixe de cumprir uma palavra e se desacredite”. Excusado é dizer que o dinheiro foi.

O conde de Nioac ainda era oficial de marinha, quando foi à Goiana arrecadar a herança do avô paterno, Manuel Gonçalves de Faria, homem rico, de bom tratamento e franca hospedagem. Enquanto Nioac, órfão, estudava, corria mares e terras estrangeiras e servia com distinção na marinha francesa, os seus interesses iam à garra na terra do pai e dos avós; ao procurar por eles davam-lhe o valor muito diminuído em letras a longo prazo.

O barão de Goiana não era homem para ver estas coisas com indiferença; ressentiu-se da injustiça, à qual só pôde dar uma atenuação filha da sua generosidade. Louvando a nobreza com que o seu jovem parente evitou questões com a família, disse-lhe: “dê-me as letras, eu posso esperar, e toma o dinheiro de que precisa”. Este fato era referido pelo próprio Nioac com muitos elogios ao cavalheiro que êle dizia ter começado a admirar em sua meninice, nas visitas que ia fazer ao avô e aos tios.

O comendador Antônio Alves Viana, homem rico e influente, chegou à velhice arruinado. Já tinha alienado os engenhos Goiana-Grande e Boa-Vista para pagar as dívidas e ainda lhe restavam credores, que o apertavam, quando o governo resolveu vender as terras do vínculo do Itambé, que passaram de André Vidal de Negreiros para a Fazenda Pública. A êsse vínculo pertencia o engenho Novo de Santo Antônio, no qual viveu e foi sepultado o herói da guerra contra os holandeses.

A situação de Viana, rendeiro dêsse engenho, havia mais de quarenta anos, era desesperada; tinha que deixar a sua residência, os cômodos de uma vida a extinguir-se, e para onde iria? Nestas circunstâncias acudiu-lhe o barão. No mais perfeito e leal acôrdo pagou as dívidas, comprou o engenho, estabeleceu nêle a sua própria administração, — assim era preciso a bem comum. Deixou o velho amigo na casa em que vivia, fez outra para si, e na maior cordialidade ali morreram ambos, sobrevivendo Viana, tranquilo e independente, mas profundamente saudoso do seu melhor amigo.

“Eu é que devia ir antes”, dizia êle em pranto, quando saiu o enterro do barão.

NO LAR

Faleceu a mãe do barão de Goiana, dando na hora extrema esta bela síntese de sua vida. “Não me acuso de ter feito mal, o que me pesa é a dúvida de não ter feito todo o bem que podia”. Por faltar à casa quem era a economia, a ordem, a providência, e aos filhos o anjo tutelar na terra, entendeu o barão que devia dar às irmãs solteiras uma companhia de inteira confiança; por isso apressou o seu casamento com Dona Manuela de Castro Caldas, filha do capitão João de Medeiros Raposo, português, homem chão, boníssimo, perseverante no trabalho, sóbrio e econômico, um dos primeiros que aderiram às aspirações de independência e liberdade na pátria adotiva; e um dos eleitores que em 26 de outubro de 1821 elegeram na sede de Olinda o governo provisório constitucional de Pernambuco do qual foi presidente Gervásio Pires Ferreira.

Proprietário de quatro fazendas de criação e cultura de algodão no Brejo da Madre de Deus, onde por sua mulher pertencia à família Cordeiro, então numerosa e influente, ali fêz grande fortuna, comprando depois o engenho São João de Itamaracá, que se tornou a sua residência de gozo, e foi a última vivenda; Dona Josefa era mulher de espírito levantado e muita tendência para o mando e a ostentação, o que fazia o modesto marido dizer-lhe: “Senhora muito me tem custado sua nobreza”. Filha de Manuel Cordeiro Falcão, português e de Dona Manuela de Castro Caldas, senhora do engenho Macacheira na ilha de Itamaracá; neta por sua mãe de Manuel de Castro Caldas e D. Antônia Bezerra de Andrade a sua ascendência remonta ao coronel Francisco Berenguer de Andrade, fidalgo, natural da ilha da Madeira enlaçado por êle e por seus descendentes em algumas das mais antigas e distintas famílias de Pernambuco. Mas o que mais importa e pode assegurar-se é que na família da baronesa de Goiana, como na de seu marido, a honra e as virtudes eram tradicionais, hereditárias, transmitindo-se de geração à geração com a mesma pureza.

Por sua parte a baronesa satisfaz plenamente as visitas fraternais de seu digno marido. Ela tinha a satisfação de declarar que viveu na mais perfeita harmonia com suas cunhadas solteiras e viúvas e com todos. Por si e por sua causa nunca houve o menor estremecimento nas relações da extensa família a que se ligara, nem se articulou uma queixa; ao contrário, todos, homens e mulheres a estimavam e respeitavam. Feliz o casal por êste lado, te-lo-á sido a todos os respeitos? Neste assunto há limites sagrados que a inquirição não pode



ultrapassar. Notar-se-ia entre marido e mulher certa desigualdade de temperamento e gostos. O barão sumamente ativo, madrugador, estava de pé e em movimento ao romper dalva; às oito horas da manhã já tinha ordenado todos os serviços do dia, assistido ao começo de alguns, percorrido edifícios, engenho, oficinas, enfermaria, cavalariça, estábulo, currais, chiqueiro e galinheiro, e falado ao cozinheiro para saber ou dizer os pratos do almoço e do jantar. Êle sabia ver minuciosamente num relance, e tão depressa observava quanto providenciava a propósito. Nada lhe escapava aos olhos e à memória: conhecia sempre o estado e o lugar de tôdas as coisas, o que entrava e saía, assim como o que existia por quantidades, qualidades e valor. Pode-se dizer que o tempo lhe chegava para tudo e que em tudo êle andava antecipado ou pontualíssimo. A baronesa, pacífica e branda, era pausada, governava bem a casa; era sem dúvida uma boa dona de casa, muito cuidadosa e econômica, excelente para a família, enfermeira de primeira ordem, de rara dedicação e delicadeza; mas tinha outros modos, outros processos e outras horas, sempre adstrita a hábitos imutáveis e às regras de higiene que nunca infringiu até a idade de 86 anos com que morreu. O barão gostava da mundanidade; queria as salas e a mesa cheias; não podia estar só com os da casa; arranjava passeios e divertimentos e ia às festas públicas.

A baronesa só se sentia feliz no seio da família, nesse doce retiro onde se sumia para só aparecer aos parentes e aos íntimos, com os quais era agradável e expansiva; comia a sua dieta de tôda a vida em mesa e hora diferentes; entregava-se depois das obrigações a devoções diárias infalíveis. Estivesse quem estivesse na sala de visitas ao ruído das conversas e alegrias mundanas havia de sobrepujar o têrço cantado de cada noite na sala do oratório, com benditos, ladainhas e hinos. Enquanto o marido se entretinha com os grandes e felizes, a roda da espôsa, os seus prediletos eram os pobres. De uma parcimônia restrita consigo, podendo parecer avareza, ela tinha as mãos abertas para os enfermos e necessitados. Sua caridade era maternal, ampla e infatigável. Dois fatos a caracterizam. O padre Barros, sacerdote virtuoso, velho e doente caiu em necessidade. Durante muitos anos, todos os dias, às mesmas horas, a compassiva senhora lhe mandava os caldos, o almôço e o jantar, preparado sob as suas vistas e por ela mesma temperados e provados. Na última sêca dos sertões do norte, havia na cidade de Goiana distribuição de socorros aos retirantes por parte do govêrno; à porta da baronesa, então viúva, recebiam êles dinheiro e gêneros de melhor qualidade; o agrupamento que ali se fazia tôdas as manhãs era maior e mais satisfeito.

Mais de meio século durou o consórcio. Em todo êste longo período a baronesa com seus ares de passividade e obediência fêz o que quis; e o barão com tôda a sua autoridade e mando, com o poder que teve de imprimir a sua feição em quantos o cercavam, fêz mais do que comprazer aos sentimentos de religião e caridade, em que comungava com ela; submeteu-se aos hábitos que o contrariavam.

Assim viveram, estimando-se, respeitando-se, desvelando-se um pelo outro nos casos de moléstia. Portanto ainda nas relações conjugais vê-se esculpido, — nobre e generoso — o caráter do barão de Goiana.

Sob todos os aspectos êsse caráter brilha nas relações naturais e particulares com um lustro que nunca esmorece. O coração de pai foi-lhe um tesouro inexgotável de afetos delicadíssimos, fonte de supremas energias no esforço e sacrifício para que os filhos se instruissem e pudessem conquistar posição e nome. Quando ainda não era rico, o barão de Goiana mandou para a Europa três filhos, com os quais a princípio teve de despender dinheiro tomado a juros. Também não poupou meios para o casamento das filhas que estremecia com apuradíssimos desvelos. Como amigo já vimos o que era; ninguém terá levado mais longe a delicadeza e a constança dos sentimentos, o préstimo espontâneo e oportuno. Do patrão bastará dizer que os empregados envelheciam no seu serviço, e, quando inválidos, ficavam-lhe em casa, cercados de atenção e cuidados como se fôsem da família. Exemplo — Francisco Alves Berniguel, que conhecemos impossibilitado de andar, verdadeiramente aposentado e asilado na loja do sobrado do Bonito, donde por hábito de feitor estava sempre a vozear sôbre tudo que se passava no pátio e ao alcance da sua vista.

Observando-se uma vez ao barão que a buzina era incômoda, respondeu êle: “que hei de fazer? é um bom camarada, ajudou-me muito e consola-se de parecer que ainda trabalha”. O último administrador João de Oliveira Barros, português miguelista de uma catturice intransigente a quem parecia virtude do seu rei o ter punido um militar que opinou pela melhoria dos obuzes fundidos em Inglaterra, mas homem de bem e trabalhador, esteve no Bonito mais de trinta anos.

A respeito dêsse bom empregado que o barão prezara como amigo só lhe ouvimos esta queixa: “é tão somítico que dispondo da casa como sua, passa mal, quando estou ausente e prejudica a saúde. Aos lavradores meieiros, quase todos seus compadres, dispensava atenções, obséquios e socorros. Uma vez que sentava à mesa um dêles, pobrementemente vestido, disse baixinho a um conviva de cerimônia como

para pedir-lhe desculpa: “é a gente que mais se achegará do meu cádáver sem dar pela putrefação”.

Com os escravos foi o maior disciplinador do seu tempo, e rigoroso quando lhe parecia necessário, mas com certas formas de justiça, — ouvindo a defesa e convencendo-os da culpa: em geral era indulgente e sempre zelosamente atento a estas duas condições: — que não fôsem obrigados a mais do que podiam e nem lhes faltasse bom tratamento. Os serviços domésticos, os pagens e os cocheiros tinham as suas regalias, e mais que todos o seu cozinheiro especial, o mestre João, que o acompanhava por tôda a parte com os alforges mais ou menos providos conforme a viagem e o lugar a que ia.

Não era isso, porém, uma cautela de gastrônomo. Ele vivia em regime quase dietético, recusava os acepipes, não passava de certos pratos feitos a seu gôsto e não bebia. Todo o seu prazer de mesa consistia em ver comer bem. Naturalmente sociável e hospitaleiro não se limitava a receber fidalgamente as pessoas que o procuravam; pode-se dizer que requestava e recrutava hóspedes. Ter com êles os mais delicados e minuciosos cuidados, tratá-los à grande, tornara-se-lhe condição de vida, hábito imprescindível, a que os adversários chamavam vaidade, pabulagem, ou meio de fazer política pela criação de uma classe nova — os “servos do talher”.

A verdade é que se a inclinação converteu-se em paixão, a paixão não degenerou em vício, mas foi igual para com todos, grave e nobre. Só se poderia notar como excentricidade a graça em que lhe caíam os bons comedores. Com efeito, o bom comedor que uma vez entrasse em casa do barão de Goiana inspirava-lhe particular simpatia, era convidado, instado, e, se tardava, por êle mesmo procurado e reconduzido à sua mesa.

Frederico Guilherme da Prússia, não faria maior empenho por obter um homem de alta estatura para o seu exército de gigantes.

Para bem caracterizar essa excentricidade aqui vai um fato. O barão estava em sua residência da Madalena, subúrbio do Recife, quando ali appareceu a negócio, com um genro, o professor de instrução primária em Afogados.

Anunciado o jantar na forma do costume foi convidado o professor, que fêz cerimônia. O dono da casa cortou-lhe as objeções, dizendo com tôda a sua galanteria: “não me recuse o primeiro favor que peço, jante conosco em dia de chuva e penitência”.

Com efeito chovia na ocasião e era uma sexta-feira. O peixe de viveiro tarrafeado horas antes era bom, e melhor o apetite do novo

hóspede, cada vez mais estimulado pelos oferecimentos de velho estilo que o anfitrião sabia fazer graciosamente e apurava com quem lhe satisfazia o gôsto.

Cumprimentos, anedotas, risadas, e no fim de contas mais um amigo. “Senhor professor, dizia o barão na hora da saída, esta casa fica à sua disposição, dê-me o prazer de vir jantar outras vêzes comigo; venha sempre nos dias de sueto; venha de véspera, sua cama estará feita; o que lhe digo é sincero; o Sr. me inspirou muita simpatia”. Passados alguns dias enviou-se recado ao convidado que tardava, e como êle não chegava em um sábado à tarde foi o barão buscá-lo. Daí por diante a convivência foi constante e agradável. O professor era realmente um excelente homem, e... comia bem.

Coube ao barão de Goiana a felicidade cantada por Bandeira de Melo:

... quem junto ao lar de herdado teto,  
de paternas memórias circundado,  
no mesmo assento dos avós repousa”.

Êle pertencia às gerações afetuosas que destas memórias faziam um culto, as gerações fortes que amavam a terra, na qual viam reluzir o oiro da sua liberdade e independência, e donde tiravam em colheita germinada riquezas e virtudes. Viver por si do próprio esforço e da graça de Deus; amontoar pela economia que é sábia e pela sobriedade que é salutar; exercer uma profissão que não visa a fatura alheia, nem precisa de reclames e falácias; sentir-se firmemente apoiado em uma propriedade indestrutível, que fica enquanto outras se desvalorizam e passam; ter uma fonte inexgotável de subsistência como é o solo bem lavrado; aprender nêle energias, perseverança e paciência parecia-lhes, e é, a posição mais segura e digna. Para essas gerações a terra herdada era um fideicomisso de família e braço que se prezava mais que a vida, tanto como a honra.

Tais eram as idéias que dominavam entre os herdeiros de Joaquim José da Cunha Rêgo, e por isso com tôda a lisura e lealdade o barão quis e os sete cunhados aprovaram que êle ficasse encabeçado no engenho Bonito, fundado pelo avô, de quem passara ao pai e como que constituído o solar da família. Se por seu lado não houve ambição, inveja, ardil ou dolo, nada que nem por sombras pudesse parecer lesão do mais forte ao mais fraco, intrusão astuciosa, ou abuso de confiança, também por sua parte o único filho varão tomava a si o interesse moral, comum a todos, de conservar e aumentar a casa que



fôra o bêrço do pai, e que era o seu e das irmãs; assim como de manter o nome honrado e o lustre dos ascendentes.

Êles, de mais, sabiam que a família, que se desune, é uma fôrça que por si mesma se destrói, como advertem as sagradas letras; é na imagem do fabulista o lio de dardos que o vigor juvenil de três não pôde romper, mas que, desatados, um a um quebrou-os o velho moribundo; é a traição que a cobiça arma à natureza, e de certo modo o crime de Caim a repetir-se através dos séculos, fazendo do amor fraterno um sentimento tão curto, quanto raro na frase do poeta, ou convertendo-o em ódio e vingança.

Herdeiro de uma casa rica, mas que se dividia em oito partes; casado em outra mais rica, cujas partilhas só vinte anos depois tiveram lugar entre dez filhos: tendo recebido do sogro por adiantamento da legítima alguns escravos, joias e dez mil cruzados em dinheiro, pode-se dizer que foi com o seu trabalho que o barão pagou o que tocara no engenho Bonito às suas irmãs, e que não herdou, mas em sua maior parte conquistou essa propriedade.

E os seus princípios foram difíceis; lutou com a adversidade, apurou nela o caráter, e foi-lhe mister muito esforço, labuta áspera e perseverante, e sacrifício de todos os gozos e da própria saúde para vencê-la. Como se a sorte tivesse querido prová-lo, concorreram ou seguiram-se vários contra tempos. Uma epidemia matou-lhe tantos escravos que poucos lhe restaram para o serviço indispensável.

“Fiz todos os serviços inadiáveis, contava o barão, para substituir o trabalhador que me faltava; muitas vêzes quando via cambalearem os quatro pretos que conduziam as fôrmas de açúcar para os furos da casa de purgar, levei-lhes o auxílio de meus hombros e assim animava a pobre gente já fatigada sem revezamento possível”.

Uma surucucu, aninhada na base de um terrapleno, na frente da vivenda, picava os anímais que iam encostar-se ou coçar-se na quina do muro que o sustenta; todos os dias amanheciam mortos dois e três e já se fazia sentir a necessidade de bois e cavalos, quando uma vez, depois de ter pedido a Deus que suspendesse tantos prejuízos, referia a baronesa com tôda a sua fé, ela viu da varanda galinhas assustadas, gritando e um pretinho em pé com o olhar como estupefato; chamou um carreiro que passava para verificar o que havia; era a cobra que tinha saído do esconderijo e foi morta.

Sobreveio a irregularidade de estações, principalmente no ano de 1825. O homem enérgico, o devedor pontualíssimo que não sabia faltar ao irmão, como ao credor mais estranho, cercado de embaraços, adocece por fim, tem momentos de desânimo, ajoelhado no altar de Santa Rita, êle mesmo o dizia, implorava coragem e remédio.

Foram seis os anos que assim passou. Não saiu do engenho, não teve então cavalos de estribaria, — um dos seus maiores luxos, — cortou por tôdas as despesas, resignou-se ao estritamente necessário ao passadio da família, e só reapareceu em público quando no ajuste de contas com o seu correspondente, verificou um saldo de seis contos de réis.

“Eu mesmo os recebi em bons patações, referia o barão; trouxe-os do Recife em malas de pregaria, acompanhando o cargueiro, chocando com os olhos, como diz o povo que faz o camaleão, os ovos de minha independência; e dêsse dinheiro tirei o primeiro pagamento do engenho “Pangauá”, que mais tarde comprei a prazo”.

Daí em diante, a prosperidade do barão de Goiana é continua. Também o seu esforço não esmorece. Prejuízos que lhe sobravam, causados por uns comissários e por amigos que afiançou, já não o abalam. Depois do “Pangauá” comprou o engenho “Olho d’Água” as terras do “Buraco”, onde fêz grande plantação de café; comprará mais tarde o engenho “Tracunhãem” para acomodar uma filha que se casa, comprará prédios na cidade de Goiana e na capital, entre êles o palácio de suas residências temporárias na Madalena; resistirá à perda de 56 escravos mortos pelo colera-morbus e a novas faltas de afiançados; acudirá às necessidades de filhos e amigos e acabará comprando ainda a propriedade de N. S. dos Remédios, com casas, capela, olarias e viveiros, os engenhos “Novo de Santo Antônio” “Palha” e a maior parte de “Pedregulho”, onde está um dos seus filhos.

#### O AGRICULTOR

A sua infatigável atividade será sempre uma obra com que se entretinha, — edificação nova, acrescentamento ou reparo. Parar é que não pode aquela natureza impulsiva, para a qual nas despesas de gôzo e liberalidade, assim como nas aquisições e construções, só há uma barreira, o seu *nom plus ultra*, a saber: as rendas que êle não escriturava, mas calculava e conhecia com a maior precisão; rendas que provinham quase exclusivamente da agricultura, porque não era homem de negócios:

O que lhe sobrava em dinheiro ou emprestava a juro módico, e às vêzes sem juro para servir amigos e ajudar protegidos, ou como o velho português guardava em moedas de ouro e prata. Era regra sua que não se devia estar sem algum metálico, “é o amigo certo em ocasião incerta, o fundo da moléstia e do entêrro”. Para a composição dêsse fundo destinou por muitos anos o produto do cafezal, cêrca de

trinta mil pés, e tinha dali sessenta e quatro contos de réis em dobras e dobrões de Portugal, quando em consequência da diminuição da escravatura pelo colera-morbus, e por não querer reduzir a cultura da cana, resolveu abandonar a do café, limitando-se a colher o necessário para o gasto da casa.

Êstes traços não nos dão o homem econômico que acumula tudo quanto pode ser poupado, nem o financeiro que hàbilmente faz frutificar o seu capital. O que êles mostram é que o barão de Goiana, longe de ser o usurário que fêz do seu dinheiro prisão dos incautos ou laço de enforcados, nem sequer revela a ambição de riquezas nos limites em que ela pode ser justa e honrosa. Se trabalha muito, infatigavelmente e sempre até a morte, se do modo mais lícito, pelos frutos de suas terras, de ano a ano aumenta os seus haveres, é para gozar nobremente com a família, é para beneficiar parentes, amigos e estranhos; é para dar aos pobres; e contenta-se de deixar aos filhos patrimônio suficiente para que êles pudessem continuar as tradições e os exemplos de sua honrada ascendência.

Outros lineamentos rápidos nos darão o homem de consciência pura e escrúpulos finos. Em geral êle não comprava como não vendia por si mesmo; tinha agentes e comissários. A razão é que não sabia regatear e das duas uma, — ou o vendedor lhe pedia maior preço por ser quem era, ou pelo mesmo motivo mostrava-se condescendente, o que o constrangia. Também não ia a leilões e arrematações para não afugentar concorrentes, ou para não exagerar os lances se alguém de propósito picasse o objeto que êle pretendesse.

Seus negócios foram sempre feitos de tal modo que êle tinha muita satisfação em dizer: “nunca demandei, nem fui demandado” e acrescentava: “nem creio que tivesse paciência para suportar as delongas e chicanas do fôro, além de que muito me doeriam os erros da justiça”.

Uma vez — e aqui está um caso raríssimo, de muita significação — precisou contratar o madeiramento de uma casa de purgar que ia construir; chamou o mestre carpinteiro, disse-lhe o que queria, especificando qualidade e dimensões e pediu-lhe o orçamento. Passados dias e depois de ligeiro exame sobre as notas do empreiteiro, trocavam os dois as seguintes palavras:

- Pensou bem no que pede? perguntou o barão.
- Não posso fazer abate, respondeu o carpinteiro.
- O que eu quero dizer-lhe é que o Sr. perde, vá reconsiderar os seus preços, concluiu o barão.

Havia com efeito um engano de quase 50% contra o carpinteiro, e êste era um homem remediado, inteligente, oficial da guarda-nacional; poderia, portanto, suportar o prejuízo de que seria o único culpado; era de mais a mais um adversário, porque pertencia ao partido praeiro.

Da pouca instrução que recebeu queixava-se frequentemente o barão de Goiana, e por isso não poupou meios para dar aos filhos a educação superior que não teve. — “Aprendi, dizia êle, gracejando, na escola do R de forquilha e do uá — vá. Aprendi alguma coisa depois com meu primo Manuel Joaquim Tavares de Melo, um dos deputados da Câmara Municipal para a Convenção de Beberibe entre o govêrno de Goiana e a junta governativa presidida por Luís do Rêgo. Aproveitei com a convivência de meu cunhado Manuel Paulino; o meu mestre de tratamento à moderna foi Paulo de Itapirema”, um amigo de quem sempre se lembrava com funda saudade.

Com isto e com o talento natural, a observação refletida, o bom ouvido, a memória feliz e a rara perspicuidade de que era dotado, êle supriu quanto possível a falta de estudos. Falando, sua linguagem era correta, fluente e agradável; escrevendo, expressava-se com precisão e clareza, mas com erros ortográficos e a pessíma caligrafia de Napoleão. Também como o grande conquistador, não tinha paciência para escrever: preferia ditar, o que fazia rapidamente, com ponderações e explicações intercorrentes, como longos apartes que atrapalhavam o escrevente, e às vêzes dando ao mesmo tempo muitas ordens ou conversando com outras pessoas.

Já se vê que carecia de preparo científico para a agricultura, essa arte industrial mais complicada e obscura que as outras, de princípios incertos e leis variáveis, na qual não raro a experiência vence a ciência, como disse o grande Cavour que doze anos foi agricultor, estudando todos os sistemas, lendo todos os livros da química agrícola, da fisiologia vegetal, da meteorologia e da agrologia; ou como recentemente afirmava Louis Durand, referindo-se a fatos atuais observados em França.

No seu tempo, e com o que sabia, o barão de Goiana foi e não podia deixar de ser empírico; empírica era tôda a lavoura brasileira e raríssimos são ainda hoje os lavradores que empregam os métodos científicos preconizados pelo ensino agrícola.

Mas foi um rotineiro progressista, que se adiantava pela própria experiência ou pelas experiências confirmadas que chegavam ao seu conhecimento, e como tal a sua influência foi grande e benéfica. Êle foi enquanto viveu o exemplo e o mestre dos agricultores contrerrâ-



neos. Houve uma ocasião em que foi o maior produtor da província em um só dos seus engenhos, o “Bonito”, que administrava diretamente, teve 6.400 pães de açúcar, a maior safra que até então se conheceu, e de que se duvidou. Os adversários políticos espalharam que para conseguí-la tinha diminuído as fôrmas, o que o obrigou a publicar as contas de venda dadas pelo seu correspondente Manuel Gonçalves da Silva, o mais rico e mais respeitado comerciante do Recife, de uma probidade proverbial.

O “Bonito” era o engenho modelo, a escola prática da comarca de Goiana e dos lugares vizinhos. Além da maior e melhor lavoura de cana, viam-se aí em superabundância frutas, cereais, legumes e hortaliças; o gado bom e bem tratado; a criação de muar e carneiros com reprodutores vindos da Europa; as aves domésticas de muitas espécies e de raças escolhidas, dentre as quais sobressaíam os perus, capões de uma gordura extraordinária; as diversas cevas, inclusivamente a de caranguejos, que de gordos se desbarbavam o colmeal de oruçus e *jataí*, duas espécies brasileiras que um dia serão muito utilizadas quando no Brasil se der à apicultura a importância que ela tem em outros países, ao ponto de ser objeto de ensino público como fonte de renda e auxiliar da agricultura pelo cruzamento das plantas que a abelha faz inconscientemente na colheita do polen: viam-se os cavalos de sela, dos quais dizia o barão de Vila da Barra, referindo-se aos que foram mandados para o serviço do imperador e de sua comitiva em 1859, que não conhecera iguais; e enfim admirava-se tôda a laboração ativa e bem conduzida, tanto no campo como nas fábricas, assim como a ordem e o asseio de tôdas as casas e suas dependências.

O “Bonito” foi também a mais alegre vivenda rural por mais de um quarto de século até o ano de 1857 em que o barão de Goiana passou-se à cidade do Recife para acompanhar um filho e um genro, que antes tivessem continuado a profissão de seus pais. O primeiro atirou-se aos azares do comércio e morreu pobre; o segundo vive hoje em triste crepúsculo, desiludido das glórias e grandezas mundanas a que sacrificou na política heranças e todo o bem estar pacífico de agricultor que pudera ter.

Ali estava sempre preparado e nunca vasio o sobrado dos hóspedes; nos domingos e dias santos os vizinhos iam ouvir missa e ficavam para o almoço e o jantar; as horas corriam alegres; conversava-se em boa amizade, jogava-se o vultarete e o trinta e um barato.

— “Não tenho coragem para perder no jogo nem quero o lucro que daí venha”, dizia o dono da casa a quem todos compraziam. Além

dêsses dias havia as festas de maior concorrência e maiores jantares com os seus brindes solenizados — era esta a expressão — por discursos e cantos. Tudo corria numa alegria expansiva e inocente. As relações se estreitavam e se estendiam quando vinham novos hóspedes, como frequentemente acontecia.

## O POLÍTICO

De tal sociabilidade são evidentes os bons efeitos morais, mas como ela acrescentava a influência do barão, a intriga política procurava disvirtuá-la. “E’ a côrte de João-Grande” — dizia-se no tempo da praia.

— “Panem et circenses”, gozavam artigos de jornais, fazendo desta exclamação da plebe romana, aplicação injuriosa aos convivas; mas isto não impedia, em honra da civilização da terra, seja dito, que continuassem a ir muitos dos mais respeitáveis praieiros. Um dêles, firme como o mais firme em suas convicções, era Felipe Francisco Cavalcanti, o frade do Retiro, — frade apelido de família, Retiro — nome do engenho, grande proprietário, independente, homem de caráter puro, singelo na linguagem e nos modos e marido exemplar.

Quando lhe morreu a mulher, êle escreveu com muita meditação algumas linhas, dobrou o papel e na ocasião de sair o entêrro colocou-o no seio do cadáver. Triste, triste de fazer lástima, só desejava ir reunir-se na outra vida, àquela que tanto amara na terra. Foi provavelmente o que lhe disse por escrito no momento da separação e o fato é que pouco sobreviveu. Estas explicações servem para dar o alto significado do brinde que êle fazia e que por muito repetido todos aprenderam de cor: — “À saúde das duas pessoas que mais estimo, isto é, meu compadre João Joaquim e minha mulher. Tenho dois oratórios, um é o meu coração para render culto ao meu melhor amigo e à boa companheira de minha vida; o outro é o altar de Deus e dos Santos, para pedir com o mesmo coração cheio de fé e reconhecimento a conservação de tão preciosos bens”.

Difícilmente encontrar-se-ão dois vizinhos tão dedicados um ao outro, e aliás adversários políticos até a morte.

A êste exemplo de tolerância de opiniões contrárias e de amizades que resistiram ao embate das paixões partidárias no mais aceso das lutas; a essa convivência que fazia do Bonito um oasis pacífico e refrigerante, juntava-se uma lição de efeito moralizador: — o respeito à lei e à autoridade, o amor à justiça, a aversão ao crime.

Dentre os mais ilustres magistrados, como Urbano, Peretti, Almeida Fontes e outros que foram juizes de direito em Goiana, existe ainda o honrado e escrupuloso conselheiro Freitas Henrique, ex-presidente do Supremo Tribunal de Justiça. O seu testemunho é espontâneo e admirativo: “não conheceu um potentado de sentimentos mais nobres; do barão de Goiana recebeu sempre todo o apoio moral à sua independência de juiz, e nunca um pedido ou recomendação”.

Com efeito aquêlê chefe de partido educava os seus correligionários; — aos juizes e só aos juizes, o que pertence à sua consciência e responsabilidade; a melhor garantia de todos é a justiça bem exercida; deixemo-la livre para ser igual.

Em suas terras, desde o jornaleiro e o lavrador pobre até o remediado com casa de telha, gado e plantações, só moravam homens pacíficos, laboriosos e morigerados. Com valentões e guarda costas não se entendia, repelia-os como fêz ao célebre Antônio Bernardo, chefe de um grupo façanhudo e temido, ao qual não permitiu subir a escada para entregar uma carta. Não os quis nem quando em plena revolução praieira, assassinados a breve intervalo os seus sobrinhos Manuel Antônio e José Joaquim da Rocha, na estrada que do “Bonito” conduz à Goiana, em suas idas e voltas, encontrava maltas turbulentas e ameaçadoras.

Um dêles ocupou de propósito em certo dia tôda a largura do caminho, e êle passou só com o seu pagem desarmado a passo lento, já sentindo nas costas, acrescentava, até encobrir-se pela distância, a carga de chumbo que não veio; chegaram-lhe apenas vociferações contra *guabirus* — nome que a *praia* dava aos conservadores — mas nenhuma que ouvisse contra a sua pessoa diretamente.

Pelo que temos dito já se percebe o que foi o barão de Goiana como político. Vejamos em escôrço sob êste ponto de vista a figura simpática do conservador-liberal, em que vibravam fortes sentimentos patrióticos disciplinados pela razão. Para êle, como para todos que na política, ciência de observação, atendem à experiência e por ela se dirigem as melhores e mais seguras conquistas de liberdade, salvo o caso em que é de honra a necessidade de defendê-la sem mais demora ou retomá-la do tirano, eram as que proviessem de evoluções naturais, preparadas pelo tempo, conforme as tradições, a índole e o desenvolvimento moral dos povos.

Pensava que a monarquia, nosso governo mais de trezentos anos, era elemento e símbolo da unidade social, que sem ela correríamos o risco da divisão e dos despotismos sucessivamente levantados e des-

truídos pelas armas, ao passo que com elas poderíamos ter a substância e a realidade das instituições livres que nas repúblicas em geral só se revelam pelo rótulo desmentido na prática. E este era o sentir de Pernambuco, nos seus tempos heróicos, sintetizado no aptegma dos heróis da guerra contra os holandeses, dêsses imortais libertadores da pátria: — “resistir ao rei para melhor servir ao rei”.

Contra a alta significação de um movimento unânime, como foi essa, coroado por um dos mais assombrosos resultados que a história militar registra, não podem valer as manifestações individuais de 1710, nem as duas revoltas de 1817 e 1824, parciais e por isso mesmo malogradas, à cada uma das quais, não esqueçamos, só se deu caráter republicano posteriormente, em desespero de causa. Esta é a verdade que não deslustra tantos mártires, dignos da maior veneração, nem impugna as boas intenções e os bríos com que procuravam desagrar-se; a que ela contesta é a alegação tantas vezes repetidas das antigas e constantes tendências dos pernambucanos para o atual regime.

#### APRECIAÇÃO SÔBRE AS REVOLUÇÕES PERNAMBUCANAS

Em 1710 a chamada guerra dos Mascates nasceu da rivalidade entre Olinda e Recife, foi a luta dos nobres da velha cidade com o comércio e o povo da nova vila, apoiados pelo governador Sebastião de Castro Caldas. A nobreza a princípio vitoriosa fêz fugir o governador, e passou a deliberar sôbre o govêrno que devia suceder-lhe. O bravo e ardente Bernardo Vieira de Melo no atordoamento das circunstâncias como falou em transferir-se Pernambuco ao domínio do rei da França, ou de acastelar-se à fidalguia do célebre coito de Zumbi, onde se entrincheiravam os escravos fugidos, com a mesma excitação de ânimo indicou que se adotasse a *forma republicana ad instar dos venezianos*, isto é, uma república aristocrática, monarquia sem o nome que se teve glórias e opulência, atravessou crises medonhas, despojou o povo dos seus direitos e vexou-o com a espionagem os julgamentos misteriosos e as execuções cruéis. Contra esta indicação e mais oito votos pronunciou-se a grande maioria do congresso, preferindo o govêrno legítimo que cabia ao bispo como substituto em virtude de ordem régia. Quando mais tarde chegou o novo governador, efetivo, Fél’x José Machado, e recebeu o poder das mãos do bispo, Vieira de Melo propôs nova resistência, e desta vez partiu só com seu filho André para os Palmares em busca de meios de ação que lá também lhe faltaram. Aqui temos, portanto, dupla manifestação da fidelidade dos pernambucanos, aquela mesma antiga fidelidade dos



heróis que expeliram os holandeses. E quem hoje, atendendo à origem e à substância da questão, deixemos de parte os maus atos de Castro Caldas, não dará razão aos que pugnaram pelos progressos do Recife? O tempo resolveu o que não permitia então a viação imperfeita e tardia. Agora, pode-se dizer que a capital de Pernambuco é Recife — Olinda como Buda Pesth é a capital do reino da Hungria; Buda, como Olinda, antiga capital, situada para melhor defesa sobre o declive de uma colina em anfiteatro. Pesth, cidade fronteira do outro lado do Danúbio, como Recife importante praça comercial de excelente posição geográfica, assentada numa vasta planície arenosa, e de uma animação crescente que contrasta com o aspecto mórno da outra, mas completando-se as duas para diversos misteres. Decidindo-se pela pretensão do Recife o rei definiu aos melhores e mais numerosos interêsses. Ou isto, ou a criação de outra capital em Tamandaré que teria sido mais sábia por causa do pôrto.

A revolta de 1817 rompeu sem preparo, imprevista, pode-se dizer — accidental — e desconexamente. A sua primeira feição de motim militar tornou-se odiosa a Dom João VI, era natural; quem sabe, porém, qual teria sido o seu resultado, se ela não tivesse mudado os sentimentos com que explodiu?

O séquito do capitão-mor Francisco de Paula partiu de Suasuna, contava o visconde de Camaragibe que o presenciou na idade de onze anos, dando vivas ao rei. “Viva el rei ! era também o grito da massa geral do povo no Recife, quando sem um tiro fugiam os oficiais generais de sua majestade”, disse Gervásio Pires Ferreira. Mas os revolucionários entenderam que deviam fortalecer-se com o apoio externo dos Estados Unidos da América do Norte — uma ilusão que escapou ao Dr. Eduardo Prado; — por isso converteram o movimento de defesa e desagravo, ou de aspirações liberais dentro do regime vigente em tentativa republicana. Desta mudança veio “a voluntária reação dos povos fiéis ao legítimo monarca, contra o triunfo fácil de 6 de março”, acrescentou o mesmo govêrno.

O barão de Goiana era então filho família, e seu pai, homem prudente e ordeiro, que morria no ano seguinte, não se moveu pela revolução, nem pela contra-revolução. Ao primeiro mais de uma vez ouvimos admiração pelos revolucionários e muita pena dos enormes sacrifícios de sangue e fortuna que à província custou, retardando-lhe o progresso, a façanha precipitada e mal dirigida. Julgando-a assim, não sabia entretanto o que teria feito, se naquele tempo já se governasse; teria sido arrastado, talvez como muitos outros, porque simpatizava com as idéias liberais, e ainda não as tinha moldado pelo espírito conservador que vem com os anos e a experiência.

Em 1821 houve outro movimento de caráter diferente, — liberal, dentro da lei, resistência armada para a defesa de um direito expressamente conferido; e a esse o barão de Goiana aderiu ativamente. Recordemos o fato que é glorioso para a sua terra natal, e do qual é muito sensível a falta de uma história completa.

A resolução das côrtes constituintes de Lisboa, sancionada pelo decreto de 24 de abril, tinha determinado que “fôsem havidos como legítimos todos os governos estabelecidos ou que se estabelecessem nos Estados portuguezes de ultramar e ilhas adjacentes para abraçarem a sagrada causa da regeneração política”, declarando “beneméritos os que a tivessem premeditado, desenvolvido o executado”, e responsabilizando pelo sangue derramado e por quaisquer outros males as autoridades e particulares que se lhe opusessem em contrário da vontade popular.

Esta concessão, como ficou evidente, à vista de outras providências que vieram depois, era um presente de gregos: tinha por fim anular os efeitos da carta régia de 2 de dezembro de 1815, pela qual Dom João VI elevava o Brasil à dignidade de categoria do reino, e transferir para Lisboa o centro que existia no Rio de Janeiro, fazendo voltarem a Portugal tôdas as vantagens de diversas ordens, que os brasileiros tinham obtido e das quais se aplaudiam com tanta satisfação quanto era a mágua dos portuguezes residentes na metrópole; era enfim a recolonização sistematicamente empreendida e iniciada por um engodo de liberdade e franqueza local, o direito que cada província adquiriu de governar-se a si mesma, mas correspondendo-se diretamente com as côrtes e somente a elas devendo contribuições.

Ao êrro comum, de que poucos escaparam e entre êles — honra lhe seja feita — Dom Pedro I, então príncipe regente, por isso cavilosamente acusado de intenções absolutas juntava-se da parte dos pernambucanos uma razão especial, muito justa e nobre, a saber: — Luís do Rêgo, enviado a Pernambuco para castigar com os rigores da época os revolucionários de 1817 e reprimir novas manifestações democráticas; incurso na aversão geral, e suspeitado de aderente ao partido que desde logo procurava impedir ou inutilizar a constituição portugueza, pretendia continuar, e como último recurso tinha composto no Recife, à custa de muita violência, uma junta governativa de tal modo organizada que êle, seu presidente, governaria como dantes, sofismando a recente disposição legal; e só isto bastava para que dela se aproveitassem os que de semelhante govêrno, deprimente e odioso, queriam livrar-se.

O povo de Goiana, herdeiro do valor daqueles cem bravos, homens e mulheres, que em 1646 resistiram em Tejucapapo a três in-

vestidas dos holandeses, em número de seiscentos combatentes, e os derrotaram, formou de acôrdo com outras vilas o govêrno constitucional temporário de Pernambuco; organizou exército, e porque Luís do Rêgo longe de atender às razões e solicitações que lhe foram dirigidas no sentido de eleger-se livremente outra junta preparou-se para castigar os rebeldes, pedindo e recebendo auxílio de fora, o exército de Goiana foi atacá-lo no Recife e obrigou-o pelas armas a pedir e assinar a Convenção de Beberibe, pela qual até chegarem ordens do rei e das côrtes ficou a província dividida em duas partes: — Recife e Olinda, sob a administração do capitão general, o mais, sob o govêrno da heroica vila.

Com a decisão do govêrno central completou-se o triunfo, sendo organizada a junta presidida por Gervásio Pires Ferreira. E foi êste, depois da expulsão dos holandeses, o movimento verdadeiramente popular de Pernambuco.

Caracteriza-o o mais escrupuloso respeito à lei e às autoridades legítimas, a indômita energia com que o povo defendeu o seu direito, a confiança com que o submeteu à final decisão da autoridade suprema e enaltece-o a fôrça de que dispunha o vencido, imponente pelo número, pela disciplina e pela superioridade do armamento. Com razão dêles se desvanecem os goianistas. Uma cantiga que muitas vêzes ouvimos nas ruas, estradas e choupanas, alude às sete batalhas de que Luís do Rêgo teve a cruz grande dada pelo govêrno inglês e conclui que:

“Na oitava de Goiana  
Deu os braços, esmoreceu”.

1824

Muito diversa foi a revolução de 1824 em sua causa original, nos modos, na popularidade e no resultado. Outra era então a forma de govêrno provincial: o Brasil tinha passado de reino unido a império independente e a lei de 20 de outubro do ano anterior, decretada pela assembléia geral constituinte e legislativa, criara os presidentes de província, nomeados pelo imperador e amovíveis quando o julgasse conveniente.

Nomeando o marquês do Recife para primeiro presidente de Pernambuco, exerceu Dom Pedro I um direito que expressamente lhe foi atribuído pela soberania nacional, não há negá-lo, e a justiça manda acrescentar que o nomeado era um dos mais distintos pernambucanos.

Contra êle só se alegava uma razão que lhe faz honra: a de ter renunciado antes o governo provisório de origem popular por amor da paz e por lhe faltarem meios para manter a ordem em circunstâncias perigosas, quando já se reunia força para a guerra civil. Daí como sóe argumentar a lógica da opposição ou o interesse contrariado, se concluía sem atenção à nova ordem de coisas, que era um incapaz confesso.

Na ocasião da renúncia a que nos referimos, em sessão extraordinária e grande-conselho de 13 de dezembro de 1823, a que concorreram no Recife, clero, nobreza, povo e chefes militares, ficou resolvido para não haver um intervalo anárquico, se criasse um governo precário, “devendo a sua designação ser submetida aos eleitores, que para êste fim seriam convocados; mas que se antes ou depois da eleição chegassem o presidente e o secretário nomeados pelo imperador em virtude da nova lei vigente, a êles se devia entregar o governo.

Manuel de Carvalho Paes de Andrade, presente e nesta conformidade designado por 32 votos para assumir a administração, aceitou a condição claramente expressa e significativa dos sentimentos de ordem e fidelidade que dominavam na reunião.

Entretanto, em 8 de janeiro de 1824 era eleito pelos eleitores do Recife e de Olinda congregados na Sé, com estas duas condições por êles feitas e assinadas: — 1.<sup>a</sup>, que se reconheciam incompetentes, e 2.<sup>a</sup>, que já conheciam a nomeação do marquês, contra a qual representaram no mesmo dia como “zelosos e fiéis súditos que se prezam de ser”, esperando e fiando da magnanimidade do coração do imperador que aprovasse o ato, atentas a incapacidade confessada pela pessoa que sua majestade nomeara e a apreensão do restabelecimento do despotismo que aos habitantes da província causara a dissolução da Constituinte.

E ao mesmo tempo que assim infringia uma lei sua, era por amor dessa assembléia, assím desrespeitada, que o colégio eleitoral recusava proceder à nova eleição de deputados, para a qual também fôra convocado, em vez de reeleger os mesmos da câmara dissolvida, como era o seu direito e teria sido o seu melhor protesto. Parece que êle entendeu que a ordem era para escolher outras pessoas; é o que se deduz das seguintes palavras da ata: — ... “e não tendo êstes (os dissolvidos) concluído a soberana comissão, nem substituído o seu caráter, era contrário a dignidade e decôro desta província nomear novos, e mesmo contrário a direito, porque os procuradores depois de se fazerem senhores do negócio não podiam ser expulsos senão por prevaricações ou suspeição; o que não existia nos dignos deputados desta província; e porque também o fato da dissolução do congresso



não era dissolutivo dos direitos dos povos em conservarem os seus mesmos representantes, tendo antes em sustentação da sua dignidade o testemunho respeitável de sua majestade imperial no decreto de 13 de novembro do ano próximo passado, em que altamente confessava que à exceção de alguns deputados, em todos os mais brilhavam as qualidades de verdadeiros representantes do império brasileiro”.

Eis aqui: — a revolução que começa com sentimentos de respeito e fidelidade ao monarca, tem duas causas, que são a nomeação de um presidente de província que não agrada a um grupo de homens por mais respeitáveis que sejam, são um grupo, repetimos; e a dissolução da constituinte sob o falso suposto de que os seus membros foram condenados à inelegibilidade. A província tinha então, segundo as instruções de 19 de junho de 1822, além dos colégios do Recife e de Olinda, únicos que se pronunciaram do modo exposto, os de Garanhuns, Vila de Flores, Vila da Barra, Carinhanha, Campo Largo e Cabrobó; e um partido forte apoiava o marquês do Recife.

Apesar disto, Dom Pedro I — tal era o seu espírito de conciliação e desejo de harmonizar os ânimos para o gozo das instituições livres, por decreto de 24 de abril do mesmo ano nomeou outro presidente, — José Carlos Mairink da Silva Ferrão, residente, casado e ricamente estabelecido no país”, diz o decreto, insuspeito aos dois partidos e um dos liberais comprometidos na revolução de 1817.

Nesse ato explicado e justificado com razões procedentes e sentimentos de amor ao Brasil e benignidade para com todos o imperador promete “perfeita anistia e todo esquecimento do passado”.

Quanto à dissolução da constituinte, o fato era irreduzível e estava aceito pela grande maioria dos brasileiros. Afóra uma concessão neste ponto, por impossível, tudo mais quanto é lícito, prudente e decoroso se tenta para chamar os revoltosos à paz.

O mesmo lord Cockrane, à frente de uma divisão naval, deixa de proceder com o seu costumado rigor, diz Armitage, que não é suspeito; experimenta diversos meios de conciliação, faz grandes esforços para entender-se pessoalmente com Manuel de Carvalho, e só rompe indignado, quando êste lhe oferece quatrocentos contos de réis para se bandear com êle.

Pode ser que Dom Pedro I, herdeiro de um trono na Europa, e atento ao modo por que todos os gabinetes europeus olhavam para a independência do Brasil, procurasse andar no duplo espírito de sua nova pátria e da doutrina monárquica no velho mundo, como disse Beauchamps; pode ser como disse Natividade Saldanha que êle por um lado se submetesse à cartilha da Santa Aliança, segundo a qual as constituições deviam ser outorgadas pelos reis e não decretadas pelo

povo e por outro lado quisesse abrir a porta que a constituinte lhe fechara para a herança da coroa portugueza, mas seja como fôr, e pondo de parte tudo quanto de espírito faccioso e nativista e de má compreensão dos princípios novos punha em risco a viabilidade do nascente império liberal da América do Sul, o que é certo e indiscutível é que elle nunca pensou em voltar ao absolutismo. Nem Dom João VI, quanto mais seu magnânimo filho ! De João VI, suspeito a Portugal por sua preferênciã ao Brasil, e cujo regresso à metrópole se quis impedir no Rio de Janeiro à fôrça, disse Alexandre Herculano, liberal de tẽmpera rija e carãter immaculado, assim como historiador severamente justo, que elle não concorreu para a queda da constituição portugueza de 1822; que os liberaes podiam ter feito do bom velho um dos mais belos tipos de rei constitucional; que muitos choraram a sua morte; e finalmente que quando os absolutistas queriam impedi-lo para a tirania achavam de sua parte resistẽcia invencível. A sua única tirania era contra as galinhas gordas, bem adubadas, que sua majestade se comprazia de espedaçar, sem faca nem garfo com suas reais mãos. De Dom Pedro I diz o mesmo juiz íntegro e severo que o herói da independência do Brasil, requestado e adulado pelos absolutistas portuguezes respondeu-lhes outorgando a seus novos súditos uma carta melhor que a constituição democrática do tempo do pai; foi por isso e só depois disso que se levantou a questão da sua legitimidade. “A história do liberalismo em Portugal, acrescenta o autorizado escritor, foi uma comédia de mau gôsto até o drama shakspeeriano em que appareceram as duas grandes figuras — Mousinho da Silveira e o filho de Dom João VI”.

Os fatos praticados em Portugal onde havia um fortíssimo partido absolutista, e sob as vistas dos monarcas da Europa, são a confirmação *a posteriori* da lealdade, já por tantos modos significada, com que Dom Pedro I, resolutamente se identificara com a liberdade no Brasil.

Príncipe regente, opõe-se a que se desorganize o reino criado por Dom João VI tirando-se-lhes rendas, tribunais, repartições, exército próprio e o centro administrativo; defende e restabece a sua unidade; malquista-se por isso com a metrópole; é mandado retirar-se, o povo pede-lhe que fique, e para comprazer à súplica o filho e súdito desobedece a seu pai e rei; por fim recrudescendo a luta, põe-se à frente da revolução, proclama a independência.

Como imperador, se dissolve a constituinte, dá, promulga e jura uma constituição libérrima.

Tateando o regime em que todos eram novatos, Dom Pedro vacilla, erra por defeito de temperamento e educação, excede-se muitas

vêzes em violências repreensíveis e rigores desnecessários, mas que governo livre e em que país não passou por longo aprendizado e não tem as suas nódoas de sangue? Quanto tempo e quantos transe dolorosos e trágicos foram necessários à Inglaterra para chegar à época pacífica e feliz em que a casa de Hanover consentiu no governo dos homens políticos designados pela confiança da Câmara dos Comuns? Que república pode dizer-se neste ponto mais afortunada que a melhor das monarquias constitucionais e representativas, fruto da energia do povo inglês, aliada à paciência, à moderação e ao espírito conservador? O império nascente teve as suas vítimas, confessemos, mas o futuro historiador, quando balancear o martirologio de então com o de hoje, e cotejar as causas e os processos, é quem dirá se a democracia pura, depois do muito que se tinha adiantada em liberdade, justiça e tolerância, não confere maiores tristezas.

Foi por uma vã suspeita de despotismo, queríamos nós mostrar com tôda esta digressão, que, apesar de perseverantes esforços pela reconciliação, Manuel de Carvalho arrastou parte dos pernambucanos e dos povos vizinhos para a calamidade da guerra civil, proclamando a Confederação do Equador, e convertendo assim um movimento de representação, com desobediência à lei, é certo, mas ao mesmo tempo com protestos de zelosa fidelidade à monarquia em revolução radical para mutilar a grande pátria!

O barão de Goiana foi um dos eleitores de Manuel de Carvalho em 8 de janeiro, e dos signatários da representação da mesma data. Por algum tempo esteve em ação com todo o entusiasmo juvenil dos seus vinte e sete anos, mas quando percebeu que se escorregava para a república, dizia êle, não quis chegar até lá.

Isto significa que se emendou antes do sacrifício inútil de preciosíssimas vidas, e muito mais cedo do que Manuel de Carvalho, senador do império em 11 de janeiro de 1834, e bom converso até 18 de junho de 1855, dia em que faleceu; significa também que a reflexão e os sentimentos de justiça levaram-no a ficar inativo, convencido, como a grande maioria de Pernambuco, e das províncias coligadas, de que a liberdade não perigava com a vitória do imperador.

Seguiram-se anos de recolhimento e esforçado labor, — o tempo das perdas e dificuldades a que nos referimos; e exatamente quando o jovem ex-revolucionário nelas apurava a sua energia e natural superioridade surpreendeu-o a eleição de presidente da câmara municipal como o vereador mais votado, ficando em segundo lugar o coronel Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, senhor do engenho “Jacaré”, homem importante, tio dos viscondes de Suassuna, Albuquerque e Camaragibe.

O barão de Goiana não hesitou um momento, corrigiu logo o erro das urnas, pedindo ao coronel que assumisse a presidência, porque êle tinha justos motivos de excusa. Os justos motivos eram, além da necessidade de endireitar a casa, solvendo os compromissos, a sua generosidade sem falha em tôdas as circunstâncias, e o respeito que se guardava então à hierarquia da idade e da distinção social pelos serviços já prestados.

#### ESPLENDOR E DECADÊNCIA DE GOIANA

Este belo exemplo leva-nos em saudosa recordação ao passado da comarca de Goiana, à época de sua preponderância na balança política de Pernambuco. Com as tradições mais próximas à meninice e com a própria observação vemo-la em espírito, na feliz aurora da nossa vida, próspera, unida e forte. Os senhores de engenho formavam uma classe grave, unida, benéfica e hospedeira; tinham bom tratamento; montavam cavalos gordos bem ajaezados; acompanhavam-se de pagens com as suas fardas agaloadas; o povo estimava-os e saudava-os reverentemente; na cidade iam de casaca às festas de igreja, às vereações, ao júri e às eleições; seus nomes nos acodem à memória como exemplares de honra e prestígio; eram: na freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, o senador Afonso Maranhão, de “Megaó de cima”; o coronel Paula Cavalcanti de Itapirema; Antônio Doirado de “Megaó de baixo”; os Pinheiros de Itapessoca; os Coelhos Catanhos de Massaranduba; os Tavares da Rocha de Macaco; e mais tarde Raposo Falcão no engenho que foi do senador; na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, o coronel Luís Francisco, de Jacaré; seu sucessor tenente-coronel Francisco Maranhão, o coronel Antônio Francisco, depois barão de Bujari; Manuel Vieira, de Calugi; padre Luís de Mussumbu; Manuel Tomaz Rodrigues Campelo, pai do barão do Rio Formoso, rendeiro do Engenho Novo; e genro do coronel Viana, de Goiana Grande; os irmãos Paes Barreto, — Francisco, que morreu senador e Antônio — rendeiros de Mariana; o coronel Bento Rebelo de Meréré; seus irmãos Dr. José Inácio e Amaro Gomes, de Trucunhãem; José Camelo, de Matari; os irmãos Miguel e Cristóvam Vieira de Melo, de Vargem Grande; José Tavares, de Diamante, seu filho coronel Henrique, de Miranda; o genro Tomé Ribeiro, de Serigi; os irmãos José e Manuel Correia, de Pedregulho e Uruaé; Manuel Paulino, de Pau-amarelo; seu genro coronel Manuel Velho Barreto, de Merepis; Felipe Cavalcanti, do Retiro; Araújo, de Gutimba; Miguel Joaquim, de Mazagão; Domingos Lopes, de Poço-



redondo; muitos outros e enfim o coronel João Joaquim, do Bonito, depois barão de Goiana, na freguesia de Itambé, Paula Gomes — presidente do governo Constitucional de 1821 e do governo provisório quando foi deposto o do Gervásio Pires — rendeiro de Teixeira; Ludovico Cavalcanti, de Cachoeira; os irmãos Manuel Guedes e Joaquim Guedes, de São Sebastião e Meirim; Dr. Cavalcanti Lins, de Pau-amarelo; João Álvares, do Jardim; Joaquim Correia, de Canabrava; os Rochas Farias, de Perori; os Silvas Freires, de Vunda e Salgado.

Na cidade havia famílias respeitáveis que mantinham a decência e o recato dos costumes antigos. Seus chefes eram pessoas consideradas, proprietários urbanos e capitalistas como Manuel Gonçalves de Faria, Dr. Bernardo de Sá, Loiola, Ribeiro de Sousa, o morgado de Mariúna, Dias da Costa, Tavares da Silva, pai do desembargador Hermogenes, Amorim e outros. O comércio tinha representantes ativos e acreditados como entre muitos, João Lourenço, J. Francisco Fernandes, Bartolomeu de Albuquerque, Lucas de Melo, Manuel Cavalcanti, Batista Rodrigues e Alves de Sousa. Dentre os artistas distinguiram-se o relojoeiro Miranda, o ourives Paulo, o marceneiro Borges, o alfaiate José Ferreira, o pedreiro Sabino, o carpinteiro Coelho e o ferreiro Fagundes, homens de casaca, bem recebidos em tôdas as rodas pela estima que mereciam.

Também nas povoações viam-se homens bons e influentes, bem aceitos em tôdas as casas e com voto nos negócios públicos, — em Catuama, Gonçalves de Azevedo; em Ponta de Pedras, Ferreira de Aguiar; em Tabatinga, major Santos e Antônio Gonçalves; em Carne de Vaca, João Ribeiro; em Tejucupapo, o major Xavier que hospedou o imperador quando foi ver a célebre paliçada onde foram derrotados os holandeses, e no sítio Boa Vista do engenho Macaco o tenente-coronel José de Sá Gadelha; em Goianinha, o tenente-coronel Rocha Granja e o padre Félix Maia; em Nossa Senhora do Ó, o tenente-coronel Manuel Xavier, o capitão Ribeiro e o padre Manuel Paulino de Sousa; na Lapa, o padre Martiniano; em Pedras de Fogo, hoje cidade de Itambé; o tenente-coronel Mariano Ramos, os capitães Antônio Gonçalves, Raimundo Lima e Valente; em Timbaúba, também nova cidade, Guimarães, Aranha, Montenegro, Bruno, Campos e Raposo, em Cruangi, os padres Fel'pe e Diogo Custódio Pinto, major Vaz e Lima.

O clero era representado por sacerdotes, como o vigário Monteiro, sempre de coração e casa abertos aos paroquianos; Domingos Álvares Vieira, seu sucessor, que foi conselheiro do governo de Manuel de Carvalho, deputado geral e incluído em lista senatorial pela província da Paraíba; Manuel dos Reis Curado, professor de latim

autor de uma gramática e membro que foi do governo constitucional; seu irmão Reis Salema, lembrado para 1.º bispo do Ceará, homem de saber e virtudes que se divorciou do viver social para dar-se toda à oração e aos estudos; monsenhor Camelo de Andrade, que foi reitor do Seminário de Olinda, governador do bispado e Chantre; padre da Silva Brandão, excelente professor, músico hábil e de uma alma inocente e puríssima, muitos outros na cidade, nas freguesias de fora, nas povoações e nas capelas filiais, além dos que se estabeleceram no Recife, em Olinda e em diversas comarcas. Nesse tempo, eram goiannenses os três professores do curso de teologia do Seminário a saber: o Deão, Dr. Far'a, o arcediogo Dr. Manuel Tomaz e o padre mestre Manuel da Trindade. Podia-se dizer que Goiana era a terra dos padres, e quase todos bons cantores. A semana santa que ali se celebrava todos os anos era a mais solene que temos visto pelo completo das cerimônias e pelas vozes.

O convento do Carmo tinha frades, respeitados e ouvidos em política. O prior frei Antônio de Santa Rosa de Lima, fazia bons sermões. O convento da Soledade estava cheio de freiras verdadeiramente devotas e laboriosas, geralmente veneradas. Fazia gosto ouvir os seus cânticos em câro durante a missa, nas festas e nas orações diárias.

O fôro era animado; em nenhuma da província processava-se e pleiteava-se melhor. Os magistrados em geral foram bons e dos mais distintos. Aos velhos advogados Franco e Sá, pai de Nunes Machado, notavelmente proficiente sucediam os doutores Caldas e Cunha Machado, jurisperitos eloquentes e ardidos na luta, dois adversários dignos um do outro; os irmãos Domingos e Honório, Vaz Curado, também hábeis e ativos e em seguida Luís Gonçalves, de palavra fácil e musical a fluir de fonte inexgotável em jatos mais e mais ascendentes.

Ninguém o teria excedido neste dote natural se a tempo êle se houvesse exercitado e educado na escola dos nossos grandes oradores parlamentares.

Os tabeliães e escrivães eram homens sisudos, por exemplo — Leite, Andrade e Rochedo.

A medicina em toda a altura científica tinha a sua muito competente representação no Dr. Arruda Câmara, irmão do sábio naturalista Manuel de Arruda, e era também exercida pelo cirurgião Guimarães Peixoto, bem prático que, conquanto muito inferior em conhecimentos, não desmentia com a inteligência a fraternidade do célebre professor barão de Iguaçu.

Vinham depois os Drs. Firmino e Cunha Melo, o primeiro bem inteligente, o segundo — um talento exuberante, a quem sobrou modestia e faltou um grande campo de ação.

Não citamos outros mais modernos, porque chegaram muito depois da época que recordamos. E como havia bons médicos, não faltavam bons farmacêuticos; são dignos de especial menção Bento Crespo e Vicente Ferrer.

O povo era trabalhador, ordeiro e religioso. Raro era o cidadão ou o habitante de povoações que não residisse em casa própria. O camponês em geral ou era pequeno proprietário ou lavrador meheiro procedente de famílias tão antigas quanto as dos senhores de engenho, a que viviam agregados, ou mais exatamente associados. Na mesma propriedade sucediam-se as gerações de uns e outros nas melhores relações de protetores e protegidos, compadres e amigos para a vida e para a morte.

O campo respirava então mais força, abundância e conforto. Debalde procura-se hoje aquêlê aspecto patriarcal, a antiga poesia da vida rural, a alegria singela do pobre de camisa lavada em sua casinha cercada de flores e fruteiras; fala sobretudo a paz, a confiança e reciprocidade de sentimentos que então havia entre o pobre e o rico, entre a choça e a casa grande do engenho. Quanto à religião, todos a praticavam respeitosamente nas nove igrejas, belos templos da cidade, nas matrizes das outras freguesias, nas capelas filiais e nas igrejas ou oratórios dos engenhos. Não havia povoação sem padre sustentado por meio de contribuições voluntárias dos habitantes — as porções como se dizia, — e poucos eram os engenhos que não tinham capelão.

Tal era por alto, com muitas omissões de nomes e fatos, o estado da comarca de Goiana há mais de meio século. Cada família tinha a sua solidariedade natural de sangue, caráter e costumes, observada como um dever religioso, e acima dessa solidariedade particular estava a solidariedade contrerrânea pela qual todos se entendiam e cooperavam para o interesse público, para a paz e a importância do seu torrão.

Graças a isto houve o movimento imponente e irresistível de 1821; graças a isto, quando muitos anos depois o senhor do engenho Catu, servindo-se de um instrumento insolente e odioso, rompeu a harmonia existente, todos os outros se reuniram e em proposta pacífica que denotava resolução enérgica lhe disseram: compramos-lhe tudo quanto tem, contanto que se retire; e assim se fez.

Graças ainda à mesma causa a judicatura eletiva e a polícia, eram exercidas pelos melhores cidadãos, penetrados dos sentimentos de justiça e de decôro local; o juiz de Paz tinha capacidade para deci-

dir as questões de sua alçada e fôrça moral para dissuadir as partes de demandas ruinosas; o eleitorado representava opinião conscienciosa e homogênea; a eleição era uma coisa honesta e leal; escolhiam-se para vereadores os grandes proprietários e os letrados de maior conceito; o procurador da câmara era um velho respeitável, José Luís da Silva Barbosa, em cuja casa se hospedavam muitos senhores de engenho; o secretário era o filho Antônio Rufino, sério e habilíssimo que escrevia bem e com excelente letra; os fiscaes correspondiam em zêlo ao caráter geral da corporação. Por sua vez a guarda nacional t'inha à sua frente as pessoas de proeminência indisputada como o coronel Paula, de Itapirema, o barão de Goiana, o barão de Bujari e o comendador Viana; era instruída por officiaes do exército e disciplinada, fardada e armada, reunia-se para exercícios, revistas e paradas nos dias de festa nacional e de Nossa Senhora do Rosário, orago da matriz. Tão luxuosamente se apresentavam nas ocasiões mais solenes o comandante superior, o seu estado maior, os comandantes dos corpos e os officiaes que a impressão daí recebida na puerícia não se nos apagou diante do mesmo aparato nas grandes cidades.

Feliz época que nos infunde a dolorosa saudade do bem perdido! Ainda alcançamos os clarões vividos de sua alegria, e não tardou que vissemos o seu triste bruxolear. As visitas de assíduas e festivas tornaram-se espaçadas e retraídas; muitas das amizades, antes íntimas e confiadas, passaram a cerimônias e suspeitas; algumas converteram-se em rixa e ódio; a confinidade fêz-se distância; o parentesco desnaturou-se para estranhar, e, como acontece nas lutas contra os deveres de sangue, agravou a desavença. Estava quebrado o encanto da união e da fôrça de Goiana, e foi a paixão partidária que desdeu o nó patriótico, — nó sagrado, porque a concórdia é santa e abençoada por Deus.

#### A REBELIÃO PRAIEIRA

Datou a nova fase da situação política que se denominou a *Praia*, porque na rua dêste nome, no Recife, faziam-se as reuniões dos chefes e se estabeleceu a imprensa de combate. O papel preponderante que nisso tiveram Nunes Machado e Urbano, bem aparentados e estimadíssimos em Goiana, influuiu para que ali repercutisse quase unânime o grito dado na capital contra o domínio exclusivo de uma família manchada de infâmias e de crimes individuais que agonizaram a alma pura do conde da Boa Vista, e puderam zombar de todos os seus



esforços para a justa repressão. Elle mais de uma vez foi ameaçado em sua existência por parentes degenerados e quem o conheceu de perto pode crer que mais que a morte, lhe doia ver em sua honrada administração valhaçoitos de ladrões, assassinos e traficantes de africanos, criminosamente importados que o povo imputava à fraqueza, sinão à tolerância e — ainda pior — à cumplicidade do presidente da província e poderoso chefe político. Daí, a sua impopularidade e a pujança com que nasceu o partido *praieiro*, dirigido por homens de talento que o conde não aproveitara ou alienara de si, e a princípio bafejado pelos viscondes de Suassuna e de Albuquerque, dois ministros da maioridade, que desde a eleição do regente, em que o marquês de Olinda venceu o segundo, tinham contas a ajustar com êste e com o representante de sua política em Pernambuco.

Pareceu-lhe azada a ocasião para criarem um partido seu, e nisto se enganaram porque a *praia* organizada a voz de guerra aos Cavalcantis, quando se sentiu forte não quis admitir exceções, suspeitando talvez uma mistificação como mais tarde os disse francamente a respeito de Albuquerque, ministro em 1845, que aliás lhe mandara o seu idolatrado presidente Chichorro da Gama.

Nesse primeiro momento o mesmo Paulo de Itapirema, cunhado de Boa Vista e parente próximo de Suassuna e Albuquerque, hesitou ou não quis quebrar a união da comarca; não aprovou que por sua conta o fizesse o tenente coronel Francisco Maranhão, seu cunhado e de Boa Vista; tinha, talvez, a prudência de esperar a volta dos amigos que a onda arrastava; não queria que se abrisse luta, dizia elle ao visconde de Camaragibe, com o seu amigo barão de Goiana, obrigado pelo parentesco a não contrariar o cunhado Manuel Paulino, o primo Nunes Machado e dois sobrinhos que acabavam de formar-se, Cunha Machado e Viriato, *praieiros* decididos, com o mesmo Manuel Paulino tinha tôdas as atenções, vimo-lo em nossa casa de passagem para Pau Amarelo, a uma visita de velha amizade.

O barão de Goiana por sua parte ia com todo o seu coração para os parentes e amigos; ainda não se lhe tinham descortinado os novos horizontes; não havia chegado a ocasião de pôr em confronto o sentimento e a razão; quando isso acontecesse, com certeza ao primeiro sobrepujaria a segunda; a emenda seria então franca, leal e honrosa.

Obedecendo simultâneamente ao impulso do seu caráter e aos laços de família, elle sem mais indagação tinha simpatizado com o grande movimento popular de independência e moralidade, que foi a *praia* em seu início; mas ficava o mesmo homem justo em seus juízos sôbre as pessoas, tolerante das opiniões alheias, e apesar das di-

vergências firmemente delicado aos bons amigos. Daí nasceu o primeiro choque com Manuel Paulino.

Uma carta em que Nunes Machado, velando pela harmonia, lhe comunicava as queixas desse parente, assinala como principal as visitas a Itapirema. Era a tirania exercida em nome do partido sobre uma lealdade nunca suspeitada, a exigir o rompimento de antigas e íntimas relações, como se o adversário político, — e adversário ainda pouco definido — fôsse um excomungado vitando. “Nunca, respondeu o inculcado, darei a quem quer que seja o direito de regular as minhas afeições”. Referindo-se aos maus efeitos do espírito de partido, às animosidades e às lutas violentas que êle produz, diz um estadista inglês que nas divisões políticas e nos pleitos eleitorais está o arsenal da liberdade e da prosperidade nacional; aí, como o ferro entre as chamas e sobre a bigorna estrepitante, recebe a liberdade a sua forma, a sua ténpera e a sua força. A julgar-se pela agitação e pelo estrépito a *praia* queria dar um produto de primeira qualidade; mas dentro de pouco tempo viu-se que os seus clubes, os seus cinco mil populares, dirigidos por um frade eloquentíssimo, degeneraram em turbulência perigosa, e de uma feita em motim criminoso contra o qual o intrépido e magnânimo Nunes Machado, precisou para contê-lo distribuir espadeiradas à direita e à esquerda, começando por um compadre que era o mais exaltado. A linguagem da imprensa e da tribuna tinha chegado aos extremos da injúria e da calúnia. Todos os adversários eram ladrões; daí o nome de *guabiru*. Inventavam-se espetáculos que acendessem a ira do povo, como a apresentação de um homem livre com cicatrizes nas costas que dizia ter sido vendido para Cuba onde o azorrague de senhor lhe tinha retalhado as carnes.

Apedrejavam-se as casas em que se reuniam os *guabirus*. Prendia-se e processava-se por crimes imagináveis para fins eleitorais. Em Goiana o tenente-coronel Francisco Maranhão foi lançado na enxovia para não ir à eleição. Pela mesma razão formou-se culpa ao Dr. Caldas. Vieram mais tarde processos coletivos que como rêdes de arrastar, apanharam muitos proprietários e cidadãos honrados. A um padre que invocava o favor divino para a terra em que estava faltando paz fêz-se descer do púlpito para a prisão.

O organismo social precisa de paz e seguridade para viver e por si mesmo naturalmente reage para eliminar a enfermidade que o perturba. Contra o estado violento em que se achava reagiu a própria *praia*, da qual se destacou com a denominação de *praia nova* a parte moderada que afinal foi engrossar o partido da ordem. Nêle já estavam desde as primeiras decepções todos os homens de espírito or-

deiro que momentâneamente se tinham deixado arrebatado pelo encanto do programa *praieiro* e por l'gações pessoais. O barão de Goiana era um dêles.

Um grande lucro, entretanto, se obteve de todo êsse movimento e é justo levá-lo ao crédito da *praia*. Ela tornou impossível em Pernambuco o predomínio da família. Esta idéia estreita pode estar ainda na cabeça de algum enfatuado *hobereau*; mas aí mesmo está sepultado em túmulo escuro. Contra semelhante pretensão sempre se manifestou e procedeu sistematicamente o venerando visconde de Camaragibe, quando chamado a tomar no partido conservador o lugar de chefe para compor as velhas contendias do seu irmão Suassuna e de seu primo Boa Vista. Ele confessava os antigos erros da família; reconhecia que a *praia* os tinha corrigido por meio do mais impo-nente pronunciamento popular e todo o seu empenho era colocar-se na corrente da opinião pública, aproveitar tôdas as fôrças da província, e pô-la enfim em condições de poder influir legitimamente na política geral do império. Uma das suas preocupações era habilitar pernambucanos para o govêrno do país, e nunca houve de sua parte ato ou palavra que denotasse preferências por amor do parentesco.

Infelizmente para o barão de Goiana, o ter sido um dos primeiros que tomaram resolutamente no partido conservador o lugar a que o chamara sua razão esclarecida pelos fatos resultou-lhe uma ferida com a qual até a morte sangrou o seu coração afetuosíssimo: — a inimizade irreconciliável e hereditária de uma parte da família. Ao passo que pôde manter com quase todos os *praieiros* parentes e estranhos as mais cordiais relações particulares, visitando-os, reunindo-os em sua casa, o rompimento com seu cunhado Manuel Paulino foi completo; só se avistaram uma vez e de modo que confirmou a separação. Estava para morrer a irmã, e o barão não pôde resistir ao dever da última despedida; inopinadamente apareceu em Pau Amarelo, e foi recebido delicadamente por Manuel Paulino que lhe disse com lágrimas: — “Compadre, a flôr que recebi de suas mãos está murchando, vai desfazer-se”. Foi para beijá-la na hora extrema que aqui vim, respondeu o barão também com lágrimas, mudos dirigiram-se ao leito da moribunda. O marido retirou-se, mas provavelmente ouviu o colóquio dos dois irmãos a soluçarem e a se lamentarem do afastamento em que tinham estado. Na saída, o barão só encontrou para acompanhá-lo até a porta um dos sobrinhos.

Por que um homem que não conhecia o ódio nem a vingança, tão fácil em esquecer ofensas não aproveitou o ensejo para a reconciliação, que seria o último prazer de sua irmã?

Passemos esta página triste, onde veríamos o mau vêzo, que se tem arraigado de difamar o adversário, de denegrir-se um povo a si mesmo por imputações recíprocas, que a consciência do próprio acusador repele. O barão, que não sabia injuriar, doia-se muito dos aleives e insultos. E a influência da injúria por tôda a parte e em todos os tempos foi funesta; ela ateou as guerras civis; “a má língua, diz a Bíblia, destruiu as cidades veneradas cheias de homens ricos, e fêz derribar as casas dos grandes; desbaratou as fôrças dos povos e desfez as nações fortes”.

O último e mais grave êrro da *praia* foi a rebelião de 1848. Manuel Paulino não aprovou e ficou inativo, incorrendo por isso no desagrado dos correligionários. Para se vingarem do abandono foi que êles de propósito esperaram em Pau-Amarelo o combate que ali foram dar-lhe as fôrças do govêrno, em sua perseguição depois da derrota de 2 de fevereiro no Recife. Nunes Machado que tinha partido do Rio de Janeiro para impedir a tresloucada *inter-presca*, cedeu às solicitações e sobretudo à calúnia de que ia comprado pelos portugueses. Êle tinha tôdas as coragens, dizia o marquês de Paraná, menos a de resistir aos amigos; de mais a mais impressionável e suscetível entendeu que o melhor modo de responder à infâmia suspeita, — oh! maldita intriga! — era dar a sua preciosíssima vida por uma causa que condenava.

Apesar do exemplo do primeiro, desautorado pela última resolução do segundo estavam mais ou menos comprometidos muitos parentes e amigos seus que também o eram do barão de Goiana.

Portanto, além do horror à guerra civil, natural e poderoso nas almas generosas, tinha êste razão especial para não pegar em armas. Nem sequer aceitou o cargo de delegado de polícia que o marquês de Paraná lhe ofereceu.

Dava ao govêrno todo o seu apoio por outros modos; mas não queria ser mau delegado ou mau parente; como delegado não poderia continuar o agasalho que estava dando a diversos rebeldes retirados da luta e a outros que provavelmente o procurariam.

Tal foi a sua resposta, que o presidente, magnânimo e leal como era, acolheu com tanto agrado, que lhe pediu a indicação de um nome. O barão indicou o coronel Antônio Francisco, depois barão de Bujari, não prevendo, — e se o previsse seria o mesmo — que apresentava o seu futuro rival. Não havia, na ocasião, quem reunisse melhores condições, nem iguais, para fazer uma política moderna e insuspeita.

Era um homem rico, sem laços de família na comarca, brando, honrado e geralmente benquisto.



A indicação do seu nome era, pois, um ato de consciência e lealdade com que um cavalheiro correspondia à confiança de outro cavalheiro.

Pouco antes de morrer, temos dúvida se em 1851 ou no ano seguinte, Manuel Paulino mandou ao cunhado, compadre e íntimo amigo que fôra, êste recado que fêz o portador repetir para verificar se o tinha decorado.

— “Diga a J. Joaquim que eu morro, mas deixo dentro do seu partido em meu lugar o coronel Antônio Francisco; diga-lhe mais que na política êle será como os oito e nove do baralho que se excluem dos jogos finos”.

— “Nem morrendo me esquece! exclamou o destinatário; pois eu cá sempre honrarei sua memória e respeitarei os laços que nos uniram”. Não cremos que o moribundo se houvesse referido a trabalho próprio para preparar a dissidência; mas, sagaz como era, e de rara finura, viu claro os elementos com que êla se formaria e os tinha apontado ao enteado Cunha Machado, segundo a êste ouvimos; percebeu que já a instigavam secretamente dois juizes políticos, a quem desgraçava a independência do barão de Goiana, a sua franca opinião no sentido de rigorosa neutralidade da magistratura, não lhe reconhecendo por modo algum o direito de dirigir a política local; e não podia escapar-lhe que, iniciada a rivalidade, o barão de Bujari tinha para apoiá-lo oficialmente o secretário do govêrno, seu sobrinho, homem sério, hábil, ativo e muito considerado. O fato é que em breve começou a luta dos dois amigos e correligionários, a mais renhida, acidentada e dispendiosa que se viu na comarca, e talvez na província, por efeito de perversas e mimosas intrigas urdidas principalmente, — é triste dizê-lo, — por magistrados que tinham o sagrado encargo da justiça, da paz e da ordem, e que contrariamente ao seu dever, para alcançarem predomínio indébito recorriam ao princípio maquiavélico de — dividir para reinar, atirando uma contra a outra duas influências legítimas de alto valor.

#### UMA BATALHA POLÍTICA

Aceitando sobranceiro o desafio das autoridades judiciárias e policiais, quando o poder delas tinha crescido com o esmagamento da revolta praieira e parecia indisputável, o barão de Goiana logrou vencer sem muito esforço as eleições municipais do quadriênio de 1853 a 1856; foi o presidente da câmara, composta de amigos seus; e demonstrou sucessivamente a sua influência em tôdas as reuniões do

colégio eleitoral apesar do trabalho insistente e cada vez maior dos adversários, a quem pouco a pouco as demandas e as dependências do fóro faziam ganhar caminho, sem que aliás se pudesse medir exatamente a distância, porque a eleição era por província e os candidatos em geral os mesmos indicados pelo diretório central a que ambas as parcialidades obedeciam. A prova real tinha que ser tirada na execução da lei Paraná, quando a comarca de Goiana com uma freguesia da de Nazaré passou a distrito eleitoral de um deputado à assembléia geral e três à provincial.

Longos e ruidosos foram os preparativos dêsse duelo de morte. Gemeram os prelos com publicações de tôdas as espécies.

Não houve casebre que não fôsse visitado, nem votante que deixasse de ser vivamente requestado. Multiplicaram-se as reuniões e os discursos de variados tons e gostos. Cada partido tinha a sua banda de música a estafar-se em ajuntamentos e passeatas. A polícia inventou para os inspetores de quarteirão, uma farda semelhante à dos oficiais de marinha, e com êle se compõe um regulamento de espada à cinta, que arrolava, seduzia e ameaçava os cidadãos ativos, prendendo algumas vêzes — como amostra de pano — os recalcitrantes para averiguações policiais, faculdade elástica e muito abusada de que o gabinete Rio Branco expurgou a legislação.

A opinião local, já de si mesma sensitiva e agitável, com tantas provocações por tal modo se alvoroçou em grandes massas que ao governo pareceu perigar a ordem pública; e foi com êste motivo que na eleição de vereadores e juizes de paz, anterior à dos eleitores mandou refôrço de tropa ao delegado: refôrço que serviu para cercar durante uma noite a igreja de Itambé, por sua intimação esvaziada em prejuízo da guarda dos interessados, enquanto os ladrões de urna, prèviamente escondidos por detraz de um altar, substituíam papéis fechados à chave e a lacre, e rubricados pelos mesários, por outros em que as rubricas eram grosseiramente falsificadas e o lacre de outra côr. Desta arte fêz-se na freguesia, onde a eleição tinha sido adrede procrastinada, uma maioria que deu a câmara municipal à polícia.

Justamente indignado por esta desvergonha em que participara como elemento indispensável e decisivo, o comandante do corpo de polícia, enviado da capital para manter a ordem, o partido defraudado levantou altos brados e declarou-se precavido para impedir a repetição no próximo pleito. O presidente Sérgio de Macedo por sua parte mostrou-se mais cuidadoso e até apreensivo de uma comoção *nativista* contra portugueses, sòmente porque escritos anônimos de pouca importância tinham censurado alguns que, infringindo o costume geralmente observado na província, intervieram na luta, levados de antipa-

tia ao Dr. Francisco Carlos Brandão por ter opinado uma vez na Câmara dos Deputados em prol da nacionalização do comércio a retalho; idéia em que não insistiu, e que nunca teve entre nós a popularidade que mereceu em Portugal contra os ingleses. A paz dependia exclusivamente da polícia, e entretanto, foi para o barão de Goiana que o governo se voltou, chamando o à fala.

Para significar que ia a palácio a serviço público, o barão que era comandante superior da guarda nacional apresentou-se fardado com os seus ajudantes de ordens. A conversa começou em termos gerais pela paz e harmonia que deviam reinar entre cidadãos prestantes no tom de conselho que o aconselhado delicadamente declinou, dizendo ao presidente que não duvidava de sua boa fé, quando o via desconhecer a verdadeira causa das perturbações, e chegou a êste final, branda e tardamente articulado: — “Na idade em que estou nunca fui, nem posso ser suspetado de desordeiro; a mais leve insinuação neste sentido seria um insulto que eu não poderia ouvir; o que faço e farei resolutamente, custe o que custar, é defender o meu direito e dos meus amigos contra a fraude e a violência”. — “Não fiz insinuação, respondeu Sérgio Macedo, nem creio que V. S. esteja fazendo ameaças”. — “Para ameaçar não viria eu à presença do presidente da provincia, replicou o barão, e insinuações já disse que não ouviria...”

O matuto franco e altivo e o velho e fino diplomata despediram-se cerimoniosamente.

Ainda não se conheciam bem.

O primeiro maguado pelo que tinha sofrido e pela falta de providências, saiu desconfiado da diplomacia.

O segundo ficou pensando no modo de remediar a sua situação sem sacrificar o seu delegado.

Nestas circunstâncias interveio o visconde de Camaragibe, que se conservava neutro embora propendesse para o barão de Goiana, sem o qual, tinha-lhe dito Paulo de Itapirema, e êle repetia, não se podia fazer a política conservadora da comarca.

De uma condição sabia que o seu amigo não cedia; é que o deputado do Quinto Distrito fôsse goianense, não por espírito de bairrismo, mas por entender que a terra que sempre deu distintos deputados e tinha muitos filhos habilitados, não podia preferir um estranho para a representação local. Isto pôsto, o primeiro trabalho do visconde consistia em ver qual dos goianenses podia ser aceito por ambos os contendores.

Apresentaram-se dois; o Dr. Ferreira de Aguiar depois barão de Catuama, e o Dr. Caldas Brandão, ambos eleitos para a legislatura

que findava; de um e de outro era o barão de Goiana amigo. Brandão nascido no engenho “Bonito” de um casal de lavradores meeiros que muito estimara, parecia-lhe mais popular. Ao barão de Bujari o primeiro era quase indiferente e o segundo antipático. O seu candidato afixado era o Dr. Joaquim Portela, cunhado do sobrinho, que foi secretário da presidência de Pernambuco e faleceu presidente do Piauí; candidato em verdade simpático a todos e ao governo e muito recomendado pelo marquês de Olinda. Dêle também era amigo o barão de Goiana, que só o excluía pela razão da naturalidade. Dizia-lhe porém, e ninguém queria crer que o verdadeiro candidato *in pecto* de Bujari era o visconde de Sousa Carvalho, para quem tudo se preparava em segredo, a fim de que aos seus sustentadores não faltasse o apoio oficial. Esse homem extraordinariamente ardiloso fêz prodígios de disfarçada atividade; viajava durante a noite, desaparecia sem saber para onde, e muitas vêzes ouvia nas alcovas as conversas que os seus competidores tinham nas salas, aproveitando-se de tôdas as suas revelações e do trabalho que faziam no sentido de ser conservada a polícia que só por êle se esforçava.

Não há, que se saiba, igual urdidura de logração em assuntos eleitorais. O caso em sua revelação final admirou, espantou a tôda gente, e também fêz rir a muitos. Para o diplomata Sérgio Maceio foi um desapontamento chapado e solene.

Por exclusão de partes, como iam mostrando, e por ter Brandão outro distrito pelo qual foi eleito, restava o barão de Catuama como único candidato possível para o acôrdo entre as duas influências rivais. Neste sentido o visconde de Camaragibe deu os passos necessários, e autorizado a decidir a contenda proferiu a sentença de Salomão, dividindo ao meio o eleitorado da comarca de Goiana.

O fiel da balança ficava na freguesia de Nazaré, se não é mais exato dizer que lá estava o arbítrio no caso de rompimento. Aceitando a decisão como um sacrificio à disciplina do partido e à velha amizade, o barão de Goiana reflexionou todavia sôbre tal eventualidade, que êle pressentia.

“Não haja dúvida, afirmou o presidente da província ao chefe intermediário, pelo meu delegado respondo eu.” Que vã fiducia! Tão seguro estava do resultado que, para se mostrar imparcial, disse ao candidato do marquês de Olinda: “o campo é franco, estimarei que seja feliz em suas diligências”. Tanto bastou ao barão de Bujari para se considerar desobrigado do ajuste mas converteu a desobrigação em proveito de Sousa Carvalho; guardando segredo enquanto êle e Portela, cada um ao seu modo, conquistavam votos na freguesia que não



foi partilhada. No dia da eleição votavam a carga cerrada os amigos do barão de Goiana no candidato de acôrdo; os do barão de Bujari em Sousa Carvalho, e 19 eleitores de Nazaré em Portela. No segundo escrutínio, de que foi excluído o terceiro, triunfou o primeiro por um voto!

Sérgio de Macedo foi às nuvens e demitiu o afiançado. Não pôde perdoar a burla que pregou a sua diplomacia cabalística; mas ainda assim nomeou para o cargo de delegado de polícia o juiz municipal, sôbre quem pesava a maior responsabilidade da dissidência dos dois chefes locais, descomedido no aliciamento de adeptos, ardentes nas lutas.

Na seguinte eleição para membros da assembléia provincial o barão de Goiana, ensinado pelo fato anterior e convenientemente precatado, derrotou completamente o seu adversário; depois do que, sempre propenso à concórdia, foi à casa dêle e em têrmos que o comoveram ofereceu-lhe a paz.

Em 1859 fizeram de acôrdo a nova eleição para o biênio legislativo de 1860-61, sendo eleitos o candidato de Nazaré e um de cada um dos reconciliados. Mas era difficil manter êste estado de relações quando o contrário convinha a Sousa Carvalho, que se havia apoderado do seu patrono ao ponto de levá-lo contra tudo quanto se devia esperar, aos fatos de 1856 e que mesmo ausente, na presidência do Espírito Santo, conservava em tórno dêle um pessoal de vigilância e obsessão, por cujo intermédio tudo inspirava e sabia. Demais a mais, ao trêfego candidato tinha chegado uma quadra de prosperidade; era presidente de província e tinha no ministério os seus maiores protectores, de quem fôra secretário no govêrno do Maranhão. Imagine-se como falava de cima, mostrando aos partidários a sedutora colheita.

Ainda, favorecia o fato de ser candidato pela província que êle administrava o presidente da Paraíba, que em troca de serviços influiria sôbre as povoações pernambucanas limítrofes, por meio das relações de famílias, as mesmas e solidárias de um e de outro lado das extremas. Por último, era indubitável todo o favor do presidente de Pernambuco.

Em tão felizes condições era preciso tirar ao barão de Goiana no quinto distrito a base com que se apresentaria o sobrinho e genro João Alfredo na combinação com os outros dois (3.<sup>o</sup> e 6.<sup>o</sup>), incorporados para a formação de novo 2.<sup>o</sup> distrito de três deputados. Como e por que desprezaria o barão de Bujari a vitória e o poder que batiam à sua porta? Era a ocasião de vingar-se e estabelecer a sua influência, única e definitiva.

Com todo êste sôpro de intriga, ambição e interêsse reacendeu-se a luta mais violenta que dantes. Sousa Carvalho teve tôdas as proteções officiaes que annunciara. Na freguesia de Itambé houve em seu favor a defeccão dos parentes de um candidato pela Paraíba. O presidente de Pernambuco mandou para a cidade de Goiana uma grande força, cujo primeiro serviço foi occupar militarmente a matriz, estendendo duas linhas de baionetas ao longo da nave, e apoiar a fraude com que a minoria dos eleitores ia organizar a mesa: queriam-se atas escritas por mesários que parecessem competentes; o resto far-se-ia na apuração dos votos da eleição secundária por uma câmara municipal de propósito designada contra o direito de cidades mais importantes, e na verificação de poderes. Para a freguesia de Tejucupapo também foi tropa à disposição da autoridade policial que não poupou violências. Só escapou a êste aparato de conquista pelas armas a freguesia de Nossa Senhora do Ó, onde não havia com quem se pudesse fazer um simulacro de eleição favorável ao candidato official. E como o dinheiro é o nervo da guerra, por sua parte o barão de Bujari, parcimonioso e arguido de avareza, abriu a bolsa como um pródigo, — tanto pode a paixão partidária, ou tão mirífico era o canto da sereia que o atraia para os escolhos.

Apesar de tudo, porém, coube a vitória ao barão de Goiana.

Três eleições primárias verdadeiras, uma delas indisputada, deram-lhe dois têtços do eleitorado da comarca. Na secundária de cinco triunfou o genro apoiado por parentes e amigos que tinha em todos: aliado no antigo 3.º distrito ao barão de Vera-Cruz, influência local e candidato que à última hora cedeu o seu lugar a outro; e no 6.º eficazmente amparado das hostilidades do govêrno pelo chefe do partido visconde de Camaragibe. A grande maioria de votos líquidos que obteve ficou independente das *duplicatas* feitas pelos amigos de Sousa Carvalho, duplicata que depois a câmara dos deputados anulou; e ainda assim exigiu-se da Câmara Municipal de Nazaré, a expedição de diploma ao vencido, infringindo-se para isto a lei com a supressão de colégios inteiros incontestados e incontestáveis. Na interposição dêste infeliz e triste recurso, compareceu o barão de Bujari patrocinado por autoridades, talvez por interpretar muito extensivamente as palavras do seu amigo: — “mande-me o diploma e eu respondo pelo mais”.

A esta luta extrema, na qual em 1861 o barão de Goiana ficou senhor do campo, seguiram-se a liga dos conservadores dissidentes com os liberais, a sua fusão em partido progressista, a difusão em grupos que entre si disputavam o poder, e por fim, a refusão quando o govêrno passou aos conservadores em 1868. O barão de Bujari foi

*ligeiro* e progressista com os partidários da mesma origem, tornando-se liberal na última fase.

Só assim cessou para o seu ilustre antagonista o desgosto que por tantos anos o amargurou de bater-se com ministros, presidentes, autoridades e influentes do seu partido. Daí em diante, ninguém mais disputou ao barão de Goiana a qualidade de chefe local, e primeira influência conservadora do norte da província.

Mas caro lhe tinha custado manter o seu caráter independente e a importância política da terra natal.

Sim, não esqueçamos que tóda a sua campanha foi pela preponderância legítima dos contrerrâneos contra o predomínio intruso e indebido de juizes, e estranhos e para assegurar aos goianenses o seu lugar de direito e honra na representação nacional.

#### ÚLTIMOS DIAS

Fisicamente o barão de Goiana era um bonito homem, tipo europeu. Alto, de corpo proporcionado, tinha feições corretas, cabelos castanhos tirando a loiros, côr clara e rosada, olhos de verde-mar, meigos e expressivos. A voz clara era sonora, metálica com inflexões variadas desde o brando e insinuante até o solene e retumbante que impunha. Vestia com esmerado asseio. O passo, o gesto e os movimentos eram firmes e de ordinário rápidos sem deixarem de ser graves. Cavalgava bem, com distinção natural e boas regras de equitação. Nas longas jornadas ninguém o vencía, e era difícil acompanhá-lo; tomava a frente airoso, e composto não perdia um instante, nem sentia necessidade de apear-se. Lembra-nos uma viagem de doze léguas que fizemos juntos, quando elle já era septuagenário. Ia conosco o barão de Catuama. A partida estava marcada para as quatro horas da madrugada e partimos embora começasse a chover. Que loucura é esta, Sr. João? — perguntava Catuama — “Não é nada, respondia o interpelado; é uma nuvem que passa”. A chuva apertava, as reclamações multiplicavam-se: e as respostas eram sempre as mesmas, — “está passando, já clareia”. Novas bátegas de água, e a cada uma esta afirmação: “é a última, é a última” — Assim andamos oito léguas, duas por hora, até o poiso para o almoço. Quando chegamos, o primeiro cuidado do guia da cavalgada foi para o seu velho amigo, bem ensopado e muito queixoso, a maldizer da sorte e da companhia que nunca mais havia de pilhá-lo. Roupas mudadas e mesa posta, o humor de Catuama já era outro. “E agora o que me diz? perguntou o barão

de Goiana". "Sim! Sim! replicou aquêlê, esquece que soffro de reumatismo". "Não há melhor remédio do que uma boa pancada d'água com êste bom peixe depois", obtemperou o barão de Goiana, passando-lhe o prato, e fechando o incidente com uma risada. A refeição correu alegre, e no fim da viagem todos se aplaudiam do aproveitamento do tempo. Mas contente por si mesmo e pela satisfação que os companheiros exprimiam estava quem nunca soube adiar afazeres mas sòmente adiantá-los ou pelo menos andar sempre em dia e à hora.

A complexão robusta e o vigor conservado até os 77 anos de idade prometiam-lhe longevidade sã. Foi com surpresa geral que em setembro de 1874 manifestaram-se sintomas de enfermidade grave. Confidencialmente avisado pelo médico no mês seguinte, partiu do Rio de Janeiro o conselheiro João Alfredo, que era ministro do império, acompanhando-se do professor de medicina barão de Maceió: ia visitar o seu presadíssimo tio e sogro, e levar-lhe os auxílios de uma intelligência superior, provada no magistério e em longa prática. Mas era um caso perdido.

O homem de grande coração estava mortalmente ferido na fonte que emanara tanto afeto e tanta generosidade.

Em 30 de novembro do dito ano, em sua vivenda do Engenho Novo de Santo Antônio, como bom católico, fortalecido pelos sacramentos da igreja, passou êle à glória dos justos. Até o último momento teve o entendimento claro e o espírito pacífico, mas ativo como sempre. Percebendo que o engenho tinha parado, perguntou a razão: falou do estado da casa; explicou negócios; fêz recomendações de quem levava para a outra vida todo o seu zêlo pela família, e despediu-se ternamente das pessoas presentes. Quando soaram as últimas palavras, a alma serenamente desprendia o vôo para Deus, e o corpo sem uma contorção pegava no sono eterno. Morreu quando se encostava para repousar: fechou os olhos e dormiu.



PELO BRASIL UNIDO. LIMITES  
INTERESTADUAIS

THIERS FLEMING

(*Minha atuação*)

PELO BRASIL UNIDO

Quem quer que tenha passado algum tempo no estrangeiro poderá confirmar esta impressão — de que a leitura dos nossos jornais traz sensação diferente da que sentimos em nosso país. Assim é que, em Newcastle, na Inglaterra, li o editorial do *Jornal do Comércio* — *Pelo Brasil Unido* — de 7 de setembro de 1911, tratando das “Questões de Limites Interestaduais” e cuja impressão calou fundo em meu espírito. Passa-se o tempo. Continuo no exercício de minhas funções militares na Diretoria do Armamento, no Gabinete do Ministro da Marinha e no Estado-Maior ou Casa Militar do Presidente da República o grande brasileiro Dr. Wenceslau Braz. E, eis que aí, em 1916, sou, com surpresa, mandado a Florianópolis tratar da questão de limites “Paraná — Santa Catarina” (Contestado), reavivando-se a impressão de cinco anos antes. Muita força tem o destino; decorrido, agora, em 1951, um período de 35 anos, venho tratando, de modo contínuo, deste magno problema nacional — que é o Brasil regularizar as fronteiras interestaduais. E razão assiste ao escritor que disse ser o nosso país — o dos “problemas a resolver”. . . Mas, neste caso, se ainda não está tudo feito, muito foi feito e pouco resta fazer, como vamos ver neste estudo sintético que encerra a nossa patriótica “atuação”, pois, de modo idêntico ao que declaramos, em “Conferência, a realizar, no Clube Naval”, — *Pelas*

*Marinhas de Guerra e Mercante* — publicada no *Jornal do Comércio*, de 2 de fevereiro dêste ano, vinte anos decorridos que deixamos a Ilha das Cobras com profundo pesar, fazemos “uma despedida”, seguindo como “setuagenário” — o conselho do deputado federal, por Minas Gerais, Alfredo Sá — de “afastamento da vida pública”. Os Institutos Históricos de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco e Ceará me deram a honra de admitir como sócio, o que relembro com prazer e gratidão.

GOVÊRNO WENCESLAU BRAZ — CONTESTADO

(Paraná — Santa Catarina)

I

Decorrido longo lapso de tempo, a análise do govêrno Wenceslau Braz vem colocá-lo ao lado do de Rodrigues Alves — pelos relevantes serviços prestados ao Brasil. Temperamento justo e sereno, conscio de suas responsabilidades, a ameaça de Guerra Civil entre Paraná e Santa Catarina, prejudicando a unidade nacional, não podia deixar de preocupar-lhe a patriótica atenção. Em 1912, a idéia lançada e defendida pelo *Jornal do Comércio*, com o apoio de Lauro Müller, — para a decisão do caso “Paraná — Santa Catarina”, por arbitramento, não foi bem sucedida. Procura, então, Wenceslau Braz, fazer um “acôrdo”, convocando, em julho de 1915, ao R’io de Janeiro: — Felipe Schmidt — governador de Santa Catarina e Carlos Cavalcanti — presidente do Paraná. Foi esta a sua “primeira mediação” que não foi coroada de êxito. Contudo, tendo em consideração certos resultados obtidos, e, substituído na presidência do Paraná — Carlos Cavalcanti — que não era “Paranaense” por Afonso Camargo, resolveu o presidente Wenceslau Braz sua “segunda mediação”, em abril de 1916, se entendendo em primeiro lugar, com o governador Felipe Schmidt e depois com o presidente Afonso Camargo, por intermédio do C.F.E.N. Thiers Fleming, sub-chefe do Estado Maior. Wenceslau Braz, com seu fino tacto e patriotismo, conseguiu de Felipe Schmidt e Afonso Camargo, dotados de altas qualidades morais e abnegação patriótica, a celebração, em 20 de outubro de 1916, do “acôrdo” que dirimiu a célebre questão do “Contestado”, recomendando-os à gratidão nacional.

LIVRO LIMITES INTERESTADUAIS

Animado pelo feliz êxito do “Contestado” e notando meu interesse e entusiasmo pelo assunto, aliás, obedecendo eu, também, a fraternal conselho do, então, ajudante de ordens da Casa Militar, hoje, eminente ex-ministro da Marinha Almirante Jorge Dodsworth Martins, Wenceslau Braz me determinou organizar um “memorial” — mostrando quais, quantas e em que consistiam as demais “questões de limites interestaduais” então existentes. O patriótico desejo de terminação das questões de limites interestaduais e a vitória do caso “Contestado” envolveram meu livro *Limites Interestaduais* em um ambiente de grande simpatia, proporcionando-lhe real sucesso, de que se beneficiou o seu autor, ou, melhor — o “compilador” dêsses estudos que, apenas, trouxe de seu — o “Conselho” de resolver tôdas as questões de limites existentes, por acôrdo direto, como fôra a do Contestado, observando-se o respeito à jurisdição ou *uti-possidetis*, e a que denominou de *solução brasileira*. Tomando por pretexto, o referido livro, a que se referem, de modo generoso, prestigiaram a campanha: Rui Barbosa, Epitácio Pessoa, Pedro Lessa, Clóvis Beviláqua, Viveiros de Castro, João Luís Alves, Félix Pacheco, marechal Bernardino Borman, almirante Cândido Guilhobel, Afrânio Peixoto, Celso Vieira, Liberato Bittencourt, Henrique Boiteux, Radler de Aquino, Marcelino Nogueira Júnior, Thiago Fonseca, Braz do Amaral, Olavo Freire, Teodoro Sampaio, Capistrano de Abreu, Fernando Raja Gabaglia, Samuel de Oliveira, Conde de Afonso Celso, Oliveira Lima, Tolomei Júnior, A. de E. Taunay, Heitor Beltrão, João Ribeiro e a imprensa: Jornal do Comércio, País, Correio da Manhã, Gazeta de Notícias, Época, Razão, Platéia, Notícia, Rua, Noite, Jornal do Brasil, Tribuna e Revista da Semana.

S.G.R.J. ; I.H.G.B. ; L.D.N. ; C.E.

A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; a Liga de Defesa Nacional e o Clube de Engenharia prestam seu apoio à patriótica campanha de “solução das questões de limites interestaduais” — tudo fazendo a seu alcance.

a) A S.G.R.J., em 25 de abril de 1918, me recebeu e ao eminente e erudito escritor Vitor Viana, redator do *Jornal do Comércio*, como seus sócios. Foi orador oficial o embaixador Sebastião Sampaio. Meu discurso de agradecimento versou sôbre as questões de limites interestaduais, encarecendo a necessidade de resolvê-las. Era

presidente desta sociedade e grande defensor dessa causa, o eminente brasileiro marechal Thaumaturgo de Azevedo. A sessão foi solene, contando a presença de figuras de alto relêvo, entre as quais, o dever de amizade nos faz lembrar os ministros almirante Alexandrino de Alencar e José Bezerra.

b) O *I.H.G.B.*, pelos mesmos motivos da *S.G.R.J.*: publicação do livro *Limites Interestaduais* e cooperação na solução da “Questão do Contestado”, me incluiu entre seus sócios, de acôrdo com os pareceres das Comissões de História e de Admissão, sendo membros da primeira: Basílio de Magalhães, relator, Clóvis Beviláqua e Artur Pinto da Rocha e da segunda: B. F. Ramiz Galvão, relator, A. Tavares de Lira e Antônio Olinto dos Santos Pires. Foi orador oficial o barão Ramiz Galvão. Meu discurso de agradecimento, na sessão de 6 de agosto de 1918, versou também sôbre as questões de limites interestaduais, encarecendo a necessidade de resolvê-las. Era presidente perpétuo do Instituto Histórico o conde de Afonso Celso, vulto eminente por todos venerado e secretário geral perpétuo o erudito escritor Max-Fleiuss. A sessão foi solene, contando, como sempre figuras de alto relêvo, representantes do presidente da República, ministros etc.

c) *L.D.N.* Tendo entre seus membros Félix Pacheco, Miguel Calmon, Olavo Bilac, Ivo Arruda, prestou à causa seu importante auxílio.

d) *C.E.* Em sessão de 6 de abril de 1918, por proposta do presidente Paulo de Frontin congratulou-se com o consócio Thiers Fleming pelo seu valioso e patriótico trabalho *Limites Interestaduais* e indicou uma comissão para estudar o meio de resolver tôdas as questões de limites interestaduais, que não estivessem sujeitas ao Poder Judiciário, de modo a comemorar-se o “Centenário da Independência”, em 7 de setembro de 1922, sem litígio de limites. Foi aprovada a proposta do presidente Paulo de Frontin escolhendo a seguinte comissão: Rodrigo Otávio, Francisco Bhering e Thiers Fleming.

## 6.º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA EM BELO HORIZONTE

### II

Em 1918 prepara-se o 6.º Congresso Brasileiro de Geografia a realizar-se em Belo Horizonte, a 7 de setembro de 1919. A *S.G.R.J.* emprega todos seus esforços para serem tratados nesse Con-



gresso as questões de limites interestaduais. Procuro prestar a minha “cooperação”. Organizo o livro *Limites e Superfície do Brasil e seus Estados* publicado em 1918 prefaciado por Vitor Viana e que recebe ótimo acolhimento. Terminado o governo Wenceslau Braz, parto em comissão para a Europa, de onde regresso, já se tendo realizado o referido congresso. Devendo nêle serem tratadas as questões de limites interestaduais, o ministro da Justiça Dr. Alfredo Pinto nomeou seu representante ao professor E. Roquete Pinto que, em seu relatório, escreveu: “tendo sido escolhido para presidir os trabalhos da 6.<sup>a</sup> Comissão do Congresso (Limites Interestaduais), encontrei-me em situação mui feliz para cumprir as instruções recebidas de V. Excelência, segundo as quais me deveria interessar especialmente por tudo quanto se passasse em relação àquele importante assunto”. Mais adiante diz: “os acôrdos assinados para resolução de antigas questões de limites entre Estados representam, sem dúvida, a parte mais brilhante do resultado do congresso em Belo Horizonte”. O erudito professor E. Roquete Pinto, em seu relatório, se manifesta a respeito da atual “divisão territorial” do Brasil, achando-a iniqua, sem nenhuma justificação geográfica, geológica, etnológica ou histórica. Nesta conferência foram celebrados seis acôrdos e encaminhados dois. Prestaram relevante auxílio para êste resultado Rodolfo Jacob, Nélson Sena e Augusto de Lima.

### III

#### GOVÊRNO EPITÁCIO PESSOA

#### *Conferência de Limites Interestaduais*

O resultado das soluções de questões de limites interestaduais, no Congresso de Geografia em Belo Horizonte, apesar de ótimo, ainda havendo casos a resolver, surge a idéia de convocação de uma “Conferência de Limites Interestaduais”. Dado o meu espírito de “Continuidade de ação”, resolvi fazer uma *Conferência* na S. G. R. J. e depois apresentar um *memorial* ao grande presidente Epitácio Pessoa.

a) A S. G. R. J. funcionava no largo do Paço, hoje, Praça 15 de Novembro. E-nos grato relembra essa reunião, realizada, há 31 anos, celebrando então a S. G. R. J. seu 37.<sup>o</sup> aniversário, em 25 de fevereiro de 1920. Aproveitando da oportunidade devia eu fazer uma conferência sobre “Limites Interestaduais”, de modo a celebrar o “Centenário da Independência” sem questões de limites. Mas, eis que

desaba em nossa capital, nessa tarde, um grande temporal. Vinha eu, da Diretoria do Armamento, em Niterói, da qual era diretor, em um rebocador, chamado *Batista*, patronado pelo ótimo profissional Albuquerque, mal posso desembarcar no Cais Pharoux. Na sede da Sociedade de Geografia estavam apenas os sócios: A. Couto Fernandes, Lindolfo Xavier, H. A. Beltrão, R. Tomaz Bezerra, Antenor Pinto de Oliveira, J. B. Melo e Sousa, Henrique Silva, Jorge Dodsworth Martins, Ivo Arruda pela Liga de Defesa Nacional, Francisco Vitalo Galazo, Lafayette Côrtes, Francisco Jaguaribe de Matos e Euclides Nascimento — representando *Fon-Fon* e *Scleta*. A chuva era intensa não permitindo movimento nas ruas. Resolvemos então que eu lesse alguns tópicos da “Conferência” e fêz-se uma “fotografia” do grupo que se dispersou logo que o tempo permitiu. Contudo a imprensa carioca teve pretexto para continuar sua patriótica campanha a favor das soluções das questões de limites interestaduais. Agora, 31 anos passados, celebrou a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, hoje Sociedade Brasileira de Geografia, seu 68.<sup>o</sup> aniversário de sua fundação, sendo orador oficial o coronel Francisco Jaguaribe de Matos, que, em magnífica alocução, fêz a sinopse dos grandes serviços da *S.B.G.* neste período de sua vida, mas, como observei, verbalmente, deixou de mencionar sua patriótica ação a favor das soluções das questões de limites interestaduais e da Nova Divisão Territorial.

b) Por idéia minha e aprovação de diversos amigos, entre eles, Celso Vieira e J. B. Melo e Sousa, tive a subida honra de apresentar um “memorial” ao presidente Epitácio Pessoa, sugerindo, muito respeitosamente, a idéia da “Conferência de Limites Interestaduais” que se realiza na Capital Federal de 1 de junho a 14 de julho de 1920.

#### CONFERÊNCIA DE LIMITES INTERESTADUAIS

O grande brasileiro Epitácio Pessoa que, com seus talentos e experiência, escolheu no seu governo eminentes auxiliares, tem na pasta da Justiça o erudito ministro Alfredo Pinto, secretariado por Celso Vieira, hoje brilhante membro da Academia Brasileira de Letras. No Supremo Tribunal Federal, a figura de alto relêvo na magistratura ministro Dr. Pires e Albuquerque, tudo fêz, a seu alcance, para que as questões de limites a êle submetidas tivessem rápido andamento, de modo a ser celebrado o “Centenário da nossa Independência”, extintas as “Questões de Limites Interestaduais”. Foram: Pre-

sidente de honra da C.L.I. o presidente da República Dr. Epitácio Pessoa, presidente efetivo ministro da Justiça Dr. Alfredo Pinto, secretário geral comandante Thiers Fleming e secretários Drs. A. Alves de Sousa, ex-deputado federal e professor J. B. Melo e Sousa. Todos os Estados e o Distrito Federal se fizeram representar por vultos de escol, afeitos na sua grande maioria, ao estudo dêsse assunto. Em 45 dias, foram firmados sete acôrdos diretos e seis por arbitramento, além do estudo e preparo de outras questões para posterior solução, tanto assim que, pouco depois, a Bahia celebrou acordos com Sergipe e Espírito Santo. Ficaram, em aberto, sem solução encaminhada, as questões: Bahia-Pernambuco e Rio Grande do Sul-Santa Catarina. Encerrando a “Conferência” assim perorou Epitácio Pessoa sobre a extinção das questões de limites interestaduais: “Será êste o mais belo marco miliário, firme, ereto, inabalável e invencível, mostrando o Brasil coeso nas suas aspirações e destinos e digno de cumprir a alta missão que todos os povos esperam de sua grandeza”. Na Biblioteca Nacional, em 11 de setembro de 1920, realizei uma “Conferência sobre Limites Interestaduais”, estudando os resultados do Congresso de Geografia em Belo Horizonte e da Conferência de Limites nesta capital, mostrando o que fôra feito e o que se precisava fazer até 7 de setembro de 1922. Tive a subida honra de ter comparecido a esta Conferência S. Excia. o Sr. presidente Epitácio Pessoa, acompanhado do ministro Alfredo Pinto, altas autoridades e técnicos de reconhecido valor.

DELEGADOS À CONFERÊNCIA DE LIMITES INTERESTADUAIS (1920)

*Amazonas* — Deputado Antônio Monteiro de Sousa.

*Pará* — Deputado Bento Miranda.

*Maranhão* — Deputado Cunha Machado, Marcelino Rodrigues Machado e Manuel Nogueira da Silva.

*Piauí* — Deputado Armando Burlamaqui e José Luís Batista.

*Ceará* — Deputado Tomaz Paula Rodrigues.

*Rio Grande do Norte* — Senador Eloy de Souza.

*Paraíba* — Deputado Manuel Tavares Cavalcanti.

*Pernambuco* — Deputado José Gonçalves Maia.

*Alagoas* — Deputado Pedro Costa Rêgo.

*Sergipe* — Coronel Ivo do Prado M. Pires da Fonseca.

*Bahia* — Dr. Braz do Amaral.

*Espírito Santo* — Drs. J. J. Bernardes Sobrinho e Manuel dos Santos Neves.

*Rio de Janeiro* — Deputado João Guimarães, Coronel Matoso Maia Forte e Dr. Francisco Sousa Lima.

*Distrito Federal* — Drs. Geremário Dantas, Tomaz Delfino e A. Noronha Santos.

*São Paulo* — Deputado Prudente Moraes Filho e Dr. João Pedro Cardoso.

*Paraná* — Deputado Luís Bartolomeu, Drs. João Moreira Garcez e Plínio Marques.

*Santa Catarina* — Desembargador Gil Côrtes e Dr. Crispim Mira.

*Rio Grande do Sul* — Deputado Carlos Maximiliano.

*Minas Gerais* — Deputado Júlio Bueno Brandão e Augusto de Lima e professor Francisco Mendes Pimentel.

*Goiás* — Senador Gonzaga Jaime.

*Mato Grosso* — Senador Pedro Celestino.

*União* — Ministro Dr. Pires e Albuquerque.

*Liga de Defesa Nacional* — C.F. E.N. Thiers Fleming.

*I.H.G.B.* — Dr. Manuel Cícero Peregrino.

*S. G. Rio de Janeiro* — Dr. João B. de Melo e Sousa.

*Clube de Engenharia* — E. C. Francisco Bhering.

#### IV

#### GOVÊRNO ARTUR BERNARDES

#### 8.º Congresso Brasileiro de Geografia em Vitória

Deixa o governo Epitácio Pessoa que é substituído pelo Doutor Artur Bernardes e passa a ocupar a pasta da Justiça meu saudoso amigo Dr. João Luís Alves, cujos talentos e operosidade não são esquecidos pelos que tiveram a honra de conhecê-lo pessoalmente ou de estudar a sua obra política e administrativa. Os esforços para a “Celebração do Centenário da Independência” em 7 de setembro de 1922, extintas as questões de limites interestaduais, continuam a serem feitos, ficando eu, à disposição do Ministério da Justiça, para auxiliar. Junto dos presidentes e governadores de Estado, o ministro João Luís Alves não poupa seus esforços para o andamento dos “acordos” celebrados, necessitando das aprovações dos Congressos



Estaduais e aprovação do Congresso Nacional, de acôrdo com a Constituição de 24 de fevereiro de 1891. E' constituída a "Comissão de Limites ao Sul do Brasil" chefiada pelo marechal Albuquerque e Sousa e composta de elementos paranaenses e catarinenses, entre os quais meus amigos comandante Lucas Boiteux e E. C. João Moreira Garcez, para levar a efeito a demarcação da fronteira Paraná-Santa Catarina. Para as soluções de diversos casos entre Estados do Norte, surge a imperiosa necessidade de estudos e reconhecimentos geográficos, sendo então constituída a "Comissão de Limites do Norte do Brasil", sob a chefia do então tenente Renato Barbosa. Substituindo o ministro João Luís Alves tão cedo chamado por Deus ao seu convívio, pelo ministro Afonso Pena Júnior, não sofre esta benemérita campanha solução de continuidade.

### *8.º Congresso Brasileiro de Geografia em Vitória*

Neste congresso, realizado na capital do Espírito Santo, em novembro de 1926, e presidida pelo inclito general Rondon, tive a honra de representar a "Liga de Defesa Nacional". Meu prezado e distinto companheiro de "Conferência de Limites Interestaduais" Dr. J. B. de Melo e Sousa representava o Ministério da Justiça.

Resolvemos, então, apresentar ao referido congresso um apêlo para ultimação das soluções das questões de limites, em andamento, nêle reproduzindo trechos de uma "entrevista" por mim concedida ao *O Globo* em 23 de março de 1926 e cujos dizeres, infelizmente, vinte e cinco anos decorridos, ainda têm sua plena razão de ser: Se tivéssemos persistência em nossos atos e cumpríssemos rigorosamente nossos compromissos teríamos celebrado o "Centenário da Independência" tendo dirimido quase tôdas as questões de limites interestaduais".

## V

### GOVÊRNO WASHINGTON LUÍS

#### *Extinção das Comissões de Limites ao Norte e ao sul do Brasil*

Ainda mais, na mesma entrevista, prognosticávamos: "E, no próximo govêrno, julgando o futuro pelo passado, nutrimos firme esperança que o Dr. W. Luís ultimarâ esta tarefa de alto interêsse para

a verdadeira unidade do Brasil, pois, S. Excia. conhece, perfeitamente, êste assunto; não só, é um historiador, tendo em 1918, publicado importante trabalho sôbre a Capitania de São Paulo, como também, foi quem, presidindo o Estado de São Paulo, dirimiu a questão “Paraná-São Paulo” pelo laudo Epitácio Pessoa, dirimiu a de “São Paulo-Rio de Janeiro” por um acôrdo direto; entregou o caso “Minas-São Paulo” à arbitragem do Dr. Epitácio Pessoa e aceitou ser árbitro do caso “Piauí-Ceará”. E’ seu ministro da Justiça o Dr. Viana do Castelo, espírito culto e homem de ação, de quem muito se pode esperar”. Infelizmente para o Brasil, no quadriênio 1926-1930, foram interrompidos os trabalhos que, em três quadriênios consecutivos, vinham sendo feitos para extinguir os litígios de limites. O apêlo feito pelo 8.º Congresso Brasileiro de Geografia em Vitória, em novembro de 1926, não foi atendido. As “Comissões de Limites ao Norte e ao Sul do Brasil” foram dissolvidas com grande prejuízo para a causa nacional e pela dispersão do material adquirido para o seu serviço. Por sugestão minha, uma grande parte do material foi oferecida ao Serviço Geográfico do Exército.

## VI

### GOVÊRNO PROVISÓRIO GETÚLIO VARGAS

Com o advento do Govêrno Provisório, em fins de 1930, resolvi voltar ao trato do velho problema das soluções de questões de “Limites Interestaduais”, publicando em 3 de dezembro de 1930, no *Jornal do Comércio*, um apêlo ao Govêrno Provisório em favor do “Brasil Unido” regularizando as fronteiras interestaduais. Com grande prazer, constato a Sociedade de Geografia, presidida pelo eminente general Moreira Guimarães, de saudosa memória com entendimento nosso, em nome da Diretoria, havia resolvido fazer idêntico apêlo ao Govêrno Provisório. O ministro de Educação Dr. Francisco Campos, estadista de talento e erudição raros, me deu a honra de ouvir a respeito dêste assunto. Grato à sua lembrança, pedi a cooperação de Prudente de Moraes Filho, no que fui atendido. E, dos estudos comuns, surge vitoriosa a idéia de Prudente de Moraes Filho e minha, de se extinguir tôdas as questões existentes, pelo respeito a jurisdição ou *uti-possidetis*, por lembrança minha, e cabendo ao Serviço Geográfico do Exército a demarcação da fronteira. Alegre e pressuroso, levo esta notícia ao conhecimento do bom amigo e eminente general Alípio di Primo, então Diretor do S.G.E., que a re-

cebe com prazer, mas prevendo grandes dificuldades a vencer. Em 22 de junho de 1931, o presidente Getúlio Vargas expediu um decreto, nomeando uma comissão de sete membros para resolver as questões de limites interestaduais, mas não foi êle executado. Em 15 de agosto de 1931, na sala de sessões da Sociedade de Geografia, no prédio em que funcionava o S.T.M., perto do Itamarati, faço uma conferência que assim encerrei: “Hoje, dia de Nossa Senhora da Glória, ergamos a ela nossas súplicas “Pelo Brasil Unido”, sem lutas fratricidas por pedaços de terra, tôda ela Brasileira”. A União Cívica, partido político, resolvera considerar as questões de limites como “questão aberta” na Assembléia Constituinte”.

## VII

### GOVÊRNO GETÚLIO VARGAS

#### *Constituição de 1934*

O ante-projeto da Constituição, elaborado pela Comissão do Itamarati, no seu artigo 4.<sup>o</sup> estabeleceu: “são declarados legais, para todos os efeitos, os limites de direito ou de fato, ora vigentes, entre os Estados, extintas, desde logo, tôdas as questões, a tal respeito”. Era a solução ótima, ou ideal pela qual nos batemos desde 1916. Na Assembléia Constituinte foram apresentadas 22 emendas ao art. 4.<sup>o</sup>. O eminente deputado federal pela Paraíba professor José Pereira Lira, a quem, desde esta data, tributo especial homenagem pelos seus talentos e ação, tratando dêste assunto, na justificação de uma “emenda”, escreveu: “o artigo do ante-projeto da Sub-Comissão Legislativa, nomeada pelo Governo Provisório ou seja da Sub-Comissão do Itamarati, atacou com firmeza e resolveu com o pensamento no alto o irritante problema dos limites interestaduais”. Finalmente a Assembléia Constituinte transferiu ao Poder Executivo a solução das questões de limites interestaduais. A solução brasileira de respeito à jurisdição ou *uti-possidetis* foi adotada, tendo predominado o espírito de “regionalismo” sôbre o de “brasilidade”, na Constituição de 16 de julho de 1934, conforme comunicação detalhada que fiz à Sociedade de Geografia e foi lida na 6.<sup>a</sup> sessão ordinária do Conselho Diretor em 2 de agosto de 1934. Justo é recordar que, como ministro da Justiça

o embaixador José Carlos Macedo Soares também procurou estudar os meios de apressar as soluções das questões de limites interestaduais me dando a honra de apresentar sugestões a respeito, o que fiz, com tôda boa vontade, e delas fazendo parte o quadro que abaixo transcrevo:

#### ACÔRDO DIRETO

I — Minas — Rio de Janeiro .....	( 9- 7-1920)
II — Bahia — Goiás .....	( 9- 8-1919)
III — Bahia — Piauí .....	( 4- 9-1919)
IV — Bahia — Espírito Santo .....	(22- 4-1926)
V — Pernambuco — Paraíba .....	(14- 6-1920)
VI — Pernambuco — Ceará .....	(21- 6-1920)
VII — Paraíba — Rio Grande do Norte .....	( 5- 7-1920)
VIII — Piauí — Maranhão .....	( 8- 7-1920)
IX — Rio de Janeiro — São Paulo .....	(18- 7-1920)
X — Rio de Janeiro — Espírito Santo .....	( 8- 9-1919)
XI — Mato Grosso — Goiás .....	(25- 8-1937)

#### ARBITRAMENTO

I — Minas — Goiás .....	( 1- 9-1919)
Laudo proferido em 16-7-1922	
II — Bahia — Sergipe .....	(27-10-1920)
III — Pernambuco — Alagoas .....	(12- 7-1920)
IV — Pará — Goiás .....	( 5- 7-1920)
V — Piauí — Ceará .....	(12- 7-1920)
VI — Rio de Janeiro — Distrito Federal .....	(12- 7-1920)

#### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

I — Minas — Espírito Santo .....	( 1915 )
II — Pará — Amazonas .....	( 1915 )

#### A RESOLVER

I — Rio Grande do Sul — Santa Catarina .....	
II — Bahia — Pernambuco .....	



QUESTÕES DE LIMITES

(*Resolvidas definitivamente*)

I — Mato Grosso — Pará — Acôrdo direto .....	( 7-11-1920)
II — Paraná — Santa Catarina — Acôrdo direto .....	(20-10-1916)
III — Minas — Bahia — Acôrdo direto .....	( 4- 4-1934)
IV — Minas — São Paulo — Acôrdo direto .....	( 7- 1-1937)
V — Paraná — São Paulo — Arbitramento .....	(14-12-1922)
VI — Mato Grosso — Amazonas — S.T.F. ....	(11-11-1893)
VII — Rio Grande do Norte — Ceará — S.T.F. Acórdão..	(17- 7-1924)
VIII — Amazonas — Acre — Assembléia Constituinte .....	( 1934 )

Na vigência da Constituição de 1934, embora tendo ela simplificado o processo para as soluções das questões de limites, em relação à Constituição de 1891, que era longo, dependendo de duas aprovações nas Assembléias Estaduais e aprovação final do Congresso Nacional, nada se fez. No número de outubro de 1918, na “Revista Americana”, que se publicava, sob a direção do eminente diplomata Araújo Jorge, secretário do Barão do Rio Branco, publiquei um longo estudo sobre as “Questões de Limites Interestaduais e a Constituição Federal Brasileira”, justificando assim meus estudos posteriores, em “Comunicações” à “Sociedade de Geografia”, relativos às Constituições de 1934, 1937 e 1946, publicados no *Jornal do Comércio*.

VIII

GOVÊRNO GETÚLIO VARGAS

*Constituição de 1937*

A Constituição Federal de 10 de novembro de 1937, sábia e patrioticamente, dirimiu do golpe, essas criminosas pendências territoriais, estimuladoras do regionalismo e nocivas à unidade nacional, determinando o respeito à jurisdição atual ou *uti-possidetis*, devendo depois as fronteiras ser demarcadas pelo Serviço Geográfico do Exército. Só este motivo justificava plenamente a promulgação da nova Constituição. E, de agora em diante, o nome de Getúlio Vargas, como é o de Wenceslau Braz, será sempre lembrado e coberto de justos louvores pela gratidão de todos os brasileiros; foram estas as

minhas referências na “Comunicação” à Sociedade de Geografia em 10-11-937. Em 10 de março de 1938, no atual edifício da Sociedade Brasileira de Geografia, na Praça da República n.º 54, fiz uma “palestra”, relembrando fatos ocorridos quando se tratou, na segunda mediação, de resolver a “Questão do Contestado”. Conferências ou palestras sobre “limites interestaduais” não têm, em geral, grande auditório nem recebem muitos aplausos. Mas a narração de certos casos, aliás de interesse histórico, por mim feita, depois de uma revisão dos Exmos. Srs. Wenceslau Braz, Afonso Camargo e Edmundo da Luz Pinto, foi de agrado geral. Assim terminei a referida palestra: “Encerremos estas reminiscências, chamando com justiça ao Dr. Wenceslau Braz, o Pacificador do Contestado. E, entre seus grandes serviços ao Brasil, no seu governo, a solução da “Questão do Contestado” é sempre lembrada. Felizmente, estão agora, apenas no domínio histórico as questões de limites interestaduais. Urge que o Serviço Geográfico do Exército demarque as fronteiras, quanto antes, definitivamente, *evitando que como a Fenix ainda renasçam estas questões*. A campanha patriótica, continuamente feita por mim, pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e pela imprensa carioca, desde 1916, teve a 10 de novembro de 1937, com o advento do Estado Novo, a sua brilhante vitória final — Pelo Brasil Unido. Não se deve deixar de assinalar este benemérito ato que recomenda o Dr. Getúlio Vargas à gratidão nacional como o “Deus Terminus” das “Questões de Limites Interestaduais” — à semelhança de Rio Branco, no dizer de Rui Barbosa, o “Deus Terminus” das Questões de Limites Internacionais”. E a facilidade de uma nova divisão territorial, facilitando a administração, se nos apresenta agora maior”. Esta Constituição vigorou de 1937 a 1946, mas não completou a sua obra e, na sua vigência, tomou vulto o litígio — “Minas-Espírito Santo”, renascendo como a Fenix, as questões de limites interestaduais — em grande número.

## IX

### LIMITES MINAS GFAIS-ESPÍRITO SANTO

No meu opúsculo, *Pelo Brasil Unido*, Limites Interestaduais *Minas Gerais-Espírito Santo* (1948), vem publicado o que tenho escrito a respeito deste litígio no patriótico propósito de vê-lo dirimido no interesse da unidade nacional. Em agosto de 1945, Horácio Cartier, velho amigo a quem eu muito prezava, redator do *O Globo*, me soli-

citou minha opinião sobre a questão de limites “Minas-Espírito Santo”, então em ordem do dia e havendo distúrbios na zona fronteira. Respondi-lhe que, mineiro, minha intervenção seria, por certo, acoimada de “regionalismo”, mas — que poderia, com prazer, atender seu desejo aplicando ao caso a “solução brasileira” que defendo desde 1916 e que é — pelo respeito à jurisdição ou *uti-possidetis* e pela qual temos resolvido nossas questões de limites internacionais e e interestaduais. Eis a razão da minha entrevista ao *O Globo* em 8-8 1945. Posteriormente, o governador Benedito Valadares, a quem Minas deve a ultimação das soluções, por acôrdo, com São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Bahia, interessado em liquidar a questão com Espírito Santo, me proporcionou todos os esclarecimentos por intermédio do EC. Benedito Quintino dos Santos, diretor do Serviço Geográfico do Estado de Minas e Dr. Alcides Gonçalves, advogado geral do Estado. Minas Gerais não tem sido feliz em resolver seu litígio de fronteira com Espírito Santo que, no passado, não cumpriu um “acôrdo” não acatou o “arbitramento” e nem obedeceu a um “acordão” do Supremo Tribunal Federal. E, pior, ainda esta nova questão tem tomado um aspecto prejudicial à unidade nacional pelo modo por que age o Espírito Santo. Sendo interventor no Espírito Santo, meu muito prezado amigo coronel Punaro Bley, em outubro de 1940, com seu reconhecido prestígio, conseguiu a nomeação de uma “Comissão do Serviço Geográfico do Exército” para pronunciar um “laudo”, resolvendo esta questão. Foi ela nomeada pelo ministro da Guerra general Eurico Dutra, por ordem verbal do presidente Getúlio Vargas. Em 15 de setembro de 1941, pronunciou ela seu “laudo” favor do Espírito Santo. Mas, melhor estudado o assunto, verificou-se que pela Constituição de 1937, extintas as soluções por arbitramento e pelo Supremo Tribunal Federal, a nomeação da comissão para proferir “laudo” — era *inconstitucional*, tornando-se êle — *inoperante* — na feliz expressão de Milton Campos, tanto assim que o presidente Getúlio Vargas suspendeu a publicação do decreto que mandou lavrar aprovando o referido laudo, embora referendado pelo ministro da Justiça Agamenon Magalhães e já numerado. O presidente José Linhares, em seu govêrno, estudando o caso, não lhe deu andamento, apesar dos pedidos a respeito. Ascende ao govêrno, o general Eurico Dutra, volta à discussão o assunto e é êle estudado pelo consultor geral da República — Desembargador Seabra Fagundes — que, em seu douto parecer, conclui *não ser aceitável* o critério de jurisdição, observado pelo S.G.E.. O ministro da Justiça Dr. Benedito Costa Neto aprova o parecer do consultor geral e sub-

metido o caso à alta decisão do presidente da República general Eurico Dutra, — S. Excia. manda “*arquivar*” o processo. Não tendo o Espírito Santo aceito as propostas de “acôrdo”, feitas pelos interventores em Minas Gerais Noraldino Lima e Alcides Lima, o governador Milton Campos, em junho de 1948, me informou que, em face da resistência do govêrno do Espírito Santo a um “acôrdo”, determinara a propositura de uma ação, perante o Supremo Tribunal Federal, para que cessem as crescentes inovações de jurisdição que o govêrno do Espírito Santo vem praticando na região fronteira. Pelo exame e estudo do “caso”, lícito é se esperar que o Supremo Tribunal Federal conserve sua decisão anterior. E’ relator desta “causa” o eminente ministro Dr. Ribeiro da Costa. Mas, continuo “firme” no meu velho propósito de que o “caso” deve ser resolvido “por acôrdo direto”, respeitando-se o *uti-possidetis*, de modo a não passarem cêrca de 65.000 mineiros para o Espírito Santo, nem 4.000 capichabas para Minas Gerais. O exemplo de Santa Catarina, na questão com o Paraná, tendo três acórdãos de S.T.F., a seu favor, e cedendo aos paranaenses o território por êles habitado, deve ser imitado por Minas Gerais. Se os presidentes da República — Getúlio Vargas e Eurico Dutra — tivessem querido e feito sua mediação, estou certo que esta questão já estaria resolvida, como foi a do Contestado. O presidente Dutra não atendeu ao apêlo do C.N.G. nem ao meu para sua mediação.

## X

### GOVÊRNO EURICO DUTRA

#### *Constituição 1946 — Questões de Limites Revigoradas*

Em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, em 10 de novembro de 1946, sob o título *Pelo Brasil Unido* (Limites Interestaduais, Territórios Federais e Símbolos Nacionais em face da Constituição de 1946) — escrevi: “Era minha intenção fazer na Sociedade Brasileira de Geografia uma “comunicação” a êste respeito, como fiz em agosto de 1934, sôbre — “Questões de Limites Interestaduais e a Constituição de 1934”, mas esta Sociedade, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao contrário de tempos passados, procuram agora evitar êstes assuntos geográficos, considerando-os “políticos”. Resolvi, portanto, ma’s uma vez, recorrer ao *Jornal do Comércio* que é o potrono desta causa sagrada, desde seu célebre editorial — “*Pelo*



*Brasil Unido*, de 7 de setembro de 1911, pugnando pelas soluções das questões de limites interestaduais. A *Constituição de 18 de setembro de 1946* retroagiu em relação a de 1937 — não instituindo o respeito à jurisdição ou *uti-possidetis*, apenas dizendo — considerar os Estados com os limites atuais que têm e exigindo — em três anos — por acôrdo direto a demarcação de fronteira que pode ser feita pelo S.G.E. ou por comissão mista de engenheiros dos Estados com a assistência do Conselho Nacional de Geografia. E, mais adiante, declarou-se em três anos, os Estados não decidissem as dúvidas existentes caberia ao Senado Federal fazê-lo, sem prejuízo da ação do Supremo Tribunal Federal. Estando como chefe da Casa Civil do presidente o professor José Pereira Lira, que, como deputado federal, na elaboração do ante-projeto da Constituição de 1934, defendeu brilhantemente, a finalização das questões de limites interestaduais pelo respeito à jurisdição ou *uti-possidetis*, tivemos esperança que o problema da *Regularização das Fronteiras Interestaduais*, seria, plenamente, resolvido no quinquênio general Eurico Dutra. De acôrdo com uma sugestão nossa, o distinto e operoso EC. Cristóvam Leite de Castro, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, teve entendimento com o professor José Pereira Lira — a fim do Poder Executivo prestigiar a ação do C.N.G., de modo a resolver as questões de limites existentes, conforme carta de 18 de dezembro de 1947, dirigida à S. Excia. Nessa ocasião, em entrevista com os jornalistas que o foram felicitar pelo aniversário de sua gestão no cargo de secretário da Presidência, e, estando, por feliz acaso, presentes os governadores Leopoldo Neves e Moura Carvalho, respectivamente do Amazonas e do Pará, o professor Lira lhes fez um apêlo para uma solução imediata e justa da questão Amazonas-Pará. Infelizmente, no quinquênio general Eurico Dutra, as questões de limites interestaduais se revigoraram, como passamos a demonstrar:

I — *Minas Gerais-Espírito Santo*: Ameaça de guerra civil — pela violência de atos e linguagem das autoridades espiritosantenses — em desrespeito aos poderes da União.

II — *Amazonas-Pará*: Além da questão da Ilha da Cotia, o delegado do Amazonas, na Assembléia Geral da C.N.G. pediu a atenção do C.N.G. para o *Mapa do Brasil* editado pelo referido Conselho trazendo um senão fundamental para o Amazonas, e prejudicando na questão com o Pará.

III — *Paraíba — Rio Grande do Norte*: Perturbada a demarcação do último trecho da fronteira pelo padre Luís Santiago, incitando os camponeses ao protesto do acôrdo com o Rio Grande do Norte.

IV — *Alagoas — Pernambuco*: Na 10.<sup>a</sup> Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia o delegado de Alagoas apresentou a espantosa interpretação do art. 6.<sup>o</sup> das Disposições Transitórias da Constituição de 1946 de permitir se desfazer o acôrdo celebrado em 2 de abril de 1946 e ratificado, solenemente, em 29 de maio do mesmo ano em Maceió.

V — *Goiás — Mato Grosso*: Convidado o governador Cunha Bueno, de Goiás, pelo governador de Mato Grosso Arnaldo Figueiredo para assistir a instalação da comarca de Barra da Graça, em território, de jurisdição matogrossense, há mais de um século, e por acôrdo e por laudo arbitral pertencente a Mato Grosso, respondeu o governador de Goiás: “Está ainda em litígio o território”.

VI — *Pernambuco — Bahia*: Em dezembro de 1950, o deputado federal monsenhor Arruda Câmara, conforme notícias da imprensa, procurou reavivar a velha pretensão de Pernambuco à região baiana à margem esquerda do Rio São Francisco. Na Comissão dos 26 que estudava o ante-projeto da Constituição de 1934, o operoso e culto deputado federal Solano da Cunha leu um protesto, em nome da representação pernambucana, do qual resumava a ameaça de uma co-moção interna no caso de vingar o art. 4.<sup>o</sup> do ante-projeto, por força do qual a comarca de São Francisco se integraria no território baiano.

VII — *Rio de Janeiro — Minas Gerais*: Um deputado estadual, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, requereu providências do governador do Estado do Rio de Janeiro a fim de resguardar os interesses do Estado, na região do Vale da Perdição, pertencente ao Território de Porciuncula, mas, de acôrdo com o parecer do diretor do Serviço Geográfico do Estado, o governador coronel Edmundo Macedo Soares e Silva considerou, em pleno vigor, o acôrdo Rio de Janeiro-Minas Gerais que dirimiu e pendência e foi assinado em São Lourenço (Minas Gerais) pelo interventor comandante Ernani do Amaral Peixoto e governador Benedito Valadares.

VIII — *Rio de Janeiro — São Paulo*: Em 11 de dezembro de 1950 os governadores coronel Edmundo Macedo Soares e Silva e Dr. Ademar de Barros inauguraram, em Passo Sêco, um monumento comemorativo da demarcação definitiva das divisas entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Tendo ido a Uberaba inaugurar a Exposição Agro Pecuária, o presidente general Eurico Dutra, em seu discurso, pronunciado em 3 de maio de 1948, se referiu às questões de fronteiras interessa-

duais achando que competia ao Poder Judiciário resolvê-las; contudo fez patrióticas considerações, julgando-as prejudiciais à fraterno amizade que vincula as populações laboriosas ao longo das faixas em litígio. Mas a Constituição de 1946 não proíbe o apêlo direto ou a mediação do presidente da República, de modo semelhante ao das suas antecessoras de 1891 e 1934. Logo o exemplo de Wenceslau Braz, Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís podia e pode ser imitado a bem da unidade nacional.

## XI

### TERRITÓRIOS FEDERAIS

Existiam antes: o Distrito Federal, ex-município neutro e o Território do Acre. A Constituição de 1937 estabeleceu que a União podia criar, no interesse da Defesa Nacional, com partes desmembradas dos Estados, territórios federais, cuja administração seria regulada em lei. Somente em outubro de 1943, deu o governo execução a este dispositivo criando os territórios federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu. Este ato governamental, exceto em alguns estados que tiveram suas superfícies diminuídas, foi recebido com grandes aplausos, sendo o governo felicitado pelo presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Comissão de Fronteiras, Liga de Defesa Nacional, Sociedade Brasileira de Geografia e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo nos dois últimos casos, em virtude de proposta minha. Nos limites dos Territórios e Estados confinantes, tem-se feito exercer, com grande proveito, a ação do Conselho Nacional de Geografia. País mal administrado, andando para diante e para trás, a Constituição de 1946 trouxe a extinção dos territórios de Iguaçu e Ponta Porã. São do consenso geral, em virtude da atitude da imprensa, os males trazidos pela extinção do território de Ponta Porã, quer em relação ao pessoal, quer em relação aos melhoramentos que sofreram paralisação.

### MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL

Em ofício de 2-12-1946, ao distinto e operoso EC. Cristóvão Leite de Castro, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, agradecendo a oferta de sua entrevista à Agência Nacional, sobre a "localização de nova capital", manifestei a minha descrença, declarando, no Brasil, infelizmente, projetos, planos e programas não faltam sobre diversos assuntos, mas a execução sempre falta. E, acrescentei,

há pouco, adquiriu o govêrno um palacete particular, por elevada soma, para hospedagem de vultos ilustres, o que não faria pretendendo mudar a capital. Costa Rêgo, no *Correio da Manhã*, em 13 de março de 1947 e J. E. Macedo Soares, no *Diário Carioca*, em 25 de agosto de 1948, de modo sintético mas completo, tratam do Brasil — capital Rio de Janeiro e de A Mudança da Capital, mostrando que a capital de um país está na relação dos fatores de sua história e de sua conveniência e que, embora a Constituição encerre o assunto, ordenando a mudança, para os cafundós de Goiás, é um motivo urgente e necessário para a sua revisão, pois é uma lei constitucional que se mostra contrária aos interesses morais e materiais da República. O general Eurico Dutra não acabou seu govêrno, fora do Rio de Janeiro, transferindo a capital, como declarou de modo solene. Sobre a capital federal em Goiás o Serviço Geográfico do Exército, segundo estou informado, já tem estudos completos e perfeitos. A realidade da vida me tornou contrário a mudança da capital.

#### DIVISÃO TERRITORIAL

Em vigor a Constituição de 1937, extintas as Questões de Limites Interestaduais, criados os territórios federais e resolvida a mudança da capital federal, tive esperanças de uma Nova Divisão Territorial para o bem do Brasil. Continuando a cooperar, em 12 de novembro de 1938, fiz um apêlo ao eminente ministro da Justiça Dr. Francisco Campos pedindo sua ação e dando a S. S. ciência do meu telegrama ao presidente Dr. Getúlio Vargas e de elaboração de um trabalho a respeito. O eminente general Moreira Guimarães, presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro me deu a honra de nomear-me para uma Comissão encarregada do estudo de uma Nova Divisão Territorial. Tendo de passar algum tempo em Lambari (Minas) não pude aceitar o convite, mas apresentei uma sugestão. Em princípio de 1930 é publicado o meu trabalho, compilando tudo que havia a respeito sobre A Nova Divisão Territorial do Brasil, à custa do grande brasileiro Henrique Lage, a quem, como a Wenceslau Braz e Alexandrino de Alencar, me prendem indissolúveis laços de amizade e gratidão. Nêle figuram os estudos de Varnhagem, Fausto de Souza, atual direção territorial, os decretos-leis n.º 311 sobre divisão territorial e sobre o Dia do Município o nosso quadro municipal brasileiro, os projetos de Divisão Territorial de João Segadas Viana, (abril de 1929) e (março de 1933), o plano Segadas Viana 1929 modificado por M. A. Teixeira de Freitas



(abril 19), de Sua Memes (dezembro 1930), Ari Machado Guimarães (11-12-1932), Henrique Lage (dezembro 1933) Teodoro Figueira de Almeida (Th Emerson) 1932; Raul Vieitas (25-4-1933); Divisão Territorial e Localização da capital federal pela grande comissão da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (Est. de 1933), coronel Raul Bandeira de Melo (1933), Dr. Paulo Frontin, Juarez Távora, Sousa Lôbo, Ezequiel, Ubatuba, Everardo Backeuser e comandante Dutra da Fonseca. A Divisão Territorial de Segadas Viana, em departamentos é a de minha preferência.

---

Infelizmente, êste magno problema nacional é vencido pelo “regionalismo” e desde muito, como acontece em carta ao secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, não tenho esperanças de sua realização, embora sendo o tema de minha incumbência como consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia, cargo que tive a honra de ser distinguido em 1941.

M. A. Teixeira de Freitas e o Dr. Xavier de Oliveira, em patriótica continuidade, têm tratado dêste assunto.

---

O IX Congresso Brasileiro de Geografia realizado na cidade de Florianópolis, de 7 a 16 de setembro de 1940, não tomou em consideração a moção por mim enviada sobre Nova Divisão Territorial por ser considerada, como me informou o ministro J. S. Fonseca Hermes, o assunto, como político e não geográfico.

---

O X Congresso Brasileiro de Geografia realizado na cidade do Rio de Janeiro, de 7 a 16 de setembro de 1944 não tratou da Regularização das Fronteiras Interestaduais nem na Nova Divisão Territorial.

## XII

### INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA E SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO

Como tenho escrito vêzes diversas, me referindo à administração Getúlio Vargas, para mim seus pontos cardeais são: Construção de Volta Redonda, resolvendo o problema da indústria siderúrgica; o de-

envolvimento da Construção Naval na Ilha das Cobras como na Ilha do Viana; a criação dos territórios federais, início da Nova Divisão Territorial e a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.).

(I)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi criado pelo decreto n.º 24.609, de 6 de julho de 1934. Divide-se êle em Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística. Pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, desde 9 de julho de 1941, tenho tido a honra de ser eleito e reeleito Consultor Técnico Nacional do Conselho Nacional de Geografia. Em 6 de julho de 1948 fui eleito até 1950 (Seção XXX Divisão Territorial), terminando o mandato em 1950. Muito, a contragosto, considero o derradeiro, por motivo justo, já alegado neste trabalho. Na Regularização das Fronteiras Interestaduais relevantes têm sido os trabalhos do Conselho Nacional de Geografia, muito recomendando à gratidão nacional os nomes do presidente embaixador José Carlos de Macedo Soares e do secretário geral E.C. Cristóvam Leite de Castro.

(a)

*Pernambuco — Alagoas*

A 23 de julho de 1943, na cidade de Maceió, foi assinado o convênio preliminar para a fixação dos limites, em face dos trabalhos de uma comissão de representantes dos dois Estados, sob a assistência de um técnico C.N.G.

(b)

*Ceará — Rio Grande do Norte*

Não obstante a decisão do S.T.F., pelos govêrnos do Ceará e Rio Grande do Norte, foi constituída uma comissão mista para estudar *in-loco* a região limítrofe visando dirimir a questão existente. Em 31 de dezembro de 1938 foi firmado pela referida comissão um Convênio na cidade de Mossoró estabelecendo a linha divisória e que foi aprovado pelos governos dos dois Estados.

(c)

*Pará — Amazonas*

Pelos governos paraense e amazonense foram constituídas, em março de 1945, comissões para o estudo dos limites dêsses dois estados, a fim de dirimir a questão existente.

(d)

*Amazonas — Mato Grosso*

Os limites entre êstes dois Estados foram assentados pelo S.G.E. Em 11 de março de 1941, pelo govêrno do Amazonas foi homologada a verificação pessoal que reconheceu a jurisdição de Mato Grosso no Rio Apuanã, como resultante do trabalho de uma comissão Mista.

(e)

*Goiás — Mato Grosso*

Em 29 de agôsto de 1937, por iniciativa do embaixador José Carlos de Macedo Soares, então ministro da Justiça, foi firmado, no Rio de Janeiro, um acôrdo definitivo resolvendo a questão de limites.

(f)

*Maranhão — Goiás*

Em junho de 1939, os governos dos dois Estados firmaram decretos, aprovando o convênio de 17 de fevereiro de 1939, para efeito de fiscalização recíproca dos impostos devidos a cada um dos Estados na zona marginal do rio Tocantins e demais regiões fronteiriças.

(g)

*Minas Gerais — Espírito Santo*

Pelo aviso n.º 3.572, de 18 de setembro de 1940, o ministro da Guerra general Eurico Dutra determinou que pelo S.G.E. fôsse nomeada uma comissão para proferir laudo arbitral definindo a fronteira entre os dois Estados. A comissão foi composta dos oficiais: —

major Lincoln de Carvalho Caldas e capitães Benjamin Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque e José Forte Castelo Branco. De acôrdo com a ordem recebida pronunciou ela o seu laudo.

(h)

*Minas Gerais — Goiás*

Uma comissão Mista, composta de representantes dos dois Estados, fêz estudos e levantamentos da zona limítrofe, fixando a linha de jurisdição dos dois Estados, sendo a ata de encerramento aprovada em Belo Horizonte em 22 de dezembro de 1939. O govêrno federal em 30 de maio de 1940, homologou o acôrdo entre os dois Estados.

(i)

*Paraíba — Rio Grande do Norte*

O govêrno da Paraíba, em 15 de novembro de 1938, e o do Rio Grande do Norte, em 31 de dezembro de 1938, em decretos, nomearam técnicos, constituindo uma comissão mista, tendo por fim reconhecer e assinalar a linha de limites entre os dois Estados.

(j)

*Minas Gerais — Rio de Janeiro*

Uma Comissão Mista de técnicos mineiros e fluminenses levou a efeito a demarcação definitiva da linha divisória entre os dois Estados. O laudo, celebrado entre os dois Estados, foi homologado pelo govêrno federal pelo decreto n.º 3.471, de 26 de julho de 1941.

(k)

*Bahia — Goiás*

O C.N.G., em cooperação com a Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura e o Departamento de Geografia do Estado da Bahia, durante os anos de 1942 e 1943, levantou tôda linha divisória entre Bahia e Goiás.



(1)

*Bahia — Piauí*

Em 1943 o C.N.G., em cooperação com o Departamento de Geografia da Bahia, levantou área de 250 kms. de fronteira entre êstes dois Estados.

(m)

*Territórios federais*

O C.N.G. prestou seus serviços na regularização das fronteiras entre os estados e os territórios federais.

(II)

Como já nos referimos anteriormente, a extinção das Comissões de Limites ao Norte e ao Sul do Brasil, no governo Washington Luís, trouxe a feliz idéia do aproveitamento do Serviço Geográfico do Exército (S.G.E.). Em publicação no *Jornal do Comércio*, em 20 de agosto de 1945, reproduzida no opúsculo *Pelo Brasil Unido* (1948) tratando de Limites Minas Gerais-Espírito Santo tive oportunidade de me referir ao S. G. E., “dizendo que, como é sabido, é composto de oficiais de elite e dirigido sempre por chefes de alto valor, logo seus trabalhos são, sem favor, de reconhecido mérito”. Tenho saudades dos meus entendimentos com os generais Alípio di Primo e Costa Neto e major João Bressane Neto. A Constituição Federal de 1934, em seu art. 13.º, § 3.º, estabeleceu “as comissões decidirão afinal, sem mais recursos, sobre os limites controvertidos, fazendo-se a demarcação pelo Serviço Geográfico do Exército”. A Constituição Federal de 1937, em seu art. 184, § 2.º, diz: “O Serviço Geográfico do Exército procederá as diligências do reconhecimento e descrição dos limites até aqui sujeitos a dúvidas ou litígios e fará as necessárias demarcações”. A Constituição Federal de 1946, em seu art. 6.º, § 1.º — Disposições Transitórias — determina: “Se o solicitarem os Estados interessados o governo da União deverá encarregar dos trabalhos demarcatórios o Serviço Geográfico do Exército”.

*Na situação atual:* não mais tratando de Limites Interestaduais nem de Divisão Territorial, a S.B.G., o I.H.G.B. e a L.D.N. e os Congressos Brasileiros de Geografia; não mais predominando

na Constituição de 1946, como predominou na Constituição de 1937, o respeito à jurisdição ou *uti-possidetis*.

Com a lição de experiência, considerando o resultado pouco satisfatório dos Poderes Legislativo e Judiciário para a solução das Questões de Limites Interestaduais em contraste com o êxito dos acórdos, respeitando-se a jurisdição ou *uti-possidetis*, nos permitimos pedir ao Poder Executivo, como parte do seu programa administrativo, por intermédio do Conselho Nacional de Geografia e do Serviço Geográfico do Exército ultimar a solução do magno problema nacional — *Pelo Brasil Unido*, extinguindo as Questões de Limites Interestaduais, portanto regularizando assim as fronteiras Interestaduais.

25-2-51.

## ATIVIDADES BRASILEIRAS NOS DOMÍNIOS DA HISTÓRIA

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Quando o Instituto Panamericano de Geografia e História promoveu a Primeira Reunião de Consultas sobre História, no México, durante a segunda quinzena de outubro de 1947, foi-lhe apresentada, pelo delegado brasileiro, uma síntese do desenvolvimento dos estudos da especialidade no país.

Não será necessário repetir as informações então prestadas, embora se faça conveniente lembrar algumas passagens, quando sirvam para melhormente explicar os acontecimentos.

De vários modos se manifestaram as atividades no Brasil em assuntos históricos.

Por iniciativa direta dos governos, dos estabelecimentos oficiais de ensino, por meio de organismos internacionais, ou pelas instituições particulares.

Assim foi que o governo federal, por meio de lei adequada, organizou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, destinado a proteger os remanescentes arquitetônicos de outras eras, conforme assinalou miudamente o seu diretor, Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, em memória endereçada à Comissão de História.

Da mesma origem procedem os "Arquivos", que tomaram o Nacional por modelo.

Em verdade, bem merece o estabelecimento fundado em 1838, para guardar os papéis oficiais, o primado que lhe atribuem quantos tenham tido ensejo de conhecer-lhe a organização e funcionamento.

Confiada sempre a direção a pessoas empenhadas em ampliar-lhe a influência cultural, acha-se atualmente sob a chefia de abalizado historiador, professor Eugênio Vilhena de Moraes, cujas pesquisas bem se harmonizam com a sua eficiência administrativa.

Não obstante reduzida a verba que lhe foi destinada, conseguiu introduzir eficazes melhoramentos, a que devem os documentos a sua preservação e boa ordem.

Depois de adequado tratamento a que é submetida cada peça, e restauradas as que se mostrem mais danificadas, passam pela catalogação, onde se elaboram as fichas respectivas, facilitadoras de consultas futuras.

Depositadas em latas, quando não estejam enfileiradas em volumes, como os livros de assentamentos de várias categorias, as prateleiras que os recebem alinham-se ao longo das paredes por vastas salas, frequentemente expurgadas por meio de mistura inseticida.

São os papirófagos os maiores inimigos dos livros e documentos, com a proliferação estimulada pelo calor úmido, de sorte que exigem defesa perseverante e eficaz contra os seus efeitos maléficos.

Além das providências, que pôs em prática, visando a melhor preservação dos seus papéis, cuidou o Arquivo Nacional de torná-los conhecidos por meio de "Documentos Históricos", série iniciada em 1887, para cuja publicação atualmente se acham organizadas dezenas de tomos, à espera de oportunidade para serem impressos.

Mais de um ensaio bem documentado ali encontrou a sua fonte de informações, precisas e insubstituíveis, mercê da solicitude dos funcionários, conhecedores da opulência das coleções que possui o estabelecimento.

O modelo oferecido pelo Arquivo Nacional multiplicou-se abundantemente, de modo que se pode afirmar que todos os Estados brasileiros possuem o seu Arquivo, mais ou menos ordenado, e às vezes mais de um, quando o município da capital mantém o seu próprio.

Assim ocorre, por exemplo, em São Paulo, onde não somente a Municipalidade, mas também a Arquidiocese, possuem os seus, de que se valem os pesquisadores.

Daquela provém a série "Documentos Históricos", cujo derradeiro tomo veio a luz em 1949, com opulento documentário copiado no Arquivo de Assunção.

Em Porto Alegre, semelhantemente, o Arquivo Municipal edita o "Boletim", com matéria atual, de legislação e atos do executivo e transcrição de velhos documentos praticamente desconhecidos.

Por ser a cidade primaz do Brasil, onde lhe foi instituído o governo geral, no próprio século da descoberta, Salvador estadeia maior passado, que se exibiu à admiração das multidões, por março de 1949, em préstito comemorativo do 4.<sup>o</sup> centenário de sua fundação.



Personagens históricos trajados a caráter, representantes de classes sociais, com os seus costumes característicos, episódios memoráveis, simbolizados a preceito, assim como as atividades econômicas e culturais, desfilaram à vista de observadores atentos, que se maravilharam diante da síntese evocativa da evolução do povo baiano.

E para completar a impressão do fastígio adquirido outrora, a Prefeitura Municipal, ora dirigida pelo historiador José Wanderley de Araújo Pinho, promoveu a edição de várias obras, confiadas a doutos escritores.

Semelhantemente, o governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Educação e Saúde Pública valeu-se do ensejo para dar a publicidade diversas contribuições.

Auxiliada pelos dois poderes, estadual e municipal, a produção bibliográfica baiana avultou sobremaneira, especialmente nos domínios da história.

Embora não contenha todos os livros publicados, por ocasião do IV Centenário da Bahia, a lista a seguir arrola alguns dos mais expressivos no tocante à história nacional.

Uns apresentam-na já elaborada por eruditos pesquisadores, ao passo que outros proporcionaram aos estudiosos a matéria prima para suas investigações.

Na primeira categoria incluem-se:

— História Política e Administrativa de Salvador, por Afonso Rui, 1949.

— História da Fundação da Cidade do Salvador — Teodoro Sampaio — 1949.

— História da Literatura Baiana — Pedro Calmon.

— História da Fundação da Bahia — Pedro Calmon — 1949.

— A Cidade de Tomé de Sousa (Aspectos quinhentistas) — Alberto Silva — 1950.

— Povoamento da Cidade de Salvador — Thales de Azevedo.

— Os Presidentes da Província da Bahia — Arnold Wildberger — 1949.

— Baianos ilustres — Antônio Lourenço de Sousa.

— Guia das Igrejas da Bahia — Catedral Basílica.

— Guia das Igrejas da Bahia — Ordem Terceira de São Francisco.

— Guia das Igrejas da Bahia — Convento de São Francisco.

— Guia das Igrejas da Bahia — Ordem Terceira do Carmo.

— Guia das Igrejas da Bahia — Convento do Desterro.

— Imagens da Bahia.

— Instalação da Câmara Municipal da Cidade do Salvador.

Também se divulgou preciosa publicação contendo as séries de “Documentos Históricos do Arquivo Nacional” — Volumes I, II, III, IV e V.

— “Anais do Arquivo Público da Bahia” — Volume XXXI.

— “Tombo dos Bens das Ordens Terceiras, Conferências e Irmandades do Salvador”, instituído em 1853 — Volume VI — 1948.

Fora da Bahia, as obras editadas, ou continuaram séries, já imprescindíveis à consulta dos estudiosos, que versaram o assunto, como:

Afonso de Taunay — História Geral das Bandeiras Paulistas — Tomo IX — 1949 — Tomo X — 1949.

Serafim Leite (Pe.) — História da Companhia de Jesus no Brasil — Tomos VII, VIII, IX e X — 1949.

Instituto “Rio Branco” — Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid — Documentos biográficos organizados e comentados por Jaime Cortezão — Tomos I e II — 1950, ou constituem unidades completas, em número mais avultado, de que o *Anexo A* indica um resumo bibliográfico, sem a pretensão de abranger a totalidade.

Assim, apareceram, entre dezenas de outras:

Hermano Requião — Itapagipe — 1949.

Hermes Vieira — Ouro Preto — O homem e a época.

João Dornas Filho — Figuras da Província.

José Honório Rodrigues — Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil.

José Honório Rodrigues — Teoria da História do Brasil — 1949.

Luís da Câmara Cascudo — Os Holandeses no Rio Grande do Norte.

M. Diegues Júnior — O Bangué nas Alagoas.

Olinto San Martin — Bandeirantes no Sul do Brasil.

Orlando Carvalho Damasceno — Ligeiro Esboço Biográfico de Francisco Adolfo Vernhagen.

Rubens Borba de Moraes — Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros.

Tomás Oscar Marcondes de Sousa — Américo Vespucci e Suas Viagens — 1949.

Visconde de Taunay — Memórias.

## CONGRESSOS DE HISTÓRIA

No período transcorrido após a Primeira Reunião de Consulta sobre História, realizaram-se no Brasil vários Congressos de Cultura, entre os quais sobressaíram, em semelhante assunto, os três que merecem referência especificada.

Abriu a série o Primeiro Congresso de História Catarinense, que se empenhou em comemorar o “Segundo Centenário da Colonização Açoriana”, a que deveu a região meridional do Brasil notável impulso povoador.

Santa Catarina beneficiou-se com a corrente demográfica oriunda dos Açores, assim como o Rio Grande do Sul, onde se fixaram centenas de ilhéus com as suas famílias.

A oportunidade oferecia-se para um balanço do que fizeram os imigrantes daquela época e exame das peculiaridades raciais que legaram aos seus descendentes.

Dai se causou o plano do Congresso que, inaugurado a 5 de outubro de 1948, em Florianópolis, recolheu as teses classificadas por dez seções, a saber:

História Geral Catarinense .....	2
História Demográfica e Política .....	7
Colonização Insulana .....	3
História Econômica .....	6
História Social e Cultural .....	18
Linguagem e Folclore .....	8
Geografia, História e Cartografia .....	13
História local .....	5
Genealogia .....	11
Bio-bibliografia .....	12

Ao todo, foram apresentadas 85 contribuições, que bem evidenciam o interesse causado pelas cerimônias comemorativas, que, de mais a mais, se completaram com visitas a localidades fundadas na era dos ilhéus, há dois séculos, a exibição de danças e costumes que ainda perduram e proporcionam opulento material e estudo para os folcloristas.

## II

A 29 de março de 1549, desembarcou Tomé de Sousa, com a sua gente, no local que julgou propício à fundação da cidade destinada a servir de sede ao Governo Geral do Brasil, para cuja organização o despachara el-rei.

À passagem do Quarto Centenário de tão memorável sucesso, decidiu a Bahia mobilizar as suas energias cívicas e culturais para con- dignamente festejá-lo.

E entre os expressivos números comemorativos, incluiu-se o Primeiro Congresso de História da Bahia, de cuja realização eficien- temente se incumbiu o seu Instituto Geográfico e Histórico.

Em sua sede, apropriada a semelhantes reuniões, desenvolve- ram-se as atividades dos congressistas, a quem foram submetidas 118 teses, em muitas das quais se espelhava o resultado em primeira mão de cuidadosas pesquisas.

Distribuíram-se por nove seções, que trataram de:

História Geral .....	44
História Política e Administrativa .....	7
História Econômica e Social .....	15
História Religiosa da Bahia .....	6
Letras e Artes .....	17
Geografia Histórica, Cartografia e Iconografia..	—
Etnologia .....	2
Biografia .....	15
Bibliografia .....	12
	<hr/>
	118

Convidados especialmente, conheceram os representantes de ins- tituições culturais, reunidas na capital baiana, o Arquivo Público do Estado, amplamente remodelado em suas instalações, que lhe imprimem feições de estabelecimento moderno, de admirável eficiência.

As igrejas, previamente estudadas e descritas por doutos conhe- cedores de suas crônicas, patentearam impressionantes tesouros ar- tísticos aos forasteiros deslumbrados com a opulência das decorações do barroco da Bahia.

A cidade do Salvador como que se transformou em Museu, ao mesmo tempo de arte religiosa e de história, para encanto dos dele- gados que a visitavam.

#### IV CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL

Gerado pelo mesmo acontecimento, que motivou a reunião de Salvador, empreendeu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro celebrar o IV Congresso de História Nacional, assim acrescentando a



série de certames análogos, que se verificaram, mercê da sua iniciativa, ora sobre temas exclusivamente brasileiros, ora envolvendo a América, a exemplo do que sucedeu em 1922 e 1932.

A data não era exclusivamente baiana, pois que exercera inequívoca influência na evolução do Brasil, cuja história provavelmente seria outra, se continuasse o regime das capitanias doadas por Dom João III.

Ao Instituto competia, portanto, examinar as circunstâncias em que se deu a centralização dos poderes, antes dispersos pelos donatários, bem como as consequências resultantes desta contramarcha, a que o monarca submeteu a sua própria iniciativa, de povoar o Brasil por meio de capitanias hereditárias, depois de lhes observar as deficiências.

Alongaram-se os trabalhos do Congresso de 22 a 29 de abril de 1949, prazo em que foram examinadas as contribuições distribuídas pelas oito seguintes seções:

1. <sup>a</sup> História Geral .....	37
2. <sup>a</sup> Geografia Histórica e Cartografia .....	3
3. <sup>a</sup> Etnografia .....	2
4. <sup>a</sup> História Econômica e Social .....	17
5. <sup>a</sup> História Militar e Diplomática .....	9
6. <sup>a</sup> Religião, Ciências, Letras e Artes .....	21
7. <sup>a</sup> Instituições Políticas e Jurídicas-Evolução das cidades .....	10
8. <sup>a</sup> Bio-bibliografia .....	19

Além dessas, constantes do temário, como se apresentassem, à última hora, algumas teses que não se enquadravam em nenhuma, ou pelo assunto, ou pelo período a que se referissem, foi criada mais uma a 9.<sup>a</sup>, justamente para acolher as que se achassem em tais condições, em número de 14.

Não foi, porém, somente pelo número de teses, 132, maior do que se registrou em qualquer outra reunião semelhante, que se estreitou o IV Congresso de História Nacional.

Também concorreu para lhe imprimir maior realce a cooperação de Portugal, que, além do embaixador especial, acadêmico Júlio Dantas, presidente da Academia de Ciências de Lisboa, enviou historiadores de renome, acompanhados de valiosa documentação obtida nos arquivos lusitanos.

As monografias que elaboraram, os debates de que participaram, evidenciaram altos propósitos culturais, de que se beneficiou sobremaneira o certame que, em verdade, constituiu memorável episódio nas manifestações intelectuais do país.

E os seus ensinamentos não esmoreceram depois de ultimados os trabalhos.

Os “Anais” cuja publicação foi iniciada, em volumes de 550 a 600 páginas, em média, dos quais já vieram a lume cinco, darão opulenta série de treze, com eruditas contribuições, muitas das quais revelam esclarecimentos inéditos a respeito dos assuntos versados.

#### O INSTITUTO HISTÓRICO

Não se restringiu, porém, a ação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no derradeiro triênio, em preparar ambiente propício ao êxito do IV Congresso de História Nacional.

Ocupou-se de atividades costumeiras, realçadas por dois “Cursos” destinados a examinar as razões do luminoso renome conquistado por dois brasileiros, cujos centenários de nascimento se festejaram em 1949.

Não somente fronteiras a dentro, no país que lhes proclamou a benemerência, mas até no estrangeiro, onde ambos evidenciaram a sua peregrina inteligência, valorizada por aprimorada cultura.

E assim o radioso idealismo que propagaram, com o seu verbo fogoso, encontrou a ressonância na Europa ou na América, onde se tornaram admirados.

Um, chamou-se Rui Barbosa, que em Haia, contrariando as grandes potências da época, patrocinou com eloquência a igualdade de direitos entre as nações, ainda que fôssem pequenas.

E em Buenos Aires, afirmou que não poderia haver neutralidade entre o direito e o crime, doutrina que ressoou pela Europa, a favor dos aliados empenhados na primeira grande guerra.

O outro, era afamado como fervoroso orador da emancipação dos escravos, quando, decorrida silenciosa década após sua vitória irrefratada, com a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, aceitou incumbência diplomática que o levaria a inaugurar a embaixada do Brasil em Washington.

Embebido de cultura inglesa, jamais deixou Joaquim Nabuco de ser o apóstolo do abolicionismo, cuja defesa o prendia ao bêrço natal.

Colocado em ambiente mais amplo, encontrou no panamericanismo fecunda causa, a cuja propaganda se devotou com amor e sabedoria.

Por bem lhe apreciarem a sinceridade inequívoca das pregações da harmonia entre os povos americanos, consoante as quais devia o Novo Mundo denominar-se Continente da Paz, aplaudiram-no as universidades norte-americanas, onde ressoou a sua palavra arrebatadora.

O prestígio então alcançado distinguiu-o entre os diplomatas, até sucumbir no pôsto que sobremaneira nobilitou.

Tanto do senador pela Bahia, terra de Rui Barbosa, sempre mantido na representação, que dignificava, como do primeiro embaixador do Brasil em Washington, trataram proficientes conhecedores de suas vidas e feitos, evocados com o ambiente político e social em que atuaram.

Os dois cursos constituíram, pelas proporções em que se desenvolveram, amplo estudo da época respectiva, pois que abrangeram os principais sucessos a que assistiram, ou de que participaram, os dois publicistas e oradores afamados.

### III

Embora se estreme pela opulência de seus trabalhos, mantidos por mais de um século, conforme atesta a sua *Revista*, além de publicações avulsas, não é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o único existente no país.

Ao revés, cada Estado possui também o seu grêmio de estudos, e, não raro, mais de um.

Todos, com maior ou menor eficiência, cuidam de pesquisas históricas, ou acompanham as que são empreendidas pelos seus doutos membros.

E' o que evidencia, por exemplo, o resumo do que assinalou o de São Paulo.

No período decorrido de outubro de 1947 a março de 1950, realizou quarenta sessões, em que foram explanados e debatidos temas de suas cogitações, entre os quais sobrelevam:

- Alfredo Moreira Pinto* — pelo sócio José Pedro Leite Cordeiro;  
*Fundação da cidade de São Paulo* — José Pedro Leite Cordeiro.  
*João Cruz e Sousa* — José Pedro Leite Cordeiro;  
*A primeira batalha dos Guararapes e reconquista de Angola* — José Pedro Leite Cordeiro;  
*Brasília A. Machado de Oliveira* — José Pedro Leite Cordeiro;  
*Domingos J. Nogueira Jaguaribe F.* — José Pedro Leite Cordeiro;  
*Padre Manuel da Nóbrega* — José Pedro Leite Cordeiro;  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo* — José Pedro Leite Cordeiro;  
*Brás Cubas e sua herança* — José Pedro Leite Cordeiro;  
*Rui conferencista* — José Pedro Leite Cordeiro;  
*Alfredo Elis* — José Pedro Leite Cordeiro;  
*Francisco de Paula Rodrigues Alves* — José Pedro Leite Cordeiro;  
*As Bandeiras das Misericórdias*, pelo sócio — Ernesto de Sousa Campos;  
*João Mendes de Almeida* — Ernesto de Sousa Campos;  
*Visconde de Guarapuava* — pelo sócio Aureliano Leite;  
*O fenômeno imigratório no Brasil* — pelo sócio Francisco Isoldi;  
*Carta autógrafa de F. Confaloniere* — pelo sócio Francisco Isoldi;  
*Estátuas faláticas* — pelo sócio Francisco Isoldi;  
*Imperatriz Teresa Cristina Maria* — pelo sócio Francisco Isoldi;  
*A estratégia de Garibaldi* — pelo sócio Francisco Isoldi;  
*O tráfico africano visto pelo mestre Afonso de Taunay* — pelo sócio Alfredo Gomes;  
*A semana da Pátria* — pelo sócio Alfredo Gomes;  
*Os escravos do Brasil* — pelo sócio Alfredo Gomes;  
*Joaquim Nabuco, escritor* — pelo sócio Tito Lívio Ferreira;  
*Fundação da cidade de Salvador* — pelo sócio Tito Lívio Ferreira;  
*Rui Barbosa* — Lígia F. L. Lemos Tôrres;



*Rui e a República* — pelo sócio Américo Brasiliense;

*Rui Barbosa e a questão Dreyfus* — pelo sócio José Tôrres de Oliveira;

*Rui Barbosa internacionalista* — pelo sócio Miguel Franchini Neto;

*Viagem ao Amazonas* — pelo sócio Luís Tenório de Brito.

*Vida comunitária entre os índios do Noroeste amazônico* — pelo sócio padre Alcionilio Bruzzi Alves de Sousa;

*A expedição de 1501-1502 e Américo Vespúcio* — pelo sócio T. O. Marcondes de Sousa.

Para divulgar os referidos ensaios e outros, escapos à enumeração, continua o Instituto a editar a sua revista, de que vieram a lume dois volumes, primeira parte e segunda, do tomo XLIV.

Fora das sessões, todavia, apareceram inúmeras obras, tanto elaboradas pelos sócios, cujo número é limitado, como por escritores estranhos à associação.

Arrolam-se, entre as principais, as seguintes referentes à história e geografia:

Afonso de E. Taunay — *História Geral das Bandeiras Paulistas* — Tomos IX e X.

Afonso de E. Taunay — *História da Cidade de São Paulo* — Tomos I e II;

Amando Cauiby — *O Patriarca*;

Amando Cauiby — *Rincão de Heróis*;

Carlos da Silveira — *A contribuição do Instituto Genealógico Brasileiro para os estudos históricos*.

Carlos da Silveira — *Quem era Dom João de Toledo Piza Castilhano?*

Carlos da Silveira — *Qual a situação dos estudos genealógicos no Brasil?*

Edmundo Zenha — *O município no Brasil*;

Edmundo Zenha — *A colônia alemã de Santo Amaro*;

Herbert Baldus — *Os Tapirapé*;

Herbert Baldus — *Vocabulário zoológico Kaingang*;

Herbert Baldus — *Cultura material*;

Herbert Baldus — *Aquisição do sustento entre os índios do Brasil*.

Herbert Baldus — *Fontes primárias para o estudo dos índios do Brasil quinhentista*;

Herbert Baldus — *Etnologia*;

José Antônio Pereira Júnior — *Alguns apontamentos de arqueologia e pre-história*;

José Antônio Pereira Júnior — *Breves apontamentos de arqueologia comparada*;

José Antônio Pereira Júnior — *Comentários em torno da inscrição rupestre de Itaquatiá*;

José Pedro Leite Cordeiro — *A independência do Brasil*;

José Pedro Leite Cordeiro — *São Jorge dos Erasmos, um dos primeiros engenhos vicentinos*;

José Pedro Leite Cordeiro — *Dois centenários em 1947; Alfredo Moreira Pinto e José Vieira Fazenda*;

José Pedro Leite Cordeiro — *Alguns conceitos de Filosofia da História*;

José Pedro Leite Cordeiro — *São Paulo e a Invasão Holandesa no Brasil*;

Luís Castanho de Almeida (Cônego) — *Caminhos perigosos que se fecharam*;

Luís Castanho de Almeida (Cônego) — *O padre Ildefonso, de "Viva o rei do Brasil"*.

Luís Castanho de Almeida (Cônego) — *Notas para a História dos Seminários*;

Luís Castanho de Almeida (Cônego) — *O Conselheiro Manuel Joaquim do Amaral Gurgel*;

Luís Castanho de Almeida (Cônego) — *O marquês de Pombal, segundo os contemporâneos*;

Luís Castanho de Almeida (Cônego) — *Casas grandes e senzalas de Sorocaba*;

Luís Tenório de Brito — *Jerônimo de Albuquerque Maranhão*;

Luís Tenório de Brito — *O Dr. Heitor Teixeira Penteado em Campinas*;

Luís Tenório de Brito — *Coronel Fernando Prestes de Albuquerque (notas biográficas)*;

Olga Pantaleão — *Fontes primárias inglesas para o estudo da História de São Paulo, no século XVI*;

Olga Pantaleão — *Aspectos de Comércio dos domínios portugueses do período de 1808 a 1821*.

Paulo Florêncio da Silveira Camargo — *Senhor Bom Jesus de Pirapora*.

Tomas O. Marcondes de Sousa — *O Descobrimento do Brasil*.

Tomas O. Marcondes de Sousa — *Américo Vespucci e suas viagens*.

Algumas destas obras acham-se relacionadas no *Anexo A*, que, todavia, não estará isento de omissões.

Na própria capital da República, ainda atuam o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e o Instituto Brasileiro de História de Medicina, cujos simples rótulos já lhes indicam a especialização de suas pesquisas.

Também cooperam para avolumar a produção no ramo, a Biblioteca Nacional, com as suas publicações indispensáveis aos historiadores, o Arquivo Nacional, que a poucos meses comemorou o seu 112.º aniversário com admirável exposição de documentos, cuja divulgação o *Jornal do Comércio* empreendeu em suas colunas prestigiosas, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a sua “Revista”.

O Museu Histórico, onde se realizam cursos especializados, o Museu Imperial, dedicado, de preferência, às investigações referentes ao reinado de Dom Pedro II, em cujo palácio de veraneio se instalou, em Petrópolis, edtam os seus “Anuários”, opulentos de informações inéditas.

E recentemente, por iniciativa do professor Arlindo Camilo Monteiro, fundou-se a academia de estudos históricos de ciências, letras e artes, ou H.U.M.A.N.I.T.E.R., abreviatura de longo título, em que se espelham cogitações humanísticas;

*Historiae Universalis Multimodarum Artium Notionumque Institutum Totius Energiae Renovatrivis.*

Destina-se a tratar da história das ciências e das artes, como evidenciou na sessão inaugural, em que o professor Carlos Xavier Paes Barreto explanou o tema:

*A História de Direito Penal e seus alicerces científicos e escolásticos*, e o pintor Salvador Pujães Sabaté dissertou a respeito de *A História das Artes e a pintura mural*.

#### IV

As Faculdades de Filosofia, animadas de propósitos investigadores, não se limitam a transmitir aos alunos os ensinamentos contidos em obras já existentes.

Cuidam também em proporções condicionadas pelas verbas de que possam dispor, de pesquisas de maior ou menor amplitude, comprovadas em monografias apreciadas pelos sabedores.

Operam em tal sentido, além de outras, a Faculdade de Filosofia do Recife, onde se fundaram mais duas com análogos objetivos, a de Salvador, a do Rio de Janeiro, onde tem sede a Universidade Nacional, a de São Paulo, na qual mais opulenta se tem patenteado a contribuição impressa, como Boletim da Universidade de São Paulo — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Assim, o número C V da série, editado em 1949, que se refere a *Américo Vespucci e Suas Viagens*, por Tomaz Oscar Marcondes de Sousa, (com 315 páginas) inclui-se na coleção da “História da Civilização Brasileira”, (número 10) a que também pertencem os números 7 e 9, referentes a *Amador Bueno e seu tempo*, 320 páginas e *Um parlamentar paulista da República*, ambos elaborados pelo professor Alfredo Ellis Júnior.

Nem todos os ensaios se arrolam nesta classe, uma das muitas em que se ramificam as atividades universitárias.

O “Boletim C III”, por exemplo, divulga a *Contribuição à Geologia dos Derrames Basálticos do Sul do Brasil*, por Vitor Leinz, e traz a indicação: “Geologia n.º 5”.

Não obstante abranger múltiplas disciplinas, a Faculdade incentiva sobremaneira as investigações históricas e divulga-lhes os resultados.

Em igual sentido agiu o Instituto da Administração, da mesma Universidade, ao promover o “Seminário de estudos das fontes primárias para a História de São Paulo no século XVI”, do qual resultou excelente série de publicações, que vieram a lume em meado de 1948.

Cada assunto, confiado a douto especialista, foi examinado a preceito, de sorte que se tornam indispensáveis tais escritos a quem pretenda efetuar qualquer investigação a respeito da evolução de São Paulo naquela centúria.



Também opera, com análogos objetivos, o Museu Paulista que, além de manter a tradição de saber histórico, grangeada pelos *Anais*, quando o dirigia o professor Afonso de Taunay, encetou, em 1947, a *Revista do Museu Paulista*, em nova série.

A anterior transformara-se, mudando de título.

Vagara, portanto, o primitivo, que o atual dirigente, professor Sérgio Buarque de Holanda, empreendeu reanimar.

A oportunidade de seu reaparecimento, afirmou no primeiro número, deve-se à reforma que, em dezembro de 1946, criou a Seção de Etnologia, destinada à preservação, enriquecimento e estudo do acervo antropológico do Museu Paulista — compreendido aqui o precioso material de Etnologia, Arqueologia e Antropologia Física reunido no estabelecimento.

A conexão íntima entre os modernos estudos da História do Brasil e os da Etnologia requer a aliança, no mesmo Instituto, entre as duas disciplinas.

Por outro lado, a diversidade nos seus métodos de pesquisa e em finalidades principais, aconselhava e impunha mesmo uma separação que se refletisse em publicações distintas especializadas.

Destinando-se a *Revista*, doravante, aos estudos antropológicos, enquanto os *Anais* continuam dedicados, de preferência, a assuntos históricos, consagra-se nitidamente essa separação.

Inclui-se o Museu Paulista no âmbito da administração estadual, ao passo que o Arquivo Histórico, subordinado ao Departamento de Cultura, constitui uma das ramificações da Prefeitura do município de São Paulo.

Evidenciando a relevância das suas contribuições para os estudos históricos, o seu diretor, Dr. Nuto Santana, promoveu, mercê da colaboração do professor Walter Ney, a cópia de documentos guardados no Arquivo Nacional de Assuncion.

A primeira coleção, bem recebida pelos estudiosos, veio a lume em 1949, com o título de *Bandeirantes do Paraguai — Século XVII — Documentos inéditos — 702 páginas*.

Outras deverão continuá-la, para maior satisfação dos historiadores, que assim disporão de informações, ainda em grande parte inexploradas, para a revisão de seus conceitos.

Não somente as entidades oficiais, porém, trabalham em tais domínios.

A iniciativa particular, embora adstrita às possibilidades mais reduzidas, de escassos recursos, manifesta incisivamente a sua presença.

Assim é que já se acha em circulação o terceiro número da *Revista de História*, correspondente ao trimestre de julho-setembro de 1950.

Ao justificar-lhe o aparecimento, o diretor E. Simões de Paula, professor de História da Civilização Antiga e Medieval, apontou as aspirações que lhe determinaram a fundação.

“O seu objetivo precípua, afirmou, é oferecer aos estudiosos uma oportunidade de divulgação sistemática, e mais ou menos ampla, dos trabalhos e das pesquisas que o amor aos estudos e a dedicação ao magistério universitário propiciam e orientam...”

Mas a Revista quer ter também outra finalidade; quer ser o traço de união entre a Faculdade e os professores de História do ensino normal e secundário.

Para isso pretendemos fornecer-lhes bibliografias sempre atualizadas, interpretações novas de fatos históricos em geral, resenhas crítica de obras recentes, comentários desapaixonados à margem de assuntos controvertidos e documentos antigos devidamente estudados”.

Para cumprir tão louvável programa, arrolou colaboradores idôneos, entre os quais, conforme declarou, “contamos desde já com o apoio valioso dos Departamentos de História, de Etnologia, da nossa Faculdade, com os professores de História Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo e da Escola de Sociologia e Política”...

## V

Por abranger a Comissão de História em seu âmbito o estudo de Folclore, não será descabido mencionar as atividades aplicadas em seu desenvolvimento.

Promovido pelo I.B.E.C.C. (Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura), fundou-se, em janeiro de 1948, a Comissão Nacional de Folclore, que logo adotou o seguinte plano de trabalho.

I — Relacionamento dos estudos de folclore no Brasil, com anotação do campo especial em que trabalham;

II — Relacionamento das instituições federais, estaduais, municipais, territoriais ou particulares, que guardam coleções de interesse folclórico (objetos, gravações sonoras, filmes, textos, etc.).

III — Levantamento da bibliografia brasileira sobre folclore, com indicação das condições de acesso às publicações (bibliotecas em que se encontram, raridade das publicações, manuscritos inéditos, etc.).

IV — Reedição de obras clássicas brasileiras sobre folclore, devidamente anotadas, para o que a Comissão deverá entender-se com quem de direito;

V — Organização de manuais de pesquisas folclóricas;

VI — Estudo do problema da unificação da terminologia folclórica no Brasil;

VII — Organização de um calendário folclórico brasileiro;

VIII — Organização de questionário em torno de problemas folclóricos para ampla distribuição no Brasil;

IX — Realização de cursos, conferências e festivais folclóricos, com a revivescência de festas tradicionais;

X — Tradução de obra ou obras gerais de metodologia, fazendo-as acompanhar de anotações instrutivas aplicáveis a certos aspectos folclóricos no Brasil.

Desde essa época, vem a C.N.F. atuando eficazmente, por meio de pesquisas, conferências e debates, de que dá conta o último relatório do seu secretário-geral, Dr. Renato Almeida, apresentado em julho último ao Dr. Levi Carneiro, presidente do I.B.E.C.C.

“Pela terceira vez, assim começou, cabe-me trazer a V. Excelência o relatório das atividades da Comissão Nacional de Folclore”...

Com exceção de dois Estados, nos demais já funcionavam as respectivas comissões regionais, “de que algumas, felizmente mais numerosas, estão desenvolvendo uma atividade admirável, realizando pesquisas e inquéritos, enviando comunicações, publicando boletins, promovendo conferências e palestras, desenvolvendo com afincio o amor aos estudos folclóricos”.

“A Comissão mantém a publicação dessas comunicações, que lhe chegam, e já ascendem ao número de 188, tendo sido distribuídas neste exercício, 72”.

Além do Boletim Bibliográfico, impresso regularmente pela Comissão, no Rio de Janeiro, também outros apareceram no Espírito Santo e Santa Catarina, ao passo que a de São Paulo pretende apresentar uma revista, em substituição ao *Correio Folclórico* mantido nas edições dominicais do *Correio Paulistano*.

De mais a mais, “estabeleceu a comissão que todos os anos se realizasse”, em escolhida capital do Estado, “uma Semana Nacional de Folclore”.

Quando se efetuou em Quitandinha — Petrópolis — o “Seminário de Educação e Alfabetização dos Adultos”, sob o patrocínio da UNESCO e da organização dos Estados Americanos, “Nobrega da Cunha, intérprete da comissão, apresentou proposta”, no sentido do aproveitamento do folclore na educação dos adultos, e recomendou igualmente um contacto entre investigadores folclóricos e os grupos sociais que praticam tais atividades.

“Além disso, o Seminário aconselhou aos Estados Americanos que estabeleçam institutos e serviços de folclore, estreitamente vinculados aos problemas de educação primária, secundária, normal e profissional”.

Por bem apreciar a intensificação dos estudos folclóricos, a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, reunida na capital da Bahia, em julho de 1949, aprovou a seguinte resolução, que dispensava justificativa, tão expressivos são os seus fundamentos.

“Considerando o grande impulso que, no país, têm tomado as atividades folclóricas, a cargo da Comissão Nacional de Folclore e das Subcomissões regionais; Considerando a importância de que se revestem estas atividades para os estudos de geografia humana e social, tornando-se assim do maior interesse a cooperação do Conselho a esses trabalhos, resolve:

Artigo 1.º — O Conselho Nacional de Geografia, pelos seus órgãos competentes, cooperará na maneira mais ampla possível, com a Comissão Nacional de Folclore para o desenvolvimento das pesquisas e estudos da especialidade dessa Comissão.

Artigo 2.º — A colaboração ora prevista será feita do modo e nas condições em que se estabeleceram pelos entendimentos entre a Secretaria Geral e a Comissão Nacional de Folclore.

Artigo 3.º — A Secretaria Geral entrará em entendimentos com a Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística, a fim de ser facilitada à Comissão Nacional de Folclore utilização das informações



de natureza etnográfica ou folclórica que constem das monografias estatístico-coreográficas dos municípios brasileiros, elaboradas pelas Delegacias Municipais do Serviço Nacional de Recenseamento em 1940”.

No tocante aos empreendimentos de execução ulterior, mencionaria o relatório a III Semana Nacional de Folclore, em cuja sessão inaugural, a 22 de agosto último, o douto secretário geral proferiu conceituosa alocação em que se espelham as diretrizes de sua atuação incansável.

“O labor folclórico, afirmou, tem um caráter científico, é silencioso e discreto, na pesquisa atenta, no confronto minucioso, na conclusão exata. São atividades que exigem discrição, solidariedade, simpatia humana, inesgotável boa vontade. Como toda ciência social, o folclore é um esforço de equipe, no qual cada qual traz a sua pedra, valiosa ou humilde, nunca displicente. E’ uma ação que não se faz em feira de vaidades, que custa a informar-se, a concretizar-se, a aparecer. Nada lhe é mais prejudicial do que a generalização apressada, o recurso literário, as soluções forçadas, a aproximação imprecisa, para não falar no infecundo amadorismo, que tem sido um elemento pertinaz da sua deformação.

O fato folclórico não é um elemento apenas da história tradicional do povo, mas um fenômeno vivo, que reflete o comportamento dos conglomerados humanos em face das suas realidades, em função sempre das ações aculturadoras. O folclore é um traço de realidade, não é um dado arqueológico ou histórico. Nêle o consuetudinário se torna vida, é uma sobrevivência que se faz existência continuada, transformando-se incessantemente.

Poderíamos com justeza dizer que o folclórico é um perpétuo vir-a-ser.

Por isso mesmo, o seu estudo exige a mesma perseverança, método e cuidado com que se consideram os fenômenos biológicos. Como ciência do homem está fixada no plano sociológico, nas relações intercruzadas da existência coletiva das sociedades. A história, a etnografia, a psicologia e outras ciências não o circunscrevem, valem como luzes sobre ele projetadas para a sua revelação integral.

Necessitamos insistir pois para que o folclore seja de vez encarado, no Brasil, pelo seu aspecto científico, com lugar devido no currículo universitário, onde se formarão pesquisadores e se aprimorarão as verdadeiras vocações folclóricas, com pesquisa sistemática, laboratórios de verificação e confronto, técnica profissional. Do con-

trário, permaneceremos no terreno da experiência de boa vontade, onde os que podem não fazem o que poderiam, à mingua de recursos.

O programa da Comissão Nacional de Folclore se tem orientado no sentido de criar um ambiente, que já se vai esboçando auspiciosamente, no qual seja possível dar ao folclore os instrumentos indispensáveis ao seu trabalho”.

Assim é que se mostram operosos os pesquisadores, que pretendem realizar, em 1951, o Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, comemorativo do centenário de quatro grandes folcloristas brasileiros: Sílvio Romero, Pereira da Costa, Manuel Quirino e Vale Cabral.

Foram decididos animadores de tais estudos, a que dedicaram ensaios ainda na atualidade manuseados com proveito, e a contribuição que lhes trouxeram ao desenvolvimento, certo, será devidamente apreciada pelos atuais pesquisadores.

As mencionadas iniciativas e realizações referentes ao folclore revelam a valiosa contribuição que nesse ramo vem promovendo a Comissão Brasileira.

#### CONCLUSÃO

Os fatos apontados pela rama, para evitar minudências prolixas, evidenciam que no derradeiro triênio as atividades brasileiras aplicadas nos domínios da História conseguiram resultados apreciáveis. A divulgação de “fontes primárias, anteriormente conservadas inéditas”, a elaboração de obras de expressivo teor científico, os “seminários” e “congressos” em que se debateram temas relevantes, de vários modos se exerceu o labor dos pesquisadores, que se espelha em valiosa bibliografia.

a) Extrato da memória enviada à Assembléia Geral do Instituto Panamericano de Geografia e História, reunida em Santiago do Chile, em outubro de 1950.

## OBRAS RECEBIDAS

Janeiro de 1951

- Documentos Históricos do Arquivo Municipal* — Prefeitura do município do Salvador — Bahia, 1949.
- Bandeirantes no Paraguai* (Século XVII — Documentos inéditos) — Prefeitura do município de São Paulo — São Paulo, 1949.
- Anuário do Museu Imperial* — Ministério da Educação e Saúde — Petrópolis, 1946-47.
- A situação da Misericórdia da Bahia no fim do século XVII* — Américo Pires de Lima — Coimbra, Editôra Ltda. — Coimbra, 1950.
- Atribuições da Misericórdia da Bahia no século XVIII* — Américo Pires de Lima — Coimbra, Editôra Ltda. — Coimbra, 1950.
- Nota sobre algumas epidemias na cidade da Bahia* — Américo Pires de Lima — Coimbra, Editôra Ltda. — Coimbra, 1950.
- Nota sobre a roda dos enjeitados da Bahia no século XVIII* — Américo Pires de Lima — Coimbra, Editôra Ltda. — Coimbra, 1950.
- Taxes, The Public Debt, and Transfers of Income* — by Donald C. Miller — The University of Illinois Press — Urbana, 1950.
- Povoamento da cidade do Salvador* — Thales de Azevedo — Tipografia Beneditin Ltda. — Bahia, 1949.
- Cardoso Moreira* — 14.º distrito do município de Campos — Resumo Corográfico — Henrique de Queiroz Vieira — Artes Gráficas — Campos, 1950.
- Courses on Latin America* — 1948-49 — Estellita Hart — Pan American Union — 1949, Washington.
- As Personalidades psicopáticas em inquéritos administrativos* — Herman Lima — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1950.
- Seremos demais?* — Mme. A. Myrdal e Paul Vincent — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1950.
- Relações da Administração com o público* — Ibany da Cunha Ribeiro — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1950.
- Redução do custo dos serviços de material* — Oscar Vitorino Moreira — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1950.
- Problems in Contemporary County Government* — Wylie Kilpatrick — University Virginia — Institute — Virginia, 1930.
- Abstracts of Dissertations* — University Virginia, 1949.
- Bibliography of Virginia History Since 1865* — Lester J. Cappon — University — Virginia, 1930.
- Taxation in Virginia* — William H. Stauffer — University Virginia, 1931.
- A Statistical Study of Virginia* — Wilson Gee e John J. Corson — University Virginia, 1927.

- Jefferson's Ideas On A University Library* — Elizabeth Cometti — University — Virginia, 1950.
- Historical Collections (Annual Report on)* — University Virginia, 1950.
- A Plea for Federal Union* — North Carolina, 1788 — Hugh T. Lefler — University Virginia, 1947.
- Documentos Históricos* — Vol. 87 — Ministério da Educação e Saúde — Biblioteca Nacional — Rio de Janeiro, 1950.
- Anais da Biblioteca Nacional* — Vol. 70 — Ministério da Educação e Saúde — Biblioteca Nacional — Rio de Janeiro.
- Santa Casa de Misericórdia de Marília*, relatório apresentado pelo provedor Dr. Joaquim A. Vidal — Empresa Gráfica — São Paulo, 1950.
- Lumbar Breakdown Caused by Erect Posture in Man* by Frederick P. Thieme — Ann Arbor — University Michigan, 1950.
- Relatório apresentado à Câmara Municipal* — I — II — Prefeito Ildo Meneghetti — Oficina Gráfica Livraria Globo — Porto Alegre, 1950.
- Novembro, 1950 (Discurso)* — João Daudt de Oliveira — Oficina Gráfica Jornal do Brasil — Rio de Janeiro, 1950.
- Inventário de Lisboa* — Fasc. 7 e 8 — Norberto de Araújo — Câmara Municipal — Lisboa, 1950.
- Resenha de Manuscritos e Documentos outros da Seção Histórica do Arquivo do Estado da Bahia* — Impr. Ofic. — Bahia, 1950.
- Kadivêu (Religião e Mitologia)* — Darcy Ribeiro — Serviço de Proteção aos Índios — Rio de Janeiro, 1950.

## Fevereiro de 1951

- Elaboração do Orçamento da Despesa* — Francisco Chagas Melo — D.A.S.P. — 1950 — Rio de Janeiro.
- Da Decisão Disciplinar e sua Natureza Jurídica* — J. Eduardo Pizarro Drummond — D.A.S.P. — 1950 — Rio de Janeiro.
- As Atividades de Organização na Administração Pública Brasileira* — Fábio de Carvalho Alves — D.A.S.P. — 1950 — Rio de Janeiro.
- Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União* — Paulo Poppe de Figueiredo — D.A.S.P. — 1950 — Rio de Janeiro.
- A Casa Rural Brasileira (Separata)* — Angelo A. Murgel — D.A.S.P. — 1950 — Rio de Janeiro
- Soleníssima sessão em honra do Presidente da Academia* — Sr. Dr. Júlio Dantas para entrega da medalha comemorativa dos seus 50 anos de escritor de teatro em 4 de março de 1950 — Academia das Ciências de Lisboa.
- Filar do Pinheiro (Subsidios à sua monografia)* — Horácio Marçal — Douro Litoral — 1950 — Porto.
- Geografia Física de Moçambique* — José de Oliveira Boléo — Livraria Sá da Costa — 1950 — Lisboa.
- Panamá: Monumentos Históricos y Arqueologicos* — Angel Rubio — Comission de Historia — 1950 — México.
- História da Literatura Baiana* — Pedro Calmon — Prefeitura Municipal de Salvador — 1949 — Bahia.
- Hinos e Cantos Escolares (2.<sup>a</sup> edição)* — João Batista Julião — Casa Wagner — 1948 — São Paulo.
- La Entrevista de Guayaquil* — Vicente Lecuna (Oferta do Embaixador) Academia Nacional de la História — 1948 — Caracas.



- Mulheres Brasileiras* — Galeria Fundação Osório — 1950 — Rio de Janeiro.  
*Bartolomeu Dias* — Sua Viagem — Gago Coutinho — Liga dos Combatentes — 1946 — Lisboa.  
*De como o plano português da Índia levou ao descobrimento da América* — Gago Coutinho — Liga dos Combatentes — 1949 — Lisboa.  
*Ainda Gaspar Corte Real* — Sociedade Astoria Ltda., 1950. Lisboa.  
*Beitrage zur Musikgeschichte am Amazonas* — Padre Carlos Borromeu Ebner C.P.P.S.  
*Viagem aos U.S.A.* — Padre Carlos Borromeu Ebner C.P.P.S.  
*Xingutania (Índios e Histórias do Xingu)* — Padre Carlos Borromeu Ebner C.P.P.S.  
*Anais Missionários do Preciosíssimo Sangue* — Padre Carlos Borromeu Ebner C.P.P.S. — 1950 — Belém do Pará.  
*Síntese Histórica (1907-1948)* — Fundação Osório — Artes Gráficas — 1950. Rio de Janeiro.  
*Gotas de Glória* — Ismaelino de Castro — Imprensa Militar — 1950 — Rio de Janeiro.

### Março de 1951

- A Economia Paulista no Século XVIII* — Alfredo Ellis Júnior — Universidade de São Paulo — São Paulo, 1950.  
*Discursos y Documentos Oficiales con motivo del falecimiento del coronel Carlos Delgado Chabaud* — 13-12-1950. Oficina Nacional. 1950, Caracas.  
*Antônio Vieira Afrânio Peixoto* — Discurso do Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares na Academia Brasileira de Filologia — Tipografia Edanee Ltda. — São Paulo, 1951.  
*The Ramspeck Act* — Paulo Poppe de Figueiredo — Imprensa Nacional — 1950, Rio.  
*Pereira França, através da política e da anedôta* — Afonso Costa — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1950.  
*Memórias del Instituto Nacional Indigenista* — Vol. 2 — N.º I — (Problemas Sociales y Económicos de las Mixtecas) — M. T. de la Peña — Instituto Nacional de Indigenista — México, 1950.  
*Lacerda e Almeida* — *Escravo do Dever e Mártir da Ciência (1753-1798)* — Felipe Gastão de Almeida d'Eça — Arquivo Histórico Colonial — Lisboa, 1951.  
*A Família Aguiar Whitaker* — Edmur de Aguiar Whitaker — São Paulo, 1950.  
*Gamito (1806-1816)* — Felipe Gastão de Almeida d'Eça — Lisboa, 1950.  
*De Degredado a Governador* — Felipe Gastão de Almeida d'Eça — Lisboa, 1950.  
*Propaganda de Moçambique no século XVIII* — Felipe Gastão de Almeida d'Eça — Lisboa, 1950.  
*Memoria del primer congreso de historiadores de Mexico y los Estados Unidos celebrado en la ciudad de Monterrey Nuevo Leon, Mexico del 4 al 19 de septiembre de 1949* — Editorial Cultura T.G.S.A. — México, 1950.  
*Rui Barbosa e José Marcelino* — M. Mercedes Lopes de Sousa — Casa de Rui Barbosa — Rio de Janeiro, 1950.  
*Anglo-American Political Influences on Rui Barbosa* — Homero Pires — Casa de Rui Barbosa — Rio de Janeiro, 1949.

- El Maestro y la Educacion Popular* — Manuel Valdes Rodriguez — Ministério de Educacion — La Habana, 1950.  
*Os Lusíadas* — Poema épico — Luís de Camões — E. Guyot — Bruxellas, 1879.  
*Panamá* — Monumentos Históricos y Arqueológicos — Angel Rubio — Instituto Panamericano de Geografia e História.  
*A Casa Rural Brasileira* — Angelo A. Murgel — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1950.  
*Fundamento da História do Instituto Butantan, seu desenvolvimento* — Eduardo Vaz — Revista dos Tribunais Ltda. — Rio de Janeiro, 1949.

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

### Janeiro de 1951

- Boletín del Centro Historico Larense* — 1.º e 2.º trimestres — enero a marzo e abril a junio de 1950 — Ano X, 1.º, 2.º, 3.º e 4.º trimestres de enero a marzo, abril a junio, julio a septiembre e octubre a diciembre de 1949, ano IX. Venezuela.  
*Nação Brasileira* — Ano XXVII — N.º 327 — Novembro de 1950. Rio de Janeiro.  
*Hora del Hombre* — Marzo de 1950 — N.º 1 — Año I. Lima. Peru.  
*Contributions from the Museum of Paleontology* — Vol. VIII — Ns. 6, 7 e 8 — June, July e August, 1950. Ann Arbor.  
*Brazila Esperantisto* — Setembro — Outubro 1950 — Ns. 438-39-44 a Jaro. Rio de Janeiro.  
*Anuário Estatístico, 1949* — Superintendência dos Serviços do Café — São Paulo.  
*Lista Diplomática* — Outubro e novembro de 1950. Rio de Janeiro.  
*Noticiário de las Naciones Unidas* — 23 de diciembre de 1950 — N.º 51 — Año 5.º. Rio de Janeiro.  
*Anuário Estatístico* — Ano XXI, 1948. Lourenço Marques.  
*Estatística dos Veículos* — Automóveis em circulação — Ano XXV, 1949. Lourenço Marques.  
*Estatística Industrial, 1947*. Lourenço Marques.  
*Boletim Mensal das observações meteorológicas feitas nos postos da colônia* — Ano XV — Julho e setembro de 1948 — Ns. 7-9. Lourenço Marques.  
*Tapejara* — N.º 2 — Dezembro de 1950 — Ano I. Ponta Grossa — Paraná.  
*Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística* — Marzo-junio-julio-octubre de 1949 — Ns. 1-2 2-3 — Tomo LXVII. Mexico.  
*Boletim Geográfico* — Março de 1950 — N.º 84 — Ano VII. Rio de Janeiro.  
*Cultura Universitária* — N.º XIX — Mayo-junio de 1950 — Caracas — Venezuela.  
*Boletim Universitário* — Mayo de 1950 — N.º 4 — Ano I. Caracas.  
*Boletín de Historia y Antigüedades* — Ns. 426-428 — Vol. XXXVII — Bogotá.  
*Vozes de Petrópolis* — Setembro-dezembro de 1950 — Vol. 8 — Fasc. 5-6. Petrópolis.  
*Guia quincenal de la actividad intelectual y artistica argentina* — Ns. 74-75 — 1.ª e 2.ª quincena de noviembre de 1950. Buenos Aires.

- Boletim Bibliografico Mexicano* — Septiembre-octubre de 1950 — Ns. 129-130 — Ano XI. Mexico.
- Boletín de Informaciones Científicas Nacionales* — Ns. 31 e 32 — Julio-agosto de 1950 — Vol. III. Quito.
- Bulletin of The New York Public Library* — November 1950 — Number 11 — Vol. 54. New York.
- Museu Nacional* — Atividades científicas em 1949. Rio de Janeiro.
- Revista Militar Brasileira* — Julho a dezembro de 1949 — Vol. LI — Ns. 3 e 4 — Ano XXXVII. Rio de Janeiro.
- Revista Marítima Brasileira* — Abril, maio e junho de 1950 — Ns. 10, 11 e 12 — Ano LXIX. Rio de Janeiro.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — N.º 90 — Dezembro de 1950 — Ano VIII. Rio de Janeiro.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — Abril-junio de 1950 — Número 130 — Tomo XXXIII. Caracas.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Café* — Setembro de 1950 — N.º 283 — Ano XXV. São Paulo.
- Agronomia* — Abril-junho de 1950 — N.º 2 — Vol. 9. Rio de Janeiro.
- Engenharia* — Ano IX — Vol. IX — N.º 100 — Dezembro de 1950. São Paulo.
- Catalogue n.º 193* — A choice of fine books from the xllth to the xixth century. Holland.
- Belgique Amerique Latine* — Nouvelle serie n.º 62 — 20 novembre de 1950. Bruxelles.
- Catálogo 1950* — Editorial Revista de Derecho Privado. Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliografico* — N.º 51 — Junio de 1950 — Ano VII. Mexico.
- Centro de Informações das Nações Unidas no Rio de Janeiro* — Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — 26 e 28 de novembro e 3, 5, 7, 9, 10, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 21 e 23 de dezembro de 1950 — Ano XII. Minas Gerais.
- Pequeno guia das igrejas da Bahia* — Bahia.
- I Catedral Basílica II Ordem 3.ª de São Francisco III Convento de São Francisco IV Convento e Ordem 3.ª do Carmo V Convento do Desterro VI Ordem 3.ª de São Domingos* — Bahia.
- Pequeno guia turístico da Bahia* — Breves informações turísticas — Imagens da Bahia — Prefeitura de Salvador — Bahia.
- Indonesische Handschriften.*
- Revista do Serviço Público* — Ano XIII — Vol. III — N.º 2 — Agosto de 1950. Rio de Janeiro.
- Nação Brasileira* — Dezembro de 1950 — N.º 328 — Ano XXVII. Rio de Janeiro.
- The Geographical Journal* — December 1950 — Vol. CXVI — Ns. 4-6. London.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Café* — Outubro e novembro de 1950 — Ns. 284-285 — Ano XXV. São Paulo
- Correio de Uberlândia* — Ns. 24, 27 e 28 de dezembro de 1950 e 4 de janeiro ano XII. Minas Gerais.
- Saúde* — Janeiro de 1951 — N.º 37 — Ano IV. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro* — Ano XXVIII — Vol. XXXVI — Agosto de 1950 — Número 2. Rio de Janeiro.
- Tribuna Farmacêutica* — Vol. XVIII — N.º 11. 1950. Curitiba.
- Britain To-Day* — November 1950 — N.º 175. London.

- Boletim Paulista de Geografia* — Ns. 4 e 5 de março e julho de 1950. São Paulo.
- Anais da Associação de Geógrafos Brasileiros* — Vol. I — 1945-46. São Paulo.
- Boletín del Archivo General de la Nación* — Tomo XXI — Number 2 — Abril-mayo-junio de 1950. Mexico.
- Catalogue* 709 — 1951. London.
- Studie Ceskych Stepi Na Zakladě Recentnier I. Fosilních Mekkysiu* — Tchechoslovaquie.
- Ecos Marianos da Basílica Nacional de Nossa Senhora Aparecida* — 1951. Aparecida.
- Boletim de Informacion Bibliografica* — Outubro de 1950 — N.º 1 — Año I. Mexico.
- Noticiário de las Nações Unidas* — Septiembre-octubre e diciembre de 1950 — Ns. 37, 42 e 50 — Año V. Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — 31 de dezembro de 1950 e 3 de janeiro de 1951 — Ano XII. Minas Gerais.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — Tomo XXXIII — Julio-setiembre de 1950 — N.º 131. Caracas.
- El Hallazgo de Ichcateopan*, 1950. Mexico.
- Informação Bibliográfica* — N.º 1 — 1951. Rio de Janeiro.
- Macmillan book notes* — N.º 11 — 1950. New York.
- Revista Esso* — Novembro-dezembro de 1950 — N.º 139. Rio de Janeiro.
- Da Índia Distante* — Boletim n.º 24. Rio de Janeiro.
- Jahresbericht der Geographischen Gesellschaft von Bern band XXXV a XXXIX* — 1942-1948. Bern.
- Boletim do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem* — N.º 9 — 1950 — Dezembro. Rio de Janeiro.
- Anuário Açucareiro* — Ano XIV — 1948-49. Rio de Janeiro.
- Anuário Hidrográfico* — Vol. VIII — Año 1947-48. Paraguay.
- Revista da Academia Sul-Riograndense de Letras* — n.º 2 — Dezembro de 1949 — Ano I. Rio Grande do Sul.
- Anuário Hidrográfico* — Vol. VIII — Año 1947-48. Rio de Janeiro.
- Boletim do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem* — N.º 9 — Dezembro de 1950. Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo* — Outubro de 1950 — N.º 66 — Ano VIII. Rio de Janeiro.
- Macmillan Book Notes* — N.º 11 — 1950. New York.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — Janeiro de 1951 — N.º 91 — Ano IX. Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — Ns. 3, 4, 6, 7, 9, 10 e 11 de janeiro de 1951 — Ano XII. Minas Gerais.
- Boletín* — Septiembre de 1950 — Año del Libertador General San Martin. Buenos Aires.
- Bulletin of The New York Public Library* — December 1950 — Vol. 54 — Number 12. New York.
- Katalog wydawnictw poznańskiego towarzystwa przyjaciół nauk or ruku*, 1946. Poznan, 1950.
- Letras del Ecuador* — Año VI — Sbre-ocbre de 1950. Quito.
- Boletín Bibliografico* — N.º 53 — Año VII — Octubre de 1950. Madrid.
- Bulletin for Libraries* — Vol. IV — N.º 12 — December, 1950. Paris.
- A Lâmpada* — Ano XX — N.º 68 — Julho-agosto-setembro de 1950. Curitiba.
- Revista Shell* — N.º 53 — Rio de Janeiro.



- Belgique Amerique Latine* — Nouvelle serie n.º 63 — 20 december. 1950. Bruxelles.
- Revista de Publicaciones Navales* — Septiembre y octubre de 1950 — N.º 498 — Año L. Tomo LXXXII. Buenos Aires.
- Congresso Mexicano de Historia* — X sesion — 10 e 20 de diciembre de 1950. Guanajuato, Gte.
- Correio de Uberlândia* — Ns. 14, 17, 23 e 24 de janeiro de 1951 — Ano XII. Minas Gerais.
- Américas* — Janeiro e fevereiro de 1951 — Ns. 1 e 2 — Vol. III. Rio de Janeiro.
- Agronomia* — Julho-setembro de 1950 — Vol. 9 — N.º 3 — Rio de Janeiro.
- Lista Diplomática* — Dezembro de 1950. Rio de Janeiro.
- Nação Brasileira* — Ano XXVIII — N.º 329 — Janeiro de 1951. Rio de Janeiro.
- Notas e Informaciones Ciencias Sociales* — N.º 6 — Noviembre de 1950. Washington.
- Ex-Combatente* — Janeiro de 1951 — Ns. 45-46 — Ano IV — Rio de Janeiro.
- Boletim do Instituto Mans Staden* — N.º 3 — Novembro de 1950 — São Paulo.
- Primeiro aniversário da República da Índia* — 26-1-51. Embaixada da Índia. Rio de Janeiro.

### Fevereiro de 1951

- O Puritano* — 25 de dezembro de 1950 — N.º 1.982 — Ano LII. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro* — Ano XVIII — Vol. XXXVI — Setembro de 1950 — N.º 3. Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — De 13, 18, 20, 21, 23 e 25 de janeiro de 1951 — Ano XII. Minas Gerais.
- Catálogo* — Joyas bibliograficas — Outubro 1949. Madrid.
- Arquitetura* — Diciembre de 1950 — N.º 209 — Ano XVIII. La Habana.
- A. E. C.* — Outubro-novembro de 1950 — Ns. 77-78 — Ano VI. Rio de Janeiro.
- Saúde* — Fevereiro de 1951 — N.º 38 — Ano IV. Rio de Janeiro.
- Revista Nacional* — Tomos: XLVI XLVIII — Abril e octubre de 1950 — Ns. 136 e 142 — Ano XIII. Uruguay.
- Boletin Brasileño* — Noviembre-diciembre de 1950 — Ns. 110-111 — Ano VIII — Mexico.
- Tribuna Farmacêutica* — N.º 12-1950 — Vol. XVIII. Paraná.
- Bulletin of The New York Public Library* — January, 1951 — Vol. 55 — Number 1. New York.
- Endeavour* — Outubro, 1950 — N.º 36 — Vol. IX. Londres.
- Anais da Faculdade de Ciências do Pôrto* — Vol. XXXIII — Ns. 3-4. Pôrto.
- Correio de Uberlândia* — Ns. 24 e 27 de janeiro e 1 de fevereiro de 1951 — Ano XII. Minas Gerais.
- Boletin Bibliografico* — N.º 54 — Noviembre de 1950 — Año VII. Madrid.
- Notas e Informações* — Ciências Sociales — Diciembre de 1950 (indice) — Washington.

- O Puritano* — 10 de janeiro de 1951 — N.º 1.893 — Ano LII. Rio de Janeiro.
- Archivo José Martí* — Ns. 14 e 15 enero e diciembre de 1949 — Tomo IV — N.º 4 e enero-junio de 1950 — Tomo V — N.º 1. Cuba.
- Revista Ecuatoriana de Educacion* — N.º 10 — Abril a junio de 1950 — Ano III. Quito.
- Catalogo* — Publications Periodiques des Presses Universitaires de France. 1951. Paris.
- Estatutos da Sociedade Numismática da Bahia*, 1950 — Bahia.
- Cuadernos de Historia y Arqueologia* — Enero de 1951 — N.º 1 — Año I. Ecuador.
- Revista Cubana* — Julio-diciembre de 1949 — Vol. XXV. La Habana — Cuba.
- Casa de la Cultura Ecuatoriana* — N.º 9 — Tomo III — Julio diciembre de 1949. Quito.
- Catálogo Geral das Publicações da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios* — Publicação n.º 96. Rio de Janeiro.
- Revista do Clube de Engenharia* — Dezembro de 1950 — Vol. XXIII — Número 172. Rio de Janeiro.
- Noticiário de las Naciones Unidas* — Ns. 20 e 27 de enero de 1951 — Ns. 2 e 3 — Año 6. Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — Ns. 3, 4, 6, 8, 10 de fevereiro e 31 de janeiro de 1951 — Ano XII. Minas Gerais.
- Rodovia* — Outubro de 1950 — N.º 128 — Ano XII. Rio de Janeiro.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Café* — Ano XXV — Dezembro de 1950 — N.º 286. São Paulo.
- Revista Esso* — Novembro-dezembro de 1950 — N.º 139. Rio de Janeiro.
- Engenharia* — Janeiro de 1951 — N.º 101 — Ano IX — Vol. IX. São Paulo.
- Catalogue* — N.º 710 — 1951. London.
- Boletín de la Sociedad Chihuahuense de Estudios Historicos*, 1938-1950 — Tomo VII — Noviembre de 1950 — N.º 6. Mexico.
- Revista Duperial do Brasil* — N.º 57 — Setembro-outubro de 1950. São Paulo.
- Boletim da Academia de Ciências de Lisboa* — Outubro de 1950 — Nova série vol. XXII. Lisboa.
- Brazila Esperantista* — Novembro-dezembro de 1950 — N.º 44-41. Jaro.
- Boletim mensal das observações meteorológicas feitas nos postos da colônia* — Ano XV — Outubro a dezembro de 1948 — Ns. 10-12. Lourenço Marques.
- Les moissons de l'esprit* — 1950. Paris.
- Revista del Instituto Etnologico Nacional* — Vol. IV — Entregas 1.ª e 2.ª — 1949-1950. Bogota.
- Anais do Instituto Geologico la Salle de Canoas* — 1950.
- Moçambique* — N.º 62 — Junho de 1950. Lourenço Marques.
- Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro* — Tomo I — Ns. 2, 3 e 4 — 2.º, 3.º e 4.º trimestres, ano de 1885. Rio de Janeiro.
- Fenix* — N.º 6 — 1949. Lima.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — Fevereiro de 1951 — N.º 92 — Ano IX. Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — 11 e 13 de fevereiro de 1951 — Ns. 3.091 e 3.092 — Ano XIV. Minas Gerais.
- Boletim Paulista de Geografia* — N.º 6 — Outubro de 1950. São Paulo.
- Boletim de Informaciones Cientificas Nacionales* — Ns. 33 e 34 — Septiembre a noviembre de 1950 — Vol. III. Puito.

### Março de 1951

- Boletín del Archivo Nacional de Historia* — Julio-diciembre de 1950 — Número 2 — Año I. Quito.
- Boletín de la Academia Nacional de Historia* — Julio-diciembre de 1950 — N.º 76 — Vol. XXX. Quito.
- Índice del Boletín de la Sociedad de Estudios Históricos Americanos* — 1918-20 y de la Academia Nacional de Historia — 1920-1949. Quito.
- Letras del Ecuador* — Año VI — Noviembre-diciembre de 1950 — N.º 62. Quito.
- Noticiário de las Naciones Unidas* — 3 de fevereiro de 1951 — N.º 4 — Año 6.º. Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo* — Dezembro de 1950 — N.º 68 — Año VIII. Rio de Janeiro.
- State Geological Survey — Report of Investigations* — N.º 149 — Bulletin n.º 75 — Illinois Petroleum n.º 62 — 1950. Urbana, Illinois.
- Ex-Combatente* — Fevereiro de 1951 — N.º 51 — Año VI. Rio de Janeiro.
- Pan American Union* — Columbus Memorial Library — Accessions for the Month of october, november e december de 1950. Washington.
- Revista do Professor* — Segunda fase — N.º 6 — Novembro e n.º 7 fevereiro — Año VIII — 1950-51. São Paulo.
- O Puritano* — 25 de janeiro de 1951 — N.º 1984 — Año LII. Rio de Janeiro.
- A Biblioteca* — Ns. 7-12 — Julho-dezembro de 1948 — Año V — Vol. V — Ns. 1-4 abril de 1949 — Año VI — Vol. 6. Rio de Janeiro.
- Saúde* — Março de 1951 — N.º 39 — Año IV. Rio de Janeiro.
- Da Índia Distante* — Boletim mensal publicado pela embaixada da Índia, número 27 — 1 de março de 1951. Rio de Janeiro.
- Ocidente* — N.º 154 — Vol. XL — Fevereiro de 1951. Lisboa.
- Revista de Publicaciones Navales* — Noviembre y diciembre de 1950 — Número 499 — Tomo LXXXII — Año I. Buenos Aires.
- Nação Brasileira* — Ano XXVIII — N.º 330 — Fevereiro de 1951. Rio de Janeiro.
- Engenharia* — Fevereiro de 1951 — N.º 102 — Año IX — Vol. IX. São Paulo.
- The United States Quarterly Book Review* — December 1950 — Number 4 — Vol. 6. New Jersey.
- Documentos Históricos* — Vols. LXXXVIII-LXXXIX — (Consultas do Conselho Ultramarino — Bahia 1683-1695) (1673-1683). Rio de Janeiro.
- Przegląd Geograficzny* — XXI — 2, 3 e 4. 1948. Polónia.
- Revista do Instituto do Ceará* — Tomo LXIII — Año LXXXI, 1949. Ceará.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — Tomo XXXIII — Julio-septiembre de 1950 — N.º 131. Caracas.
- Douro* — Litoral — 4.ª série — I-II, 1950. Pôrto.
- Revista Nacional* — Tomo XLVI — Año XIII — Maio de 1950 — N.º 137. Montevideú.
- Correio de Uberlândia* — 15, 17, 18, 21, 27 e 28 de fevereiro de 1951. Minas Gerais.
- Boletim Bibliográfico* — Diciembre de 1950 — N.º 55 — Año VII. Rio de Janeiro.
- Documentos Históricos do Arquivo Municipal* — Atas da Câmara 1684-1700 — 6.º volume. Bahia.
- Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* — Novembro de 1950 — Nova série — Vol. XXII, Lisboa.

- Solene Sessão Comemorativa do 4.º Centenário de São João de Deus em 6 de outubro de 1950.* Lisboa.
- Correio de Uberlândia* — 1, 3 e 4 de março de 1951 — Ano XIV. Minas Gerais.
- O Expositor* — Novembro-dezembro de 1950 — N.º 5 — Ano I. Rio Grande do Sul.
- Britain ToDay* — December 1950 e January 1951, ns. 176-177. London.
- Boletín de Historia y Antigüedades* — Julio a septiembre de 1950 — Ns. 429-431 — Volumen XXXVII. Bogotá.
- Cultura Universitária* — XX-XXI — Julio a outubro de 1950. Caracas.
- Correio de Uberlândia* — 6, 7 e 9 de março de 1951 — Ano XIV — Minas Gerais.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — 31 de dezembro de 1950 — Número 4 — Tomo XXII. Rio de Janeiro.
- América Indígena* — Enero de 1951 — N.º 1 — Vol. XI. Mexico.
- Boletín Indigenista* — Diciembre de 1950 — N.º 4 — Vol. X. Mexico.
- Catalogue 1950* — Unesco Publications. Paris.
- Revista do Clube Militar* — N.º 110 — Outubro de 1950. Rio de Janeiro.
- Boletim n.º 3* — Julho de 1950 (Instituto Português de Hongkong).
- Boletim Bibliografico Mexicano* — Noviembre-diciembre de 1950 — Ns. 131-132 — Ano XI. Mexico, D. F.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — Março de 1951 — N.º 93 — Ano IX. Rio de Janeiro.
- Mensuario de Arte, Literatura, Historia y Critica* — Junio, julio, agosto e septiembre de 1950 — Ns. 7, 8, 9 e 10 — Ano I. Cuba.
- Correio de Uberlândia* — 10 de março de 1951 — N.º 3.110 — Ano XIV. Minas Gerais.
- Revista Brasileira de Estatística* — Abril-junho de 1950 — N.º 42 — Ano XI. Rio de Janeiro.
- Finanças Públicas* — Produção Agricola — Comércio (Separatas do Anuário Estatístico do Brasil) — Ano XI — 1950 — Outubro-novembro e dezembro. Rio.
- Rodovia* — Novembro-dezembro de 1950 — Ns. 129-130 — Ano XII. Rio de Janeiro.
- Indice Cultural Espanhol* — 1.º de outubro, noviembre e diciembre de 1950 — 1 de enero de 1951 — Ns. 57, 58, 59 e 60 — Ano VI. Madrid.
- Anuário da Colônia de Moçambique* — 1950-51 — 36.ª edição. Lourenço Marques.
- Estatística Agrícola* — 1943. Lourenço Marques.
- Digesto Econômico* — Janeiro de 1951 — N.º 74 — Ano VII. São Paulo.
- Guia Levi* — Novembro de 1946 — Ano XLVIII — Edição 570. São Paulo.
- Boletim da Sociedade Brasileira de Geografia* — Novembro-dezembro de 1950 — N.º 3 — Ano I. Rio de Janeiro.
- Belgique Amerique Latine* — Nouvelle série n.º 65 — 20 fevrier 1951. Bruxelles.
- Le Bureau Veritas* — Société Internationale de classification de navires et d'aéronefs 1828-1929. Edition du Centenaire.
- Lista de Faróis* — 1942. Rio de Janeiro.
- Relatório 1949* — Obra do Bêrço. Rio de Janeiro.
- Código Florestal* — 1950. Rio de Janeiro.
- Condições de inscrição para o concurso de admissão à matrícula na Escola Naval no ano de 1947.* Rio de Janeiro.
- Anais do Arquivo da Marinha* — Junho de 1948 — N.º 10 — Ano VI. Rio de Janeiro.



- Liga Marítima Brasileira* — Outubro e novembro de 1950 — Ns. 520-21 — Ano XLIV. Rio de Janeiro.
- Boletim mensal dos officios dos cargos e quadros da Armada* — Janeiro de 1950. Rio de Janeiro.
- Revista do Serviço Público* — Ano XIII — Vol. III — N.º 3 — Setembro de 1950. Rio de Janeiro.
- Memória que el Director de la Biblioteca Nacional presente al Sr. Ministro de Educacion Publica* — 13 de julio de 1948 — 28 de julio de 1950. Lima.
- Informação Bibliográfica* — Março de 1951 — Série A — N.º 2. Rio de Janeiro.
- Vozes de Petrópolis* — Janeiro-fevereiro de 1951 — Vol. 9 — Fasc. 1. Petrópolis.
- Boletín Informativo* — Noviembre de 1950 — N.º 2 — Año I. Venezuela.
- Boletín Universitario* — Octubre de 1950 — N.º 5 — Año I. Caracas.
- Estatística Industrial*, 1948. Lourenço Marques.
- The Hispanic American Historical Review* — November de 1950 — N.º 4 — Vol. XXX — U.S.A.
- Institute of Historical Research* — 1 august 1949 — 31 july 1950. London.
- Correio de Uberlândia* — 10, 14 e 17 de março de 1951 — Ano XIV. Minas Gerais.

# ESTATÍSTICA

## ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

1951

<i>Trimestre</i>	Janeiro	Fevr.º	Março	Total
Obras oferecidas .....	32	22	19	143
Revistas nacionais, estrangeiras .....	118	40	72	230
Catálogos recebidos .....	3	—	—	3
Documentos recebidos .....	—	1	—	1
Jornais recebidos .....	40	22	19	81

### *Arquivo*

Documentos consultados .....	1.564	870	953	3.387
------------------------------	-------	-----	-----	-------

### *Museu*

Visitantes .....	12	15	18	45
------------------	----	----	----	----

### *Sala pública de leitura*

Consultas: Obras .....	4.560	3.548	3.638	11.746
"    Jornais .....	1.030	819	1.494	2.605
"    Revistas .....	2.194	1.494	1.533	5.221
"    Mapas .....	147	121	126	394

### *Secretaria*

Ofícios, cartas, telegramas recebidos ..	70	78	38	186
Ofícios, cartas, telegramas expedidos ..	120	152	54	326

## ÍNDICE

JANEIRO A MARÇO DE 1951

Págs.

### I — TRABALHOS ORIGINAIS

- 1) *O Senado da República, de 1890 a 1930* — A. Tavares de Lyra ..... 3
- 2) *Vasconcelos e as caricaturas* — José Antônio Soares de Souza ..... 103
- 3) *Monizes da Bahia* — Afonso Costa ..... 114

### II — CONFERÊNCIA

- 4) *Antônio Vieira — Afrânio Peixoto* — José Carlos de Macedo Soares ..... 157

### III — BIOGRAFIA

- 5) *O Barão de Goiana e sua época* — João Alfredo Correia de Oliveira ..... 175

### IV — PUBLICAÇÕES

- 6) *Pelo Brasil Unido — Limites Interestaduais* — Thiers Fleming ..... 219
- 7) *Atividades Brasileiras nos Domínios da História* — Virgílio Corrêa Filho ..... 245

### V — NOTICIÁRIO

- 8) *Obras recebidas* ..... 265
- 9) *Estatística do Instituto Histórico* ..... 276

**Departamento de Imprensa Nacional**  
**Rio de Janeiro - Brasil - 1953**







# INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

## COMISSÕES PERMANENTES EM 1950-1951

HISTÓRIA: ..... { *Leão Teixeira Filho*  
*Basílio de Magalhães*  
*Feijó Bittencourt*  
*Canabarro Reichardt*  
*Valentim Benício da Silva*

FUNDOS E ORÇAMENTOS: .... { *Carvalho Mourão*  
.....  
*M. A. Teixeira de Freitas*  
*Cláudio Ganns*

GEOGRAFIA: ..... { *Raul Tavares*  
*Radler de Aquino*  
*Carlos da Silveira Carneiro*  
*Virgílio Corrêa Filho*  
*Lucas Boiteux*

ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA: { *Rodrigo Melo Franco de Andrade*  
*Alcindo Sodré*  
*Roquete Pinto*  
*José Luis Batista*  
*Gustavo Barroso*

BIBLIOGRAFIA: ..... { *Helio Vianna*  
.....  
*Afonso Costa*  
*Vieira Ferreira*  
*Eugênio Vilhena de Moraes*

ESTATUTOS: ..... { *Levi Carneiro*  
*Estevão Leitão de Carvalho*  
*Rodrigo Otávio Filho*  
*Pedro Calmon*  
*Edmundo da Luz Pinto*

ADMISSÃO DE SÓCIOS: ..... { *Augusto Tavares de Lyra*  
*Alfredo Valadão*  
*João Baptista Magalhães*  
*Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa*  
*Christovam Leite de Castro*

